

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA (PPGSCA)**

**GERALDO MAGELA DANIEL JÚNIOR**

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA  
CONTEMPORÂNEA**  
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
PÚBLICO NA REGIÃO AMAZÔNICA

MANUAS, AM

2018

**GERALDO MAGELA DANIEL JÚNIOR**

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA  
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
PÚBLICO NA REGIÃO AMAZÔNICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva

MANAUS, AM

2018

### Ficha catalográfica

D184u Daniel Junior, Geraldo Magela  
Universidade e sociedade na Amazônia contemporânea: análise do processo de interiorização do ensino superior público na região Amazônica / Geraldo Magela Daniel Junior. 2018  
200 f.: 31 cm.

Orientadora: Heloísa Helena Corrêa da Silva  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia)  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Universidade. 2. Amazônia. 3. Capitalismo. 4. neoliberalismo. I. Silva, Heloísa Helena Corrêa da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**GERALDO MAGELA DANIEL JÚNIOR**

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA  
ANÁLISE DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
PÚBLICO NA REGIÃO AMAZÔNICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Manaus, AM, 21 de setembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. João Ricardo Bessa Freire (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Iraíldes Caldas Torres (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas

Este trabalho, dedico:

Aos meus pais Geraldo Majela Daniel e Maria do Socorro Carvalho Daniel.

Às minhas tias Jesus, Conceição e Graça Carvalho.

À minha filha, Juane Soares Daniel.

À Iorrana, companheira inigualável.

## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelo providencial financiamento.

À professora Heloísa Helena Corrêa da Silva, pela confiança depositada, liberdade para pensar e auxílio nos momentos necessários.

À Iorrana, cuja companhia e suporte diários foram fundamentais.

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto o processo de expansão da universidade pública brasileira para o interior dos municípios dos Estados que constituem a Amazônia brasileira, ocorrido ao longo das últimas décadas. O seu objetivo é desvendar alguns de seus determinantes principais, mormente aqueles imediatamente derivados do modo material de produção da sociabilidade contemporânea. Para isso, a partir de pressupostos ontológicos e epistemológicos extraídos do pensamento marxiano, realiza consulta bibliográfica a vasta literatura, de distintas áreas das Ciências Humanas. Referenciado por este material bibliográfico, aborda, primeiramente, o surgimento e o desenvolvimento da universidade no mundo e no Brasil, procurando dar conta de algumas das determinações essenciais de ambos os processos. Empreendida a análise do desenvolvimento da universidade em sua universalidade e na particularidade da situação brasileira, trata então, na condição de manifestação singular-concreta daqueles desenvolvimentos mais amplos, da expansão da universidade pública brasileira pelo interior da Amazônia, procurando identificar alguns determinantes específicos que, ao lado dos determinantes universais e particulares, ensejaram essa expansão.

Palavras chave: Universidade. Amazônia. Capitalismo.

## **ABSTRACT**

This study aims at the process of expansion of the Brazilian public university for the countryside of the municipalities in the states of the Brazilian Amazon occurred along the last decades. Its objective is to unravel some of their main determinants, especially those immediately derived of the material mode of production of the contemporary sociability. For this, from the ontological and epistemological suppositions extracted of the Marxist conception, realizes bibliographical consultation and the wide literature, of distinct areas in the Human Sciences. Revered for this bibliographical material, it approaches, first, the emergence and the development of the university in the world and in Brazil, seeking to handle some essential determinations of both processes. The analyses undertaken of the development of the university in the universality and in the particularity of the Brazilian situation treats then, on the condition of the solid singular manifestation of those wider development, of the expansion of the Brazilian public university by the Amazon countryside, searching to identify some specific determinants that besides of universal determinants and particular, gave cause to this expansion

Keywords: University. Amazônia. Capitalism.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 UNIVERSIDADE E CAPITALISMO</b> .....	19
1.1 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE .....	22
1.1.1 Porque surgiram as universidades .....	24
1.1.2 Consolidação e expansão.....	33
1.2 A TRANSIÇÃO PARA A UNIVERSIDADE MODERNA.....	35
1.2.1 Capital industrial, sociabilidade burguesa e universidade .....	37
1.3 A UNIVERSIDADE MODERNA .....	44
1.3.1 Determinantes da forma moderna de universidade .....	48
1.4 A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA .....	57
1.4.1 Terceira revolução industrial e transformações sócio-político-culturais .....	60
1.4.2 Crises econômicas e Estado do bem-estar .....	65
1.4.3 Estado de bem-estar e políticas sociais em educação .....	71
<b>2 A UNIVERSIDADE NO BRASIL</b> .....	84
2.1 ORIGEM, EXPANSÃO E REFORMA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	85
2.2 AS RAZÕES DA TARDIA UNIVERSIDADE BRASILEIRA .....	93
2.3 DETERMINANTES DA EXPANSÃO E REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA (1945-1990) .....	116
<b>3 A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PARA CIDADES DO INTERIOR DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b> .....	130
3.1 O PROCESSO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PELO INTERIOR DA AMAZÔNIA .....	131
3.2 O MODELO DE UNIVERSIDADE DA EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PELA AMAZÔNIA .....	141
3.3 DETERMINANTES DA EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PELO INTERIOR DA AMAZÔNIA QUE EMANAM DA UNIVERSALIDADE DO REGIME DE PRODUÇÃO CAPITALISTA .....	148
3.3.1 Políticas de educação do Estado neoliberal.....	153

3.4 DETERMINANTES DA EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PELO INTERIOR DA AMAZÔNIA QUE EMANAM DA PARTICULARIDADE DA INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO MERCADO MUNDIAL .....	157
3.5 DETERMINANTES DA EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PELO INTERIOR DA AMAZÔNIA QUE EMANAM DA SINGULARIDADE DA REGIÃO AMAZÔNICA .....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

Até o início dos anos 90 do derradeiro século, excetuando duas cidades no interior do Mato Grosso (Rondonópolis e Araguaia) e uma no Acre (Cruzeiro do Sul), não existia município algum na região da Amazônia brasileira, além das capitais dos Estados que a compõem, que possuísse *campus* de universidade pública no qual se oferecesse, de forma regular, alguma modalidade de educação de nível superior. E até mesmo uma dentre as capitais, Palmas, capital do Tocantins, ainda não possuía universidade. Aproximadamente um quarto de século após, nos dias atuais, a universidade pública espraia-se com seus *campi*, magnanimamente, por muitos dos municípios do interior dos Estados da Amazônia, oferecendo, de forma regular, cursos de graduação diversos e, em muitos desses *campi*, inclusive programas de pós-graduação *stricto sensu*, deles certo número já possuindo doutorado. São, ao todo, 94 *campi* em municípios do interior da Amazônia, dentre os quais 25 pertencendo a universidades com sede no próprio interior: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), com sede em Cáceres; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com sede em Santarém e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com sede em Marabá. Foi, indiscutivelmente, um processo celeríssimo e generoso de expansão da universidade pública brasileira rumo ao interior dos Estados que constituem a Amazônia Legal.

O presente trabalho destina-se à investigação do referido processo de expansão para o interior da região amazônica da universidade pública brasileira. O seu objetivo precípuo é desvelar alguns dos determinantes fundamentais dessa expansão. Não pretende, assim, ser um estudo exaustivo ou conclusivo, mas apenas realizar uma primeira aproximação ao objeto, consoante o recorte epistemológico estabelecido, adiante explicitado.

Como toda perquirição científica, parte de determinados pressupostos, que se constituem em noções prévias, de caráter filosófico, que informam a concepção genérica de realidade dentro da qual o objeto da pesquisa é vislumbrado, bem como fornecem as diretrizes metodológicas básicas a partir das quais se desenvolve, efetivamente, a investigação. Assim, tais pressupostos conformam, na verdade, um primeiro estrato, mais profundo – e muitas vezes inconsciente –, do método científico.

No caso desta pesquisa, seus pressupostos derivam do conjunto da obra marxiana, com destaque para *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1989), *A miséria da filosofia* (MARX, 1989), *Para a crítica da economia política* (MARX, 1982), *Grundrisse* (MARX, 2011b) e *O*

*Capital* (Marx, 1988). Tratam-se de pressupostos que dizem respeito à vida social humana e que podem ser sumariados conforme exposto abaixo.

Fundamentalmente, as sociedades humanas são constituídas por indivíduos humanos que, como seres viventes, estão inseridos numa dada ambiência e são possuidores de necessidades materiais que precisam ser satisfeitas, ininterruptamente, a partir de suas interações com essa mesma ambiência. Elas exigem, destarte, um suporte material, uma atividade de produção e reprodução de si próprias.

O trabalho é a atividade através da qual as sociedades humanas se auto produzem e reproduzem continuamente, mediante trocas com o meio natural. Ele se define como uma espécie única de relação com a natureza, porque empreendido pelo homem de modo não pré-determinado geneticamente, mas sim consciente, orientado por finalidades ideal e previamente estabelecidas (isto é, orientado teleologicamente), mediado por instrumentos engendrados pelos próprios homens e provocando transformações tanto na realidade objetiva natural como no ser subjetivo dos homens. É, na verdade, a atividade constitutiva de uma nova dimensão do ser, distinta, consoante a designação de Lukács (2012, 2013), do ser inorgânico e do ser orgânico: o ser social (ou a cultura, concorde a terminologia mais usual nas Ciências Sociais).

Para a realização do trabalho, os indivíduos fazem uso dos seguintes elementos. Primeiro, das potencialidades de sua própria estrutura orgânica, ou seja, de seus braços e pernas, da sua capacidade de movimentação, de ação, de interação ativa com o meio. Segundo, das condições materiais concretas que eles encontram ou produzem, isto é, o entorno natural, com seus traços geológicos, hidrográficos, fauna, flora etc. e, principalmente, os instrumentos de trabalho que medeiam sua interação com o ambiente. Terceiro, de determinadas relações entre si e com os objetos, os instrumentos e os produtos do seu trabalho. Os dois primeiros elementos constituem as “forças produtivas” e o terceiro, as “relações de produção”. O modo concreto como cada sociedade produz e reproduz a si própria é resultante da forma de articulação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção estabelecidas e é designado, por Marx, de “modo de produção”.

Entre o modo de produção e a organização social em sua totalidade se estabelece um vínculo inarredável: os indivíduos humanos, ao atuarem de um modo determinado na produção da própria existência, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas e conformam formas peculiares de consciência. Por conseguinte, se o trabalho é a atividade fundante do ser social, conforme assinalado acima, a forma como ele se realiza, segundo um

modo de produção particular, é o núcleo estruturante das sociedades humanas, que confere uma configuração própria ao conjunto das relações sociais.

É necessário advertir, porém, como faz Lukács (2012), que o fato do modo de produção ser o núcleo estruturante da vida social não redunde, de modo algum, na existência de “economicismo” no pensamento marxiano, isto é, não denota a concepção de que tudo é determinado, de modo simplório, pelas relações de produção. Pois, essa prioridade ontológica do modo de produção não significa “hierarquização” das dimensões da vida social. Ela expressa, apenas, a irrefutável condição de dependência que o tecido social possui em relação à produção/reprodução material da vida, mas sem obnubilar a necessidade que também possui a base econômica, para se reproduzir, de uma superestrutura social que lhe seja, de modos diversos, funcional. As relações que se estabelecem entre as diferentes dimensões da existência social são, portanto, relações de interação, de interdependência, nas quais tudo é, ao mesmo, causa e efeito, ainda que sob o primado da esfera econômica.

Como desdobramento desses primeiros pressupostos advém, à pesquisa científica, um preceito metodológico inexorável: a consideração da forma material concreta pela qual ocorre a produção e a reprodução da sociedade como o ponto axial de qualquer estudo da vida social. Para Marx, portanto, a história da humanidade e os fenômenos da vida em sociedade precisam ser investigados, sempre, em conexão com o modo material de produção da vida.

Mas a ontologia social marxiana também compreende uma antropologia e uma gnosiologia, isto é, uma concepção de ser humano e uma concepção do conhecimento.

O homem, para Marx, é, conforme já observado, um ser material, biológico, que, mediante a atividade que lhe é peculiar, o trabalho, outorga a si atributos únicos na realidade, dentre os quais a linguagem verbal e a consciência. Estas nada mais são do que produtos da vida em sociedade, desdobramentos psíquicos das relações que os indivíduos humanos estabelecem com a ambiência e entre si. A primeira, a linguagem, é o conjunto de símbolos necessário à ampla e complexa comunicação requisitada pelo trabalho e pela vida social em sua integralidade. A segunda, a consciência, é a capacidade do homem de, instrumentalizado pela linguagem, refletir, embora não de forma mecânica e imediata, os objetos, relações e processos objetivos da realidade.

Dessa perspectiva marxiana, os produtos da consciência (as representações psíquicas, as ideias, o conhecimento) se constituem, então, em reflexos da realidade objetiva no cérebro humano. Afirmar o conhecimento como reflexo do mundo objetivo significa estabelecer a

possibilidade de efetiva apreensão psíquica do real. Todavia, não significa asseverar que a realidade pode ser apreendida de imediato e em sua totalidade. Pois, o conhecimento não é um dado imediato, absoluto, posto de uma vez para sempre, mas um dado mediatizado pela linguagem e pela própria dinâmica e complexidade do ser social. No caso específico do conhecimento científico, algo mediatizado também pelos métodos que o homem historicamente vai elaborando para apreender cognitivamente o mundo.

Assim, o conhecimento vai paulatinamente se desenvolvendo, consoante o próprio evoluir do ser social e consoante o desenvolvimento dos métodos que os homens elaboram para investigar a realidade. Conseqüentemente, está sujeito a todas as vicissitudes desses desenvolvimentos da sociedade e dos métodos científicos. Fato que imputa a ele, conhecimento, inclusive, a possibilidade de involução, em decorrência de épocas nas quais, por razão do retrocesso das forças produtivas ou pela intensificação das alienações, as sociedades humanas adentram em momentos de regressão econômica ou de obscurantismo cultural.

Contudo, mesmo supondo um desenvolvimento continuamente crescente das forças produtivas, uma progressiva amenização das alienações e um crescente aperfeiçoamento dos métodos de produção do saber, a consciência humana estaria necessariamente impossibilitada da aquisição de um saber total e absoluto por dois fatores intrínsecos à própria realidade: a sua complexidade e o seu caráter movente. Ou seja, o número de correlações de cada elemento da realidade com os demais e, por conseguinte, com a totalidade mesma é infinito, assim como é interminável a processualidade da realidade. Por conseguinte, o conhecimento sempre terá índole aproximativa, sempre será parcial (referente apenas a alguns objetos, aspectos e relações da realidade) e relativo (concernente a determinados momentos da desenvolvimento do ser), embora potencialmente propenso – e sempre apenas propenso –, através do apuramento dos métodos e da acumulação, enriquecimento e/ou retificação de conhecimentos parciais e relativos, a um conhecimento total, completo.

Em vista do já referido primado ontológico da produção e dessa concepção de conhecimento agora explicitada é que se efetiva o recorte, acima enunciado, na problemática desta pesquisa, elegendo-se, dentre a complexa cadeia de determinações concretas que fizeram a universidade se expandir para cidades do interior da Amazônia, principalmente, ainda que não exclusivamente, aquelas que emanam diretamente do modo de produção/reprodução material da existência. Pois, dado o papel privilegiado do modo de produção na estruturação das formas de sociabilidade e a efetiva impossibilidade de o conhecimento apreender a totalidade das determinações dos fenômenos sociais, faz-se, neste estudo, a opção por aquelas

determinações diretamente vinculadas àquilo que se constitui o núcleo estruturante do ser social, conforme já observado: o modo de produção material da vida.

Explicitados, então, alguns dos pressupostos do pensamento marxiano e definido o recorte epistemológico que a presente investigação outorga a seu objeto, é possível agora abordar aquilo que é o pressuposto teórico principal de Marx, consequência lógica dos pressupostos já expostos: a concepção de que a realidade social se estrutura como totalidade. Na primeira metade do último século, Lukács (2003) já observara, contra a grande maioria dos epígonos de Marx, que não é a prioridade do econômico que particulariza, no essencial, o pensamento marxista frente às demais perspectivas teórico-metodológicas das Ciências Sociais, mas sim o ponto de vista ontológico da totalidade. A categoria totalidade indica uma percepção da sociedade como unidade de instâncias e fenômenos organicamente articulados, sob o primado estruturante do modo de produção. Através da categoria totalidade, Marx expressa, pois, um entendimento da realidade social no qual o todo tem primazia sobre as partes.

A perspectiva ontológica da totalidade tem implicação direta para a atividade científica na forma do preceito metodológico asseverativo de que a investigação dos fenômenos sociais de forma alguma pode tomar seu objeto, qualquer que seja ele, isolado do todo no qual ele existe como parte necessária, mesmo que depois ela, pesquisa, se proponha a inseri-lo nesse todo – segundo propõe, por exemplo, o pensamento positivista, do qual nasceram as atualmente designadas “Ciências Sociais” e ainda hoje muito influente no âmbito dessas ciências. Para Marx, a separação do “objeto” da pesquisa da totalidade da qual ele faz parte é um procedimento metodológico arbitrário e que descaracteriza, mutila, o “objeto real”. Com efeito, o “objeto” extraído da totalidade concreta na qual ele existe como “objeto real” é uma abstração, pois o procedimento de retirá-lo da totalidade isola e hipostasia determinados traços, usualmente aqueles imediatamente acessíveis aos sentidos, considerando-os como o próprio “objeto real”. Desse modo, se identifica o aspecto exterior da realidade, a sua aparência, com a própria realidade. A reinserção posterior do “objeto” – já deformado pela abstração que isolou e enfatizou seus traços mais superficiais – em sua realidade mais ampla será, então, necessariamente artificial, não sendo capaz de apreender, por consequência, as interações reais que se estabelecem entre o “objeto” e o seu contexto.

Destarte, a perspectiva da totalidade impõe à pesquisa, com inexorabilidade, o objeto imerso no contexto social global do qual ele é parte, isto é, o objeto necessariamente inserto nas relações sociais concretas que se estabelecem entre ele (objeto) e a sua ambiência. É justamente do complexo de relações instauradas entre a totalidade social e o objeto da investigação que

provém a “razão de ser”, as determinações do objeto. Portanto, para a metodologia marxiana, todo fenômeno social deve ser estudado como parte de uma totalidade, com a qual ele estabelece relações diversas, relações essas que lhe outorgam sua “razão de ser”, lhe constituem como um elemento singular de uma totalidade.

É sob essa concepção da realidade social como totalidade que a presente investigação empreende o exame daquilo que é o seu objeto de estudo, a expansão para o interior da Amazônia da universidade pública brasileira, apreendendo-o no âmbito social e temporal mais amplo possível: as próprias origens da universidade como instituição social, entre os séculos XI e XIII, numa região específica do planeta, a Europa Ocidental, e a sua paulatina expansão, nos séculos subsequentes, pelo resto do globo.

Os pressupostos teóricos de Marx, porém, não se restringem aos já indicados. Além de conceber a sociedade como totalidade e identificar no modo de produção o núcleo estruturante dessa totalidade, Marx afirma, também, o caráter dinâmico, movente, do mundo dos homens. O dinamismo do ser social se faz, para Marx, impulsionado por contradições imanentes e consoante as formas gerais do movimento expostas por Hegel, de quem Marx já traficava também a concepção da realidade como totalidade, apenas invertendo o seu substrato ontológico que, em Hegel, distintamente de Marx, é a “Ideia”, o pensamento, e não a matéria. Conforme concebe então Marx, o devir do ser social se realiza sob o impulso de contradições e mediante certas tendências universais, que adquirem, porém, concreção histórica, singularidade, apenas pela mediação de totalidades de menor grau de abstração, historicamente determinadas, que são formas particulares do universal. Por conseguinte, a efetiva apreensão teórica do singular torna necessário não apenas a consideração do universal, mas também da forma particular deste universal na qual se desenvolve o fenômeno singular em estudo.

Assim, a presente investigação da expansão da universidade pelo interior da Amazônia não poderia se realizar sem a consideração, também, das particularidades da universidade brasileira: seu nascimento, sua propagação pelo território nacional e alguns dos determinantes capitais de um e de outro. Além da consideração da dimensão universal da universidade, é, pois, igualmente pelo exame da sua constituição e expansão pelo Brasil, como manifestação particular da sua universalidade, que se pode perquirir pelos determinantes da expansão da universidade brasileira pelo interior dos Estados que conformam a Amazônia brasileira.

Orientada, destarte, pelos pressupostos ontológicos e pelos preceitos metodológicos apresentados, a presente pesquisa faz uso de ampla bibliografia, de distintos domínios das

Ciências Humanas (especialmente Economia Política, História, Geografia e Educação), que, segundo o juízo do seu autor, permite o desvendamento daquilo que se busca, repete-se: alguns dos determinantes da expansão da universidade brasileira pelo interior da Amazônia, sobremaneira aqueles que derivam diretamente do modo de produção da sociabilidade contemporânea. Ela se constitui, pois, numa pesquisa de cunho bibliográfico (SALVADOR, 1977; MAFRA, 2007), na qual se faz presente a contribuição de mais de 250 trabalhos científicos (dentre eles, muitos considerados, pela comunidade científica, trabalhos paradigmáticos), dos quais foram extraídos os dados e as proposições que fundamentam a análise aqui empreendida, e que são referenciados no corpo do texto ou em notas de rodapé, conforme a contribuição de cada um para cada etapa da pesquisa. De modo suplementar, faz uso de informações referentes à datas e números da expansão da universidade pública pelo interior da Amazônia – sobre as quais não existe, quase sempre, trabalhos publicados –, fornecidas pelas universidades públicas que atuam na região, após requerimento efetuado pelo autor desta.

Os seus resultados são expostos concorde a disposição textual que segue.

No primeiro capítulo, investiga-se o nascimento da universidade na Europa entre os séculos XI e XIII e o contexto social no qual ele se deu. Conforme se verá, embora florescendo em plena Idade Média, a universidade possui determinações que não se localizam na forma de sociabilidade medieval. De outro modo, advêm de uma nova sociabilidade que principiava a se desenvolver na Europa medieval, encravada em espaços urbanos que se vivificam sob o acicate de um novo modo de produção que, na época, surgia. Além desse momento de surgimento da universidade, o capítulo inicial acompanha, também, o longo processo de desenvolvimento da instituição até os decênios derradeiros do último século, buscando não apenas a descrição da expansão pela qual passou a universidade desde o seu nascimento, mas, outrossim, a indicação, ainda que sumária, das suas transformações principais ao longo desse período e, principalmente, a identificação de alguns dos determinantes fundamentais de todo o processo.

No segundo capítulo, busca-se apreender as particularidades da universidade brasileira: seu nascimento, sua propagação pelo território nacional e alguns dos determinantes capitais de um e de outro. Esse capítulo assinala, assim, o tardio nascimento, já no século XX, da universidade no Brasil, após um longo interregno de quase quatro séculos em que o ensino superior fora ministrado em escolas isoladas, e procura apontar alguns dos determinantes desse histórico peculiar. Também descreve a expansão, relativamente célere, uma vez ela tendo sido criada, da universidade brasileira, mormente no decorrer da segunda metade do século, e que

ocorre sobretudo pelas regiões sul e sudeste e pelas capitais dos Estados da federação, perscrutando, igualmente, por alguns de seus determinantes básicos.

No terceiro capítulo, consumada pelos capítulos anteriores a análise global da universidade e, em particular, da universidade brasileira, pode-se então perquirir pelo processo da sua expansão pelos municípios do interior da Amazônia. Para fazê-lo, empreende-se, em suas secções iniciais, além da descrição a mais detalhada possível dessa expansão, com dados numéricos que permitem aquilatar a sua dimensão, também a indicação do modelo de universidade que a acompanha. Nas secções derradeiras do capítulo, e com base nas conclusões auferidas das análises dos capítulos anteriores, tenta-se, enfim, identificar as determinações em âmbito mundial, nacional e local, isto é, universal, particular e singular, desse processo de expansão da universidade pública brasileira para o interior da região amazônica.

Para concluir esta introdução, duas últimas observações são ainda necessárias.

A primeira referente à delimitação do campo geográfico da pesquisa. A região amazônica brasileira é constituída legalmente, como é de conhecimento geral, pelos Estados da região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) mais o Estado de Mato Grosso e parte oeste do Estado do Maranhão. O Estado do Maranhão, portanto, é o único dentre os que compõem a Amazônia brasileira que não possui a integralidade de seu território incluso nesta. Em razão dessa peculiaridade geopolítica, se faz, à revelia do marco legal, exclusão do território maranhense das considerações da presente investigação. Assim, ao se tratar, neste trabalho, da expansão da universidade pública pelo interior da região amazônica, estar-se-á considerando a sua expansão pelos municípios do interior dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso.

A segunda e última observação versa sobre as categorias teóricas utilizadas no decorrer do texto. Para o pensamento marxiano, as categorias mediante as quais a ciência expressa o modo de ser da realidade, conforme se pode depreender dos pressupostos já expostos, têm estatuto ontológico, e não apenas teórico. Em outras palavras, não são apenas conceitos, construções da razão para explicar a realidade, mas elementos constitutivos desta, apreendidos pelo pensamento e expressos mediante terminologia apropriada. Possuem, portanto, duplo sentido, ontológico e teórico: existem no real e nele operam efetivamente, concorrendo para a sua constituição, e, uma vez apreendidas pela razão e expressas linguisticamente, passam a existir também teoricamente, como representações cognitivas de aspectos do mundo objetivo, expressões psíquicas de traços efetivamente existentes na realidade. Entendidas então com esse

duplo estatuto, ontológico e teórico, as categorias, na medida em que são utilizadas pela urdidura do texto na perseguição do objetivo da investigação, têm, ao longo dos capítulos que seguem, sua significação explicitada no próprio corpo do texto ou em notas de rodapé, a fim de que fique claro, o tanto quanto possível, o significado de cada categoria empregada, ou seja, os traços objetivos da realidade que elas efetivamente denotam.

## 1 UNIVERSIDADE E CAPITALISMO

O nascimento da universidade remonta à idade média europeia, mais precisamente ao período entre os séculos XI e XIII. Ela se constituiu como uma espécie de sociedade corporativa de mestres e alunos. Por isso o nome pelo qual foi batizada, cuja origem é o latim *universitas*, que significa comunidade, associação, corporação, e era usado, na época, para designar corporações mercantis e de ofício. A partir do século XIV, contudo, o termo passa a ser utilizado exclusivamente para a designação das referidas corporações de professores e alunos, neste momento já gozando, em sua maioria, de reconhecimento oficial mediante sanção de autoridade eclesiástica ou civil.

Após esse princípio durante o período acima indicado, o interregno entre os séculos XIV e XVIII pode ser considerado, genericamente, a quadra da definitiva consolidação da nova instituição, que, apesar de entrar em crise na Europa a partir do século XVI, adquire prestígio por praticamente todo o mundo cristão e intensifica significativamente a expansão numérica e geográfica que começara a experimentar já no século XIII, alcançando, agora, regiões situadas além das fronteiras da Europa Ocidental, seu berço, e do próprio continente europeu, chegando à América e Ásia. Assim, ao tempo em que se esparrama por todas as regiões da Europa e praticamente quintuplica o seu número em relação ao período anterior, alcançando a primeira centena, se faz presente, já às dezenas, na América (a grande maioria nos Estados Unidos) e, em suas primeiras unidades, na Ásia.

Mas é somente a partir do século XIX que a universidade experimenta os desenvolvimentos que lhe darão o perfil que hoje ela possui. Esses desenvolvimentos dirão respeito, fundamentalmente, a mudanças de três ordens, elencadas abaixo.

Primeiro, na natureza do saber que é a sua principal razão de existir. Esse, desde a fundação da universidade, fora predominantemente o saber clássico, herdado da antiguidade ou, se de origem mais recente, construído a partir dos seus fundamentos: Artes Liberais (Gramática, Retórica, Dialética, Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), Direito, Medicina e Teologia. Esse saber correspondia ao conjunto da cultura da época, desconsiderando as “artes mecânicas” e as “ciências lucrativas”, desqualificadas em razão do preconceito então vigente em relação ao trabalho manual e ao lucro monetário. O evoluir do século XIX assistirá esse saber perder espaço, no interior da universidade, para um novo saber, originário do período

moderno: a ciência empírica, principalmente a ciência da natureza. Doravante, essa ciência moderna passará a ter primazia na universidade.

Segundo, a incorporação da pesquisa, ao lado do ensino, como incumbência fundamental da universidade. Desde a sua fundação até o limiar do século XIX, a função da universidade dizia respeito, unicamente, à transmissão do saber teórico-sistemático já existente, nenhum encargo possuindo em termos de produção de novos conhecimentos. Todavia, com o irromper do século XIX, a responsabilidade com a produção de novos conhecimentos, através da pesquisa, passa também a figurar, ao lado da tarefa educativa, como objetivo solene da universidade, a lhe outorgar a razão de ser da existência.

Terceiro, um novo surto de expansão, desta feita exponencialmente mais robusto que aquele experimentado entre os séculos XIV e XVIII. Esse novo surto, de intensidade crescente, não apenas elevará muitíssimo o número de universidades no mundo, fazendo-as presente, em números significativos, em todos os continentes, como também franqueará suas portas às graduações mais baixas das classes médias e, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a indivíduos de extração proletária, num processo de relativa democratização do acesso a uma instituição até então elitista.

Nesse período derradeiro, que se estende ao presente, a universidade adquire as feições hodiernas: instituição prevalentemente destinada à pesquisa e ao ensino, na qual se produz novos conhecimentos e se transmite o saber teórico-sistemático em geral, especialmente a ciência moderna, bem como as tecnologias e fazeres associados a esses saberes, e para a qual acode percentual não desprezível da população mundial, de distintas classes sociais, ainda que majoritariamente das classes proprietárias e médias.

O presente capítulo, além de resgatar, em linhas gerais, esse vasto e multifacetado processo de surgimento, desenvolvimento, consolidação, transformação e expansão da universidade<sup>1</sup>, pretende indicar os seus determinantes fundamentais. Faz, não obstante, exclusão das últimas décadas do processo, isto é, do período que se inicia por volta da década de 90 do último século e se estende ao presente, quadra na qual se desenrola o processo de expansão da universidade pública brasileira pelo interior da região amazônica, cuja análise será reservada ao capítulo terceiro. É orientado por uma proposição básica, que buscará

---

<sup>1</sup> Para a reconstituição da história da universidade, as seguintes obras foram compulsadas: Charle e Verger (1996), Crippa (1980), Castro (1984), Castro (2014), Faingold (2005), Loureiro (s/d), Manacorda (1999), Nunes (2016), Ponce (1992), Prota (1987), Ribeiro (1978), Rossato (1989, 1998), Trindade e Mazzari Júnior (2009), Wanderley (1985), Coggiola (2001), Morhy (2004), Almeida e Pereira (2011).

fundamentar: a universidade, de suas origens até o presente, contemplando os principais fluxos de desenvolvimento, expansão e transformação que lhes foram próprios, tivera por determinante principal, ainda que genérico, os câmbios nas formas da sociabilidade humana ensejados pela crescente presença, inicialmente no prosseguimento da circulação e, posteriormente, também no da produção da riqueza, daquilo que Marx chamava de capital (um complexo de relações sociais de exploração e subjugação).

Embora, como já indicado, o nascimento da universidade ocorra entre os séculos XI e XIII, em plena vigência do modo de produção feudal, o seu impulso vital não se encontra nos traços societários associados àquele modo de produção. De outro modo, serão as modificações no padrão medieval de sociabilidade provocadas pelas primeiras manifestações, nos interstícios da sociedade feudal, do capital, embora não ainda na sua forma mais desenvolvida, o capital industrial, mas na sua forma precedente de capital comercial (mercantil e portador de jurus), que criarão a ambiência cultural na qual a universidade viceja, bem como as demandas sociais para cuja satisfação ela se constitui. Da mesma forma, os desenvolvimentos subsequentes da instituição, que a conduzem a consolidação, expansão, transformação e relativa democratização já referidas, também são capitaneados pelas mudanças nas sociedades gestadas pelo curso expansionista do capital, dirigindo, com amplitude crescente, os processos de circulação da riqueza e também se assenhorando, igualmente com amplitude crescente, dos processos de produção, até o ponto da universalização da subsunção desses processos produtivos aos circuitos do capital, conforme ocorre nos dias de hoje.

Destarte, sob a regência dessa tese e com o propósito de dotá-la de fundamentos categoriais e históricos, a estruturação do texto será a que segue, em cinco secções. Após estas considerações introdutórias, a segunda secção descreve o surgimento da universidade a partir das escolas medievais, indica os traços característicos dessa nova instituição em seu alvorecer, estabelece os principais determinantes do seu nascimento e trata da sua consolidação e expansão ao longo dos séculos XIV e XV, apesar da crise que se abatera sobre a sociedade medieval durante esses dois séculos. A terceira secção aborda as mudanças sofridas pela instituição ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, conducentes à universidade moderna, procurando identificar os processos sociais que estão em sua base. A quarta secção discute as transformações pelas quais passa a universidade a partir do século XIX, mais uma vez buscando identificar a dinâmica social que serve de força motriz a tais mudanças. A secção derradeira, por fim, trata do processo de relativa democratização da instituição a partir da segunda metade do século XX, novamente procurando identificar as suas determinações fundamentais.

## 1.1 O surgimento da universidade

O ocaso do império romano, a sua bancarrota frente à invasão dos povos designados bárbaros, não significou apenas o fim do maior e mais poderoso império da antiguidade e a desaparecimento do presunçoso modo de vida romano. Significou, igualmente, a obnubilação da portentosa cultura clássica. Esta apenas não desaparecera por completo devido a alguns poucos polos de conservação, ligados à igreja católica. Efetivamente, o catolicismo preservara, embora não sem discriminações e transmudações, o legado cultural greco-romano. Dentre esse legado, a escola: instituição na qual se ensina e aprende o saber letrado, sistemático, literário-filosófico-científico<sup>2</sup>.

As primeiras escolas medievais se constituíram ainda no início do século V para a educação dos futuros sacerdotes, em decorrência da grande ignorância do clero à época e tendo em vista o propósito evangelizador da igreja. Segundo o entendimento do Papa Zózimo, responsável pela instituição, em 418, dessas primeiras escolas, era necessário que os padres “aprendessem antes de ensinar” (MANACORDA, 1999, p. 114). Apesar de criadas, a princípio, com o objetivo de instruir a juventude para o sacerdócio, essas escolas, gradativamente, passaram a atender todos aqueles que as procuravam, mesmo os que não pretendiam seguir carreira eclesiástica.

Em suas origens, no mundo clássico, as escolas desempenhavam o papel de transmissoras do saber letrado, teórico, sistemático, aos filhos das camadas econômica e politicamente dominantes. Em termos genéricos, o conteúdo do ensino era: Leitura, Escrita, Gramática, Literatura, Aritmética, Lógica, Conhecimentos Gerais (Filosofia, Astronomia, Música, Geometria etc.) e, nos níveis mais avançados, Retórica e Direito. As escolas criadas pela igreja na Idade Média esmaeceram esse programa. Conforme a orientação pedagógica de Santo Agostinho, principal teólogo católico da Alta Idade Média, o centro da aprendizagem deveria ser a “Sagrada Escritura”, para a qual deveria se voltar “todo o interesse que possam merecer as artes liberais, as línguas e as ciências” (NUNES, 2016, p. 67). Assim, consoante pugnava Flávio Cassiodoro Senator, relevante pensador e pedagogo do período, as Artes Liberais deveriam “ser aprendidas somente para poder, graças aos ensinamentos nelas contidos,

---

<sup>2</sup> Sobre a passagem da antiguidade para o feudalismo, o texto de Anderson (1992) proporcionou uma inestimável contribuição. Elementos isolados, mas úteis, também foram obtidos na quarta parte do trabalho de Cornell e Matthews (1996) e nas duas primeiras partes da obra de Matthew (1997). Por fim, a síntese mais econômica do último capítulo de Childe (1977) também contribuiu. Sobre a escola na antiguidade e no medievo, Ponce (1992) e Manacorda ofereceram trabalhos essenciais. Especificamente sobre a cultura e a escola da Idade Média, Nunes (2016) disponibilizou informações válidas.

entender mais profundamente as palavras divinas” (apud MANACORDA, 1999, p. 124). Na prática, essa sujeição do saber clássico à teologia significava, com poucas exceções, a sua corrupção ou mesmo abandono pelas escolas religiosas, que se converteram em pouco mais que centros de catequização.

As escolas religiosas se estabeleceram, em seu nível elementar, nas igrejas matriz de cada paróquia e nos mosteiros; em seu nível mais elevado, nas igrejas catedrais. Eram em pouco número até o século XI (século do nascimento da universidade), mesmo tendo conhecido um período de relativo desenvolvimento durante o renascimento da cultura clássica promovido pelo reino franco, sob a dinastia carolíngia (século VIII ao X). Durante esse período carolíngio, a revalorização da cultura clássica ensejou, nas melhores escolas, uma retomada mais circunspecta do legado greco-romano, ainda que o saber religioso continuasse a ser considerado o saber por excelência e o fim último da educação. A partir de então, o currículo escolar padrão fora consolidado na forma do ensino das primeiras letras e dos designados Trivium (Gramática, Lógica e Retórica) e Quatrívium (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), e, acima destes, “canto, liturgia e Sagrada Escritura”. Segundo a pedagogia vigente na época, o ensino do Trivium “tinha por objetivo formar o homem”; o Quatrívium, “compreender o mundo no qual ele [homem] vivia”; a Teologia, como coroamento, “oferecia a explicação do sentido da vida do homem com base nas Escrituras, nos padres da Igreja e na Revelação” (ROSSATO, 1998, p. 16-8).

Por volta do início do século XI, começaram a surgir também, em núcleos urbanos prósperos, ao lado das escolas religiosas, escolas municipais e particulares destinadas ao ensino das Artes Liberais (Trivium e Quatrívium), Filosofia, Direito e Medicina.

O desenvolvimento daquelas escolas da igreja e o florescimento dessas escolas municipais e particulares estão na origem das primeiras universidades. Assim, a Universidade de Bolonha, cujo reconhecimento por parte do poder secular e pela igreja ocorreu, respectivamente, nos anos de 1158 e 1291, originou-se, tudo indica, de escolas particulares de Retórica e Direito que se implantaram na cidade de Bolonha, no início do século XI. Já a Universidade de Paris, reconhecida pelos poderes temporal e sagrado no ano de 1231, desenvolveu-se a partir das escolas religiosas de Lógica e de Teologia de Paris. A Universidade de Oxford, reconhecida por carta real no ano de 1217, também foi originária de escolas ligadas à igreja. Por fim, a Universidade de Montpellier, reconhecida pela igreja em 1233, parece que derivou de escolas particulares de Medicina. Essas quatro universidades, fundadas ao longo dos séculos XI e XII, foram as primeiras da história. Segundo leciona Nunes (2016, p. 177), não

houve data precisa para o aparecimento delas, pois “formaram-se espontaneamente”. Os atos de reconhecimento por parte do Estado e da igreja “só vieram consagrar o que era fato consumado, ou seja, a constituição de uma corporação de mestres e estudantes”. Assim, “apenas reconheceram oficialmente as novas instituições”.

Além da consolidação dessas primeiras universidades, o século XIII testemunharia ainda a criação de quase duas dezenas de novas instituições universitárias, majoritariamente em cidades da Itália e da França, mas também na Inglaterra, na Espanha e em Portugal. Rossato (1988 p. 29-30) enquadra em três distintas categorias as universidades surgidas nesse século: universidades surgidas de migrações, universidades plantadas e universidades espontâneas. As primeiras resultaram de defecções de professores e alunos de Bolonha e Paris, em razão de desentendimentos internos e/ou convite de cidades rivais. As universidades plantadas foram aquelas “criadas por papas, reis ou príncipes para atender a um objetivo específico ou a uma circunstância do momento”. As espontâneas, por fim, surgiram independentemente, de escolas já existentes, em processos semelhantes aos que instituíram as primeiras universidades nos séculos XI e XII. Muitas dessas novas universidades obtiveram reconhecimento legal ainda no decorrer deste século XIII. Todavia, nem todas vingaram. No âmbito das que se desenvolveram, merecem destaque, pelo prestígio angariado, Cambridge (Inglaterra) e Salamanca (Espanha).

### 1.1.1 Porque surgiram as universidades

Conforme indicado acima, a universidade nasceu entre os séculos XI e XII, em plena sociedade feudal. A representação predominante do feudalismo é a de uma sociedade agrária e de produção para a subsistência, na qual as cidades, além de poucas e pequenas, são destituídas de importância, e o feudo, unidade fundamental de produção e de consumo, é praticamente autossuficiente. Nela, sociedade feudal, o comércio é ínfimo e, a rigor, prescindível à dinâmica da reprodução material. As relações são estáveis, o tempo é lento e as alterações sociais consomem séculos<sup>3</sup>.

Certamente, essa imagem do feudalismo corresponde a traços concretos do que fora o mundo feudal e está, em certo sentido, correta. Considerar que ela esgota a totalidade do feudalismo ao longo de sua milenar existência seria, todavia, um equívoco. Dentre outras razões porque o feudalismo não existiu de modo estático, mas num fluxo irrefreável no qual

---

<sup>3</sup> Sobre o feudalismo, foram fundamentais as contribuições dos seguintes trabalhos: Dobb (1986), Huberman (1986), Monteiro (1991), Santiago (1975), Pernoud (s/d), Pirenne (1973) e Sweezy et al. (1977).

ele, paulatinamente, emergiu a partir de outra forma de sociabilidade (a sociedade antiga, assentada no modo de produção escravista) e no qual ele, após estabelecido, se converteu, também progressivamente, na forma moderna de sociabilidade, estribada nas relações capitalistas de produção. As sociedades não anoitecem com uma forma e amanhecem com outra; dormem feudais, acordam capitalistas. De outro modo, vivenciam um processo no qual as novas determinações de uma nova ordem social nascem no seio da antiga ordem e nela subsistem e se desenvolvem por certo lapso de tempo, maior ou menor, conforme os casos, até finalmente assumirem a condição de traços hegemônicos do ordenamento social, conformando um novo modelo de sociabilidade. Assim aconteceu com o feudalismo, tanto em sua constituição como em sua desintegração. Os seus traços básicos, sumarizados no parágrafo anterior, que normalmente servem para descrevê-lo, coexistiram, no decorrer de sua longa constituição e de sua igualmente longa desintegração, com traços peculiares aos dois tipos de formação social, escravista e capitalista, que respectivamente lhe antecedeu e sucedeu, no tempo, a existência.

Destarte, no momento do nascimento das universidades, séculos XI e XII, começavam a germinar, no próprio interior do feudalismo, as sementes do que viria a se constituir na nova forma, capitalista, de produção social da existência. É justamente a esses germens dessa nova forma de produção da riqueza e a seus desdobramentos no conjunto da vida social, e não ao padrão feudal de sociabilidade, que a universidade deve o seu alvorecer.

Conforme já observado, a vida rural e a produção para o consumo são dois traços essenciais da sociedade medieval. Mesmo antes da definitiva bancarrota do império romano, “as cidades romanas foram cercadas de muralhas, e, sem desaparecer, começaram a viver mediocrementemente” (VILAR, 1975, p. 37). Com a queda do império, em 476, esse processo se acentua e conduz a significativa redução das cidades maiores e a completa desaparecimento das menores. O processo mais uma vez é intensificado a partir do século VII, quando a expansão árabe fecha a rota mediterrânea de comércio ocidental com o oriente, decretando vigoroso refluxo das atividades econômicas nas poucas cidades que ainda conseguiam se manter vívidas após a queda de Roma. Este último episódio determinou “o fim da atividade comercial e, portanto, dos mercadores”, provocando o definitivo ocaso das cidades “e imprimindo, de vez, o caráter agrícola à Europa Ocidental” (SPÓSITO, 2014, p. 27). Com isso, a vida social passa

inteiramente a gravitar sob o eixo das propriedades rurais e a economia é quase que totalmente absorvida pela produção de valores de uso<sup>4</sup>.

A partir do século XI, esse quadro social típico da alta medievalidade começa, no entanto, a se alterar e núcleos de comércio, indústria artesanal mercantil e urbanização voltam a se fazer presentes nos territórios da Europa ocidental. Com o evoluir do processo, já no século subsequente (século XII), o comércio estará, novamente, generalizado. As cidades, “grandes ou pequenas”, pulularão por toda parte: “há, em média, uma em cada 5 léguas quadradas de terreno”. A indústria artesanal urbana renascerá e a divisão do trabalho entre campo e cidade voltará a estabelecer-se, “provendo o campo ao abastecimento das cidades, e fornecendo-lhe as cidades, em contrapartida, produtos comerciais e objetos fabricados” (PIRENNE, 1973, p. 82).

Esse renascimento mercantil, industrial e urbano no interior da ordem feudal, a partir do período indicado, decorreu, principalmente, de três fatores. Primeiro, certo desenvolvimento das forças produtivas: abertura de novas terras para a agricultura; aperfeiçoamentos na metalurgia e utilização do ferro na confecção dos instrumentos de trabalho; invenção e difusão de novos tipos de tração animal na labuta agrícola; invenção e generalização da charrua; adubagem das terras com estrume animal; rotação de culturas. Segundo, elevação da produtividade e, conseqüentemente, crescimento demográfico, extensão da divisão social do trabalho e incremento do excedente. Terceiro, retomada da rota comercial mediterrânea entre Europa e Oriente, devido ao êxito do ocidente nas lutas contra os islamitas, cujo capítulo mais notável fora constituído pelas cruzadas<sup>5</sup>, levadas a cabo por uma aliança entre a igreja<sup>6</sup>, os nascentes Estados nacionais e alguns grandes senhores feudais.

---

<sup>4</sup> Um produto do trabalho, quando se destina ao comércio, converte-se em mercadoria. Produto do trabalho que se destina ao mercado, a mercadoria possui dupla dimensão: a) é um objeto útil; b) é um objeto de valor. Como objeto útil ela é um valor de uso: “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. A utilidade da mercadoria é determinada, evidentemente, por suas qualidades materiais, “pelas propriedades do corpo da mercadoria”, pelos atributos físicos e químicos do objeto. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Mas a mercadoria também é um objeto de valor. Como objeto de valor, ela, mercadoria, é um valor de troca, isto é, um objeto que possui a capacidade de ser trocado, em determinadas proporções, por qualquer outro objeto: “o valor de troca aparece [...] como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie”. O que determina o valor de troca de uma mercadoria é o seu “valor”, isto é, o tempo médio de trabalho que a sociedade consome para produzi-la, o tempo de trabalho social objetivado no corpo da mercadoria (MARX, 1988, v. 1, t. 1, p. 45-6). Adiante (subseção 1.2.1), a categoria “valor” será retomada com um pouco mais de circunspeção.

<sup>5</sup> Mello (1989) proporcionou uma visão de conjunto, embora sintética, das cruzadas.

<sup>6</sup> Conforme escreve Castro (2014, p. 44), devido à grande crise na qual mergulhava o modo de produção feudal desde o século X, a igreja, principal instituição da sociedade ocidental medieval, foi mobilizada “para a busca de novos espaços em direção ao oriente, objetivando desatar o nó que deixou o continente europeu, principalmente

É importante assinalar que esse ressurgimento de uma sociabilidade urbana, no interior da qual proficuamente se desenvolviam o comércio e a indústria, de modo algum se constituiu numa retomada do padrão precedente, da antiguidade, que estanca e retrocede com a crise e a bancarrota do império romano. A cidade antiga e a cidade medieval são, em essência, distintas<sup>7</sup>.

A cidade antiga tivera por base o campo: “a história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura” (MARX, 2011, p. 74). Os habitantes nucleares das cidades antigas eram os senhores de escravos, dependentes, para a reprodução de suas condições materiais de vida, do excedente que extraíam de suas propriedades rurais, exploradas mediante trabalho compulsório de homens que haviam perdido, geralmente em decorrência da guerra de conquista, a condição de homens livres. Em torno dessa classe escravagista, para servi-la de produtos e de serviços diversos (artefatos, armas, vestimentas, religião, educação etc.), bem como constituindo o poderio militar que assegurava a sua supremacia de classe, complementava a população das cidades antigas uma diversificada camada social intermediária constituída por artesãos, comerciantes, sacerdotes, burocratas, soldados etc., igualmente em dependência do excedente extraído do campo. Em suma, na antiguidade, a cidade não possuía vida econômica própria, existindo em absoluta dependência do “fluxo permanente de um excedente alimentar do campo à cidade [...] que põe e repõe as condições de sobrevivência da cidade” (SINGER, 1983, p. 14).

As cidades medievais que se formam ou se desenvolvem a partir do século XI, por sua vez, não se constituíam em local de moradia da classe dominante da sociedade feudal. Politicamente fragmentada, a sociedade feudal não permitira uma classe dominante absentista em relação à propriedade fundiária que estribava sua supremacia econômica, social e política. Diferente da aristocracia escravocrata, a nobreza feudal habitava o campo, de sorte que toda a produção social a ela, nobreza, subordinada, inclusive a artesanal (que ao longo da antiguidade se estabelecera na cidade), se instalara no campo. Por conseguinte, o processo de urbanização da idade média não ocorre em virtude da migração de uma classe escravocrata, acompanhada de seus serviçais, para o solo urbano. De outro modo, ele se realiza em razão da migração de servos, cansados de sua condição servil, em busca de liberdade e melhores condições de vida.

---

a sua porção ocidental, impossibilitada de efetuar trocas com mercadores de todos os lugares dos dois continentes que se avizinham ao europeu”.

<sup>7</sup> Para a percepção histórica do desenvolvimento das cidades, foram fundamentais os textos de Spósito (2014), Davis (1977), Sjöberg (1977) e Singer (1983).

Na cidade, esses ex-servos não podiam viver como outrora os habitantes das cidades antigas: à custa do excedente extraído do campo pela antiga classe dominante. Destarte, se desenvolve na cidade o que Marx designa de um “pequeno modo de produção”, relativamente independente do campo, de cunho artesanal, no qual “a produção era executada por pequenos produtores, donos de seus próprios instrumentos de produção, que comerciavam livremente seus produtos” (DOBB, 1986, p. 63). Não se trata, portanto, “da continuidade de uma urbanização interrompida com a destruição de determinado modo de produção”, no caso, o escravista. Trata-se, isto sim, “de uma urbanização cujo sentido aponta para direção oposta àquele e que anuncia outro modo de produção, qual seja, o capitalista” (CASTRO, 2014, p. 45-6).

Naquele pequeno modo de produção urbano-artesanal, ao lado daqueles que se ocupavam com a produção, emerge, necessariamente, uma camada social devotada ao comércio, inicialmente na forma de um limitado e imprescindível intercâmbio local entre os produtos rurais e aqueles engendrados pela labuta urbana. Posteriormente, impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo incremento da produtividade, este comércio começa, progressivamente, a ampliar o seu raio de ação e a sua escala, bem como a diversificar os seus produtos. Assim, logo surgirá “uma classe privilegiada de burgueses que, separando-se da produção, [...] [começa] a se empenhar exclusivamente no comércio atacadista”, vindo a acumular, mediante esta atividade, soma crescente de “riqueza móvel” (valores de troca) (DOBB, 1986, p. 63). Significativo quinhão desse comércio atacadista irá operar com produtos orientais, novamente acessíveis aos comerciantes europeus, na medida em que o conflito com o islã começa a pender para o lado cristão, reabrindo as rotas comerciais com o oriente, outrora fechadas pelo avanço mulçumano, conforme já assinalado. Ao mesmo tempo, o incremento da riqueza em dinheiro abrirá uma nova frente para o comércio: o comércio de dinheiro ou usura. Nas cidades europeias recém-criadas ou vivificadas surgirá, então, uma nova classe dominante, constituída por comerciantes e prestamistas, “que, em contraste com a velha, não se apropria mais de um mais-produto formado por valores de uso, mas acumula riqueza ‘móvel’, valores de troca” (SINGER, 1983, p. 17).

Evidentemente, a produção capitalista ainda teria que esperar alguns séculos. O pequeno modo de produção urbano, apesar de engendrar mercadorias, ainda se constitui naquilo que Marx (1988) designa de “produção mercantil simples”, isto é, no “comércio de mercadorias entre os próprios produtores, que está voltado para o intercâmbio de valores de uso como finalidade última” (v. 3, t. 1, p. 233). Bem entendido, nesse modo de produção urbano, o que

ocorre é “transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar” (v. 1, t. 1, p. 121), cujo ciclo é representado pela fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) – ou seja, um modo de produção no qual, reitera-se, “consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso” é o “objetivo final” (v. 1, t. 1, p. 123).

Todavia, “a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”. A “produção de mercadorias”, a “circulação desenvolvida de mercadorias”, o “comércio” se constituem nos “pressupostos históricos sob os quais ele [capital] surge” (MARX, 1988, v. 1, t. 1, p. 121). Ainda mais, o capital não apenas tem na circulação de mercadorias um de seus pressupostos como também “capital enquanto capital aparece [...] inicialmente no processo de circulação”. Nele, processo de circulação, fazendo transitar como mercadoria, entre núcleos de produção não capitalistas, parte do produto excedente desses núcleos, “o dinheiro se desenvolve, tornando-se capital” (MARX, v. 3, t. 1, p. 234).

O valor já fora definido atrás (nota de rodapé nº 4) como “o tempo de trabalho social objetivado no corpo da mercadoria”. De fato, todas as mercadorias têm em comum o fato de serem elas produtos do trabalho humano, genericamente considerado. O trabalho humano em sua generalidade é por Marx (1988) designado de “trabalho abstrato”: trabalho subtraído de sua forma material concreta e considerado apenas como “dispêndio de energia humana”. Por conseguinte, são as mercadorias, quaisquer que sejam as suas forma materiais, os seus valores de uso, cristalizações do trabalho humano em geral, do trabalho abstrato. Enquanto cristalizações dessa substância comum que é o “trabalho abstrato”, as mercadorias diferem apenas quantitativamente uma das outras, algumas possuindo mais, outras menos, trabalho cristalizado em seus corpos. Em outros termos, todas são “valores” e diferem somente quantitativamente entre si: algumas exprimem mais outras menos valor. Desse modo, podem ser comparadas entre si e intercambiadas, nas devidas proporções, conforme o quantum de trabalho abstrato (valor) materializado em cada uma delas.

Todavia, o valor não deve ser visto como uma categoria imanente aos produtos do trabalho. Ele é apenas a forma social que assume esses produtos no âmbito de uma economia mercantil. Como escreve Rubin (1980), “o produto adquire valor somente nas condições em que é produzido especificamente para a venda, e adquire, no mercado, uma avaliação exata e objetiva que o iguala (através do dinheiro) a todas as outras mercadorias”, bem como “lhe confere a propriedade de ser trocável por qualquer outra mercadoria”. Em outros termos, “uma determinada forma de economia (economia mercantil), uma determinada forma de organização

do trabalho [social], através de empresas isoladas, de propriedade privada, são os supostos” (p. 83- 4). Assim, o valor é, na verdade, uma relação social entre produtores privados, formalmente independentes e autônomos, que confrontam e trocam, no mercado, os produtos de seus respectivos trabalhos, consoante o tempo de trabalho socialmente necessário objetivado em cada um. O valor, pois, “expressa um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas” (p. 84). Ou, de modo ainda mais exato, “o valor é uma ‘relação social tomada como uma coisa’, uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade das coisas” (p. 85).

Necessário ainda observar, novamente nos termos de Rubin (1980), que o valor percebido como “expressão das relações de produção entre as pessoas” não contradiz a sua perspectiva como “expressão do trabalho abstrato”, ou seja, tempo de trabalho social cristalizado em cada mercadoria. A questão é que a teoria marxiana do valor analisa o valor em seus aspectos quantitativo e qualitativo: como tempo de trabalho abstrato, o valor é capturado em “seu aspecto quantitativo (como uma magnitude)”; já como uma relação social, o valor é capturado em “seu aspecto qualitativo (como uma forma social)” (p. 85). Dito de outra forma, a “base técnica” do valor é “a condensação material do trabalho (como elemento da produção) em coisas que são produtos do trabalho” – o que, ademais, ocorre em qualquer modo de produção. A “causa do valor”, contudo, são as relações sociais de produção entre as pessoas numa economia mercantil (p. 88). O valor, pois, é uma relação social e é, também, trabalho social objetivado.

O dinheiro, por sua vez, é a mercadoria que se converte, ao se generalizar a produção para o mercado, em equivalente geral de todas as outras mercadorias e, assim, torna-se um expediente eficaz para a circulação sem embaraço das mercadorias, ao tempo em que confere ao valor uma personificação, uma forma material independente em relação ao corpo de todas as demais mercadorias. Ao fazê-lo, o dinheiro reifica definitivamente o valor, pois faz com que este (uma relação social entre os homens) apareça como uma coisa específica (o próprio dinheiro). Destarte, ao assumir, mediante o dinheiro, uma forma material independente, o valor torna-se, efetivamente, capaz de regular as relações de troca e adquire a possibilidade de se converter em capital.

Marx (1988) é claro quanto à natureza do capital, quanto à determinação que faz do dinheiro, além de equivalente geral e meio de circulação, também capital. No momento em que ele adentra no processo de circulação representado pela fórmula D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), “transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em

dinheiro, comprar para vender” (v. 1, t. 1, p. 121-2), circulação essa cujo objetivo é a alteração quantitativa de D, que no processo se converte em D', uma grandeza de valor maior que D inicial (isto é,  $D + d$ ); quando adentra neste ciclo, “dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital” (v. 1, t. 1, p. 122). O capital, portanto, é um processo: valor (dinheiro) em movimento de expansão, de autovalorização.

Não resta dúvida de que a atividade do comerciante atacadista da Baixa Idade Média, que opera em grande escala e atua num âmbito geográfico dilatado, e, logo em seguida, também a ação do prestamista, se desenvolvem no interior do ciclo D-M-D'. Nas comunidades urbanas medievais da baixa idade média, “o elemento comercial [...] reunia em suas mãos os primeiros germes do capital mercantil e prestamista que, mais tarde, seria empregado em grande escala” (DOBB, 1986, p. 52). Nelas, comunidades urbanas medievais, têm lugar o início do processo histórico através do qual o capitalismo se desenvolve e cujo protagonismo cabe, neste início, ao capital comercial. Ainda sem dominar a produção e, assim, constituir um novo modo de produção, o capital começa, não obstante, a se manifestar na circulação. Através do comércio, “o valor torna-se [...] valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital” (MARX, 1988, v. 1, t. 1, p. 127). Assim, “no decorrer do século XI, verdadeiros capitalistas já existiam em grande número de cidades” (PIRENNE, 1973, p. 168).

O nascimento das primeiras universidades ocorreu, então, no âmbito temporal, geográfico e social deste “pequeno modo de produção” urbano, voltado para a produção de valores de troca. Embora ainda haja, conforme já dito, alguns séculos de distância em relação ao modo de produção capitalista, o fato é que no interior dessas novas ou revivificadas cidades medievais, o capital já emergia em sua forma comercial, ao tempo em que a burguesia despontava como uma classe social nova e em antagonismo com a estrutura social feudal então vigente, alicerçada na propriedade da terra e na produção para o consumo. Destarte, a universidade deve a sua origem às demandas intrínsecas a essas novas formações sociais, no seio das quais o capital principiava a exercer a sua influência, doravante crescente, ao tempo em que os proprietários do capital (grandes comerciantes e grandes prestamistas) também começavam a acumular poder e prestígio social.

As novas demandas dessa nova sociabilidade urbana que determinaram de modo mais incisivo o processo de constituição da universidade podem ser identificadas. Foram, essencialmente, as duas que seguem.

Primeiro: a necessidade de apropriação do saber letrado e contábil para a administração expedita dos negócios privados. A rigor, um analfabeto não encontra maiores obstáculos para lavrar a terra, criar animais e fabricar com as próprias mãos as roupas que veste ou o mobiliário que tem em casa para as suas necessidades domésticas. O mesmo pode ser dito do que se refere à administração de grandes propriedades rurais de subsistência e à cobrança de impostos em espécie. Em outros termos, a dinâmica econômica do feudo requiritava, para a sua reprodução, de pouco mais que o saber empírico-prático produzido e transmitido mediante a própria inserção na vida social e coparticipação nas atividades produtivas. Indústria comercial, comércio e usura, por sua vez, são bem mais exigentes, clamando, para maior desenvoltura, por um saber abstrato, letrado e contábil – fato que fizera então renascer o interesse pelo saber clássico.

Segundo: a exigência de constituição e legitimação de um novo ordenamento político-jurídico, consoante às necessidades da vida urbana e das atividades econômicas (industriais e comerciais) que tinham lugar no seu interior. As formas de governo e o direito que vigiam até então eram adequados à ambiência rural e à economia de subsistência que caracterizavam, conforme já visto, a sociedade medieval. A vida nas cidades e o comércio, por sua vez, engendravam “situações complicadas que surgem nas transações comerciais, ou provocadas pelo mero fato de serem muitos a viver num espaço relativamente restrito” (PERNOUD, s/d, p. 33). A governança dos homens, o direito e a administração da justiça precisavam ser amoldados à nova situação. Por conseguinte, especialistas em gestão de negócios públicos, legislação, aplicação da lei etc. se tornavam necessários, em maior número e com novas qualificações – fato que induzira à retomada do legado romano, especialmente o direito.

Bem entendido, o nascimento da universidade foi uma demanda posta à reprodução da forma de sociabilidade que emergia no interior daquelas novas cidades medievais, dedicadas à indústria artesanal e ao comércio. Foi condicionado pelos desenvolvimentos históricos apresentados nesta seção, para os quais foi determinante a emergência do capital no âmbito da circulação da riqueza: o incremento das forças produtivas, o renascimento comercial e urbano, as necessidades epistemológicas decorrentes das novas atividades econômicas e da forma de vida urbana.

### 1.1.2 Consolidação e expansão

Que a universidade deve sua origem à sociabilidade burguesa nascente na Europa a partir do século XI, e não à sociabilidade medieval, conforme desenvolvido na subseção anterior, é prova incontestável o fato de que os dois séculos imediatamente subsequentes àqueles que testemunharam o nascimento da universidade terem sido séculos de crise generalizada da sociedade feudal e, não obstante, séculos que presenciaram, ao mesmo tempo, não apenas a definitiva consolidação da nova instituição, mas também uma significativa expansão numérica e geográfica da mesma: “novas universidades não pararam de surgir e, pouco a pouco, expandiram-se por todos os países” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 22). Assim, ao longo dos séculos XIV e XV, mais de cinquenta novas universidades foram criadas e, dentre elas, muitas fora da Europa Ocidental (sua região natal), em territórios da Europa central e uma na Ásia (ROSSATO, 1989; 1998).

A crise econômico-social do feudalismo no período em apreço manifestou-se na forma de epidemias de fome e doenças, revoltas camponesas e guerras. A melhor expressão do impacto desses fenômenos talvez seja a dinâmica demográfica europeia no período: um decréscimo absoluto da população europeia na casa de 40% (MONTEIRO, 1991, p. 74). As causas da crise estavam na própria estrutura do modo de produção feudal, fundamentalmente nos dois fatores que seguem. Primeiro: o esgotamento das possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas. O recurso de desbravar novas terras para o cultivo, largamente utilizado nos séculos precedentes, chegara ao seu limite, em razão da baixa fertilidade das terras ainda por cultivar. Ao mesmo tempo, as outrora terras férteis, já lavradas, manifestavam sinais de exaustão, ensejando acentuado decréscimo da produtividade, sem que houvesse, na época, técnicas apropriadas para a recuperação dessas áreas. Segundo: a exasperação da exploração servil pelos senhores feudais, que buscavam assim compensar a redução do produto excedente do qual se apropriavam. A intensificação da exploração nessa quadra de decréscimo da produtividade, evidentemente, reduzia o montante do produto que assegurava aos servos a satisfação das suas necessidades, aumentando-lhes a fome e predispondo-os não apenas às enfermidades, mas também à rebelião.

Não obstante esse quadro de crise social aguda, as universidades prosperavam, posto que a economia urbana era em grande medida independente da dinâmica da economia rural e sofria bem menos os reveses da exaustão das forças produtivas feudais. No século XIV, vinte e quatro novas universidades foram criadas, dentre elas, como já assinalado, algumas na Europa Central, entre as quais se destacaram as universidades de Heidelberg (Alemanha), Viena

(Áustria) e Praga (atual República Checa). A exata distribuição dessas novas universidades conforme a nacionalidade foi a seguinte: “seis na Itália, seis na França, três na Espanha, três na Alemanha, uma na Áustria, duas na Hungria, uma na Polônia, uma na Tchecoslováquia e uma em Portugal” (ROSSATO, 1998, p. 34). No século XV, seriam fundadas trinta e duas novas universidades pela Europa, dentre elas as primeiras universidades da Suíça, Suécia, Dinamarca, Escócia e Bélgica. Foi criada também, em 1453, a primeira universidade fora da Europa, a universidade de Istambul, na Turquia. Lovaina, na Bélgica, fora a universidade que mais se destacara dentre as fundadas no século XV.

Até o final do século XV, apesar de disseminada por distintas regiões, a universidade conservou, no essencial, identidade única: era a instituição encarregada do mais alto grau do ensino, que outorgava licenças e títulos àqueles que a frequentavam. Possuía privilégios e organização próprios. Gozava de “forte democracia interna”, tinha bibliotecas rudimentares (o que outorgava primazia a oralidade no ensino) e se destinava predominantemente aos filhos das “classes intermediárias” urbanas<sup>8</sup>. O ensino era ministrado em latim e conservava a hierarquia dos saberes própria da idade média, isto é, na base do conhecimento estavam as disciplinas do trivium e quadrivium, consideradas propedêuticas aos saberes propriamente tidos como superiores: Medicina, Direito Civil, Direito Canônico e Teologia (esta última ainda considerada o saber superior por excelência). Os métodos de ensino eram baseados, fundamentalmente, na leitura das “autoridades” de cada área e nas discussões públicas. Era, enfim, uma instituição marcadamente “homogênea”, conservando, no essencial, o perfil com o qual nascera. Apenas a sua autonomia, dentre os seus traços originários, principiava a ser abalada, em decorrência dos conflitos religiosos e políticos associados ao Grande Cisma do ocidente<sup>9</sup>, que deram origem ao nascimento de alguns Estados e igrejas nacionais, muitos dos quais responsáveis pela fundação

---

<sup>8</sup> “Os nobres nunca foram numerosos nas universidades medievais; frequentemente menos de 5% e, no máximo, 10 a 15 %, em casos excepcionais. Os estudos universitários não conduziam ainda nem ao tipo de cultura nem ao tipo de carreira a que esse grupo social se dedicava preferencialmente. Os custos e a duração dos estudos, por outro lado, eram suficientes para afastar a grande massa populacional [...] É bem provável, portanto, que o maior número dos estudantes e dos graduados viesse das ‘classes médias’, sobretudo urbanas (notários, comerciantes, artesãos abastados). Se se tratassem de pessoas de alguns recursos, os diplomas significam ainda um meio de ascensão social e também uma forma de obtenção de muitos rendimentos, ou, no mínimo, serviam para galgarem posições mais seguras e mais prestigiosas [...] No fim da Idade Média, a prática dos estudos tornara-se uso corrente em algumas famílias de oficiais reais, de juristas ou de médicos” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 28). Destaca-se que essas considerações referentes a procedência social da clientela das primeiras universidades corrobora a tese, defendida neste trabalho, sobre as determinações do nascimento da universidade se localizarem na sociabilidade proveniente do modo de produção mercantil urbano, e não da sociabilidade e modo de produção feudais.

<sup>9</sup> Cisma religioso na Igreja Católica que, durante o período, possuiu mais de um papa, cada um deles sendo reconhecido como tal por diferentes esferas geográficas do poder político

de algumas dentre as novas universidades do período, que assim passavam à tutela dos Estados e das igrejas.

## **1.2 A transição para a universidade moderna**

O prestígio e a homogeneidade que a universidade conseguira manter ao longo dos seus séculos iniciais começaram a soçobrar, no entanto, com o desdobrar da era moderna. O interregno entre os séculos XVI e XVIII foi um período de contestação para a universidade, produzindo transformações. Estas incidiram, principalmente, sobre a tutela da instituição, o fluxo da sua difusão e a forma do saber cultivado. Com essas mudanças, “as universidades [...] foram atingidas na sua essência – novo saber, novas formas, novos senhores” (ROSSATO, 1998, p. 42). Os parágrafos abaixo dedicam-se a apontar e comentar as mais significativas dentre essas mudanças.

Primeiro, é necessário assinalar certa alteração no processo de expansão da universidade, com o arrefecimento do ímpeto de sua propagação europeia. Nos primeiros cinco séculos de vida da universidade, setenta e seis instituições foram criadas na Europa, e, conforme visto, num ritmo que recrudescia com o evoluir do tempo: uma, no século XI; três, no século XII; dezessete, no século XIII; vinte e quatro, no século XIV; trinta e uma, no século XV. Já no século XVI, apenas vinte e três novas universidades são criadas – oito a menos que no século precedente. No século XVII, o número de novas fundações é ainda menor: dezesseis. E novamente menor no século XVIII: doze. Portanto, o número de novas fundações na Europa, que configurava uma linha ascendente desde o surgimento da instituição até o século final do século XV, declina a partir do século XVI e se mantém depressivo nos dois séculos subsequentes.

Esse declive na fundação de novas universidades na Europa é compensado, em certa medida, pela constituição das primeiras universidades da América e da Ásia, especialmente pela exponencial expansão, a partir do século XVIII, das universidades norte-americanas. Já no século XVI, o império espanhol criara seis novas universidades nas suas colônias americanas: Santo Domingo, na República Dominicana, em 1538; San Marco, no Peru, e Universidade do México, no México, ambas em 1551; São Tomás, na Colômbia, em 1580; São Fulgêncio, no Equador, em 1586; Santo Antônio Abade, no Peru, em 1597. Ainda antes do final desse século, em 1595, o império espanhol também constituíra a primeira universidade da Ásia: São Carlos, nas Filipinas. O século XVII, por sua vez, viria surgir oito novas universidades na América

(Estados Unidos: duas; Argentina, Colômbia, México, Bolívia, Guatemala e Peru: uma) e duas na Ásia (Filipinas e Japão). E o século XVIII, por fim, assistirá a uma excepcional expansão das universidades do além mar: vinte e cinco novas universidades são fundadas na América, ainda que nenhuma tenha surgido, durante esse século, na Ásia. Necessário destacar que, destas vinte e cinco novas fundações americanas, dezoito estavam situadas em solo norte-americano. Os Estados Unidos, que tiveram suas primeiras universidades fundadas no século XVII (Harvard, em 1636, e William and Mary College, em 1693), sairão do século XVIII, então, com vinte universidades.

Outra transformação operada no período foi que, na medida em que se formavam os Estados nacionais, a universidade ia se tornando objeto de um processo de nacionalização, o que significava sua desvinculação em relação ao poder da igreja católica, mas, ao mesmo tempo, sua submissão às novas estruturas do poder temporal e do poder religioso (as igrejas nacionais e locais, constituídas a partir do cisma protestante). Assim, não apenas o ingresso, o tempo dos estudos e os tipos de exames foram, em determinadas universidades, estabelecidos minuciosamente pelos poderes locais, mas também “o próprio conteúdo dos ensinamentos foi algumas vezes especificado”. Ao mesmo tempo, os privilégios estudantis foram limitados e “o recurso à eleição foi suprimido em todos os lugares ou estritamente controlados”. Representantes do Estado passaram a se fazer presentes nas universidades, contando “com a docilidade das autoridades universitárias”. Esta ascendência do poder temporal era “facilitada pelo fato de este tomar cada vez mais para si os salários dos regentes e a construção dos prédios, algumas vezes suntuosos” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 45).

Como consequência da submissão aos poderes locais, aliada a dilatação da sua localização geográfica, a universidade foi perdendo o caráter homogêneo que ela conservara até o século XV e foi se convertendo, paulatinamente, em instituição pluralista e heterogênea. À época, a universidade se definia “por seu caráter de instituição oficial, fundada ou reconhecida por uma autoridade religiosa ou política”. Mas a extensão dessas autoridades foi sendo sensivelmente ampliada na quadra em curso: “ao papa e ao imperador acrescentavam-se cada vez mais os reis, os príncipes, as cidades, as comunidades religiosas, cujas decisões tinham apenas alcance nacional e até mesmo local”. Surgiram então universidades nacionais, regionais, municipais, católicas (dentre estas, as controladas por ordem religiosa, especialmente os jesuítas, e as controladas por professores seculares), luteranas, calvinistas, anglicanas etc. Consequentemente, “a tipologia e a terminologia das instituições tornam-se então muito complexas, fazendo com que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse

decididamente o passo para a diversidade das práticas locais e dos caracteres nacionais” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 43-4).

Mas talvez a transformação mais importante pela qual passa a universidade neste interregno entre os séculos XVI e XVIII seja aquela que apenas principia nessa quadra e que se consuma plenamente somente no século subsequente: o declínio da forma medieval do saber e a ascensão da ciência moderna. Ainda que lenta e variável conforme os países e as universidades, as novas ideias do humanismo, do racionalismo e da ciência experimental principiam a ter guarita no interior da universidade e a suscitar ideias de reformas no conteúdo do ensino. Assim, “os novos métodos desenvolvidos por Bacon, Newton, Copérnico” acabam “por forçar as mudanças” (ROSSATO, 1988, p. 45). Gradativamente, a demanda pelo estudo das Artes Liberais, Teologia e Direito Canônico arrefece, ao tempo em que aumenta o interesse pelos estudos mais pragmáticos (como Direito Civil e Medicina) e pelas disciplinas modernas: Física, Matemática Aplicada, Direito Natural, Geografia, etc. A Alemanha é o país que principia, já no século XVIII, essa reforma, que, todavia, apenas se consuma em plenitude e se universaliza, outorgando novo perfil à universidade, após a eclosão das revoluções industrial e político-burguesa na Europa.

### 1.2.1 Capital industrial, sociabilidade burguesa e universidade

As transformações ocorridas na universidade entre os séculos XVI e XVIII são coetâneas e determinadas pelo concurso de substanciais mudanças na economia e na sociedade europeias. Na economia, desenvolve-se o comércio transoceânico (via Atlântico, Pacífico e Índico), mediante o movimento das grandes navegações e a política de colonização das novas terras (América e regiões da África e da Ásia), ao tempo em que se realiza o processo de “acumulação primitiva” e ocorrem as manifestações iniciais da produção capitalista. Na sociedade, as instituições políticas, os modos de vida e as formas de pensamento são profundamente modificados. Os parágrafos abaixo desenvolvem melhor cada um desses pontos<sup>10</sup>.

Uma das formas de reação a generalizada crise do modo de produção feudal dos séculos XIV e XV, atrás referida (item 1.2.2), foi o desenvolvimento das forças produtivas urbanas:

---

<sup>10</sup> Sobre os desenvolvimentos históricos desse período, além de Marx (1988), foram consultados, com proveito, Beaud (1989), Dobb (1986), Falcon (1989), Frank (1977), Huberman (1986), Ribeiro (1998), Santiago (1975), Sée (1959) e Sweezy et al. (1977).

“pela primeira vez, técnicas industriais e técnicas de comunicação ultrapassaram a técnica agrícola” (VILAR, 1975, p. 38). Mediante esse desenvolvimento, fundamentalmente graças aos progressos na fabricação de embarcações, nas técnicas de navegação e ao início da produção de armas de fogo, o globo pôde ser, mediante o movimento das grandes navegações (iniciado ainda no final do século XV), totalmente desbravado pelos europeus e, por conseguinte, o comércio pôde voltar-se também para a exploração das riquezas das novas terras, agora em processo de colonização. Esse comércio com as novas terras, desde as primeiras expedições de descoberta, conquista e pilhagem, prosseguindo com a exploração contínua e sistemática impingida pela política de colonização, fora lucrativo ao extremo para as metrópoles europeias. O seu curso normal, entre os séculos XVI e XVIII, consistiu, fundamentalmente, “na expropriação das populações primitivas, incapazes de se defender”. Portugueses, espanhóis e, em menor escala, ingleses, holandeses e franceses, “realizando verdadeiros atos de pirataria”, explorando o trabalho nativo, infligindo a escravidão e traficando cabeças humanas para esse fim (a escravidão), “auferem enormes lucros, que por vezes ultrapassam 200 ou 300%”. (SÉE, 1959, p. 61).

A extensão do comércio às novas terras descobertas e a política de colonização foram momentos fundamentais do processo de “acumulação primitiva do capital”. A acumulação primitiva do capital foi uma modalidade de acumulação que ensejou algumas das condições necessárias ao deslocamento do capital da esfera da circulação (na qual, como já visto, ele existia como capital mercantil e capital portador de juros) para a esfera da produção. Pois, a produção capitalista “pressupõe”, necessariamente, “a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho”, isto é, de um lado, a concentração da riqueza em poucas mãos e, de outro, uma massa completamente destituída, obrigada, por força de sua indigência, a vender a sua força de trabalho. Foi mediante a “acumulação primitiva” que “os meios sociais de produção e de subsistência” se converteram em capital e “os produtores diretos em trabalhadores assalariados”. A acumulação primitiva, assim, é uma acumulação “que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”; é “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Foram momentos do processo da acumulação primitiva todos os eventos históricos que serviram de “alavanca à classe capitalista em formação”. Porém, principalmente, todos os momentos em que “grandes massas humanas” foram “arrancadas súbita e violentamente dos seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros”. Ela, acumulação primitiva, possuiu, portanto, na violência o seu mecanismo fundamental e adquiriu “coloridos

diferentes nos diferentes países”, percorrendo, em cada um, fases diversas, em sequências peculiares e em distintas épocas histórica (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 251-3).

A acumulação primitiva na Europa Ocidental ocorreu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, através de dois processos paralelos de pilhagem: a já citada “pilhagem externa”, isto é, a contribuição da periferia colonial; e a “pilhagem interna”, ou seja, a pilhagem “da própria população dos países centrais” (BENAKOUCHE, 1980, p. 39). A pilhagem externa, ocorrendo, conforme já dito, por meio da conquista e do comércio colonial de ouro, prata, diamantes, escravos, produtos agrícolas etc., aumentou muitíssimo a disponibilidade de capitais no velho mundo: “o tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 277). Já a pilhagem interna, realizando-se mediante a expulsão, por mecanismos vários, dos pequenos produtores agrícolas das terras nas quais eles trabalhavam<sup>11</sup>, elevou sensivelmente oferta de trabalho assalariado na Europa.

Bem entendido, os processos de pilhagem externa foram essenciais para o incremento de capitais nas mãos da burguesia europeia, ao tempo em que os processos de pilhagem interna foram imprescindíveis para gerar o proletariado europeu que constituiu a força de trabalho assalariada necessária ao desabrochar da produção capitalista. Desse modo, a acumulação primitiva converteu “os trabalhadores [...] em proletários e suas condições de trabalho em capital” (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 283) e estabeleceu, ao lado da produção mercantil desenvolvida e da universalização do uso do dinheiro, as condições imprescindíveis para a desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa.

As primeiras manifestações da indústria capitalista europeia ocorreram por volta de meados do século XVI, embora na Holanda e em algumas cidades italianas suas primeiríssimas expressões recuem até o século XIII (DOBB, 1986, p. 89-125). Tratava-se da indústria manufatureira, isto é, da produção que ainda operava com instrumentos e técnicas provenientes da produção artesanal, mas que já congregava no tempo e no espaço um grande número de trabalhadores, sob comando do mesmo capitalista, para produzir em grande escala.

Essa forma de produção, bem entendido, difere da produção artesanal dos séculos precedentes não apenas porque produz, mediante a cooperação coordenada de inúmeros

---

<sup>11</sup> “O roubo dos bens da igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva” (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 264-5).

trabalhadores, em grande quantidade e para mercados mais vastos. Para além dessa transformação na forma material da produção, a mudança mais significativa ocorre na sua forma social: não é mais uma produção que se insere dentro do circuito mercantil simples, M-D-M, no qual o objetivo do produtor, ao fabricar para o mercado, é o “valor de uso”, ou seja, retirar da circulação, em troca dos produtos que nela lança, a totalidade das mercadorias das quais necessita para a satisfação de suas necessidades pessoais e familiares. De outro modo, na indústria manufatureira da quadra em foco, o objetivo da produção se tornara o “valor de troca”, isto é, recolher da circulação, mediante a venda das mercadorias criadas, um montante monetário superior àquele que fora despendido para produzi-las, e que correspondia, evidentemente, ao valor dos insumos consumidos no correr do processo produtivo: força de trabalho, ferramentas, equipamentos, matérias-primas etc. Assim, a produção manufatureira se insere no mesmo ciclo acima referido ao capital comercial, isto é, D-M-D’, no qual D’ é igual à D+d. Evidentemente, com a diferença de que, agora, o processo de expansão do valor incorpora a si a produção, de sorte que as mercadorias em troca das quais D inicial é lançado na circulação são as mercadorias “força de trabalho” (FT) e meios de produção (MP), cujo consumo é a realização do processo de produção, em razão do qual uma nova mercadoria (M) surge, para ser, ela também, atirada na circulação. A representação desdobrada desse ciclo é, então:  $D \rightarrow FT/MP \rightarrow M \rightarrow D'$

Ao comercializar, durante o estágio derradeiro (M-D’) do ciclo acima, a nova mercadoria criada, o capitalista espera, como já frisado, não apenas resgatar a soma de valor (D) gasta na produção dessa mercadoria, mas também extrair um valor excedente (d), valor este que é a verdadeira motivação da incursão dele, capitalista, à esfera da produção. Desse modo, ela, produção, se realiza sob as determinações de um processo em que o valor, “por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, [...] se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza” (MARX, 1988, v. 1, t. 1, p. 126). Ela, produção, converte-se, pois, em produção capitalista: produção subsumida ao processo de expansão do valor. E o capital assume, agora, ao lado das antigas formas de capital mercantil e capital portador de juros, também a forma de capital industrial, isto é, de capital que se valoriza não mais no âmbito da circulação, mas no âmbito da produção.

O surgimento dessa incipiente indústria capitalista, que em seus primórdios tem a forma de indústria manufatureira, se dera mediante dois processos paralelos. Por um lado, “o produtor se torna comerciante e capitalista, em antítese à economia natural agrícola e ao artesanato preso a corporação da indústria urbana medieval”. Por outro, “o comerciante se apodera diretamente

da produção” (MARX, 1988, v. 3, t.1, p. 239). Em outras palavras, num determinado momento por volta de meados do século XVI, alguns artesãos prósperos, que acumularam capital, começam a cuidar também da comercialização de seus produtos. Assim, elevam a demanda sobre a produção e, mediante a compra crescente de força de trabalho, passam a produzir em oficinas estendidas, nas quais os meios de produção existem em abundância e são manipulados por um grande número de trabalhadores assalariados. Ao mesmo tempo, comerciantes enriquecidos também decidem investir na produção, inicialmente entregando os meios de produção aos artesãos e remunerando-os por cada unidade produzida. Em seguida, montando suas próprias manufaturas e trazendo, para o seu interior, trabalhadores assalariados.

Importante observar que o sistema colonial fora imprescindível ao processo de constituição dessas primeiras indústrias capitalistas, de cariz manufatureiro, não apenas porque auxiliou vivamente, conforme já observado, no processo de formação dos capitais iniciais que elas requeriam, mas também porque assegurou à parcela dessas indústrias “mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado”. Ou seja, nessa época de infância da produção capitalista, a “supremacia comercial”, decorrente do domínio colonial, propiciava o “predomínio industrial”, assegurando mercado consumidor às indústrias nascentes. Destarte, “o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então” (MARX, 1988, v. 1, t. 2, p. 277-8).

Importante ainda assinalar que no momento em que o capital começa a subsumir a si não mais apenas a circulação das riquezas, mas também a produção, torna-se necessário acrescentar à descrição da sua (do capital) natureza algo a mais do que já fora dito atrás: “valor em processo de expansão”. Com efeito, até então a expansão do valor ocorria mediante relações sociais nas quais o capitalista-comerciante adquiria mercadorias junto ao produtor e as revendia ao consumidor por um valor acima do valor pelo qual as comprou, obtendo assim um lucro e convertendo o dinheiro empregado nessa transação em capital. A fonte do capital nesta operação do comerciante era a diferença entre o que ele pagava e o que ele recebia pela mercadoria transacionada, diferença essa obtida por intermédio da exploração de circunstâncias de tempo, espaço, informações etc. e/ou de prerrogativas sociais e políticas. Ou ainda, no caso do comerciante traficar, na condição de prestamista, o próprio dinheiro, a fonte do capital residia no juro cobrado em troca da cessão temporária do dinheiro. Agora, com a incursão do capital à produção, na forma de capital industrial, a expansão do valor se converte numa relação social na qual o capitalista industrial aufere o seu lucro da comercialização das mercadorias das quais ele mesmo é o produtor. A fonte do capital nesta operação do industrial será, então, o

trabalho do produtor assalariado, que engendra, ao longo de sua jornada de trabalho, um valor maior do que o que ele recebe em pagamento por sua força de trabalho (salário). Marx (1988, t. 1, v. 1, p. 124) designa de mais-valia essa diferença entre a soma de dinheiro inicialmente adiantada pelo capitalista na forma de salário e o montante de valor agregado pelo trabalhador ao novo produto durante o processo produtivo. Desse modo, em sua forma industrial, doravante predominante, o capital terá por fundamento uma relação social de exploração fundada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado, cuja consumação se realiza através da criação da mais-valia. Ao subsumir a si a produção, o capital adquire nova determinação, torna-se “valor em expansão mediante a exploração de trabalho assalariado, mediante a apropriação da mais-valia”.

A emergência da produção capitalista conduzirá ao crescimento das cidades e, conseqüentemente, ao fortalecimento da sociabilidade urbana, burguesa, em detrimento da vida rural e da antiga sociabilidade feudal. A ambiência da vida social, assim, deixa definitivamente de ter como palco principal o campo e se transmuda para as cidades. O poder político, antes descentralizado nas mãos da nobreza fundiária, unifica-se nas mãos dos príncipes (quase sempre apoiados por setores expressivos da burguesia), conformando os modernos Estados nacionais, possuidores de forças de guerra sob comando único, burocracia e sistema fiscal. No âmbito do pensamento, a hegemonia da igreja católica é contestada pela reforma protestante e o prestígio da teologia, até então considerada a forma suprema de saber, principia a soçobrar frente a nova ciência que se desenvolvia desde o século XVI, arrimada nos trabalhos de pensadores como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon e René Descartes.

As transformações pelas quais passou a universidade no período, descritas atrás (1.3), resultaram então do conjunto dessas transfigurações de ordem econômica, social, política e cultural. Nascida, como já demonstrado, da emergência da sociabilidade urbano-mercantil ensejada pelo desenvolvimento do capital, a princípio na forma de capital comercial, a universidade foi instada a transformar-se na medida em que essa sociabilidade, progressivamente, abandonava a condição de enclave no universo social medieval e se convertia na forma hegemônica de sociedade na Europa ocidental, impelida pela acumulação primitiva e a conseqüente subsunção também da esfera produtiva ao capital. Assim, o declive da difusão europeia da universidade e a emergência de uma nova forma de saber, a ciência moderna, decorriam da incapacidade do saber então cultivado de atender às novas demandas gestadas por uma sociedade cujo processo de reprodução material começava a se sujeitar, cada vez mais, aos imperativos da expansão do valor. Era preciso transformar as universidades e o

saber que elas ensinavam, de modo a torná-los mais adequado às novas necessidades e interesses<sup>12</sup>. Os próprios Estados nacionais, aos quais crescentemente as universidades passavam a estar vinculadas, bem como as seitas protestantes, que, consoante já visto, também criaram algumas universidades, já eram fenômenos que exprimiam, na esfera da organização política dos povos e da religião, a natureza peculiar da nova sociabilidade<sup>13</sup>.

Quanto a propagação da universidade na América, em contramão à depressão que a acometia na Europa, tal fato derivava da natureza especificamente colonial do novo continente, submetido aos propósitos da sociedade europeia e cuja função principal era, nas primeiras fases da colonização, servir de campo de pilhagem para a acumulação primitiva e, em seguida, na medida em que se desenvolvia a produção capitalista na Europa, também ofertar matéria-prima e consumir parte da produção industrial europeia. Destarte, a implantação e o desenvolvimento da universidade no além-mar, especialmente na América Latina, ocorrendo geralmente através de decretos reais, concorria para o processo de subjugação das novas terras e de seus povos, no caso da contribuição da universidade, mediante a imposição cultural: “quase sempre controladas por ordens religiosas (Dominicanos, Jesuítas), ensinando principalmente Teologia e Direito Canônico, as universidades da América Latina eram claramente fundações coloniais e missionárias” (CHARLE e VERGER, 1996, p. 42). O objetivo fundamental dessas universidades, a dominação política mediante o aviltamento da cultura autóctone e a imposição das ideias e dos valores do colonizador, não anacronizava face a emergência da produção capitalista na Europa. Muito pelo contrário, se a submissão colonial fora fundamental para a acumulação primitiva de capital, continuava a sê-lo para as nascentes indústrias capitalistas europeias, pois lhes garantia suprimento de matérias-primas e mercados consumidores, ambos

---

<sup>12</sup> “A ‘ciência’ do mundo feudal era ‘teologia’ e ‘moral’, pois ela possuía por objeto principal as relações Deus-homem e a forma correta da conduta humana numa ordem cósmica e social que se supunha estabelecida por Deus. Era, portanto, um saber contemplativo e normativo, que tomava por alicerce a ‘revelação divina’, a Bíblia, e a autoridade dos grandes filósofos da antiguidade, especialmente Platão e Aristóteles. Seu objetivo fundamental consistia na fundamentação racional dos dogmas da fé cristã e na orientação moral do homem para a ‘salvação’ da alma. O estudo da natureza, do mundo químico-físico-biológico, era considerado sem importância, pois não tinha serventia aos propósitos ‘espirituais’ da cultura teocêntrica da Idade Média. Já a ciência moderna, que se desenvolve numa ambiência social mundana, cuja principal demanda deixa de ser a salvação das almas e se converte no desenvolvimento da produção e no acúmulo privado de lucros, é, sobretudo, ‘física’, ‘mecânica’, ‘química’ etc., ou seja, é um saber que possui interesse capital na natureza e nas relações de causa e efeito que comandam suas formas de manifestação. É um saber profano, descritivo, cujos fundamentos estão na observação direta, sistemática, da natureza e no experimento, e cujo objetivo fundamental consiste em descobrir as regularidades (leis) que presidem os fenômenos naturais e, por meio desse conhecimento, dominar esses fenômenos, pondo-os a serviço dos interesses humanos” (DANIEL JÚNIOR e SILVA, 2016, p. 98-9).

<sup>13</sup> Sobre as relações entre economia capitalista e emergência dos Estados nacionais, é esclarecedor o estudo de Anderson (1989). Já sobre as relações entre capitalismo e reforma protestante, é clássico o trabalho de Weber (1992).

aos preços impostos pelas metrópoles, devido à ausência de concorrência que resultava do exclusivismo comercial que era imposto às colônias.

Ademais, vinte dentre as quarenta e uma universidades americanas criadas no período são universidades norte-americanas, fundadas, a maioria, a partir da segunda metade do século XVIII, num contexto em que a economia dos Estados Unidos acumulava capitais mediante a exploração das potencialidades do mercado interno norte-americano e, assim, avançava robustamente rumo a produção capitalista, ao tempo em que a nação conquistava a sua independência política. São universidades que desenvolveram traços peculiares, constituindo um modelo em grande medida distinto do modelo universitário europeu tradicional, e cuja referência não fora as universidades medievais, conforme ocorrera com as demais universidades estabelecidas no continente americano durante o período, “mas as escolas superiores utilitárias implantadas, sobretudo, nas províncias britânicas e facilmente adaptáveis às comunidades coloniais norte-americanas (RIBEIRO, 1978, p. 65). Portanto, são universidades que principiam a desempenhar, já na segunda metade do século XVIII, face a emergência de uma produção capitalista e de um Estado autônomo nos Estados Unidos, funções semelhantes àquelas que a universidade europeia passará a desempenhar a partir do século XIX, quando se consolida a produção capitalista na Europa, dentre outras razões pela proliferação de revoluções liberais, e a universidade volta a viver novo surto expansionista, desta feita muito mais potente que os anteriores, conforme será desenvolvido na sequência (secção 1.4).

### **1.3 A universidade moderna**

O século XIX é o período em que amadurecem as transformações gestadas ao longo do período precedente, outorgando definitivamente à universidade a sua forma moderna, com a qual ela alcança os dias de hoje.

Conforme já fora citado (secção 1.3), a transformação mais significativa diz respeito à decadência da antiga forma de saber e a ascensão das modernas ciências empíricas, inicialmente tomando por objeto os fenômenos da natureza, mas, paulatinamente, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX, também se ocupando com os fenômenos sociais. A universidade alemã, mediante a fundação da Universidade de Berlim, em 1809, fora a pioneira nesse processo. Concebida essencialmente para a missão de “formar o espírito e preparar as condições essenciais para a compreensão e o avanço das ciências”, a Universidade de Berlim, desde o início, se incumbiu de “oferecer a especialização em todos os ramos do saber”

(ROSSATO, 1998, p. 85-6). Assim, foi estruturada em “escolas de letras, ciências, leis, medicina, teologia e filosofia”. Esta última, a Filosofia, ganhando autonomia em relação a Teologia, ficara “mais identificada com a ciência do que com a religião” (RIBEIRO, 1978, p. 60), diferenciando-se incisivamente da Filosofia Medieval. Progressivamente, iam abrindo-se novas escolas, na medida em que as disciplinas científicas se desenvolviam e se tornavam autônomas: Matemática, Física, Química, Biologia, História, Sociologia etc. A estruturação interna do saber da universidade de Berlim, com a importância crescente das ciências empíricas, viria logo se tornar paradigma não apenas para as universidades alemãs, mas também para as universidades do mundo.

Outro traço inovador da universidade moderna, do qual a universidade de Berlim também é pioneira, é a sua função de promotora do desenvolvimento do saber mediante o investimento em pesquisa. Até então, a pesquisa não era função da universidade, que se limitava, conforme já visto, à conservação e transmissão, através das gerações, do saber existente. A pesquisa fora até aquele momento fruto do empreendimento individual de estudiosos e da iniciativa de algumas associações científicas (dentre outras, as mais famosas: “Real Sociedade de Londres”, na Inglaterra; “Academia das ciências”, na França; “Academia de Ciências de Berlim”, na Alemanha). A partir da fundação da Universidade de Berlim, entretanto, a universidade traz para si a incumbência de fazer avançar o conhecimento, mediante o desenvolvimento sistemático da pesquisa científica. Conseqüentemente, no decorrer da segunda metade do século XIX, a maioria das universidades europeias tratam de também incorporar a pesquisa como um objetivo fundamental, ao tempo em que a criação da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, expande o modelo, igualmente, ao continente americano.

O caráter distintivo da universidade moderna não dizia respeito, todavia, apenas a sua estruturação interna, esposado novos saberes e assumindo o encargo do desenvolvimento do conhecimento através da pesquisa. Ele se caracterizaria também por um movimento de expansão quantitativa e geográfica que superará muitíssimo aquele experimentado pela universidade medieval. Com efeito, se ao longo dos oito séculos precedentes foram constituídas, conforme visto, cento e sessenta e oito universidades, em três continentes distintos (Europa, América e Ásia), apenas no século XIX são fundadas quase meio milhar de novas universidades, em todos os continentes. Contudo, duas observações precisam ser feitas no que respeita a esse novo incremento numérico das universidades. A primeira é tocante ao percentual da população mundial, ainda muitíssimo inexpressivo, que ela, universidade, conseguia acolher

em suas fileiras. A título de ilustração, é oportuno recorrer à informação concedida por Hobsbawm (1995, p. 290) de que, ao eclodir da Segunda Guerra Mundial, “mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões”, juntos totalizavam apenas 150 mil estudantes universitários, isto é, “um décimo de 1% de suas populações somadas”. A segunda observação é referente ao caráter ainda elitista da universidade, manifesto pela ascendência social de sua clientela. Conforme escreve Rossato (1988, p. 90), se com o novo fluxo de expansão a universidade, de forma inaudita, “se abrirea à classe média”, inclusive às suas graduações mais baixas, ela continuava, porém, “fechada aos operários e trabalhadores em geral, tendo a ela acesso somente uma pequena minoria”. De tal sorte que, para usar mais uma vez os termos de Hobsbawm (1995, p. 300), “os filhos dos operários não esperavam ir, e raramente iam, para a universidade”.

Por fim, ainda que universalmente incitada pelo exemplo pioneiro da Universidade de Berlim a abrigar em seu seio as novas ciências empíricas e a pesquisa científica, a universidade moderna não constituiu um padrão único, como nos primórdios medievais da instituição, mas diferentes modelos, consoante as peculiaridades das reformas dos sistemas universitários nacionais levadas a cabo pelas principais potências capitalistas (França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos), bem como pela emergência, na Rússia, a partir de 1917, de um Estado socialista. Assim, sob a batuta da ciência empírica e da pesquisa, forjou-se na Alemanha um modelo que, financiado pelo Estado, estabelecia como princípios supremos a autonomia acadêmica (pedagógica, administrativa e financeira) e a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Conforme acreditava Humboldt, ministro da educação responsável pela fundação da Universidade de Berlim, a universidade serve melhor ao Estado tanto mais este lhe outorga liberdade, pois “se a universidade atingir seu objetivo final [referente à produção e transmissão da ciência] serão atingidos também os objetivos do Estado, de um ponto de vista muito mais elevado, no qual podem ser aplicadas mais forças e alavancas do que ele pode acionar” (apud PROTA, 1987, p. 73). Por conseguinte, a universidade alemã passou a ser concebida como “uma comunidade de pesquisadores que gozam de liberdade acadêmica, rejeitando, portanto, o controle e a cooptação”, com total autonomia na realização da pesquisa e no exercício do magistério. Na França, ao contrário da Alemanha, o Estado exerceu forte controle sobre as atividades desenvolvidas pela universidade, que passou a ser tratada como um órgão de Estado, com função ideológico-técnica. Desse modo, a universidade francesa objetivava, primordialmente, doutrinação e formação profissional, constituindo, para tal, uma congregação de professores completamente submissa aos interesses oficiais. Consoante seus propósitos, ela

divorciou seus órgãos de pesquisa, encarregados de fazer avançar o conhecimento mediante a investigação científica, dos seus órgãos de ensino, devotados principalmente à difusão dos ideais e valores do Estado burguês e à formação dos quadros profissionais reclamados pela nação. Na Inglaterra, menos afetada pela onda de insurreições liberais que se abatera sobre a Europa durante o século XIX, posto que a implantação do Estado burguês inglês se dera ainda no século XVII, a universidade conservou muito dos seus traços medievais. Possuindo por núcleo as tradicionais universidades de Oxford e Cambridge, o modelo inglês incorporou as ciências empíricas e a pesquisa, todavia, sem abandonar o caráter aristocrático do passado, voltado para a formação da personalidade e a transmissão do saber erudito. Financiada pelo Estado, mas possuindo grande autonomia, a universidade inglesa apresentou-se bastante heterogênea, com instituições possuidoras de “formas, tamanhos e histórias diferentes”, mas que constituíam “um sistema coeso”. Os Estados Unidos da América, por sua vez, desenvolveram um modelo com “fortes traços do modelo inglês devido a toda a história e ao processo de colonização, contudo adaptou-se muita coisa e inovou-se em outras”. Em decorrência da rápida expansão do capitalismo, especialmente após a independência, as universidades norte-americanas se desenvolveram estritamente articuladas à iniciativa privada e às suas demandas. A pesquisa e o ensino foram considerados meios para a expansão econômica e se tornaram objeto de grandes investimentos, o que resultou numa voraz expansão numérica das universidades americanas, que se converteriam, ainda no século XIX, na maior rede universitária do planeta. Essa rede, além de extensa, também se constituiu extremamente diversificada, abrigando desde instituições de grande porte, centradas na pesquisa e oferecendo programas de pós-graduação em diversas áreas, a instituições de médio e pequeno porte, algumas especializadas em ramos específicos do saber e na formação profissionalizante. A sua extensão e diversidade possibilitaram o acesso à população estadunidense em percentual bem superior aos então vigentes em outras regiões do mundo, o que conferiu a universidade norte-americana um caráter mais democrático quando comparada a universidade dos demais países capitalistas. Por último, o modelo soviético, gestado a partir da revolução comunista russa de 1917, caracterizou-se pelo absoluto controle do Estado sobre a universidade, concebida como um instrumento a serviço da constituição da nova economia e sociedade socialistas. A função da universidade era produzir o conhecimento, a tecnologia e os quadros profissionais reclamados pela economia e pelo aparato administrativo-burocrático. Atuava conforme as diretrizes de um planejamento estatal que estabelecia os interesses em termos de ciência, técnica e recursos humanos que ela deveria atender a cada momento, assim integrando-a visceralmente à economia e à sociedade. Semelhante ao modelo francês, operou uma certa separação entre

órgãos destinados à pesquisa e órgãos destinados ao ensino. A moldura teórica de toda a formação, qualquer que fosse a área do saber, era o marxismo-leninismo, que constituía o cimento ideológico necessário à formação e consolidação do novo ordenamento social socialista. O acesso foi efetivamente democratizado e desenvolveu-se uma pluralidade de possibilidades de formação, semelhante ao modelo norte-americano<sup>14</sup> (ROSSATO, 1998. P. 125 – 139).

### 1.3.1 Determinantes da forma moderna de universidade

O período de constituição da universidade moderna é também o período de desenvolvimento da indústria mecanizada, fomentada, evidentemente, pelo novo sistema de produção capitalista. O crescimento dos mercados internos e a criação e incessante ampliação do mercado mundial pela política colonial reclamavam, imperativamente, a elevação da produção. Inicialmente, a partir do século XVII, lançou-se mão, conforme já visto, da manufatura. A ininterrupta desenvolvimento do comércio, todavia, continuava a solicitar técnicas ainda mais produtivas. A fábrica mecanizada veio então complementar a evolução iniciada pela manufatura.

É bem verdade que a origem da produção mecanizada data dos decênios finais do século XVIII. A Inglaterra, país cujo comércio conhecia, desde o início do século XVII, uma taxa de crescimento superior às demais nações colonialistas, é a primeira a utilizar, em decorrência de uma série de inovações e invenções técnicas, máquinas na produção. Contudo, é apenas nas primeiras décadas do século XIX que a nova produção mecanizada começa a ganhar densidade na Inglaterra e difusão não apenas pelo continente europeu, mas também além-mar, nos Estados Unidos, que agora (após a guerra de emancipação travada no último quartel do século precedente) conformavam uma nação independente.

A indústria mecanizada significava uma transformação expressiva no processo de trabalho da produção capitalista. Energia humana e ferramentas eram deslocadas do primeiro

---

<sup>14</sup> O caráter da universidade na antiga União Soviética e demais países socialistas merece um estudo a parte, que analise, com circunspeção, a natureza econômica e política das formas de sociabilidades implantadas mediante os processos revolucionários socialistas ocorridos ao longo do século XX. Tal estudo foge ao âmbito deste trabalho e, assim, não será nele empreendido. Todavia, é necessário assinalar a absoluta questionabilidade da tese da supressão do capital e da implantação de economias verdadeiramente socialistas naquelas sociedades. Dentre os diversos trabalhos que negam o caráter efetivamente socialista das sociedades criadas pelas revoluções socialistas do século XX, merecem ser lembrados, pela inquestionável consistência, Bettelheim (1979) e Kurz (1992).

plano da produção por máquinas acionadas por energia extraída de fontes naturais ou processos químicos. No cerne do processo de trabalho se instala, então, um sistema mecânico constituído “de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão” e “a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho”. A primeira, a máquina-motriz, “atua como força motora de todo o mecanismo”, produzindo “a sua própria força motriz” ou recebendo “o impulso de uma força natural já pronta fora dela”. A segunda, o mecanismo de transmissão, é constituído “de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas-piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies”. Sua função é regular o movimento, modificar (quando necessário) a sua forma e transmiti-lo à máquina-ferramenta. Por fim, a última, a máquina-ferramenta, é “um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (MARX, 1988, t. 1, v. 2, p. 6-7).

Essa mecanização da produção tornou-se possível em razão do que se convencionou chamar de “revolução industrial”: uma série de inovações e invenções técnicas que principiam na segunda metade do século XVIII, se avolumam a partir do século XIX e prosseguem até o presente. Assim, como escreve Hobsbawm (1994, p. 45), “a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim”, não alcançando um termo, “pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então”. Todavia, é possível identifica-lhe etapas, que assinalam mudanças qualitativas no fluxo das novidades que engendra. Assim, foram, até o presente, três prolíficos fluxos. O primeiro, da década de 60 do século XVIII até o segundo terço do século XIX, designado por muitos de “primeira revolução industrial”. O segundo, das derradeiras décadas do século XIX a meados do século XX, designado de “segunda revolução industrial”. O terceiro, a partir da segunda metade do século XX e ainda em curso, designado de “terceira revolução industrial”.

Nesta secção, serão tratadas as transformações relativas à primeira e à segunda revolução industrial, coetâneas ao período em que se estabelece e se consolida a forma moderna de universidade. Apenas adiante (secção 1.5.1), quando se abordará a universidade contemporânea e os seus determinantes, é que se tratará dos desenvolvimentos relativos à terceira revolução industrial.

As inovações e invenções principais que permitiram e aperfeiçoaram a mecanização industrial do final do século XVIII até meados do século XX foram, grosso modo, as que seguem abaixo<sup>15</sup>.

No que concerne ao primeiro fluxo (primeira revolução industrial): invenção e proliferação da máquina de fiar e do tear mecânico e, principalmente, criação e difusão da máquina a vapor, geradora de energia a partir da queima de combustível mineral ou vegetal e utilizada como máquina-motriz de sistemas mecânicos na indústria (fiação, tecelagem e metalurgia), nos transportes (navios e locomotivas) e na extração mineral (minas de carvão). Esses desenvolvimentos na indústria, transportes e mineração se fizeram acompanhar por progressos coetâneos em outras áreas, dentre os quais se destacaram, na telecomunicação, a invenção do telégrafo, e, no setor primário, o melhoramento da agricultura e da pecuária mediante rotação entre campos de cultura e plantas forrageiras, seleção de sementes, introdução de novas culturas, utilização de novos utensílios (semeadora e ceifeira simples) e apuramento de raças.

No que respeita ao segundo fluxo (segunda revolução industrial), as invenções e inovações principais foram: invenção e difusão da metalurgia do aço, este cada vez mais utilizado em produtos diversos (máquinas, meios de transporte, objetos de consumo doméstico etc.); criação e generalização do motor elétrico, alimentado por energia produzida por usinas hidroelétricas e termoelétricas; desenvolvimento e propagação do motor de combustão interna, gerador de energia a partir de derivados do petróleo. Paralelamente, avanços complementares em diversos setores também vieram a luz, adensando muitíssimo as possibilidades produtivas, recrudescendo incessantemente a dinâmica econômica e modificando radicalmente o perfil das sociedades humanas. Dentre estes, é necessário citar: as indústrias química, automobilística, aérea, naval, submarina, eletrônica e bélica; as comunicações via rádio, telefone e televisão; a continuidade dos aperfeiçoamentos das técnicas agropastoris mediante mecanização de atividades, potencialização da aração, seleção de sementes, fertilização química, controle de pragas, difusão de culturas e melhoramento genético de rebanhos.

A partir dessa base tecnológica, a revolução industrial penetraria então nos setores já existentes da atividade econômica, engendraria novos setores e elevaria exponencialmente a produtividade em todos eles. Assim, a economia se tornaria cada vez mais dependente da nova

---

<sup>15</sup> Para a identificação das principais invenções e inovações da “primeira” e “segunda” revolução industrial foram imprescindíveis as seguintes obras: Asimov (1993), Dobb (1986), Hobsbawm (1977), Iglésias (1987), Ribeiro (1998), Tauile (2001), Usher (1993).

base tecnológica. Embora em seus feitos iniciais a revolução industrial pagasse tributo ao conhecimento prático dos antigos artesãos e mestres de ofício, o fato é que muito cedo as inovações tecnológicas passaram a estar associadas aos avanços das ciências empíricas modernas (especialmente, a Física, a Química e a Biologia), que se desenvolviam desde aproximadamente o século XVI e ocupavam, conforme já visto, crescente espaço nas universidades. Tem início, desse modo, a íntima ligação entre economia e ciência que caracteriza a sociabilidade contemporânea: os desenvolvimentos científicos possibilitam avanços nas atividades econômicas e estas criam facilidades e geram demandas para a atividade científica.

Destarte, o imperativo fundamental para a universidade moderna incorporar em seu seio a nova ciência empírica, convertendo-a na forma por excelência do saber e tomando por encargo não apenas a sua transmissão, mediante o ensino, mas também a sua ampliação, através da pesquisa, foi o fato da ciência moderna ser a forma de saber demandada pelo novo modelo, capitalista, de produção. Apenas um saber que tomasse como meta a principal a explicação dos fenômenos naturais em sua efetividade empírica, como fazia a ciência moderna, seria capaz de engendrar conhecimentos e técnicas imediatamente aplicáveis às atividades produtivas e, assim, úteis ao impulso, imanente ao capital, de produção e acumulação irrestritas. A produção capitalista, à medida em que se desenvolvia, clamava pela ciência moderna e a integrava, principalmente por intermédio da universidade, ao arcabouço institucional da sociabilidade burguesa que se ia gestando.

Ao incorporar a ciência à produção, a revolução industrial determinará uma ruptura fundamental no que se refere à propriedade e transmissão do saber produtivo, até então apanágio dos trabalhadores e legado de geração em geração mediante a própria participação nas atividades laborais. A nova dependência da produção em relação à ciência irá, efetivamente, expropriar o trabalhador do saber produtivo que fora seu ao longo de toda a história. Com efeito, os sistemas mecânicos incorporavam movimentos, habilidades e conhecimentos que antes eram propriedade do trabalhador, concentrando-os no maquinário, ao tempo em que o conjunto das novas atividades que iam surgindo, exsudando diretamente de avanços das ciências modernas (como, por exemplo, a indústria química), já nasciam sob o signo de um saber teórico distinto do saber prático do trabalho. Assim, se dantes, durante a acumulação primitiva, o trabalho fora despojado dos seus meios de produção, agora, com as transformações impingidas pela revolução industrial, o trabalho é destituído também do saber produtivo. Na verdade, essa expropriação ao trabalhador do saber produtivo efetivamente teve início antes da revolução

industrial, com a manufatura, “que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial”. Todavia, apenas “se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital” (MARX, 1988, t. 1, v.1, p. 270-1).

O fato então é que, com o desenvolvimento da produção capitalista (especialmente quando esta atinge o estágio da grande indústria mecanizada), o saber produtivo passa a derivar cada vez mais da ciência, sendo dele expropriado o trabalhador. Doravante, será cada vez mais por intermédio de processos educativos formais e que culminam na formação universitária, e não mais pela informal aprendizagem no chão da produção, através da inserção direta nos processos de trabalho, que os trabalhadores poderão se apropriar de alguma espécie de saber útil à produção<sup>16</sup>.

Assim, a razão do novo surto de expansão numérica e geográfica que acometeu a universidade nesta nova fase, agora muito mais robusto, conforme visto, do que aquele de seus tempos primevos e após os três séculos (XVI, XVII e XVIII) de crise que abrandaram muito significativamente àquele primeiro arroubo, consistiu, em grande parte, na necessidade de provimento, à parcela da força de trabalho mundial, dos conhecimentos científico-técnicos necessários para operar com a nova base tecnológica das atividades econômicas.

Todavia, é necessário assinalar em toda a sua extensão a natureza dos efeitos que a expropriação do saber produtivo do trabalho, mediante a mecanização e a ciência, tem sobre a qualificação necessária ao trabalhador que passa a operar no interior do novo sistema industrial mecanizado. Se é verdade que esse novo sistema passa a requisitar ao trabalhador uma qualificação mais aprimorada, geralmente em bases científicas, isso ocorre apenas para aqueles segmentos, minoritários, destinados às funções de concepção, gerenciamento e supervisão da engrenagem produtiva. Para a maior parcela da força de trabalho, que passa a atuar como simples apêndice das máquinas, sendo conclamada à execução de ações extremamente simples e reiteradas, a produção mecanizada torna prescindível qualquer habilidade além das capacidades motoras mais simples e, às vezes, dos conhecimentos gerais mínimos: saber ler, escrever e contar.

---

<sup>16</sup> É importante assinalar que, ao lado das universidades modernas, com o propósito de proporcionar a qualificação necessária para operar com a nova tecnologia produtiva, surgem também, a partir do século XIX, as designadas “escolas técnicas”, cuja primeira manifestação e protótipo é a “Escola Politécnica” da França, fundada em 1795. Essas escolas técnicas terão por alvo a capacitação de trabalhadores destinados à funções intermediárias, que demandam por alguma formação científica, porém sem maior aprofundamento.

De fato, o que ocorre é uma hierarquização da qualificação dos agentes produtivos conforme os postos que lhes são destinados nos processos produtivos e as habilidades requeridas para a atuação nestes.

O maior contingente da força de trabalho, que não carece de maior qualificação para as atividades mecânicas e repetitivas da produção mecanizada, precisa, não obstante, ser apetrechada dos conhecimentos gerais básicos e, especialmente, das atitudes indispensáveis para a realização do trabalho mecânico, enfadonho e degradante da produção capitalista: saber ler, escrever e contar; ser obediente, disciplinado e resignado. A transmissão desse saber e, principalmente, a conformação dessas disposições psíquicas só poderiam ser realizadas por uma nova instituição, pois nenhuma das instituições que o capitalismo herdara do passado era capaz de realizar esse adestramento de forma eficaz. Destarte, conforme indica Enguita (1989, p. 30-1), impingindo-se profundas modificações à escola medieval, “inventou-se e reinventou-se a escola”, isto é, constituiu-se a “escola moderna”. Assim, “criaram-se escolas onde não as havia, reformaram-se as existentes e nelas se introduziram à força toda a população infantil”. Através da sua reorganização moderna, as escolas se transformaram, então, “no lugar apropriado para acostumar-se às relações sociais do processo de produção capitalista, no espaço institucional adequado para preparar as crianças e os jovens para o trabalho”. Com efeito, como argumentou o referido autor, as relações sociais na escola são, em tudo, isomórficas às relações sociais na fábrica: horários rigorosamente estabelecidos, atividades sincronizadas, obsessão pela ordem, organização hierárquica e autoritária, impessoalidade das normas, uniformidade de tratamento, divisão entre concepção e execução das atividades (a concepção ficando a cargo dos órgãos estatais responsáveis pela gestão do aparato escolar, mediante seus quadros constitutivos: burocratas de alto escalão, pedagogos, diretores de escola, professores etc.; já a execução sendo incumbência dos alunos, que não decidem sobre as atividades, apenas as realizam). A passividade, impessoalidade, disciplina e alienação experimentadas na escola antecipam no tempo e conformam no espírito as mesmas realidades posteriormente vividas no mundo da produção fabril.

Por sua vez, a minoria dos agentes produtivos destinada às funções de planejamento, gerenciamento e supervisão da produção (normalmente, os filhos da burguesia, da pequena burguesia e da camada de colarinho branco da classe trabalhadora) necessita de formação aprofundada e especializada, em conformidade com as diferentes funções intelectuais demandadas pelo processo produtivo. Essa qualificação especializada é ministrada, preponderantemente, nas universidades, mediante formação nos variados campos da ciência

moderna e nas suas aplicações práticas: Física, Química, Biologia, Engenharia, Administração, Contabilidade etc.

Desse modo, embora ampliada em sua localização geográfica, no número de suas unidades e no percentual de sua clientela, a universidade não se torna, conforme já assinalado, instituição universal. Muito longe disso, apesar de menos elitista do que dantes, não deixa, todavia, de sê-lo, oferecendo, ao final da primeira metade do século XX, assento em seus bancos a um tímido percentual da população mundial, pois que ela se destina apenas a um grupo seletivo dos agentes produtivos. Na verdade, quem caminha a passos largos para a universalização na quadra ora em análise (1800-1950), especialmente nos países em que a produção capitalista mais está desenvolvida, é o ensino básico, responsável pela preparação do contingente maior da força de trabalho, destinado às atividades mais simples da vida econômica. Assim, o ensino básico estará, antes que se inicie a terceira revolução industrial, praticamente universalizado nos países capitalistas mais avançados.

Mas os desdobramentos do capital ao assenhorar-se da produção e ensejar a revolução industrial e a produção mecanizada não se restringem apenas à esfera produtiva e ao tipo de educação que passa a ser requisitada aos seus agentes. De outro modo, reverberam em toda a tessitura social. A começar, transformam a própria estrutura de classes da sociedade. A antiga aristocracia fundiária do modo de produção feudal entra em decadência e desaparecem os servos da gleba, convertidos em homens livres. Em consequência, a composição social passa a ter por eixo duas novas classes: os capitalistas, proprietários das estruturas industriais e comerciais; os trabalhadores assalariados, despossuídos dos meios necessários à realização das atividades econômicas e possuidores apenas de sua capacidade de trabalho. Entre essas duas classes básicas despontarão, inevitavelmente, em número crescente, consoante o próprio evoluir da produção capitalista, segmentos intermediários: profissionais liberais (médicos, advogados, contadores etc.), funcionários públicos, pequenos produtores, pequenos comerciantes, trabalhadores assalariados qualificados (engenheiros, administradores, contadores etc.), cientistas, militares etc. Esses segmentos intermediários, apesar da sua peculiar inserção na hierarquia social, tendem, todavia, a gravitar, em função do montante de seus rendimentos, do estilo de vida que levam e das ideias e valores que professam, à órbita de uma ou outra das duas classes fundamentais, com maior frequência, à órbita da classe capitalista.

Outro desdobramento importante oriundo das transformações em foco foi a crescente urbanização da vida social (isto é, o crescimento proporcional da população citadina em relação

à população rural), com o conseqüente engendramento de imensos aglomerados humanos em centros urbanos hipertrofiados. Esses grandes centros urbanos, no qual habitavam, naquelas regiões que eram atingidas pela revolução industrial, uma proporção cada vez maior da população, constituíam efetivamente um fenômeno social novo, peculiar a forma de sociabilidade gestada pelo modo de produção capitalista. Com efeito, ainda que grandes cidades houvessem existido em algumas sociedades assentadas em formas de produção pré-capitalistas, por exemplo, nos modos de produção escravista e asiático, essas grandes cidades pré-capitalistas em nenhum lugar atingiram as dimensões e os contingentes populacionais que serão característicos, a partir do século XIX, das principais cidades modernas (DAVIS, 1977; SJOBERG, 1977; SPOSITO, 2014). Nestas, uma multiplicidade de problemas, inexistentes nas cidades antigas, emergirão, a maioria deles em decorrência da alta densidade populacional e, principalmente, da pobreza da maior parcela de seus habitantes: insalubridade ambiental (lixo, lama, sujeira, fumaça etc.), doenças, degradação moral, alcoolismo, prostituição, criminalidade, revoltas etc.

A intensificação da urbanização terá conseqüências importantes para as formas de consumo da população. Até então, habitando majoritariamente o campo, a maioria esmagadora do contingente populacional humano satisfazia a maior parte de suas necessidades mediante produtos derivados do trabalho familiar e doméstico, produtos engendrados simplesmente como valores de uso. Com a transmigração de parcela significativa dessa população rural para os centros urbanos, sob a compulsão dos processos econômicos e sociais inerentes à produção capitalista, a satisfação das necessidades mediante a compra de mercadorias irá progressivamente suplantar o consumo de valores de uso, mercê de “uma multidão de fatores inter-relacionados”. Dentre esses fatores, talvez os mais relevantes: o circunscrito espaço da existência urbana, que confina o trabalhador e sua família a “circunstâncias que impedem as antigas práticas de auto-abastecimento dos lares”; o trabalho assalariado e o barateamento dos produtos industriais, que debilitam “a coação da necessidade que compelia a trabalhos domésticos” e tornam o trabalho domiciliar “antieconômico em comparação com o trabalho assalariado”; a difusa pressão social na forma da moda, da publicidade, do costume etc., que “transforma o ‘feito em casa’ em menosprezo e o ‘fabricado’ ou ‘comprado fora’ em vanglória”; a perda das habilidades produtivas genéricas em razão do abandono das atividades de auto abastecimento e da especialização imposta pelo regime de assalariamento do trabalho; a necessidade de renda individual independente instilada pelos anseios de consumo que advém

da crescente transformação da ambiência social “em um gigantesco mercado de trabalho e artigos” (BRAVERMAN, 1987, p. 234-5).

Esses desenvolvimentos na produção capitalista, na estrutura de classes da sociedade, na ambiência da vida social e nas formas de consumo não poderiam ocorrer sem novos arranjos político-institucionais capazes de atender às necessidades e demandas da nova sociabilidade. Mediante processos revolucionários capitaneados pela burguesia, o Estado assumiu, então, nova configuração, liberal representativa. Nela, o poder do Estado é dividido em esferas independentes (legislativa, judiciária e executiva), os indivíduos são declarados juridicamente iguais (não obstante as abissais desigualdades efetivas entre as classes) e são reconhecidos como entidades possuidoras de direitos (sujeito de direitos), ao tempo em que o governo passa às mãos de representantes eleitos mediante sufrágio do qual participam um número cada vez maior de eleitores – inicialmente, apenas os varões e proprietários, mas, logo, consoante a dinâmica histórica peculiar a cada formação social concreta, também os cidadãos despossuídos e as mulheres. Apesar dessas conquistas políticas, a excessiva exploração dos trabalhadores assalariados (expressa em seus aviltados salários e em suas prolongadas jornadas de trabalho) e a penúria de suas condições materiais de existência geram uma crescente insatisfação com a nova ordem societária, de tal sorte que os trabalhadores são conduzidos à organização e à luta política através de sindicatos, associações e partidos, alguns dos quais defensores da radical supressão do capitalismo em prol de um novo ordenamento social, arrimado numa economia coletivista e planificada: o socialismo.

No âmbito do conhecimento, a crescente problemática social e política da nova sociabilidade, confrontada com o sucesso das ciências da natureza no que se refere ao desvelamento das leis que presidem os fenômenos naturais e à invenção de formas eficazes de intervenção no mundo químico-físico-biológico, conduzirá à criação das designadas ciências sociais: Economia Política, Sociologia, História, Antropologia, Psicologia etc. Essas ciências, que, conforme já visto, logo encontrarão guarita no interior das universidades, nasceram mediante a incorporação do método empírico das ciências da natureza, adaptado, obviamente, às particularidades dos seus respectivos objetos de estudo. As suas raízes, conforme os termos da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais (1996, p. 14), “mergulham na tentativa [...] de desenvolver um saber sistemático e secular acerca da realidade [social], que de algum modo possa ser empiricamente validado”. Elas possuem, em seu nascimento, um propósito cognitivo explícito ao qual se associa uma intenção política nem sempre manifesta: desvelar as supostas leis que comandam os fenômenos sociais e, assim, proporcionar diretrizes

eficazes para a ação social, visando à reprodução da nova sociabilidade, não obstante os seus problemas crescentes. Portanto, têm, desde o berço, um objetivo político conservador: viabilizar soluções para os multifacetados entraves postos à reprodução da ordem social do capital.

Em suma, a nova sociabilidade derivada dos desenvolvimentos do capitalismo ensejados pela revolução industrial, bem como os problemas dela decorrentes, engendraram uma série de demandas cujas repostas eram imprescindíveis à sua reprodução. No essencial, essas demandas podem ser reduzidas a duas ordens de fatores. Primeiro, a formação dos quadros técnico-burocráticos (juristas, administradores, gerentes, médicos, professores etc.) reclamados pelos novos traços societários. Segundo, a constituição de um saber lúdico (isto é, com um estatuto moderno, científico) capaz de justificar e gerir as contradições imanentes à nova ordem social, especialmente aquelas cuja exasperação ameaçavam a sua integridade.

Do mesmo modo como as demandas de cunho especificamente econômico, referentes à produção de um conhecimento científico sobre o mundo natural e à qualificação de parcela da força de trabalho, também essas demandas, de caráter social e político, referentes a constituição de um quadro técnico-burocrático e de um saber científico sobre a sociedade para municiá-lo, reverberaram na universidade e foram determinantes da nova forma que esta assume na modernidade: centrada na ciência moderna; tomando por incumbência, além da transmissão, também a produção do conhecimento; franqueada a um contingente populacional significativamente maior do que aquele que, até então, tivera acesso a seus bancos.

#### **1.4 A universidade contemporânea**

De modo genérico, desde a segunda metade do século XX, o movimento de expansão da universidade ocorrido ao longo do século XIX e primeira metade do século XX recrudesce desmedidamente, elevando muitíssimo o número de universidades e o percentual da população estudantil em todo o mundo. Na ausência de estudos que sistematizem os dados dessa expansão em escala mundial ao longo desse último período, seguem, abaixo, alguns números isolados, fortuitamente colhidos da bibliografia que serve de suporte a esta pesquisa, mas que servem para ilustrar a virulência da expansão da universidade nesta quadra atual.

Conforme informa Rossato (1998, p. 151-153), antes de findar o século XX, já existiam pelo menos três mil, trezentos e quarenta e seis universidades constituídas, espalhadas por praticamente todos os países: “só não existia em pequenos [países], como Andorra,

Liechtenstein, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Granada e algumas ilhas do pacífico”. Dados apresentados por Hobsbawm (1995, p. 290), alguns já indicados atrás (secção 1.4), mostram que até o início da II Guerra, Alemanha, França e Grã-Bretanha, “três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos” do mundo capitalista, não possuíam juntos “mais que aproximadamente 150 mil universitários”; todavia, ao iniciar a década de 90, “os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha e URSS” e, fora da Europa, também no “Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa”. Alguns números deste último país, os Estados Unidos, conforme informados por Coggiola (2001, p. 54): “1,5 milhão de estudantes universitários em 1940, 3 milhões [...] em 1958 e dez milhões em 1974”. Segundo Peixoto (1989, p. 182), a população universitária em Portugal, na metade do século, era de 21.903 estudantes e, em 1984/5, 84.385 estudantes. Números apresentados por Duhamel (2004, p. 293), em análise das universidades francesas no início do presente século, dizem que, em 1960, havia “pouco mais de 300.000 estudantes universitários e cerca de vinte instituições de nível superior”; todavia, em 2003, 2.100.000 estudantes estavam matriculados em 93 universidades. Peña (2004, p. 408-9) afirma que “teve lugar nas últimas décadas do século passado” um expressivo crescimento das universidades na Espanha, que totalizavam, em 2003, “50 (cinquenta) universidades de titularidade pública (estatal) e 21 universidades de titularidade privada, com diferentes fins fundacionais”, nas quais estudavam 1.500.000, que representavam “mais de 60% de jovens, entre dezoito e vinte e um anos de idade, escolarizados em educação superior”. Hollensteiner (2004, p. 315) indica que, na Alemanha, em 1990, estavam matriculados em universidades menos de 1.500.000 estudantes; em 2002, isto é, em pouco mais de uma década, esse número havia subido para mais de 2.000.000. Na América Latina, Coggiola (2001, p. 54) indica a existência, em 1950, de “75 universidades com 70 mil alunos (2% dos jovens em idade universitária)”; quase 40 anos depois, em 1988, “já havia 450 universidades [...], com mais de 6 milhões de alunos (um milhão e meio só no Brasil, que tinha apenas 100 mil em 1960)”, o que representava, para o continente, “entre 10% e 15% dos jovens em idade correspondente”. Na Argentina, em 1950, existiam, segundo Lamarra (2004, p. 85), 80.445 estudantes universitários e, em 1980, 388.101. Conforme informa Bitar (2004, p. 163), nos vinte anos compreendidos entre 1983 e 2003, o total de matrículas nas universidades chilenas passou de 110.133 para 402.152. Teferra (2015), após acusar o extraordinário crescimento do ensino superior africano nos últimos anos, declara que em 2015 “mais de 500 instituições públicas e 1.500 universidades privadas” operavam “na região do Egito, Nigéria, África do Sul e Etiópia”, nas quais estudavam aproximadamente 14 milhões de estudantes. A Argélia, segundo os dados

de Okebukola (2004, p. 573), possuía em 1948 apenas uma universidade; em 1962, já possuía 5 universidades; em 1977, 12; em 2002, 53. Ainda segundo o mesmo autor, “o número total de alunos nas universidades nigerianas cresceu de meros 1.395 em 1960 para 40.000 em 1976 [...] e para 172.000 em 1988” e “em 2002 totalizava 526.780 alunos”. No Irã, consoante Fassaei (2004, p. 536-7), em 1940, “a proporção de matrícula de estudantes universitários para cada 100 mil habitantes era de 12,7”; em 1978/79, “havia 486,5 estudantes para cada 100 mil habitantes”. A Índia, em 1947, segundo as informações de Menon e Garg (2004, p. 509), “tinha apenas 20 universidades”; em 1997, esse número havia crescido para 214.

A intensificação da expansão da universidade no período agora em foco ocorrera mediante duas sucessivas etapas.

A primeira, de meados do século até aproximadamente o final da década de 80, de influência do novo modelo de Estado que se estabelecera no mundo capitalista após a Segunda Guerra, o Estado de bem-estar social. Nesta primeira etapa, a intensificação da expansão da universidade ocorrera não apenas desenvolvendo a pluralidade de modelos que vigia desde o século XIX, mas também mediante a implementação de reformas variadas, que tiveram lugar em diferentes países do mundo, especialmente a partir da década de 60, e que visavam modernizar a universidade face às transformações que ocorriam na sociabilidade capitalista – e também nas regiões sob o comando de regimes políticos autoproclamados socialistas<sup>17</sup> – e/ou adequá-la às realidades particulares e às políticas de desenvolvimento hegemônicas em cada país. Assim, consoante escreve Rossato (1988, p. 173), suas funções “se diversificaram muito, e as diferenças se acentuaram bastante, segundo os países, as regiões, os regimes e condições locais”.

A segunda etapa, a partir da década de 90, de ingerência dos interesses do capital monopolista internacional, vocalizados mormente por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

---

<sup>17</sup> Conforme já assinalado, escapa aos propósitos deste trabalho a consideração da universidade nos países auto proclamados socialistas e das funções que, neles, elas passaram a desempenhar, pois isso requereria o suporte de uma Economia Política do socialismo real e conduziria para muito além do âmbito do objetivo desta pesquisa, que é a identificação dos determinantes da expansão da universidade pública brasileira pelo interior da região amazônica. Todavia, a persistência do capital nessas sociedades, ainda que gerido pelo Estado, conforme atesta as análises de muitos autores (por exemplo, os já referidos trabalhos de Bettelheim (1979) e Kurz (1992)), torna plausível a suposição de que também lá, no mundo socialista, a desenvolvimento da universidade continuou a ser determinada, em última instância, pelos desenvolvimentos peculiares ao capital.

etc., sobre a universidade, num contexto de desmantelamento do Estado de bem-estar e implantação do Estado neoliberal. Nesta segunda etapa, a tendência à diversificação de modelos que prevalecera na etapa anterior começa gradativamente a dar lugar a um processo inverso, de homogeneização da universidade, fazendo com que as universidades, conforme os termos de Bianchetti (2010, p. 265-6), “progressiva e independentemente de onde se localizem”, se tornem “cada vez mais semelhantes”. Desse modo, está emergindo uma universidade globalmente padronizada, da qual a “Declaração de Bolonha” talvez seja a melhor expressão<sup>18</sup>. Trata-se de um modelo no qual a universidade é acoplada à estratégia adotada pelo capital monopolista para o enfrentamento da nova grande crise capitalista que começara a se manifestar na década de 70, ficando subordinada, em muitos aspectos, àquela estratégia<sup>19</sup>.

#### 1.4.1 Terceira revolução industrial e transformações sócio-político-culturais

Na base da expansão e das transformações que sofreu a universidade ao longo das últimas décadas estão desenvolvimentos na produção e na sociabilidade capitalista alicerçados nas invenções e inovações que consubstanciaram a terceira revolução industrial e cujos efeitos estão em pleno curso<sup>20</sup>.

Dentre as incontáveis inovações e invenções que conformam, até o presente, a terceira revolução industrial, estas talvez sejam as de maior impacto econômico-social: energia nuclear, energia solar, novas ligas metálicas, plásticos e produtos sintéticos em geral, eletrônica (transistor), engenharia molecular (vitrocerâmicos, termoplásticos, semicondutores, chips etc.), engenharia genética, microeletrônica, televisão domiciliar, computadores, máquinas-

---

<sup>18</sup> A Declaração de Bolonha, assinada por ministros da educação de 46 países em 1999, é um projeto global de reorganização do ensino superior. Ela expressa o modelo de universidade desejado pelo capital monopolista internacional em face da nova crise mundial do capital.

<sup>19</sup> A nova grande crise capitalista e as alterações no perfil das universidades que ela provoca, mediante a mediação de organismos internacionais, não serão objeto das considerações deste capítulo, pois se tratam de fenômenos coetâneos e determinantes da expansão das universidades públicas pelo interior da Amazônia, cujo assalto definitivo se dará mais adiante (capítulo 3).

<sup>20</sup> Para a compreensão da terceira revolução industrial e das suas consequências para o conjunto da vida social, foram de grande valia, além dos trabalhos já citados de Asimov (1993), Ribeiro (1998) e Tauile (2001), também Cattani e Holzmann (2011), Coggiola e Katz (1995), Hobsbawm (1995), Marques (1986) e Santos (1983).

ferramentas controladas por computadores, sistema de máquinas computadorizados<sup>21</sup>, cabos de fibra óptica, televisão por satélite, telefonia móvel, internet, telemática e robôes.

Essas inovações e invenções possuem variegada incidência sobre a vida social em sua totalidade: processos de trabalho, oferta de produtos e serviços, qualificações exigidas ao trabalhador, meios de transporte e comunicação, formas de consumo, estrutura da vida urbana e padrões de educação formal.

No que diz respeito aos processos de trabalho, elas significam um novo patamar em relação ao que dantes fora possível através da primeira e da segunda revolução industrial. Naquelas, as máquinas de produção se constituíam das três partes já referidas: a máquina-motriz, mecanismo de transmissão e máquina-ferramenta ou máquina de trabalho (secção 1.4.1). Desta feita, as máquinas ganham um quarto componente, um controle eletrônico, que as tornam auto programáveis. Assim, passa-se das máquinas “mecânicas”, possuidoras de movimentos, para as máquinas “inteligentes”, possuidoras de um controle que as tornam capazes de programar os seus próprios movimentos. Com isso, as máquinas passam a objetivar não apenas atividades manuais, como ocorria com aquelas engendradas no curso da primeira e da segunda revolução industrial, mas também atividades cerebrais, e o trabalho que as controla se desloca “do trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos, e portanto para o ‘tratamento’ da informática” (LOJKINE apud COGGIOLA; KATZ, 1995, p. 52-3). Conseqüentemente, emergem plantas de produção nas quais o trabalho humano se restringe à programação de máquinas que executam processos de trabalho totalmente automatizados, nos quais o maquinismo realiza todas as atividades, desde o primeiro trato da matéria-prima até o empacotamento final do produto, inclusive fazendo a transferência do bem em produção entre as distintas máquinas que, no conjunto, assumem diferentes funções.

No que tange à oferta de produtos e serviços, as inovações e invenções da terceira revolução industrial engendraram, além do novo maquinário industrial acima referido, uma constelação de máquinas, equipamentos, produtos e dispositivos, muitos deles encerrando distintas possibilidades de uso para exploração mercantil. Assim, criaram-se: novas matérias-primas industriais; novos insumos para o setor primário; novos equipamentos e produtos para o conjunto do setor de serviços; novos aparelhos, utensílios e produtos para o consumo doméstico e individual etc. Dois destaques precisam ser feitos. Primeiro, no que respeita à

---

<sup>21</sup> Isto é, conforme escreve Bernal (apud Santos, 1983, p. 23): “a combinação de máquinas individuais, completamente automáticas e de alguma forma de máquinas de transferência para passar as peças de uma máquina à seguinte”.

influência da terceira revolução industrial sobre as formas de circulação: ela permitiu a agregação, ao comércio tradicional e ao comércio centralizado (através de shopping centers), do comércio virtual (através da internet). Segundo no que concerne aos impactos das novas tecnologias sobre as formas de trabalho no setor de serviços: estas se tornaram, em razão da nova tecnologia (máquinas, aparelhos etc.) e de modo semelhante ao que já ocorria no setor industrial, cada vez mais racionalizadas, “enxutas” de pessoal, deprimindo a necessidade de força de trabalho.

A nova tecnologia engendrada pela terceira revolução industrial, intensificando e diversificando muitíssimo a capacidade produtiva das sociedades humanas, também afetou, em dois movimentos simultâneos e opostos, as qualificações necessárias ao trabalho em geral. No primeiro movimento, recrudesciu ainda mais a tendência, iniciada nas duas revoluções industriais anteriores (ver secção 1.4.1), de formação especializada, de base científica, para uma minoria de trabalhadores destinada aos papéis de concepção, gerenciamento, programação e supervisão. Assim, no âmbito da produção material, trabalhadores com formação especializada, de base científica, tornaram-se cada vez mais necessários aos escalões mais elevados da hierarquia operária. De modo semelhante, no setor de serviços que se dilata, algumas atividades (por exemplo, serviços médicos, educacionais, informacionais, esportivos etc.) também passaram a exigir formação de base científica cada vez mais especializada. No segundo movimento, simultâneo e em direção oposta ao primeiro, a nova tecnologia intensificou a outra tendência, igualmente observada no curso das duas revoluções industriais pretéritas, de aviltamento das qualificações exigidas para a maior parte dos trabalhadores, cujas atividades ficam embotadas pela crescente utilização dessa nova tecnologia. Esses trabalhadores passaram, então, a atuar simplesmente como operadores de equipamentos, de computadores, de máquinas computadorizadas, de sistemas mecânicos automatizados etc., realizando atividades mecânicas e repetitivas, para as quais é suficiente um processo de treinamento extremamente simples e ligeiro, e que assim contrasta com a formação prologada, obtida através de cursos técnicos de nível médio ou de cursos superiores, do contingente menor de trabalhadores do qual se exige formação específica de base científica, conforme indicado para o primeiro movimento<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Hobsbawm (1995, p. 509-10) ilustra essa completa desqualificação da maior parte dos postos de trabalho provocada pela tecnologia da terceira revolução industrial mediante as habilidades necessárias ao trabalhador para que este possa atuar, por exemplo, hodiernamente, como caixa de estabelecimento comercial. Essa atividade, a partir de 1990, passava a não exigir do operador humano “mais que reconhecer as cédulas e moedas do dinheiro local e registrar a quantidade do dinheiro entregue pelo cliente”. Pois, “um scanner automático

No âmbito dos transportes e das comunicações, os desenvolvimentos da terceira revolução industrial expandiram e modernizaram a malha rodoviária, portos e aeroportos; tornaram possível a aviação comercial; aperfeiçoaram e popularizaram a televisão; criaram as transmissões via satélite, a telefonia móvel, os microcomputadores e a internet. Esses desenvolvimentos, além de afetarem profundamente o cotidiano, mediante a transformação dos hábitos, das atividades e dos valores dos indivíduos, engendraram uma nova configuração espacial para a produção e a circulação de mercadorias, que adquiriram, efetivamente, contornos planetários. Assim, fazendo uso das possibilidades de transporte célere e barato e de controle à distância dos fluxos de mercadorias propiciadas pelas novas tecnologias de transporte e de comunicação, a produção de determinados bens foi fragmentada em etapas, cada qual podendo ser realizada em diferentes regiões, países ou continentes, consoante as vantagens auferidas em cada um deles (preço da força de trabalho, proximidade das fontes de matérias-primas, subsídios e incentivos estatais, contiguidade a mercados consumidores potenciais etc.), ao tempo em que mercadorias produzidas (ou finalizadas) em distintos rincões passaram a se fazer presentes nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais de praticamente todo o mundo.

As formas de consumo também foram atingidas, agudamente, pela terceira revolução industrial. Em razão principalmente das novas tecnologias, do exponencial aumento da produtividade do trabalho e conseqüente barateamento das mercadorias, ampliou-se muitíssimo a acessibilidade da população em geral à distintos bens: alimentos industrializados, vestimentas, sapatos, cosméticos, eletrodomésticos, telefones fixos, telefones móveis, computadores domésticos, computadores portáteis, câmeras de segurança etc. Tudo passou a ser inventado, produzido em massa, vendido, comprado e usado. Por consequência, a vida cotidiana passou crescentemente a “processar-se num espaço em que os objetos tendem a ditar aos homens o que devem fazer e como devem agir” (GRANOU, 1975, p. 13). Da mesma forma, necessidades humanas as mais variadas como assistência médica, escolarização, cultura, arte, entretenimento, viagens etc. passaram a ser satisfeitas através do mercado, na forma de aquisição de mercadorias. Desse modo, as categorias da produção capitalista (mercadoria, dinheiro, trabalho assalariado, capital, juros etc.) passaram cada vez mais a subordinar as relações entre as pessoas,

---

traduzia o código de barras do artigo num preço, somava todos os preços, deduzia o total da quantia entregue pelo cliente, e dizia ao operador o quanto dar de troco”. Destarte, para operar em tal função, não era necessário ao trabalhador mais que “o reconhecimento dos numerais cardinais, um mínimo de atenção e uma capacidade um tanto maior de concentrada tolerância ao tédio”. Não era necessária “sequer alfabetização”.

elevando a ultimo grau a propensão imanente à economia mercantil de reificação das relações sociais, de instauração de relações regidas e mediadas pelas coisas<sup>23</sup>.

Mudanças urbanas significativas também se desenvolveram, de modo inevitável, no cortejo que segue a terceira revolução industrial. Seguem as mais relevantes para os propósitos deste estudo. Primeiro, a continuidade do fenômeno da urbanização, já verificado ao longo das revoluções industriais anteriores, que desta feita é intensificado ainda mais: “o mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais o fora” (HOBSBAWN, 1995, p. 288)<sup>24</sup>. Segundo, um movimento de renovação urbana, instigado pela especulação imobiliária e viabilizado pela produção e massificação do automóvel, que constituiu nas grandes e médias cidades zonas privilegiadas de classe média e alta, estrategicamente localizadas e possuidoras de planejamento espacial, arquitetura esmerada, moradias amplas e confortáveis, serviços públicos e privados abundantes, espaços de lazer etc., e com as quais contrasta uma cada vez mais vasta e distante periferia, constituída, na sua maioria, por zonas proletárias ou lumpemproletárias, de caótica organização do espaço, arquitetura tosca e improvisada, acanhadas moradias, casebres e escassez de serviços. Terceiro, uma ampla reengenharia dos espaços e fluxos em geral, visando a otimização da produção, circulação e consumo de bens e serviços, consoante a lógica da máxima aceleração dos circuitos do capital, num processo cujo

---

<sup>23</sup> A categoria reificação, indicando relações sociais que se estabelecem e são regidas pelas coisas (mercadoria, dinheiro, capital etc.), aparece em muitas passagens da obra de Marx, por exemplo, na célebre secção intitulada “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, do capítulo primeiro do livro primeiro de O Capital (1988, v. 1, t. 1, p. 70-8). Mas coube sobretudo a Rubin (1980) uma exposição teórica mais sistemática da problemática, bem como a Lukács (2003) a consideração, em toda a sua amplitude, das implicações do fenômeno para o conjunto da vida social.

<sup>24</sup> Hobsbawn (1995, p. 284-6) apresenta números que não deixam dúvidas sobre a intensidade dessa migração campo-cidade em praticamente todo o mundo entre o início da segunda metade do século e o final da década de 80. Na Europa central e ocidental, com exceção da Irlanda, Portugal e Espanha, nenhum país tinha no início da década de 80 “mais que 10% da sua população na atividade agrícola”. E mesmo na Espanha e em Portugal, os quais tinham em 1950 pouco menos que metade da sua população vivendo no campo, em 1980 esses números tinham caído, respectivamente, para 14,5% e 17,6%. Também na Europa oriental, de tradição agrícola mais arraigada, países como Romênia, Polônia, Iugoslávia e Grécia, em 1980, “não tinham mais que um terço, mais ou menos, de sua força de trabalho no campo”, e na Bulgária, em 1985, apenas 16,5%. “Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e – quase – no Brasil (1960-80)”. Também caíra “em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81) e Jamaica (1953-81)”. Nos países ocidentais islâmicos, “a situação era semelhante”. No Japão, “os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985”. Na verdade, “só três regiões do globo permaneceram essencialmente dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia continental e a China”. Porém, “mesmo elas já desmoronavam pelas bordas sob as pressões do desenvolvimento econômico”. A partir de 1990, esse processo de urbanização continua, desta feita incidindo principalmente sobre algumas daquelas regiões que permaneceram agrárias até então, como, por exemplo, a China.

propósito fundamental é a subordinação integral da vida urbana ao mercado<sup>25</sup>. Por fim, observa-se que essas distintas alterações na urbe, que a reconfiguraram completamente em menos de meio século, não se constituíram como processos separados, mas, na verdade, como distintos aspectos de um único e mesmo fluxo.

A totalidade dessas transformações sociais exigem, outrossim, câmbios significativos na educação formal (básica e superior), que, como visto (secção 1.4.1), pelo menos a nível básico e nos países de capitalismo central, já havia se expandido e democratizado ao longo dos desenvolvimentos históricos que acompanharam as revoluções industriais pretéritas. Com a terceira revolução industrial, conforme também já assinalado (secção 1.5), é o ensino superior que começa a adentrar num fluxo de expansão com tendência à universalização semelhante ao que acontecera antes com o ensino básico. Evidentemente, essa tendência a universalização do ensino superior é traço praticamente exclusivo dos países de capitalismo central. Não obstante, sua expansão é extremamente significativa não apenas nos países periféricos que conseguiram implantar certa industrialização (como é o caso do Brasil), mas também para o conjunto das nações do planeta.

Conforme já indicado acima, nesse novo surto de expansão da universidade, explicando muito do seu grande vigor, atua com destaque a disseminação, pelo menos até as décadas de 80/90, de um novo modelo de Estado no sistema capitalista mundial, o Estado de bem-estar social (Welfare State), produto da recorrência e intensificação das crises do modo de produção capitalista<sup>26</sup>.

#### 1.4.2 Crises econômicas e Estado do bem-estar

As crises do capitalismo não são fenômenos casuais. De outro modo, decorrem da dinâmica inerente a esse modo de produção. São momentos de exasperação das suas

---

<sup>25</sup> Em consistente estudo sobre a cidade contemporânea, Ferrari (2012) assinala que, na atual etapa do capitalismo, “a rapidez impressa na produção e na circulação das mercadorias [para as quais torna-se também necessária rapidez no consumo] passa a ser o segredo do capital” (p. 39). Destarte, “a circulação de coisas, pessoas e informações no cotidiano das grandes cidades”, cujo móvel são os circuitos do capital, “impõe um ritmo intenso a todos, trabalhem ou não no chão de fábrica, escritórios ou bolsas de valores” (p. 37), bem como exigem, paralelamente, que “cada lugar singular” se converta em “suporte específico de longínquos vetores globais” (p. 41) e/ou paragem para a produção e o consumo (p. 41). Por conseguinte, se constituem “cidades-negócio”, cidades “oferecidas como mercadorias contendo valor de troca disponível [...] para uso no processo de valorização do capital (p. 42).

<sup>26</sup> Uma reflexão propedêutica, porém procedente, da relação entre crises econômicas e Estado do bem-estar se encontra em Lessa (2013, p. 187-219).

contradições iminentes. A análise dessas crises foge aos propósitos deste trabalho. Não obstante, é necessário indicar, de modo simples e conciso, o seu modo básico de manifestação e as suas determinações principais.

Como observa Mandel (1990, p. 211-2), “a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias”. Ela significa que “o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado”. Por conseguinte, elas, crises, descrevem sempre um mesmo roteiro. Trata-se de um “movimento cumulativo”, que consiste, devido à insuficiente vendagem das mercadorias, em “redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas”; o que, por sua vez, enseja “nova espiral da redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção etc.”, gerando um ciclo descendente que afeta praticamente todos os setores da economia. Bem entendido, as crises consistem numa situação paradoxal: abundância e concomitante privação; fartura de meios de produção, bens e serviços destinados à satisfação das necessidades humanas e, ao mesmo tempo, penúria, escassez e fome. Situação inaudita na história das sociedades humanas<sup>27</sup>, cuja irracionalidade Lessa (2013, p. 187) condensa na afirmação de que as crises “nada mais são do que a manifestação do fato de que, com a abundância, o mercado deixou de funcionar”.

Conforme Marx já indicara (apud NETTO; BRAZ, 2008, p. 161), “a razão última de todas as crises reais” é, de um lado, a abundância de mercadorias, decorrente “do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite”; de outro, “a pobreza e a restrição ao consumo das massas”. Para entender minimamente como o modo de produção capitalista desemboca recorrente e irremediavelmente nessa situação paradoxal, se faz imperativo a explicitação de algumas categorias e da respectiva dinâmica na qual elas se inserem.

Inicialmente, é necessário recordar que, conforme já indicado (secção 1.3.1), o objetivo da produção capitalista é a expansão do valor mediante a expropriação da mais-valia engendrada pelo trabalho assalariado. Evidentemente, quanto maior a mais-valia, maior a valorização do capital. Dessa forma, é meta inerente à produção capitalista obter do trabalho a maior produtividade possível, pagando o menor salário admissível, de modo a maximizar a

---

<sup>27</sup> Diferente do que ocorre no mundo capitalista, as crises econômicas que se abatiam sobre as sociedades pré-capitalistas, geralmente provocadas por catástrofes naturais ou guerras, eram “quase todas de penúria física, de subprodução de valores de uso” (MANDEL, 1990, P. 210).

mais-valia, fato que conduz ao contínuo crescimento da produtividade do trabalho, mediante invenções e inovações nos meios de produção e/ou nas formas de organização do trabalho, em paralelo à maior contenção possível dos salários. Por conseguinte, vai se desenvolvendo a tendência à polarização acima referida entre abundância de mercadorias, de um lado, e escassez de recursos para adquiri-las, de outro.

Além disso, a impotência solvente da sociedade, ou melhor, das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, tende a ser agravada, além dos baixos salários, por outro desdobramento da corrida pelo incremento da produtividade: o crescente desemprego estrutural, fruto da contínua elevação da composição orgânica do capital. Explica-se. Marx (1988, v. 1, t. 1, p. 157-164) distingue no capital industrial o montante de valor que assume a forma de meios de produção, que ele designa de capital constante, do montante de valor que assume a forma de força de trabalho, que ele designa de capital variável. Essa distinção baseia-se no fato de que esses diferentes componentes do capital possuem funções distintas no processo de valorização do valor que tem lugar no chão da produção capitalista. O capital constante, “a parte do capital [...] que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção” (p. 163), pois não gera valor, mas apenas transfere o seu próprio valor para o valor das mercadorias que ajuda a criar, consoante o seu próprio consumo (desgaste) no processo produtivo, permanecendo uma grandeza constante. Já o capital variável, “a parte do capital convertida em força de trabalho”, altera o seu valor no processo de produção, pois gera novo valor, de modo que “reproduz seu próprio equivalente [o salário] e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia”. Assim, “essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável” (p. 163). A composição orgânica do capital representa o quociente entre o valor empregado como capital constante e o valor empregado como capital variável. Com o incessante desenvolvimento tecnológico decorrente da corrida por maior produtividade e maior lucro, desenvolve-se a tendência à elevação da razão entre o que é investido em capital constante (em meios de produção que custam mais por incorporarem novos conhecimentos, novas capacidades, maior rendimento etc.) e o que é investido em capital variável (força de trabalho), isto é, desenvolve-se a tendência à elevação da composição orgânica do capital. A maior composição orgânica do capital, significando uma demanda proporcionalmente maior por meios de produção em relação à força de trabalho, implica no incremento da taxa de

desemprego, ou seja, resulta em desemprego estrutural<sup>28</sup>. Não apenas com baixos salários, mas – o que é ainda muito pior – sem salários, uma parcela significativa da classe trabalhadora, cujo percentual tende a crescer com a contínua elevação da composição orgânica do capital, vê-se ainda mais obstada em suas necessidades de consumo, exasperando a contradição abundância/carência que está na base das crises.

O resultado dessas tendências imanentes à produção capitalista (elevação da produtividade e contenção dos salários, aumento da composição orgânica do capital e desemprego estrutural) é a situação já descrita em que os valores produzidos, objetivados na forma de mercadorias, encontram dificuldade crescente de realização<sup>29</sup>. Assim, o lucro, razão de ser da produção capitalista, tende a se tornar cada vez mais difícil e, por consequência, o conjunto do sistema econômico começa a entrar em colapso, conformando então as crises.

Explicitados assim a forma de expressão e os determinantes principais das crises capitalistas, é necessário tratar agora, ainda que de modo sumário, de suas recorrências históricas, de modo que a exposição possa alcançar o momento da emergência do Estado de bem-estar, o principal responsável pela extraordinária expansão da universidade que tem lugar nas primeiras décadas da quadra ora em foco e cuja irrupção histórica está intrinsecamente associada a exasperação das crises capitalistas, conforme já se asseverou.

Salama e Valier (1975, p. 112) identificam entre a consolidação da produção capitalista (no início do século XIX) e a deflagração da II Guerra Mundial, catorze crises gerais de superprodução, indicativas do sinuoso roteiro descrito pela produção capitalista desde o seu albor. Todavia, após a Guerra e até meados da década de 70, as crises, embora não tenham desaparecido, arrefeceram o ímpeto e manifestaram-se com menor intensidade e amplitude, num período que ficara conhecido como a “era de ouro” do capitalismo, em razão do extraordinário surto de prosperidade que o sistema do capital então experimentara. Em grande

---

<sup>28</sup> O desenvolvimento do designado “setor de serviços” (saúde, educação, informação, turismo, lazer, *marketing* etc.) absorverá, evidentemente, parte da força de trabalho tornada supérflua pela desenvolvimento tecnológico e elevação da composição orgânica do capital industrial. Assim, ameniza os efeitos destas sobre o mercado de trabalho. Todavia, não os anula, inclusive porque também o setor de serviços vai passando, progressivamente, por processos similares de desenvolvimento tecnológico, que também resultam em elevação da sua composição orgânica e eliminação de postos de trabalho. Conforme escreve Antunes (2005, p. 78), “se no passado recente ele [setor de serviços] empregou excedentes do trabalho industrial, hoje também contribui para o monumental exército de trabalho sobrando que o mundo atualmente presencia”

<sup>29</sup> Conforme o uso de Marx (1988, v. 2), a realização da produção indica o momento em que os valores engendrados a cada ciclo produtivo, incluso a mais-valia, assumem, com a venda das respectivas mercadorias nas quais esses valores se objetivam, a forma dinheiro, mediante a qual o capital pode reiniciar o seu ciclo através de nova aquisição de meios de produção e de força de trabalho.

parte, a bonança vivida pelo sistema capitalista ao longo dessas três décadas posteriores à II Guerra Mundial se explica, além das circunstâncias atípicas de uma economia mundial totalmente convulsionada pelo maior conflito bélico da história da humanidade, pelo redimensionamento do Estado frente à economia, resultado da cabal demonstração de incapacidade do Estado liberal<sup>30</sup> de oferecer soluções aos problemas suscitados pelas crises do sistema capitalista.

A partir da crise de 1929, a maior da história do capitalismo, que levou à falência empresas em todo mundo (bancos, indústrias, empresas agrícolas, casas comerciais etc.)<sup>31</sup>, o credo liberal de um Estado que se limitasse a fiador dos direitos individuais (vida, propriedade e liberdade), garante da ordem social e dos contratos, deixando a condução da economia inteiramente à mercê das forças e interesses do mercado, principia a ser questionado e é, de fato, gradativamente abandonado em favor de um novo modelo de Estado, no qual este passa a assumir importantes funções na produção material, regulação da economia e reprodução da força de trabalho. Na medida em que as crises se manifestam, conforme apontado acima, como ausência de demanda solvente para o conjunto da produção, o novo modelo de Estado, designado, como já assinalado, de Estado do bem-estar, passava a propugnar, no fundamental, por ações estatais capazes de, direta ou indiretamente, impulsionar a demanda e, assim, restabelecer o equilíbrio econômico<sup>32</sup>.

Sem pôr em questão a empresa capitalista e o lugar central do mercado na regulação da economia, o Estado do bem-estar passou a atuar no âmbito econômico essencialmente dos modos que seguem. Primeiro, mediante o investimento em obras públicas, desenvolvendo infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias, energia, telefonia, águas e esgotos etc.), gerando empregos e açulando a produção. Segundo, pela constituição de empresas estatais para atuar em setores que, por razões diversas, não estavam ao alcance ou não interessavam à iniciativa privada. Terceiro, por meio da aplicação de políticas fiscais que permitissem um extenso leque

---

<sup>30</sup> As origens do Estado liberal remontam às revoluções burguesas dos XVII e XVIII. Seus princípios teóricos foram formulados por pensadores como John Locke, Immanuel Kant e Stuart Mill. No fundamental, esses princípios postulam uma limitação do Estado no que diz respeito aos seus poderes e às suas funções, formatando, respectivamente, as ideias de “Estado de direito” e de “Estado mínimo”.

<sup>31</sup> Para proporcionar uma ideia da intensidade da crise de 1929, vale a pena apresentar os números informados por Salama e Valier (1975, p. 124) referentes à economia norte-americana: “de 1929 a 1933, a produtividade industrial reduziu-se pela metade; os investimentos industriais caíram em 90%; os preços, em 30%; a massa salarial, em 55%; o emprego, em 30% (em 1933, 27% da população ativa estava desempregada); 6.000 bancos suspenderam seus pagamentos etc.”.

<sup>32</sup> A principal fundamentação teórica para a intervenção do Estado na economia fora proporcionada por Keynes (1983).

de investimentos estatais em programas sociais (saúde, educação, moradia, transporte, seguridade social etc.), complementando indiretamente a renda de todos os trabalhadores e gerando novos postos de trabalho pela criação e/ou ampliação desses serviços<sup>33</sup>. Quarto, através de encomendas estatais a determinados ramos produtivos, sobremaneira à indústria bélica. Quinto, via a planificação indicativa da economia, minimizando os riscos das flutuações de mercado e conferindo maior visibilidade prospectiva e segurança de investimentos às empresas privadas. Assim, por intermédio dessas iniciativas, aplicadas ou não integralmente e em proporções variadas conforme os diferentes países, o Estado de bem-estar foi imprescindível à recuperação da estabilidade e do desenvolvimento econômico do mundo capitalista pós Segunda Guerra Mundial<sup>34</sup>.

Destarte, arvorando-se de forma mais ou menos plena em alguns países, de modo apenas parcial em outros, o Estado de bem-estar logrou desenvolver uma plêiade de inversões econômicas e de políticas sociais em todo o mundo, que redundaram, de modo genérico, dentre outros: na promoção de enérgico crescimento econômico; na redução da recorrência, intensidade e amplitude das crises; no fortalecimento e desenvolvimento de diversos setores da economia; na redução do desemprego; na criação e elevação das rendas; no estímulo ao consumo; na melhoria dos padrões de vida em geral. Assim, gerando estabilidade e ensejando prosperidade econômica, a ação do Estado de bem-estar foi absolutamente fundamental para a conservação da sociabilidade capitalista no exato momento histórico em que ela era posta em xeque por processos sociais decorrentes do aguçamento de suas contradições imanentes, a saber: a grande crise de 1929, a exasperação planetária das desigualdades econômicas e da pobreza, as duas guerras mundiais, as revoluções socialistas e o fortalecimento dos movimentos proletários e dos partidos comunistas no ocidente europeu.

---

<sup>33</sup> Apenas para dá uma ideia da magnitude dos recursos que passaram a ser investidos por alguns Estados na oferta de serviços sociais: em 1914, os países europeus que compunham a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) investiam em média 3% do Produto Interno Bruto (PIB) com gastos sociais; 5% em 1940; entre 10% e 20% em 1950; 25% em 1970 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 92).

<sup>34</sup> Imperativo assinalar que existe muita polêmica na literatura científica mundial sobre a significação precisa do Estado de bem-estar, suas origens e sua abrangência (cf. ESPING-ANDERSEN, 1991; BEHRING; BOSCHETTI, 2007; LESSA, 2013). Essa polêmica, todavia, não interessa aos propósitos deste trabalho, para o qual basta o fato de que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial se difundiram, integral ou – na maior parte das vezes – parcialmente, com intensidade variada, as políticas de intervenção estatal acima aludidas, no seio das quais se desenvolveram também políticas de ampliação da oferta dos serviços públicos de educação.

### 1.4.3 Estado de bem-estar e políticas sociais em educação

Dentre as ações do Estado do bem-estar, as políticas sociais de educação, sobremaneira de educação superior, são, evidentemente, as que interessam a este estudo.

No que diz respeito à educação básica, a escola pública, tornada universal, sem abandonar a função que já desempenhava no que se refere a preparação para o trabalho na produção capitalista, conforme referência feita atrás (secção 1.4.1) ao trabalho de Enguita (1989), passa a assumir novas funções.

Com a já referida intensificação da urbanização e a conformação de centros urbanos hipertrofiados em praticamente todo o mundo (muitos dos quais, especialmente nos países periféricos, de estrutura caótica e ambiência áspera, sobretudo para os mais pobres), a preparação das novas gerações para a vida social passa a se fazer, conforme os termos de Braverman (1987, 244-5), “num aparelho institucional mais do que na família ou na comunidade”. A escola, doravante, passa a assumir também, embora não com exclusividade, a incumbência de preparar os indivíduos “para ‘funcionar’ num ambiente urbano moderno”, não apenas como trabalhadores, mas também como consumidores e cidadãos, e o faz pela propagação de ideias, valores e comportamentos vários, mas compatíveis com a reprodução da ordem social capitalista. Desse modo, “seja qual for o conteúdo educacional do currículo”, à escola cumpre cada vez mais realizar a adaptação “à veloz e intrincada maquinaria social que [...] dita as fases da produção, do consumo, da sobrevivência e do divertimento”. Portanto, ela, escola, se converte em aparato institucional fundamental não apenas para a preparação (disciplinamento) para o trabalho, função prevaiente em sua origem moderna, conforme já visto (secção 1.4.1), mas também para a conformação do indivíduo à vida cidadina em sua totalidade: “na escola, a criança e o adolescente praticam aquilo para o que mais tarde serão chamadas a fazer como adultos”, isto é, “a conformidade com as rotinas”<sup>35</sup>.

É necessário observar, contudo, que essa função ideológica da escola, de conformação dos indivíduos às condições, normas e valores da ambiência urbana capitalista, ainda que

---

<sup>35</sup> A incumbência de adaptação dos indivíduos às novas condições de vida urbana a partir de meados do século XX, não passa despercebida a um dos principais educadores brasileiros do período, Anísio Teixeira, conforme se observa neste trecho, citado por Alves (2006, p. 139): “hoje, a vida familiar já não é, como em outros tempos, uma instituição de educação integral, e a vida social tornou-se tão eminentemente complexa que oferece à criança [...] apenas aspectos fragmentários do seu todo [...] A necessidade, pois, de a escola tomar, em grande parte, a si, as funções da família e do meio social, corresponde a uma verdadeira premência dos nossos tempos, se quisermos dar às nossas crianças a oportunidade de se adaptarem à ordem social do nosso vertiginoso presente”.

consistindo numa das suas funções e ainda que tenha sido, num passado não muito distante, a sua função dominante, deixou de sê-lo no capitalismo pós II Guerra Mundial. Conforme observa Alves (2006, p. 198), “com os novos recursos tecnológicos e as transformações que dele decorreram, outros mecanismos se tornaram mais eficientes que a escola no sentido de realizar essa função”. Por exemplo, os meios de comunicação de massa. Essa função ideológica foi, então, “subalternizada para uma posição secundária”, tornando-se, “simplesmente, uma função complementar da escola”. Assim, novas funções passaram a ser assumidas pela escola na dinâmica reprodutiva da sociabilidade do capital e passaram a lhe outorgar as razões principais da sua permanência e ampliação nessa sociedade.

Para tratar dessas novas funções da escola, é imperativo retomar, em suas linhas gerais e somente naqueles aspectos que interessam à problemática desta pesquisa, a dinâmica do capitalismo em sua fase monopolista, que engendra, conforme já desenvolvido, a grande crise de 1929 e conforma o Estado do bem-estar.

Ao adentrar em sua etapa monopolista e sob o impulso dos desenvolvimentos tecnológicos da segunda e da terceira revoluções industriais, que elevaram exponencialmente a composição orgânica do capital, a produção começa a prescindir cada vez mais de trabalhadores, concentrando a riqueza, elevando o desemprego e multiplicando a pobreza, ao tempo em que incrementa exponencialmente a oferta de bens. Essa situação, conforme já visto (secção 1.5.2), leva à maior reincidência e ao agravamento das crises, já que a realização das mercadorias se torna cada vez mais difícil face ao desemprego e à pobreza. Quando o cenário se torna efetivamente insustentável, ensejando crises econômicas exasperadas, guerras mundiais, crescimento dos partidos comunistas, revoluções socialistas, etc., o mundo capitalista encontra no Estado do bem-estar uma possibilidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-social.

O Estado do bem-estar, abandonando o preceito liberal de não intervenção na economia, procurou direta ou indiretamente gerar rendas e incrementar a demanda solvente através de políticas diversas, dentre as quais as políticas sociais e, nestas, as políticas sociais de educação, que, dentre outros, efetivamente lograram universalizar o ensino básico em muitas nações do mundo, sobremaneira nos países centrais. A universalização dos serviços escolares foi, então, um dos dispositivos mediante os quais a sociedade capitalista, pela mediação do Estado, conseguiu assegurar a sua reprodução num momento de extremo acirramento de suas contradições. Através de políticas fiscais adequadas, o Estado logrou pulverizar pela sociedade, mediante suas ações, dentre as quais se localizava a expansão do sistema escolar público, certa

parcela da riqueza concentrada, minimizando a ausência de demanda solvente que obstaculizava o movimento de valorização do capital.

A função dominante da escola a partir do contexto de desenvolvimento do capitalismo do bem-estar passa a ser, portanto, alocar no serviço público trabalhadores supérfluos ao sistema produtivo em razão dos desenvolvimentos tecnológicos e da crescente elevação da composição orgânica do capital. Na condição de gestores, pedagogos, professores, psicólogos, assistentes sociais, secretários, bedéis, faxineiros, merendeiros, vigilantes, etc., a escola proporciona emprego e renda a um conjunto considerável de trabalhadores que, de outro modo, dificilmente conseguiriam encontrar no setor produtivo compradores para a sua força de trabalho. Assim fazendo, contribui para o desfazimento do gargalo que a ausência de demanda solvente coloca à circulação do capital. Portanto, “enquanto um mecanismo que possibilita a alocação de trabalhadores produtivos desempregados”, a escola torna-se “um dispositivo vital para assegurar o equilíbrio da sociedade capitalista e, como decorrência, para manter viável a reprodução do capital” (ALVES, 2006, p. 191).

Além de oferecer emprego e renda a um contingente não desprezível de trabalhadores tornados supérfluos à produção, elevando a demanda solvente e facilitando a circulação do capital, a universalização dos serviços escolares consegue igualmente açular a economia pelo estímulo que exerce a uma vasta gama de atividades produtivas relacionadas às atividades escolares. Com efeito, “a expansão escolar produz necessidades que determinam a expansão da indústria de construção, da indústria de papel, da indústria editorial, da indústria de móveis, da indústria de lápis, de canetas, de cadernos, de borracha etc.” (ALVES, 2006, p. 192). Muitas dessas indústrias, fornecendo para o provimento da educação pública, terão no Estado o seu principal cliente.

Ainda mais, a escola universal corrobora a estabilidade econômico-social da ordem do capital na medida em que contribui para o controle do nível de desemprego não apenas pelos empregos que direta ou indiretamente cria, mas também porque provoca protelação à entrada no mercado de trabalho, geração após geração. Em outros termos, “a extensão do tempo de escolarização prolonga a permanência do jovem na escola, impedindo que pressione, imediatamente, um mercado de trabalho já saturado” (ALVES, 2006, p. 199). À título de exemplo dos estudos que indicam essa função da escola, é possível citar Braverman (1987, p. 371), que tratando dos Estados Unidos após o término da Guerra do Vietnam, escreve que “a contínua extensão da educação de massa [...] perdeu cada vez mais sua relação com as exigências ocupacionais” e que a ampliação da média de escolaridade para aproximadamente

dezoito anos, ocorrido naquele país no período em questão, “tornou-se indispensável para conservar o desemprego dentro de limites razoáveis”.

Outra função que desempenha a escola na reprodução da sociabilidade capitalista a partir do pós-guerra é a de complementar os baixos rendimentos dos trabalhadores mediante programas que, de um modo ou de outro, implicam em alguma espécie de benefício para as famílias que mantêm seus filhos na escola, como, por exemplo, os programas “merenda escolar” e “bolsa escola” no Brasil. Tratando do programa “merenda escolar”, Alves (2006, p. 204) escreve que esse programa “se constitui, de fato, num subsídio do Estado à reprodução da força de trabalho”, pois, por meio dele “é ministrado aos filhos dos trabalhadores uma pequena parte dos meios de subsistência necessários a tal reprodução”. E conclui: “trata-se de uma complementação salarial, pois o salário não é outra coisa senão a provisão de produtos que asseguram a satisfação das necessidades postas pela reprodução da existência dos trabalhadores”. Abordando em seguida a primeira aparição do programa “bolsa escola” no Brasil, durante o governo petista de Cristovam Buarque no Distrito Federal, na década de 90, Alves (2006, p. 206) é novamente categórico no que se refere à função de dispositivo de complementação da renda dos trabalhadores que a escola passa a ter, contemporaneamente, na reprodução da sociabilidade do capital: “a escalada da miséria e do desemprego vai comprometendo a escola pública, cada vez mais direta e profundamente, com a reprodução da existência da família trabalhadora”.

Por fim, é necessário salientar que a escola também cumpre uma função complementar na sujeição dos trabalhadores à sina de exploração e pobreza que lhes destina a sociabilidade capitalista na medida em que suscita esperanças de escapatória individual mediante uma possível ascensão social através do diploma. Ainda que hodiernamente, dada a universalização da escola básica e a ampliação das universidades, essa expectativa tenha se deslocado, em grande medida, para o diploma de nível superior, a escola não deixa de ser o prelúdio necessário a esse propósito. Assim, provendo aos trabalhadores a esperança de subtração pessoal/familiar da base majoritária dos socialmente desgraçados, a escola ajuda a encaminhar para canais não contestatórios grande parcela da indignação social e das expectativas em relação ao futuro.

Indicativo contundente dessas novas funções da escola, que não possuem absolutamente nenhuma relação com os seus objetivos proclamados de difusão do saber letrado-sistemático (Literatura, Filosofia e Ciência), é a sua crescente ineficácia no que se refere à socialização desse saber. De fato, embora com índices de fracasso nada desprezíveis, a escola é a instituição social que efetiva a socialização dos níveis elementares do conhecimento letrado-sistemático:

leitura, escrita, patamares primários da Aritmética e, com certa raridade, algumas noções mínimas, na maioria das vezes deturpadas, de cultura filosófico-científica. Ademais, essa socialização é relativamente necessária para que ela, escola, desempenhe as suas funções, anteriormente indicadas, de adestramento para o trabalho e adaptação às condições da sociabilidade urbana no capitalismo monopolista. Todavia, no que vai além desses conhecimentos básicos, que qualquer criança normal é capaz de aprender, se bem ensinada, em não mais que dois ou três anos, a escola, na maior parte dos casos, nada mais ensina (excetuando, evidentemente, a já indicada submissão às condições desumanizadoras da produção e às normas alienantes da vida social) ao longo dos anos (no Brasil, atualmente, no mínimo doze) em que a criança/adolescente é obrigada a frequentá-la. Ora, esse fracasso da escola na transmissão do saber que proclama-se ser a razão da sua existência é a contraparte das funções que ela efetivamente desempenha ao se tornar instituição universal sob o capitalismo monopolista: funcionar como “um dispositivo vital para assegurar o equilíbrio da sociedade capitalista e, como decorrência, para manter viável a reprodução do capital” (ALVES, 2006, p. 184). E ela faz isso, conforme se viu, independente da sua função pedagógica, pela geração de emprego e renda; pelo açulamento de setores da produção que fornecem materiais para a edificação, aparelhamento e funcionamento das escolas; pelo abrandamento da pressão dos trabalhadores sobre o mercado de trabalho; pela complementação aos rendimentos dos trabalhadores mediante programas vários vinculados à frequência escolar; pelas esperanças que suscita de melhor destino pessoal/familiar mediante o diploma e, assim, sem a necessidade de transformação das estruturas sociais. Logo, não sendo o êxito do trabalho pedagógico de transmissão do saber letrado-sistemático fundamental para o desempenho das funções verdadeiramente dominantes que a escola exerce no processo de reprodução social, ela pode, perfeitamente, sem nenhuma consequência para o desempenho daquelas funções, negligenciar a transmissão desse saber letrado-sistemático ao ponto de convertê-la em simples simulacro, com resultados praticamente nulos.

Além das vivências particulares de quase todos, muitos estudos atestam, desde quase meio século, essa ineficácia do trabalho pedagógico da escola contemporânea no que tange à socialização do saber letrado-sistemático. Illich (1985, p. 40), no início da década de 70, denunciava: “a maioria dos homens tem seu direito a aprender cortado pela obrigação de frequentar a escola”. Sua denúncia se fez acompanhar, poucos anos depois, pela lavra de Reimer (1975, p. 43-4), em obra de título expressivo, *A escola está morta*, na qual o autor afirma que a escola tem outras funções (a saber: a tutela dos alunos, a seleção social e a doutrinação

ideológica), prevalentes em relação à “aprendizagem cognoscitiva”. Sem negar que “experiências realmente educacionais podem acontecer na escola”, observa que “elas ocorrem, todavia, apesar do sistema escolar e não por sua causa”. Freitas (1989, p. 13), em texto da década de 80, cujo título também é emblemático, *A produção de ignorância na escola*, afirma que, “ao contrário do que se pensa, a escola não promove conhecimento, mas produz ignorância”. Na década de 90, Araújo Júnior (1997), em trabalho de título igualmente significativo, *O fracasso da escola*, cita diversos autores que se ocupam dessa problemática que, segundo ele, “a literatura sobre o assunto tem chamado de o ‘fracasso histórico e universal da escola’” (p. 69). Após acrescentar às análises desses autores dados referentes a avaliação do desempenho das escolas brasileiras por órgão oficiais, o autor conclui que “não é possível acreditar que a escola esteja desempenhando bem a sua função de ensinar às crianças o conteúdo de sua proposta curricular” (p. 32). No presente século, Alves (2006, p. 223) também elenca uma série de outros trabalhos denunciadores do malogro pedagógico da escola. Por fim, na década em curso, Ferrarezi Júnior (2012, p. 13), em livro destinado ao aprimoramento do entendimento que professores e alunos do ensino básico brasileiro têm da Sintaxe da língua portuguesa, observa que, ao longo dos seus 21 anos de ensino de Sintaxe em cursos de graduação e pós-graduação, cada vez mais se defronta com “a situação constrangedora em que chegam os alunos para a sua formação de nível superior”, na qual “os conceitos mais básicos, as formas mais simples de relacionamento entre as palavras, as formas de construção mais comuns do [...] português [...] são seus ilustres desconhecidos”. Muitos outros trabalhos, além desses, poderiam ainda ser elencados em apoio à realidade da ineficácia do trabalho pedagógico da escola. Porém, consumiriam gratuitamente o tempo do pesquisador e do leitor oferecendo suporte desnecessário a um fato, hoje, amplamente reconhecido.

É imperativo observar, todavia, que existem escolas que conseguem, malgrado a ineficácia universal da instituição no que toca à transmissão do saber letrado-sistemático, um êxito relativo nesta tarefa. Estas, via de regra, são as escolas destinadas aos filhos dos segmentos alto e médio da população, predestinados, por sua extração social, aos cargos de concepção, planejamento e gerência dos processos produtivos e da burocracia estatal ou às ocupações científico-técnicas ou de gerência do setor de serviços. Esta dualidade do sistema escolar entre uma maioria de escolas pedagogicamente ineptas e uma minoria relativamente eficaz é também fartamente indicada pela bibliografia especializada. Por exemplo, nos clássicos trabalhos de Althusser (1985) e Baudelot e Establet (1971). No caso da escola brasileira, ela se estabelece, grosso modo, na partição do sistema escolar, especialmente a partir de 1964, entre um pequeno

grupo de estabelecimentos particulares de alto custo, destinados à elite econômica e à alta classe média, e estabelecimentos públicos e particulares de menor custo, destinados à população mais pobre e à baixa e média classe média<sup>36</sup>.

Mas, dentre as políticas de educação do Estado do bem-estar, as que efetivamente interessam a este estudo são as que incidem sobre o ensino superior – o espaço concedido aos parágrafos anteriores para o tratamento da educação básica se justificando, contudo, em razão de certa comunhão de funções que se estabelecera, no capitalismo monopolista pós-II Guerra, entre esses dois níveis da educação formal, conforme se argumentará agora.

De fato, o principal traço das políticas de educação superior do Estado do bem-estar é a extraordinária expansão do número de universidades no mundo, que chega efetivamente a universalizar geopoliticamente a instituição, fazendo-a presente em praticamente todos os países, multiplicando o número de suas unidades e, mais ainda, o número de estudantes que a elas acorrem, bem como diversificando ainda mais os seus modelos (secção 1.5). Em grande medida, esse crescente investimento do Estado na criação e expansão das universidades advinha da incessante necessidade de produção de novos conhecimentos e novas tecnologias para uma economia, lastrada na terceira revolução industrial, cada vez mais deles dependente, bem como de qualificação científico-técnica para um contingente mais alargado da população, em decorrência do incremento das especialidades científico-técnicas no âmbito da produção, dos serviços e do governo provocado, direta ou indiretamente, pelas invenções e inovações da terceira revolução industrial. Mas se essa maior demanda por conhecimento, tecnologia e qualificação de nível superior para determinados postos de trabalho explica a continuidade e a intensificação, desde a segunda metade do século XX, do movimento de expansão das universidades que principiou no início do século XIX (secção 1.4), não explica, todavia, a potência que o fenômeno adquire nessa nova etapa, na qual se multiplica muitíssimo o número de universidades e de estudantes no mundo, consoante os números já apresentados (secção 1.5).

---

<sup>36</sup> Chauí (2001, p. 36-7) explicita de modo bastante sintético o processo de consolidação ao longo das últimas décadas dessa dualidade da escola brasileira: “durante a ditadura, a classe dominante, sob o pretexto de combate a subversão, mas, realmente, para servir aos interesses de uma das suas parcelas (os proprietários das escolas privadas), praticamente destruiu a escola pública de primeiro e segundo graus [...] Que pretendia a classe dominante ao desmontar um patrimônio público de alta qualidade? Que a escola de primeiro e segundo grau ficasse reduzida à tarefa de alfabetizar e treinar mão de obra barata para o mercado de trabalho [...] Feita a proeza, a classe dominante aguardou o resultado esperado: os alunos de primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo [...] não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não estariam destinados a elas [...] Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita”.

Com efeito, para além da geração de novos conhecimentos e tecnologias, a expansão da universidade nesse período mais recente excede em muito o quantitativo das reais necessidades técnicas da produção, comércio, serviços e administração da vida em sociedade. Pois, conforme se viu (secção 1.5.1), a demanda por qualificação científico-técnica em diversos postos da produção, dos serviços e do governo tem por paralelo, para o número copiosamente majoritário dos demais postos de trabalho que demandam por menor qualificação, a prescindência de outras habilidades além das capacidades sensitivas, motoras, de leitura, de escrita e de cálculo básicas<sup>37</sup>.

Por conseguinte, é necessário encontrar razões suplementares às reais necessidades de qualificação científico-técnica a fim de explicar o montante dos investimentos do Estado do bem-estar em ensino superior.

Ora, semelhante ao que já ocorria com as iniciativas do Estado de bem-estar na educação básica, também a expansão da universidade – em número muito acima da efetiva demanda por pesquisa científica e qualificação profissional – desempenha funções alheias à natureza das atividades científicas e pedagógicas que são as finalidades proclamadas da instituição. Com efeito, a extraordinária expansão das universidades que ocorre após a II Guerra Mundial se dará, em grande medida, como extensão às universidades daquelas mesmas funções que determinaram a universalização da escola básica, já suficientemente elencadas: criação de postos de trabalho para a compensação de parte dos expurgos efetivados pelo setor produtivo, em decorrência da utilização das novas tecnologias sob os imperativos das relações de produção capitalista; promoção de setores da produção cujos produtos servem às atividades desenvolvidas

---

<sup>37</sup> A tal ponto a oferta por vagas nas universidades excedeu as necessidades do mercado de trabalho que se tornou comum, nos Estados Unidos, a partir da década de 60, segundo Braverman (1987, p. 371), muitas empresas exigirem dos candidatos à postos de trabalho diplomas de nível superior a título de simples procedimento de triagem dos candidatos, e não porque as atividades a ser desenvolvidas exigissem as qualificações sinalizadas pelo diploma. O autor cita em apoio Herbert Bienstock, diretor regional do Departamento de Estatística do Trabalho em Nova York na década de 60, que escrevera em 1969: “a formatura por escola de nível superior tornou-se exigência importante para entrada no mercado de trabalho atualmente. Os empregadores, encontrando pessoas com diploma superior em maior quantidade num período de aumento do preparo educacional, vieram a tornar o diploma um dispositivo de peneiragem, frequentemente procurando pessoas com níveis superiores de instrução mesmo quando o conteúdo da função não esteja necessariamente se tornando mais complexo ou exigente de níveis mais elevados de qualificação” (apud p. 371). Cita ainda Ivar Berg, em estudo publicado em 1971, “um dos mais pormenorizados exames do assunto”, que “chega à conclusão de que as ‘realizações’ educacionais já ‘excederam as exigências da maior parte das categorias funcionais’ e que a demanda de trabalho ‘mais instruído’ não pode, portanto, ser explicada pelas ‘mudanças tecnológicas e correlatas necessárias à maioria das funções’” (p. 373). Braverman é então categórico no seu juízo: “a contínua extensão da educação de massa [...] perdeu cada vez mais sua relação com as exigências ocupacionais” (p. 371). Outro autor, Blanco (2004, p. 263), traz dados semelhantes sobre o México e afirma que, “na década de 90, pouco mais de 50 por cento dos novos profissionais puderam se empregar na profissão em que se formaram”.

pela universidade (construção civil, material escolar, material de escritório, informática, mobiliário, editoras etc.); prolongamento dos anos de educação e conseqüente protelação, a cada geração, das demandas por postos no mercado de trabalho; complementação aos rendimentos mediante programas de apoio ao estudante desenvolvidos pela universidade (alimentação, bolsas de estudo, bolsas de iniciação científica, auxílio manutenção etc.); cultivo de expectativas de ascensão social nos marcos da sociabilidade do capital mediante o diploma de formação superior.

O principal indicativo de que a universidade agora, em seu novo e ciclópico fluxo de expansão, é em grande medida também incitada por aquelas mesmas determinações que instigaram à universalização a escola básica e que são estranhas à conservação, transmissão e ampliação da cultura filosófico-científico-literário-artística do gênero humano é o fato de que, semelhante ao que ocorreu com a escola ao se universalizar, também a expansão da universidade se fez acompanhar por uma degeneração das suas atividades fins, referentes à produção e à transmissão daquelas formas de saber e de expressão que se constituem nas supremas realizações espirituais da espécie humana.

Do mesmo modo como indicado em relação à degradação da escola, também a degeneração da universidade é abundantemente registrada por analistas diversos, em todo o mundo. Conforme informa Trindade (2001, p. 17), fora expressa por metáforas várias: “universidade cativa”, “naufrágio da universidade”, “Babel da universidade”, “universidade em ruínas”, “universidade desconstruída”, “universidades na penumbra” etc. À título de ilustração, indicar-se-á na seqüência alguns dos textos que testemunham e denunciam a vilipendiação hodierna da universidade. Coggiola (2001, p. 56), ao analisar o processo universal de expansão das universidades no período em foco, afirma que “a massificação do ensino universitário implicou uma queda da sua qualidade não como uma consequência automática do ‘número’ [...], mas pelo caráter capitalista e cada vez mais alienado daquela”. Sousa Filho (2000, p. 15), considerando a universidade em sua universalidade, afirma que “vistos certos casos (e os artigos, na imprensa do exterior [...]), não há motivos para conservarmos ilusões sobre o mundo universitário internacional”. Baran e Sweezy (1996), em meados da década de 60, já diagnosticavam esse aviltamento da universidade nos Estados Unidos: “as universidades se transformaram, com demasiada frequência, em simples extensões dos cursos secundários”, boa parte das vezes “procurando reparar as mais gritantes deficiências da educação primária e secundária”, outras tantas “proporcionando aos seus clientes “mais quatro anos da mesma coisa” (p. 320). Esses autores, após examinarem as inúmeras deficiências da formação superior

americana em diversos campos do saber, asseveram que o sistema universitário americano produz, na sua maior parte, diplomados que “ingressam na vida prática incapazes de pensar com clareza, sabendo cada vez menos sobre um número cada vez maior de assuntos, e destituídos de todo respeito pelo intelecto e pelo conhecimento e sabedoria acumulados pela humanidade” (p. 328). Assim, nos Estados Unidos, continuam os autores, apenas um número “desalentadoramente pequeno” consegue sair das universidades na condição de “pessoas realmente ponderadas e educadas”. Estas, todavia, “alcançam o nível de excelência intelectual não devido ao sistema educacional, mas a despeito dele, não em consequência do clima cultural e intelectual predominante, mas de uma acerba luta contra ele” (p. 327). Baran e Sweezy (1996) citam também outros analistas da universidade americana do período. Por exemplo, H. G. Rickover (apud, p. 319), que após constatar a degeneração da educação norte-americana como um todo, afirma que as universidades fazem pouco mais do que “ministrar cursos complementares da escola secundária – por vezes até da escola primária”. Ou J. B. Conant (apud, p. 319), ex-presidente de Havard, em declaração de que, nos Estados Unidos, “o diploma universitário perdeu há muito qualquer sentido como marca de realização intelectual ou conclusão de um curso de preparo acadêmico formal”. Ainda N. Standford, (apud, p. 321), cujos termos dizem que “um exame mais detalhado das pessoas de educação universitária nos Estados Unidos basta para afastar qualquer noção de que nossas instituições de ensino superior estão realizando uma boa tarefa de educação liberal” (p. 321). Enguita (2010), analisando a universidade espanhola na contemporaneidade, escreve que a massificação que se desenvolveu ao longo das últimas décadas resultou numa “diluição dos recursos, que não crescem na mesma velocidade que os usuários”. Em consequência, “se produz uma degradação paulatina da instituição [...] na medida em que o crescimento da matrícula [...] não se faz acompanhar pelo correspondente aumento dos expedientes necessários” (p. 78) [tradução do autor]. Enguita assinala ainda que a referida massificação da universidade implicou também na conversão de “seus primeiros anos, sobretudo nas carreiras mais populares, numa prolongação do ensino secundário ou, como se diz, uma estadia para jovens, uma válvula de escape contra o desemprego” (p. 81) [tradução do autor]. Hollensteiner (2004, p. 316), ao tratar da universidade alemã contemporânea, afirma que “a democratização do acesso e a expansão institucional tiveram seu preço” e aponta problemas que comprometem a sua qualidade: “falta de orientação dos estudantes, administração burocratizada e a falta e sobrecarga dos docentes”. Teferra (2015), ao analisar a expansão das universidades na África, declara que “na mesma proporção que as matrículas no sistema tem crescido exponencialmente, a qualidade do ensino, aprendizado e da pesquisa tem sofrido vertiginosamente”. Aponta ainda que “a expansão

maciça” das universidades africanas “tem sinalizado que o tamanho das classes cresceu exageradamente, docentes sobrecarregados, recursos em declínio, atividades cortadas e instalações deterioradas — criando a tempestade perfeita para a crise de qualidade”.

Novamente em semelhança ao que aconteceu com a escola, também a expansão das universidades não ocorreu, conforme os termos de Coggiola (2001, p. 56-70), sem “a construção de um duplo sistema universitário em diversos países”. Por exemplo, na França, “as grandes écoles – ENA, ENS, Politécnica, Ehess, Collège de France – contrapostas às universidades”. Nos Estados Unidos, “as ‘cinco grandes’ – Harvard, Yale, Standford, Princeton e Cornell – e o ‘resto’”. Assim, também na universidade se estabelece uma clivagem entre um restrito número de instituições que, em cada país, realiza com êxito as suas funções de educação em nível superior e produção científica, assumindo destarte a posição de “universidades centrais”, e uma vasta maioria cujo desempenho das mesmas funções é, nos melhores casos, não mais que sofrível, e que então aparecem como “universidades periféricas”.

Um dos desdobramentos dessa tese que afirma o caráter desnecessário para a sociedade – embora necessário para a reprodução do capital e da sua forma de sociabilidade – de parcela dos serviços universitários é que parte do quadro funcional das universidades (administradores, professores e técnicos) se constitui num corpo efetivamente parasitário, que sorve recursos sociais sem oferecer em troca nenhum serviço, de fato, socialmente útil. Com efeito, ao alcançar a sua etapa monopolista, o capitalismo enseja, conforme demonstraram Baran e Sweezy (1966), um crescente estrato parasitário, mas necessário para a realização mercantil da produção, na medida em que representa, este estrato parasitário, parcela significativa da classe trabalhadora possuidora de emprego e renda e, assim, capaz de alimentar a demanda solvente no mercado<sup>38</sup>.

Uma objeção que poderia se fazer ao que acima foi dito sobre o caráter socialmente inútil de parte dos serviços universitários e, por conseguinte, a natureza parasitária de parte do corpo funcional universitário reside na alegação de que ela, universidade, em sua expansão recente, responderia a um apelo pela democratização do patrimônio artístico, literário, filosófico e científico do gênero humano, sendo então essa expansão fundamental para que cada

---

<sup>38</sup> Este crescente estrato parasitário, mas funcional à reprodução do capitalismo no seu estágio monopolista, torna-se possível em razão da também ascendente massa de mais-valia. Esta é a categoria que indica a grandeza absoluta da mais-valia produzida por um determinado capital. Conforme escreveu Marx (1988, t.1, v.1, p. 230), “a massa de mais-valia produzida é [...] igual à mais-valia que a jornada de trabalho do trabalhador individual fornece, multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados”. Portanto ela “é determinada pela relação composta entre o número de forças de trabalho exploradas simultaneamente pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual”.

indivíduo humano tenha acesso às condições que permitam a apropriação mais ampla possível desse patrimônio<sup>39</sup>. De fato, a natureza específica da universidade enquanto instituição que possui por encargo a conservação, ampliação e transmissão das formas mais desenvolvidas de conhecimento e de expressão do gênero humano torna-a a mais adequada dentre as instituições humanas para o desempenho dessa função. Ademais, difícil seria objetar que essa função não se inscreveria dentre as mais nobres e socialmente necessárias, dado o caráter humanizador do patrimônio artístico-literário-filosófico-científico da humanidade<sup>40</sup>. Todavia, o padrão de universidade que generosamente se expandiu pelo mundo afora, com a irrupção da etapa monopolista do capitalismo, efetivamente não desempenha essa função. A formação que a universidade oferece, além de fundamentada num modelo fragmentado de conhecimento, cuja principal matriz epistêmica é o positivismo, tem experimentado, com a sua fecunda expansão ao longo do último século, uma deterioração crescente, conforme indicado acima. Desse modo, a afirmação de que a universidade, para além das necessidades sociais de produção de conhecimento, tecnologia e qualificação da força de trabalho, ampliou as suas unidades em razão do desiderato de socialização da alta cultura humana não possui respaldo na natureza daquilo que ela efetivamente oferece ao contingente daqueles que a ela acorrem em busca de formação.

---

<sup>39</sup> Emprega-se a expressão “gênero humano” conforme o sentido a ela outorgado por Marx (2004). Nesse autor, a ideia de gênero humano é um desdobramento da verdadeira natureza do homem, um ser cuja essência não é fixa, abstrata, determinada pela natureza ou pelo sobrenatural, mas histórica e imanente, isto é, conforme se escreveu alhures, determinada pelas experiências e criações do homem na própria “labuta para produzir e reproduzir a vida face às condições objetivas do meio no qual vive”. A partir dessa concepção antropológica, o gênero humano consiste no “conjunto das objetivações histórico-culturais da espécie humana que medeiam e configuram as relações sociais” (DANIEL JÚNIOR, 2013, p. 83). Ou ainda, consoante outra formulação, na “síntese, em cada momento histórico, de toda a objetivação humana até aquele momento” (DUARTE, 1999, p. 18). Desse modo, “na condição de síntese da autoconstrução do homem na história, através do trabalho, o gênero humano indica o grau de humanização (desenvolvimento das potencialidades humanas de liberdade e universalidade) alcançado em cada etapa da aventura humana” (DANIEL JÚNIOR, 2013, p. 83).

<sup>40</sup> A ideia de “humanização” subjetiva do homem, para a qual colabora o patrimônio filosófico-literário-artístico-científico da humanidade, fundamenta-se na concepção de gênero humano apresentada na nota anterior. Ora, na medida em que o gênero humano consiste na “síntese, em cada momento histórico, de toda a objetivação humana até aquele momento”, para fazer uso mais uma vez dos termos de Duarte (1999, p. 18), cada ser humano individual se humaniza mediante o contato e a apropriação dessas objetivações (por exemplo, a linguagem e os padrões morais de conduta, apenas para citar duas dentre essas objetivações com as quais desde cedo todos entram em contato e de cuja apropriação depende o desenvolvimento da humanidade e das potencialidades de cada um). Assim, a constituição mais humana possível de cada indivíduo, de modo que ele possa exprimir em sua singularidade o máximo possível do gênero humano, depende das suas oportunidades de contato e de apropriação das objetivações da espécie. Conforme escreve Duarte (1999, p. 17), “não há outra possibilidade de formação do indivíduo humano, não há outro caminho para o processo individual de humanização”.

Por conseguinte, na medida em que excede as efetivas necessidades epistêmicas e pedagógicas da produção e da sociabilidade capitalistas e que não desempenha nenhum papel verdadeiramente sementeiro da genericidade humana, a expansão da universidade tem por efeito social apenas o açulamento da dinâmica reprodutiva do capital mediante aqueles efeitos já indicados e que não custa repetir: criação de empregos em contraposição ao incremento do desemprego estrutural provocado pelo crescente recurso, sob a tutela das relações capitalistas de produção, às novas tecnologias; estímulo aos setores da produção cujos produtos são requeridos pelas atividades realizadas pela universidade (construção civil, editoras, informática, mobiliário, material de escritório etc.); amenização da demanda por colocação no mercado de trabalho em consequência do prolongamento, pelos anos de formação universitária, do período de escolarização; complementação das rendas mediante programas de apoio discente (alimentação, bolsas de estudo, bolsas de iniciação científica, auxílio manutenção etc.); geração de expectativas de ascensão social através do diploma universitário. Esses sendo, portanto, os motivos complementares da medida de sua expansão ao longo da segunda metade do século XX e que dizem respeito, reitera-se, à exigências para a reprodução do capital e da sua forma de sociabilidade.

Exposto, então, o longo processo de nascimento, consolidação e desenvolvimento da universidade até a emergência de sua forma moderna, com a qual ela alcança os dias atuais, bem como explicitados, ainda que genericamente, alguns dos principais determinantes de todo esse processo, impõem-se agora a perscrutação da universidade brasileira: seu nascimento, desenvolvimentos e determinações. O capítulo seguinte dedicar-se-á a esse propósito. Somente então é que estarão postos os fundamentos categoriais e históricos para a efetivação do assalto ao núcleo desta tese: a expansão, que tivera lugar a partir do final da década de 80 do último século, da universidade pública brasileira pelo interior da região amazônica.

## 2 A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Após a análise do surgimento e desenvolvimento da universidade no mundo, realizada no capítulo anterior, na qual se buscou apresentar o lineamento do processo e, sobretudo, explicitar algumas das suas determinações principais, o presente capítulo objetiva perquirir a história da universidade no Brasil, procurando, igualmente, descrever as suas linhas gerais e identificar algumas das suas determinações fundamentais<sup>41</sup>. Como o surgimento da universidade brasileira se realiza muito tardiamente, em pleno século XX, sendo precedido por um longo alvorecer de quase quatro séculos, no qual existiu apenas cursos superiores isolados, tratar-se-á também de apresentar e analisar esse longo prenúncio.

Alicerçado nos resultados do capítulo pretérito, no qual a universidade aparece como instituição cuja origem e vicissitudes históricas possuem dentre suas determinações basilares demandas sociais advindas das formas de sociabilidade gestadas pelos desenvolvimentos do capital, o atual capítulo se fará orientar por uma premissa básica, que ele buscará confirmar: a universidade brasileira, em sua longa espera, nascimento extemporâneo e transformações históricas é determinada, dentre outros, pelas relações que se estabeleceram entre a economia e a sociedade brasileiras e os desenvolvimentos do capitalismo global, mais precisamente pelas formas de inserção do país no mercado mundial, consoante os interesses dos países centrais e a permanente submissão a esses interesses de nossas elites dirigentes.

A estruturação do texto, em quatro secções, será a que segue. Após esta primeira secção introdutória, a segunda secção descreve a educação superior nos períodos colonial e imperial, o surgimento da universidade brasileira no despertar do século XX, a organização interna inicial dessa universidade e, por fim, a sua reforma pela ditadura militar ao final da década de 60. A terceira secção procura identificar alguns dos determinantes da protelação da universidade brasileira, bem como alinhar algumas das razões da sua emergência no início do último século. Por fim, a quarta secção trata do processo de sua expansão nacional a partir de meados do século, tentando explicitar algumas das suas determinações fundamentais.

---

<sup>41</sup> Para a reconstrução histórica do desenvolvimento da universidade no Brasil, foram consultadas os seguintes trabalhos: Alves e Oliveira (2014), Chauí (2001), Cunha (1994), Cunha (1980, 1983, 1988, 2000), Faria (1952), Fávero (2006), Fontes (2007), Minto (2006), Ribeiro (1998), Romanelli (1994), Rossato (1989), Sampaio (2000).

## 2.1 Origem, expansão e reforma da universidade no Brasil

A instituição da universidade no Brasil é tardia, remontando às primeiras décadas do último século.

Contudo, os primeiros cursos superiores em solo nacional datam do ano de 1572. Eram de iniciativa dos padres jesuítas e funcionavam no Colégio da Bahia, que fora fundado em 1550. Tratava-se dos cursos de Filosofia e de Teologia. O curso de Filosofia tinha duração de três anos e nele aprendia-se Lógica, Física, Matemática, Ética e Metafísica, com base principalmente em Aristóteles. Conferia os graus de bacharel ou licenciado<sup>42</sup> e era propedêutico aos cursos de Medicina, Direito Civil e Direito Canônico oferecidos pela Universidade de Coimbra, em Portugal – para onde normalmente se dirigiam os estudantes da colônia desejosos e com os recursos necessários para a continuação dos estudos nas referidas áreas<sup>43</sup>. O curso de Teologia, por seu turno, durava quatro anos e tinha por currículo o estudo da Teologia Moral (cujo objeto era a ética) e da Teologia Especulativa (cujo objeto era a doutrina católica), conferindo o grau de doutor. A clientela de ambos os cursos, Filosofia e Teologia, advinha, basicamente, das camadas privilegiadas da população colonial: senhores de engenho, criadores de gado, funcionários públicos, mineiros etc.

Após a instituição dos referidos cursos no Colégio da Bahia, outros foram paulatinamente sendo fundados, também por iniciativa dos jesuítas, em distintas freguesias coloniais. Assim: em 1638, no Colégio do Rio de Janeiro, curso de Filosofia; em 1687, no Colégio de Olinda, cursos de Filosofia e Teologia; em 1688, no Colégio do Maranhão, curso de Teologia e, pouco depois, turmas esporádicas (quando existiam interessados em quantidade suficiente) de Filosofia; em 1695, no Colégio do Pará, em regime complementar ao colégio do Maranhão, curso de Filosofia (certas disciplinas eram ministradas ora no Maranhão, ora no Pará); em 1708, no Colégio de São Paulo, cursos de Filosofia e de Teologia; em 1721, no Colégio de Recife, também cursos de Filosofia e Teologia; em 1755, no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, igualmente cursos de Filosofia e Teologia.

---

<sup>42</sup> Conforme explica Cunha (1980, p. 28), a diferença entre os graus de “bacharel” e “licenciado” “estava no número de pessoas que compunham a banca examinadora: três para os bacharéis e cinco para os licenciados, estes os que pretendiam exercer o magistério”.

<sup>43</sup> Apesar de idêntico no currículo ao curso de Filosofia ministrado pelos Jesuítas na metrópole (mais precisamente na cidade de Évora), o qual permitia acesso direto a qualquer curso da Universidade de Coimbra, o curso de Filosofia do Colégio da Bahia somente dava acesso aos cursos de Coimbra mediante prévia aprovação em “exame de equivalência”. Essa discriminação pedagógica em relação à colônia somente cessaria em 1689, quando, mediante carta régia, ficou estabelecido que os graduados em Filosofia por colégios jesuítas brasileiros também teriam ingresso direto nos cursos da Universidade de Coimbra (CUNHA, 1980, p. 33).

A expulsão dos jesuítas do império português (e, assim, do Brasil) no início da segunda metade do século XVIII, em razão do desiderato da administração de Sebastião José de Carvalho e Mello (nomeado Marques de Pombal em 1769), ministro do rei durante o reinado de José I (1750 – 1774), pôs fim a esse primeiro ciclo do ensino superior no Brasil, com o encerramento de todos os cursos supracitados. O grande propósito da gestão de Pombal era incitar o processo de industrialização de Portugal e, por meio deste, arrefecer a dependência econômica do reino em relação a outras potências, especialmente a Inglaterra, vigente, por vicissitudes históricas, desde meados do século XVII. Para alcançar este propósito, Pombal julgava fundamental reforçar o poder do Estado, submetendo a ele o conjunto das instituições. A Companhia de Jesus, diretamente subordinada ao papa, e não ao rei (como acontecia com o alto clero secular português, nomeado pelo rei, por delegação do papa, e àquele submisso), colidindo com as determinações do Estado em alguns episódios e professando ideias e valores avessos ao iluminismo e à ética capitalista, fora considerada então como uma ordem danífica a política do reino luso e, dessarte, um obstáculo a ser removido.

Na ausência dos jesuítas, ainda durante o período colonial, os franciscanos abriram, em 1776, no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, um curso de Filosofia e outro de Teologia, em sistema sequencial, isto é, o primeiro sendo preparatório para o segundo. E, em 1798, no Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça de Olinda, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho fundou, em sistema sequencial semelhante ao do Convento de Santo Antônio, um curso de Filosofia e outro de Teologia<sup>44</sup>. Os cursos de Teologia do Rio de Janeiro e de Olinda seguiriam sendo os únicos cursos superiores em solo brasileiro até 1808, ano da transferência da corte portuguesa para o Brasil, decorrência da invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte.

A partir de 1808, com o Brasil se convertendo em sede do reino português, “foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como subproduto, formar profissionais liberais” (CUNHA, 1980, p. 62). Esse processo de expansão do ensino superior no Brasil, ocorrendo num período em que o Estado lusitano havia tomado a decisão de dirigir, ele próprio, o sistema educacional, foi marcado pela criação de escolas superiores estatais secularizadas, em contraste com o período colonial anterior, no qual as escolas superiores eram criadas e dirigidas pela igreja, conforme já assinalado. Desse modo, “depois de ter sido clerical, até a transferência para o Rio de Janeiro

---

<sup>44</sup> Em ambas as propostas, a do Convento de Santo Antônio e a do Seminário de Olinda, o curso de Filosofia correspondia à formação de nível médio e o curso de Teologia, à de nível superior.

da sede do reino português, em 1808, o ensino superior tornou-se estatal até a proclamação da república, em 1889”. Portanto, ao longo de toda a fase imperial, “a iniciativa de criação dos estabelecimentos de ensino era estatal, assim como sua manutenção material” (CUNHA, 2000, p. 156).

Os novos cursos estabelecidos no período foram: Medicina, Cirurgia, Farmácia, Obstetrícia, Ginecologia e Odontologia, no Rio de Janeiro e em Salvador; Farmácia, em Ouro Preto; Engenharia Topográfica, Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Geográfica, Engenharia Industrial, Ciências Físicas e Naturais, Ciências Físicas e Matemáticas, no Rio de Janeiro; Agrimensura e Engenharia de Minas, em Ouro Preto; Direito, em São Paulo e Olinda (este de Olinda posteriormente transferido para Recife); Agronomia, em Cruz das Almas (Bahia) e Pelotas (Rio Grande do Sul) (CUNHA, 1980, p. 91-107).

Com a proclamação da república, em 1889, esse movimento de expansão das escolas superiores intensifica-se. Desta feita, todavia, ocorre também pela criação de instituições públicas estaduais e escolas particulares, possibilitadas pelo regime republicano<sup>45</sup>, que flexibiliza igualmente as estruturas administrativa e didáticas dessas escolas. Assim, de 1891 a 1910, ano que antecede uma ampla reforma de todo o sistema de ensino do país, tanto superior como fundamental, “foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia” (CUNHA, 1980, p. 157). Esse movimento expansionista continuará ao longo de toda a existência da primeira república, embora com menor ímpeto após 1910, em consequência da referida reforma educacional de 1911, levado a cabo mediante a implementação da Lei Rivadávia Corrêa.

Mas a grande novidade em termos de formação superior no Brasil republicano é a instalação das primeiras universidades nacionais.

Conforme já indicado, o ensino superior no Brasil fora, ao longo de todo período colonial e imperial, ministrado em escolas isoladas: Filosofia e Teologia, no período colonial; principalmente cursos de Medicina, Direito e Engenharia, na quadra imperial. Todavia, “nenhuma instituição com *status* de universidade existiu no período colonial nem no imperial”. O primeiro interregno republicano da história do Brasil (1889 - 1930) fará finalmente

---

<sup>45</sup> “A constituição da República, de 1891, descentralizou o ensino superior, que era exclusivo do poder central, delegando-o também para os governos estaduais e permitiu a criação de instituições privadas” (SAMPAIO, 2000, p. 37).

desabrochar as primeiras universidades tupiniquins. A primeira delas, nascida da iniciativa de grupos privados, durante o período de prosperidade ocasionado pelo ciclo da borracha no extremo norte do país, fora a Universidade de Manaus, fundada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, no ano de 1909, e que tivera vida curta, se dissolvendo em 1926, embora se conservasse isoladamente o curso de Direito até que este fosse, em 1965, incorporado a recém-fundada Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ao longo de sua breve existência, “a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de Formação de Oficiais da Guarda Nacional”. A segunda universidade, criada em 1911, também pela iniciativa privada, fora a Universidade de São Paulo, em São Paulo, capital, e tivera vida ainda mais breve que a Universidade de Manaus, dissolvendo-se em 1917. Ofereceu “cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes”. A terceira universidade criada durante o período da primeira república, mais precisamente em 1912, tivera sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná: a Universidade do Paraná. Como suas congêneres anteriores, também a Universidade do Paraná fora filha da iniciativa particular, mas, neste caso, com “ostensivo apoio do governo estadual”. Ofereceu “estudos em Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio”. A sua sorte foi a mesma das duas primeiras universidades brasileiras, extinguindo-se alguns anos depois. Contudo, conseguiu manter, na condição de faculdades isoladas, os cursos de Medicina, Engenharia e Direito, que foram posteriormente, por ocasião da fundação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1950, a esta incorporados. A quarta universidade nacional também fora criada sob a primeira república, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, na então capital da federação, mas, diferente das demais, por iniciativa estatal. Ela originou-se da fusão das faculdades estatais de Medicina, de Engenharia e de Direito. Distintamente das anteriores, conseguiu sobreviver, não apenas chegando ao presente como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas servindo sua constituição de modelo para as universidades criadas subsequentemente: “a reunião de faculdades profissionais pré-existentes”. Destarte, o mesmo procedimento de constituição (a fusão de faculdades profissionais já existentes, no caso, as de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia) fora adotado, em 1927, para a criação, pelo Estado de Minas Gerais, da derradeira dentre as universidades surgidas durante a primeira república, a Universidade de Minas Gerais, que também alcançará o presente, como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (CUNHA, 2000, p. 161-3).

Após a primeira república, nos quinze anos subsequentes do governo de Getúlio Vargas, a Universidade não apenas consolida-se no Brasil, mas também conhece certa expansão

mediante a criação de três novas universidades, conforme segue. A Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, fundada em 1932, a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, e rebatizada, em 1934, como Universidade de Porto Alegre. A Universidade de São Paulo (USP), fundada, por iniciativa do governo do Estado de São Paulo, em 1934. As Faculdades Católicas, criadas em 1940, no Rio de Janeiro, e reconhecidas como universidade (Universidade Católica do Rio de Janeiro) pelo Estado em 1946. Também fora criada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, que não vingou, sendo incorporada em 1939 à Universidade do Rio de Janeiro, renomeada em 1937 como Universidade do Brasil.

A expansão da universidade brasileira ganha profusão nos anos da segunda república (1946-1964), nos quais nada menos que trinta e duas novas universidades são constituídas. Foram onze entre 1946 e 1954: Universidade do Recife, Universidade Rural de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Universidade da Bahia, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Rural de Minas Gerais, Universidade do Distrito Federal (após 1962, designada Universidade do Estado da Guanabara e, desde 1975, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Mackenzie, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Destas, cinco eram mantidas por instituições confessionais (quatro católicas e uma protestante) e seis mantidas pelo Estado. Entre 1955 e 1964, vinte e uma novas universidades são criadas: Universidade do Pará, Universidade do Maranhão, Universidade do Ceará, Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade da Paraíba, Universidade de Alagoas, Universidade Católica de Salvador, Universidade de Juiz de Fora, Universidade do Espírito Santo, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Católica de Campinas, Universidade Católica do Paraná, Universidade de Santa Catarina, Universidade Rural do Sul, Universidade de Pelotas, Universidade Católica Sul Rio-grandense, Universidade de Santa Maria, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de Brasília (UNB). Deste novo grupo, seis eram mantidas por instituições católicas e quinze pelo Estado (CUNHA, 1983, p. 95-6).

Observa-se que consta no rol das universidades criadas após 1955, a Universidade do Pará, primeira universidade criada na região amazônica após a curta experiência da Universidade de Manaus, conforme assinalado, fundada em 1909 e encerrada em 1926. A Universidade do Pará, cuja data exata de fundação é o ano de 1957, foi composta originariamente pelas seguintes faculdades: Medicina e Cirurgia; Farmácia; Odontologia;

Engenharia; Direito; Filosofia, Ciências e Letras; Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Fontes (2007, p. 15-6), “a luta pela criação de uma universidade no Pará era antiga, desde o início da República”. Sua realização, contudo, que muito bem poderia ter ocorrido durante o período áureo da exportação da borracha (aproximadamente entre 1890 e 1915) – conforme, aliás, ocorrera no Estado do Amazonas, com a Universidade de Manaus – fora postergada em razão da falta de interesse da camada social, na época, politicamente dominante no Pará, a burguesia comercial, que, assentando sua supremacia social exclusivamente na extração do látex, “não desenvolveu uma mentalidade industrial e não investiu na produção e na investigação científica”.

Essas primeiras universidades fundadas em solo nacional, quatrocentos anos após a conquista portuguesa, estruturavam-se a partir de escolas isoladas de ensino superior para a formação profissional, simplesmente justapostas, sem nenhuma articulação orgânica, cujo modelo era a “política universitária voltada exclusivamente para a formação profissional, que havia sido implementada pela revolução burguesa de 1789, coroada pelas medidas reformadoras de Napoleão I” (CUNHA, 1988, p. 15). As escolas profissionais, por sua vez, tinham na cátedra a sua “unidade operativa de ensino e pesquisa docente” (FÁVERO, 2006, p. 24). A cátedra era uma “cadeira” instituída para o ensino de determinada área do conhecimento e entregue, em caráter vitalício, a um professor catedrático, responsável pelo ensino e pela pesquisa daquela área do conhecimento, e que era auxiliado, para tal, por professores subalternos (auxiliares ou livre-docentes) por ele nomeados. Destarte, a cátedra se constituía na “*célular mater* das instituições brasileiras de ensino superior” do período, e assim continuará “até a reforma universitária de 1968” (CUNHA, 1994, p. 02).

O regime ditatorial instalado em 1964, mediante golpe militar, criou no Brasil até o seu término, em 1985, dezesseis novas universidades públicas federais: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Nesse período também nasceram universidades criadas por iniciativa de governos estaduais: Universidade do Estado

da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Por fim, também foram criadas durante os anos da ditadura militar uma universidade pública municipal, a Universidade de Taubaté (UNITAU), pela Prefeitura Municipal de Taubaté, São Paulo, e várias universidades privadas<sup>46</sup>.

Observa-se que durante esse período de governos militares ocorreu a criação, após a primogênita Universidade do Pará, de mais quatro universidades públicas na região amazônica: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 1965; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 1970; Universidade Federal do Acre (UFAC), em 1974; Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 1982.

A política do regime militar em relação à universidade brasileira não se restringiria, contudo, à dilatação das suas unidades, impetrando, sob inspiração do modelo universitário norte-americano, uma reforma de suas estruturas. Em seus aspectos mais relevantes e de modo sucinto, essa reforma consistiu nos seguintes pontos. Primeiro, na supressão do “exame” vestibular (diversificado, consoante cursos e áreas do conhecimento, e seletivo) em prol do “concurso” vestibular (unificado e com ingresso por ordem de classificação) como mecanismo de acesso. Segundo, na extinção do regime de cátedras e implantação de departamentos de ensino e pesquisa como base para a organização científico-pedagógica da universidade. Terceiro, no estabelecimento de duas etapas curriculares sucessivas, a básica (comum a todos os cursos da mesma área do conhecimento) e a profissionalizante (peculiar a cada curso), como dispositivo de integração interna da universidade. Quarto, na implementação do sistema de créditos e de matrícula por disciplina como forma de defluência dos cursos, em substituição ao regime seriado semestral. Quinto, no fomento à pesquisa e pós-graduação como expediente para estimular o desenvolvimento científico e aprimorar o quadro docente.

Importante ressaltar que o impulso à pesquisa e pós-graduação foi, dentre todas, a transformação de maior êxito da reforma universitária brasileira, pois, além de abranger todas

---

<sup>46</sup> De acordo com Sampaio (2000) e Minto (2006), a partir da emergência do regime militar em 1964, as universidades privadas experimentarão significativo incremento, granjeando no conjunto das universidades brasileiras um percentual de participação ascendente. O desenvolvimento das universidades privadas no Brasil, todavia, não será objeto das considerações deste trabalho, pois extrapola seu o objeto e os seus objetivos, conforme apresentados atrás (introdução).

as áreas do conhecimento e realizar-se em tempo relativamente curto (duas décadas), logrando institucionalizar a pesquisa e desenvolver a pós-graduação em um número não desprezível de universidades, obteve grande aprovação dentro e fora da universidade<sup>47</sup>. O processo desenvolveu-se, essencialmente, mediante financiamentos para a pesquisa realizados por agências do Governo Federal – a saber: Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP), Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e agências ligadas aos governos estaduais e através dos Planos Nacionais de Pós-graduação (no caso, o I PNPG, para o período de 1975-1979, e o II PNPG, para o período de 1982-1985) e do Plano de Incentivo e Desenvolvimento da Capacitação de Docentes (PICD). Destarte, a produção científica no interior das universidades ganhou notável volume e os programas de pós-graduação, assumindo “o locus [...] de afirmação da pesquisa como uma das dimensões indissociáveis do trabalho docente na educação superior” (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 362), vieram a se converter no “verdadeiro motor da reforma da universidade brasileira”, funcionando como “uma espécie de enclave moderno nas universidades arcaicas (se antigas) ou inexperientes em termos acadêmicos (se recentes)” (CUNHA, 2000, p. 184).

Com o término do regime militar em 1985, o primeiro governo civil da Nova República daria continuidade ao processo de expansão da universidade pública brasileira, embora arrefecendo muitíssimo o seu ímpeto. Durante os cinco anos do governo de José Sarney (1985 - 1990), duas novas universidades federais foram criadas, ambas na região amazônica: a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

---

<sup>47</sup> Conforme assinala Germano (2000, p. 145-8)), antes da reforma universitária impetrada pelo regime militar, o ensino universitário se fazia em larga medida dissociado da pesquisa científica. Naquele contexto, o que existia em termos de pesquisa científica no país “era um reduzido número de instituições dentro e fora das universidades, como, por exemplo, os Institutos de Manguinhos (Rio de Janeiro) e Butantã (São Paulo); o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil (1945), do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949), Institutos de Física Teórica (1950) e de Energia Atômica (1956), ambos da USP, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1952)”. Assim, ao afirmar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa no ensino superior (Art. 2º, lei 5.540/68), a reforma universitária efetivamente institucionalizou a pesquisa na universidade, ainda que a primazia dos investimentos estatais em pesquisa durante o regime militar se dirigisse para as empresas estatais e institutos públicos de pesquisa (que realizavam, fundamentalmente, pesquisas com finalidades práticas específicas, isto é, pesquisa tecnológica), e apenas em menor escala para as universidades (cujo foco das pesquisas tendia a se concentrar na geração de novos conhecimentos, ou seja, na pesquisa de base). No que diz respeito à qualificação docente e pós-graduação, antes da reforma “a massa dos docentes era escassamente qualificada e o ensino de pós-graduação era praticamente inexistente no país “. O acicate à pesquisa e pós-graduação realizado pelo regime militar recrudescerá muitíssimo os cursos de pós-graduação no Brasil, conforme mostram os seguintes números, extraídos de Alves e Oliveira (2014, p. 363-5): em 1965, início do regime militar, existiam, consoante indicam, 27 cursos de mestrado e 11 cursos de doutorado no país; dez anos depois, em 1975, já existiam 158 cursos de mestrado e 89 de doutorado; por fim, em 1985, ano de término do regime militar, existiam 787 cursos de mestrado e 325 cursos de doutorado.

Também se estabeleceram seis novas universidades estaduais: Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTE), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Conforme será abordado adiante (secção 3.2), o início da derradeira década do século XX assinala uma nova etapa para a história da universidade no Brasil, na qual a expansão da universidade pública, significativamente arrefecida a partir da segunda metade da década de 70, principia a ser retomada, a princípio timidamente, especialmente pela criação de universidades estaduais, mas, a partir dos anos 2000, com mais vigor, sobretudo pela criação ou expansão das universidades federais. Esta quadra é, ademais, a quadra na qual ocorre a sua expansão pelo interior da Amazônia brasileira, âmbito desta investigação, razão pela qual sua abordagem será efetivada em capítulo específico e conclusivo deste trabalho (capítulo 3).

## **2.2 As razões da tardia universidade brasileira**

A colonização das Américas, de parte da África e de parte da Ásia, a partir do século XVI, é um movimento que ocorre sob o impulso do capital comercial europeu, à busca de novas possibilidades de lucro. Nas Américas, os europeus (espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses e franceses) não encontraram os gêneros comerciais pelos quais ansiavam (especiarias, seda, drogas e algodão) e que há muito importavam das regiões já conhecidas e mais desenvolvidas da Ásia. De outro modo, se depararam com sociedades possuidoras de sistemas produtivos escassos, com produção para subsistência ou, as mais desenvolvidas dentre elas (no caso, aquelas das civilizações Astecas, Maias e Incas, na América central e do sul), geradoras de limitado excedente, em sua maioria na forma de víveres não visados pelo comércio europeu. Como, igualmente por força de seus sistemas produtivos rudimentares, que empregavam acanhada tecnologia, essas sociedades não tinham como opor resistência militar capaz de frear interesses que se opusessem aos seus, que as ameaçassem em sua integridade material e cultural, os europeus logo trataram de as despojar, mediante a violência, dos poucos itens disponíveis e com valor comercial na Europa: metais preciosos e alguns gêneros tropicais. Em seguida, uma vez esgotadas as riquezas espontaneamente encontradas junto às terras e à seus povos, encetaram nova fase da empresa colonial. A partir de núcleos de povoamento, iniciou-se a produção de bens de valor comercial na Europa, visando o abastecimento daquele

mercado<sup>48</sup>. Esses núcleos de povoamento, na medida em que se implantavam mediante transplante de população europeia e se desenvolviam ao ritmo do êxito econômico e do crescimento vegetativo das suas gentes (quase sempre mestiçadas com os povos autóctones), se convertiam em centros de consumo com os quais era possível lucrar também pela exportação de produtos originários do velho continente. Assim, inicialmente destinada à rapina pura e simples, as colônias do novo mundo se transformaram em regiões reservadas à produção de bens primários para o mercado europeu e ao consumo das mercadorias procedentes daquele mercado<sup>49</sup>.

Cumprido detalhar, para um melhor entendimento, o papel desempenhado pela colonização das Américas nessa primeira etapa da aventura colonizadora, na qual o capital ainda se encontra restrito à sua expressão comercial, ou seja, é capital que se origina no processo de circulação, a partir da compra mais barata e da revenda mais cara de mercadorias originárias de centros de produção não capitalistas, e cujo movimento é representado pela fórmula  $D - M - D'$  (ver secção 1.2.1). Nessa etapa, a pilhagem inicial, através da violência, das riquezas do novo continente significava a aquisição, pelo capital comercial europeu, de mercadorias a baixíssimo custo, pois levada a cabo mediante processos externos ao mercado: a violência contra populações incapazes de oferecer maior resistência. Ao serem comercializados, os frutos da pilhagem geravam lucros fabulosos, que serviam para alimentar com copiosidade a designada “acumulação primitiva” (ver secção 1.3.1). Posteriormente, quando a empresa colonial passou a organizar empreendimentos produtivos em núcleos de colonização dirigidos por população de origem europeia e fazendo uso, quase sempre, de força de trabalho escrava, os gêneros primários decorrentes desses núcleos, apesar de valorizados nos mercados europeus, continuaram sendo adquiridos a baixo custo pelos mercadores metropolitanos, em razão dos preços aviltados possibilitados não apenas pelo emprego de mão-de-obra escrava, mas também pelo exclusivismo comercial que gozavam as metrópoles em suas respectivas possessões

---

<sup>48</sup> “A produção colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil: mercadorias comercializáveis na economia central, com procura manifesta ou latente na sociedade europeia. São, sobretudo, os produtos tropicais: açúcar, tabaco, algodão, cacau, anil; matérias primas, como peles para vestimentas de luxo, madeiras tintoriais, etc. Para além, naturalmente, metais nobres, para que a expansão da economia de mercado se não travasse por escassez de numerário” (NOVAIS, 1989, p. 92-3).

<sup>49</sup> O propósito da colonização das Américas e demais regiões da África e Ásia pelas metrópoles europeias que a empreenderam fora teorizado, na época, pelo pensamento econômico mercantilista. Sintetiza-o, com limpidez exemplar, o inglês Malachy Postlethwayt, em obra intitulada *Britain's Commercial Interest Explained and Improved*, de 1747, na qual escreve que a finalidade das colônias era: “1º dar à metrópole um maior mercado aos seus produtos; 2º dar ocupação a um maior número dos seus manufactureiros, artesãos e marinheiros; 3º fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que ela precisa” (apud SÉE, 1959, p. 136).

coloniais. Por conseguinte, tanto na fase de pilhagem como em sua fase produtiva, o comércio marítimo com as colônias americanas representou, para o ciclo D-M-D' do capital comercial europeu, um *input* de mercadorias (M) a baixo dispêndio de dinheiro (D), o que gerava, ao final de cada ciclo, quando essas mercadorias eram realizadas pela revenda, um retorno de dinheiro (D') cujo lucro, astronômico por conta das referidas circunstâncias que mediavam o processo, ajudaria significativamente a constituir a acumulação necessária à irrupção do capital em sua forma industrial.

Na continuidade do curso de desenvolvimento do capital, na medida em que, graças a pretérita acumulação de capitais, surgiam as grandes manufaturas na Europa e, assim, o capital passava a submeter cada vez mais os processos produtivos, o seguimento da colonização das Américas adentrava em nova etapa. Nesta, os núcleos de povoamento americanos, além de ofertar muitas das matérias-primas das quais as indústrias europeias necessitavam, passavam também a se constituir numa fatia significativa do mercado consumidor dos produtos engendrados por essas mesmas indústrias. Desse modo, passavam a ofertar ao ciclo D – M (FT + MP) – M' – D' do nascente capital industrial não apenas parte das mercadorias (M) que adentravam nos processos produtivos como meios de produção (MP), mas, principalmente, passavam a assegurar parcela não desprezível da demanda para a conversão derradeira de M' em D', sem a qual o capital não se realiza como capital.

Por conseguinte, a América colonial operou “sobre os dois pré-requisitos básicos da passagem para o capitalismo industrial”. Por um lado, contribuiu significativamente para a acumulação primitiva de capitais pela burguesia europeia; de outro, ajudou a criar o mercado consumidor para esses manufaturados. Em outros termos, atuou “simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto maquinofatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura dos produtos manufaturados)”. Portanto, concorreu incisivamente para a constituição dos “pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico de emergência do capitalismo” (NOVAIS, 1989, p. 114).

É evidente que o desempenho pelas colônias das suas respectivas funções ao longo de todo o período do sistema colonial requisitou a contínua reprodução da subjugação que caracteriza as relações do tipo metrópole-colônia. Para a reprodução dessa subjugação, além da sistemática violência amparada pela força das armas, era fundamental a constituição de alguma anuência que outorgasse legitimidade à dominação europeia, pelo menos dentre parcelas das populações dominadas. A implantação precoce da universidade na América Latina ocorreu, então, como parte da estratégia metropolitana para a constituição dessa legitimidade. O seu

propósito fundamental era a aculturação das sociedades coloniais, especialmente das suas elites políticas e culturais, mediante o transplante da fé (recorda-se que, nessa época, na Europa, especialmente na Espanha, a maioria das universidades funcionava sob a tutela da Igreja Católica) e da ciência vigentes no continente colonizador.

Todavia, Espanha e Portugal, na condição de potências europeias detentoras do direito da colonização e exploração das terras americanas, se depararam, em suas respectivas possessões coloniais (estabelecidas pelos termos do Tratado de Tordesilhas<sup>50</sup>, de 1494), com povos autóctones cujo processo de produção material se dava mediante distintos modos de produção, o que ensejava, conseqüentemente, formas de sociabilidade bastante diferenciadas.

Nas terras situadas mais a oeste do continente, que, conforme Tordesilhas, cabiam aos espanhóis, o reino hispânico encontrou formas de produzir semelhantes às que existiram na antiguidade mesopotâmica e egípcia, designadas por muitos marxistas, inclusive Marx, de modo de produção asiático<sup>51</sup>. Neste, via de regra, “comunidades primitivas efetuaram ao longo dos anos um processo de unificação em torno de uma comunidade superior, o Estado” (PEREGALLI, 1986, p. 10), quase sempre em decorrência de necessidades econômicas e/ou de subjogação político-militar. A partir disso, erigiram-se sociedades seccionadas em classes, nas quais comunidades aldeãs socialmente indiferenciadas produziam o excedente que era apropriado pelos segmentos abastados, incumbidos das funções estatais. Desse modo, culturas mais sofisticadas puderam emergir, inclusive desenvolvendo linguagem escrita, graças ao excedente econômico que possibilitava aos setores privilegiados da sociedade a subtração ao trabalho e a ocupação integral em atividades de natureza administrativa, militar e religiosa. As civilizações Astecas, Incas e Maias, localizadas nas possessões espanholas, se constituíam, portanto, em variantes americanas desse padrão de sociabilidade suscitado pelo modo de produção asiático (COE; SNOW; BENSON, 1997; PEREGALLI, 1986).

Já nas terras situadas a leste do continente, que cabiam à Portugal, os lusitanos atinaram com povos de modo de produção primitivo e, assim, não geradores de um excedente regular a dar lugar a secção da sociedade em classes, conforme acontecia entre os Astecas, Incas e Maias.

---

<sup>50</sup> Segundo esse tratado, que dividia as terras “descobertas ou por descobrir” a oeste do Atlântico entre Portugal e Espanha, uma linha de demarcação era estabelecida 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Desse modo, os territórios a oeste da referida linha demarcatória pertenceriam à Espanha e os situados a leste, à Portugal.

<sup>51</sup> Sobre a história e as controvérsias da categoria “modo de produção asiático” no interior do pensamento marxista, Sofri (1977) oferece um rico estudo.

Nas terras brasileiras, os portugueses se depararam apenas com sociedades internamente indiferenciadas, sociedades sem classes, possuidoras de ambiência cultural simples, ainda ágrafas (CUNHA, 1992; RIBEIRO, 1995)<sup>52</sup>.

Por consequência desses dois distintos padrões de sociabilidade com os quais se depararam, com um, os espanhóis, com outro, os portugueses, Espanha e Portugal enfrentariam desafios distintos para levar adiante a tarefa colonizadora. A Espanha, defrontando-se com sociedades divididas em classes e de cultura sofisticada, precisou mobilizar todo o seu acervo cultural, inclusive as suas mais avançadas ciências, a fim de persuadir os remanescentes das populações nativas da superioridade da cultura europeia e, por extensão, da legitimidade da dominação política espanhola. Já Portugal, encarando sociedades indiferenciadas e de cultura simples, pôde afirmar a legitimidade de sua dominação sem a necessidade de mobilizar a totalidade do acervo da cultura superior europeia.

Esta é, então, uma das razões pelas quais a implantação da universidade no Brasil ocorrerá muito tardiamente, somente no início do século XX, isto é, quase quatro séculos depois da constituição da universidade nas colônias da América espanhola: não se tratava de uma exigência premente para o êxito do processo colonizador, como fora na América hispânica, visto que, exercendo sua dominação sobre sociedades as mais simples, a aculturação de seus povos exigia do colonizador português, em comparação com o colonizador espanhol, menor sofisticação, podendo ser empreendida mediante a simples pregação religiosa, por sacerdotes catequizadores. De fato, como se depreende da leitura de diversos estudos que tratam da temática da colonização brasileira, para as sociedades situadas nas terras que conformariam o Brasil, a simples catequese era suficiente para a realização da imposição cultural necessária ao assentimento da dominação portuguesa<sup>53</sup>.

Assim, os cursos superiores de Filosofia e Teologia ministrados nos colégios do Brasil pela Companhia de Jesus, bem como, após a expulsão dos jesuítas, os dois cursos de Teologia, um no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro e o outro no Seminário de Olinda, tinham propósitos bem mais restritos que os cursos de Gramática, Filosofia, Direito Civil, Direito

---

<sup>52</sup> Todavia, algumas dentre essas sociedades, localizadas em regiões agricultáveis da Amazônia, já haviam, por ocasião do início da colonização portuguesa, principiado a trilhar a senda que tenderia a conduzi-las à clivagem em classes, pois já conheciam uma incipiente discriminação social que apartava os membros comuns da sociedade (trabalhadores-guerreiros) de seus líderes religiosos (pajés e caribas) e chefes guerreiros (tuxauas) (RIBEIRO, 1995; SOUZA, 2009; ROOSEVELT, 1992).

<sup>53</sup> Dentre esses estudos, necessário citar Paiva (1982), pois se trata de uma obra exclusivamente dedicada a análise das relações entre colonização e catequese.

Canônico, Medicina e Teologia que constituíam as possibilidades de estudo na maioria das universidades espanholas da América. Os cursos superiores do Brasil objetivavam apenas a ilustração da elite colonial. Eram uma espécie de ornamentação do espírito, que servia para marcar e, de certa forma, justificar a condição privilegiada de uma pequena minoria da população que possuía funções de direção na estrutura produtiva e no aparato estatal-burocrático colonial. Já os cursos oferecidos nas universidades hispano-americanas visavam muito mais à disseminação da cultura dos conquistadores num ambiente cultural bem menos permeável às influências europeias que aquele vigente nas possessões portuguesas, posto que dantes da colonização já conhecia uma cultura superior e letrada, contraposta a cultura do populacho.

Um outro motivo do atraso da instituição da universidade no Brasil, em comparação com a América espanhola, reside no fato de Portugal possuir, na época, apenas uma universidade, a de Coimbra, sendo fundada no decorrer do período, mais precisamente no ano de 1553, sua segunda universidade, a de Évora, mesmo assim de pequeno porte. A Espanha, por seu turno, contava, já no início do processo de colonização, com doze universidades e, dentre estas, a de Salamanca, uma das maiores e mais prestigiadas que existiam. No decorrer do período, a Espanha assistiria, ainda, a fundação de dezenas de novas universidades em seu território<sup>54</sup>. Por conseguinte, Portugal não contava com a mesma fortuna de poder dispensar, sem prejuízo para o seu ensino superior interno, quadros docentes para o novo mundo, como acontecia com a Espanha, pois, repita-se, com apenas duas universidades, sendo uma de pequeno porte, Portugal não contava com a mesma fartura de pessoal docente que agraciava a Espanha, possuidora de muitas universidades<sup>55</sup>, algumas de grande porte e, dentre estas, Salamanca, no rol das maiores e melhores do mundo<sup>56</sup>.

A política vigente em relação à instrução superior no Brasil colônia altera-se, todavia, com a já referida transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. A partir de então, com Portugal ocupado pelas tropas francesas, o Brasil é alçado à condição de sede da

---

<sup>54</sup> Apenas no século XVI, vinte e uma novas universidades foram constituídas em solo espanhol (ROSSATO, 1998, p. 65-6).

<sup>55</sup> Sobre a prolífica expansão das universidades na Espanha durante o período, escreve Rossato (1998, p. 66): “não havia cidade importante na Espanha que não tivesse a sua universidade, e mesmo algumas inexpressivas foram contempladas [...] nenhum outro país contava com um número tão elevado [...] esse fenômeno demonstra que a Espanha dispunha, naquele momento, dum número expressivo de pensadores e professores”.

<sup>56</sup> O cerne da argumentação aqui desenvolvida sobre as razões que fizeram as universidades na América espanhola precederem cronologicamente em muito as universidades brasileiras se encontra já em Faria (1952) e é reiterado por Cunha (1980).

coroa portuguesa; em seguida, no ano de 1815, Reino Unido a Portugal e Algarve; por fim, em 1822, com a proclamação da independência, torna-se um Estado politicamente autônomo. A mudança do *status* político da ex-colônia fará com que o ensino superior, de simples excrescência para ornar o espírito de alguns dos filhos das camadas privilegiadas da sociedade e sob a incumbência da igreja católica, se converta numa questão de Estado, necessário tanto ao provisionamento da estrutura administrativa deste como ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais da nova sede da coroa e do novo reino, sucessivamente, ficando sob o encargo direto do próprio governo. Por esses motivos é que se realiza a ampliação dos cursos superiores no Brasil, mediante a criação de novas escolas e o estabelecimento de novas carreiras, estratégicas dos ponto de vista administrativo, militar e econômico: cursos médicos, cursos de engenharia, direito, agronomia, ciências da natureza e matemáticas, conforme elencado acima (secção 2.1).

Mas é necessário observar que essa inflexão na história política e cultural do Brasil, da qual deriva, embora ainda não a universidade, pelo menos o primeiro esboço de um sistema estatal de educação superior, decorre, por sua vez, em última instância, dos desenvolvimentos do capitalismo mundial na quadra em foco. O desenvolvimento do capital industrial na França, na Alemanha, nos Estados Unidos e, principalmente, na Inglaterra transforma as dependências coloniais das nações ibéricas e o exclusivismo comercial decorrente do sistema colonial em obstáculos aos interesses hegemônicos naqueles países que promoviam a produção em moldes capitalistas. Pois, com a emergência e a supremacia das indústrias capitalistas, “a estratégia básica das relações econômicas entre as nações capitalistas avançadas e o resto do mundo mudou necessariamente” (MAGDOFF, 1979, p. 92). Nessa nova etapa, interessava às nações industriais não mais os gêneros tropicais e os escravos que outrora regozijavam o capital comercial. Com efeito, com o capital adentrando crescentemente nos processos produtivos, a sua expressão mercantil passa a ser não apenas secundária, mas dependente do capital industrial<sup>57</sup>. Neste, conforme já indicado (secção 1.3.1), o lucro que permite a autovalorização do valor, transformando-o em capital, passa a advir não mais da circulação de mercadorias e de circunstâncias de mercado favoráveis, que permitem a compra mais barata e a revenda mais cara de determinados produtos, como fora na fase de supremacia do capital comercial; mas, isto sim, da extração do trabalho excedente dos produtores diretos (doravante convertidos em trabalhadores assalariados), cuja realização em lucro efetua-se no momento da comercialização

---

<sup>57</sup> “Na produção capitalista, o capital mercantil deixa a antiga existência soberana para ser um elemento particular do investimento do capital [...] Passa a funcionar como agente do capital produtivo” (MARX apud SANTOS NETO, 2015, p. 142).

das mercadorias. Assim, aos países de capitalismo industrial avançado, interessava, principalmente, “matérias-primas para o processamento (algodão, sementes de oleaginosas, corantes, juta, metais) [nas indústrias] e alimentos para a população urbana em expansão [de forma a desonerar os custos da reprodução da força de trabalho]”, bem como mercados libertos dos óbices coloniais para absorverem a “inundação de produtos que saíam das fábricas” (MAGDOFF, 1979, p. 92). Por conseguinte, o desmantelamento dos antigos impérios coloniais era imprescindível para formar, nas condições mais vantajosas possíveis, centros fornecedores de alimentos e matérias-primas, bem como mercados consumidores de produtos industrializados às novas nações industriais. Mediante a quebra do colonialismo ibérico até então vigente, abrir-se-ia espaço para que as potências de proa do capitalismo industrial (sobretudo a Inglaterra) impusessem às ex-colônias os seus interesses, através de uma nova forma de colonialismo, não mais político e militar, mas econômico e financeiro (consoante será desenvolvido adiante).

É imperativo tratar com mais vagar das determinações que fizeram com que os vastos domínios coloniais de Espanha e Portugal se convertessem, nessa nova etapa da desenvolvimento do capital, em obstáculos aos interesses do nascente capital industrial.

Para o capital que se desenvolvia através do comércio, preponderante no início da colonização, o exclusivismo comercial da metrópole em relação à colônia era funcional, pois este exclusivismo consistia “na reserva do mercado da colônia para as metrópoles, isto é, para a burguesia comercial metropolitana”, o que permitia superlucros, conforme o movimento que segue. Por deter a exclusividade da compra dos gêneros coloniais, os mercadores metropolitanos “podiam deprimir na colônia os seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção”. Em seguida, detendo a exclusividade da oferta desses gêneros na metrópole, lá podiam majorar ao máximo o preço de venda. Assim, garantiam a maior dilatação possível de seus ganhos, reduzindo ao mínimo e elevando ao máximo, respectivamente, os preços de compra e de venda dos gêneros coloniais. Reversivamente, por deterem igualmente a exclusividade da oferta dos artigos europeus nos mercados coloniais, os mesmos mercadores os adquiriam, a preços usuais, nos mercados do velho continente, para então vendê-los nos mercados coloniais “no mais alto preço acima dos qual o consumo se tornaria impraticável” (NOVAIS, 1989, p. 88-9). Destarte, tanto na ida como na volta de suas viagens para o novo mundo, auferiam os mercadores metropolitanos os maiores lucros possíveis, dinamizando a primitiva acumulação capitalista, graças ao exclusivismo decorrente do sistema colonial.

Contudo, embora houvesse estimulado a acumulação primitiva de capitais na Europa, desencadeando a produção capitalista, as vantagens da exploração das colônias não culminavam necessariamente nas respectivas metrópoles, “podendo ser transferidas para outros pólos”. E este foi, por razões várias e que escapam aos propósitos deste trabalho, “precisamente o caso dos países ibéricos, pioneiros na colonização, mas declinantes a partir do século XVII, especialmente Portugal” (NOVAIS; MOTA, 1996, p. 24). Assim, a transição entre o predomínio do capital comercial e o predomínio do capital industrial principiou a ocorrer, preponderantemente, em áreas geográficas que não coincidiam com os domínios políticos das duas grandes potências coloniais – consoante já indicado, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos e, principalmente, na Inglaterra.

Então, ao adentrar na esfera produtiva, transformando-se em capital industrial, o ideal que passa a convir ao capital e às nações em industrialização deixa de ser, como já assinalado, o dos monopólios de mercado, e se converte no seu contrário, o livre mercado, posto que apenas assim ficaria franqueada à nova produção capitalista a totalidade dos mercados do globo. Como, conforme também já indicado, Espanha e Portugal não lograram desenvolver satisfatoriamente o capital em sua forma industrial, restringindo suas economias, fundamentalmente, aos ganhos auferidos pelo comércio colonial, resultou que seus domínios se converteram em obstáculos ao desenvolvimento do capital industrial em outras nações, pois o exclusivismo comercial da condição colonial restringia os nichos de consumo para os produtos da indústria e elevava, pela intermediação parasitária dos mercadores metropolitanos, os preços dos gêneros de consumo e das matérias-primas provenientes das regiões coloniais e consumidos pelas nações em industrialização.

Portanto, os domínios coloniais ibéricos passaram a representar empecilho ao pleno desenvolvimento do capital industrial, e sua remoção se tornou imperativa. Conforme escreveu Santos Neto (2015, p. 142), “é o próprio mercado mundial, sob o jugo do capital industrial, que impõe a necessidade de superação da economia colonial de bases mercantilistas”. Efetivada a acumulação primitiva, “esta exige que a economia da colônia faça também o trânsito paulatino para a economia capitalista”, incorporando os princípios do liberalismo econômico.

Foi no interior dessa conjuntura, mediante os desenvolvimentos históricos que lhe foram peculiar – e cuja abordagem também escapa aos propósitos deste trabalho –, que o Brasil deixou de ser colônia política de Portugal, compelido ao exclusivo e desvantajoso comércio com a metrópole, e tornou-se um Estado autônomo, gozando de plena independência política, com os portos franqueados ao livre comércio internacional.

Mas a mudança na condição política da ex-colônia em praticamente nada alterou a sua estrutura econômico-social. O Brasil continuou a orientar a sua produção quase que exclusivamente para o exterior, visando o fornecimento de alguns gêneros primários ao mercado mundial. Nesta quadra, fora o café que ganhara destaque, absorvendo a maior fatia da produção brasileira e desbancando o açúcar e os metais preciosos que no princípio e no final do período colonial, respectivamente, ocuparam aquela posição. A unidade produtiva básica permaneceu o grande latifúndio monocultor e o regime de trabalho vigente prosseguiu a ser compulsório, fazendo uso de escravos negros originários da África, segundo ocorrera ao longo de todo o período colonial. Por conseguinte, continuou o novo reino, em prosseguimento ao período em que fora colônia, a possuir uma sociedade extremamente clivada, na qual a concentração da renda nas mãos da restrita camada latifundiária-escravista-exportadora e dos grandes agentes do comércio exterior (geralmente, estrangeiros) contrastava agudamente com a frugalidade das posses dos setores intermediários da sociedade, para não fazer referência à ampla base da pirâmide social, constituída por mestiços, índios e escravos negros, à qual era interdita bens e direitos, e que vivia na condição de camada socialmente proscrita<sup>58</sup>.

A libertação política do Brasil, ocorrendo do modo indicado, sem provocar mudanças na estrutura econômica e social da jovem nação, foi uma decorrência dos dois principais fatores que a determinaram. Primeiro, a já assinalada desenvolvimento do capital mundial no período em foco, que adentra na esfera da produção e ganha a forma, agora predominante, de capital industrial, a pleitear o livre comércio internacional e, conseqüentemente, o fim dos monopólios coloniais. Segundo, os interesses da classe social que, internamente, a protagonizou: a camada latifundiária-escravista-exportadora. Com efeito, a elite social brasileira se identificava desde as entranhas com os interesses do sistema capitalista mundial, do qual era fruto e no qual se integrava na condição de extrato social dominante de uma formação socioeconômica periférica, plasmada como colônia pelos interesses mercantis da fase de supremacia do capital comercial

---

<sup>58</sup> De acordo com os números do Censo de 1872 (já próximos, portanto, o ocaso do Império e o final do século XIX), a propriedade de terras, escravos, estabelecimentos comerciais e financeiros no Brasil estava nas mãos de aproximadamente 23.400 famílias, dentre um total de 1.300.000 que constituíam a população do país. Ou seja, a propriedade e as rendas através dela auferidas se concentravam nas mãos de 1,8% do total de famílias residentes no Império do Brasil (POCHMANN et alii, 2005, p. 27-8). A minguada classe média, constituída por profissionais liberais, militares, funcionários públicos, empregados do comércio e artesãos livres, perfazia apenas 8,7% da população ativa, dos quais a grande maioria pertencia a seu estrato inferior, a baixa classe média, formada essencialmente por artesãos, que representava 7% daquela população (POCHMANN et alii, 2006, p. 27-8). O restante da gente era constituído por pessoas de nenhuma posse, camponeses e trabalhadores livres, normalmente ocupados com atividades que mal lhes garantiam a subsistência, e índios e escravos negros, estes últimos destituídos não apenas de posses, mas também da dignidade de seres humanos.

e, assim, destinada à inserção subalterna no sistema capitalista mundial, na condição de fornecedora de gêneros primários e consumidora de produtos manufaturados. Fora desse sistema que ela, a camada dominante da sociedade brasileira, latifundiária-escravocrata-exportadora, nascera; era de sua inserção nele que advinham as suas atividades econômicas, os seus ganhos pecuniários e a sua supremacia social e política. Assim, a elite brasileira obrou para fazer do Brasil uma região politicamente independente motivada não por um projeto de construção de uma nação verdadeiramente autônoma, cuja razão de ser repousasse em si mesma, no desenvolvimento econômico, social e cultural da sua gente, mas exclusivamente para se desembaraçar do jugo português e do exclusivismo comercial que ele significava e que lhe subtraía, através da intermediação comercial obrigatória entre o mercado brasileiro e os mercados mundiais, a maior parte dos ganhos auferidos pela exploração da terra e do trabalho cativo. Como assinalam Stein e Stein (apud DOWBOR, 1982, p. 70), a independência do Brasil fora, simplesmente, a consumação da “principal aspiração” política da aristocracia latifundiária e escravocrata tupiniquim: “substituir-se à dominação ibérica, ao mesmo tempo que preservam as estruturas sociais e políticas herdadas da época colonial”; libertar-se de Portugal, mas sem reformas sociais.

Destarte, continuou o Brasil, politicamente independente, subserviente aos interesses econômicos forâneos, decorrentes do modo de produção capitalista que se desenvolvia a largos passos. Como já dito, sua economia permanecia essencialmente agrária e extrovertida, aplacando demandas do mercado mundial por determinados gêneros primários e consumindo manufaturados de origem europeia, principalmente inglesa. Sua sociedade continuava rural<sup>59</sup>, escravocrata e constituída pelos mais agudos contrastes. A única diferença era que, independentizado, facultava à sua elite transacionar diretamente com o mercado mundial e, assim, auferir maiores ganhos mediante a elevação do preço dos gêneros que exportava e a depressão daqueles que importava, excluída que estava a parasita intermediação metropolitana que, conforme se viu, abatia os preços de compra e elevava os preços de venda à elite nacional, carreando assim para o solo luso a fração maior dos ganhos decorrentes da produção colonial.

---

<sup>59</sup> Ao final do período imperial, mais de 92% da população do Brasil vivia no campo. Os quase 8% restantes que residiam em cidades, faziam-no em centros urbanos ainda relativamente pequenos, com exceção da capital do império, o Rio de Janeiro, habitada por mais de 500.000 pessoas. As cidades mais populosas, após o Rio de Janeiro, eram: Salvador, com mais de 150.000 residentes; Recife, com mais de 100.000; São Paulo, Porto Alegre e Belém, estas com pouco mais de 50.000 (SANTOS, 2013, p. 23).

A partir dessa conjuntura é que ganha sentido os desenvolvimentos que interessam diretamente a este trabalho: a evolução do ensino superior no Brasil durante o período imperial, que ocorre, como assinalado (secção 2.1), mediante a expansão de escolas superiores isoladas, mas que ainda não vê nascer a sua primeira universidade. Pois, para o sistema de sociedade vigente no Império do Brasil, acima descrito, de pouca serventia seria a criação de uma universidade, dado os contornos que ela, universidade, passava a adquirir ao longo do período, abrigo em seu seio cada vez mais a nova ciência empírica (que paulatinamente deixava de se restringir apenas aos fenômenos do mundo da natureza e adentrava, outrossim, no âmbito dos fenômenos sociais); se incumbindo também da pesquisa científica, e não apenas do ensino; e franqueando seus bancos a um número maior de estudantes, apesar de continuar ainda bastante elitista.

Com efeito, esses novos traços que caracterizam a universidade moderna iam se plasmando, concorde desenvolvido atrás (secção 1.3.1), em atendimento às demandas econômicas oriundas da nova indústria mecanizada europeia, que suplicava por conhecimentos capazes de criar, por um lado, novos produtos e novos e mais eficientes instrumentos e técnicas de produção; por outro, pessoal qualificado para engendrar, aperfeiçoar e manipular a nova tecnologia produtiva que ia se constituindo. Igualmente, os novos traços da universidade se constituíam em atendimento às demandas por formas de governança, por dispositivos de controle social e por universos simbólicos de legitimação adequados ao padrão de sociabilidade que, necessariamente, acompanhava o processo de industrialização e que encetava um movimento de urbanização sem precedentes na história, generativo de cidades de grande porte, densamente habitadas e constituídas por uma maioria populacional obrigada a viver em condições degradantes em razão do trabalho repetitivo e embrutecedor, das extensas jornadas laborais e do aviltados salários que eram impostos pela indústria mecanizada.

Portanto, que interesses poderiam reclamar, na sociedade brasileira, com os traços que esta possuía à época, a constituição da universidade? De fato, para o modelo de produção e de sociabilidade originário do período colonial (caracterizados, reitera-se, pela preponderância da produção primária para a exportação, pela utilização de força de trabalho escrava, pela existência de poucas e parcamente povoadas cidades e vilas e pela pobreza e caráter rural da ampla maioria da sua população), que o império brasileiro conservara e ao qual acrescentara tão somente um Estado independente, em substituição ao império português, suficiente eram as escolas superiores isoladas como efetivamente se constituíram no Brasil do período, visando,

simplesmente, à formação dos quadros administrativos e militares para o aparato estatal, bem como dos profissionais liberais que a sociedade, agora politicamente autônoma, requeria.

É apenas com a proclamação da república, em 1889, que se observará transformações nesse quadro. Pois, as alterações iniciadas durante o período imperial e referentes às modificações na estrutura administrativa do Estado (assinaladas atrás) são intensificadas e, desta feita, se fazem acompanhar, algum tempo depois, por relevantes desenvolvimentos também no âmbito da economia, referentes à propagação das relações de produção capitalistas (estimuladas especialmente pelo fim da escravatura) e ao efetivo início da industrialização (impulsionada mormente pelos lucros acumulados com a exportação do café e pela imigração de força de trabalho estrangeira).

Assim, no plano da estrutura administrativa, com a instituição do federalismo, as antigas províncias são convertidas em Estados, com maior autonomia e mais encargos do que as províncias imperiais. Por consequência, diversos setores da administração pública passam a possuir réplicas no âmbito de cada Estado da federação, hipertrofiando significativamente a burocracia administrativa, judicial e repressiva necessária ao funcionamento do Estado brasileiro, agora convertido numa república federativa.

No campo econômico, o capital acumulado principalmente pela cultura cafeeira, mas também por outros lavradores e pelo comércio de importação, bem como a mão de obra imigrante importada para substituir a escravatura negra (devido à crise e subsequente abolição do regime de trabalho compulsório), criam as condições internas fundamentais (disponibilidade de capitais e de força de trabalho) à implantação das primeiras indústrias nacionais, que buscam suprir o mercado interno, oferecendo sucedâneos nacionais a produtos de vários setores (alimentos, têxteis, calçados, utensílios domésticos etc.), até então importados. Isso ocorre porque, conforme já assinalado, a partir da autonomia política do Estado brasileiro, “os capitais gerados no país não mais refluem à metrópole portuguesa”, mas se acumulam nas mãos da burguesia tupiniquim (MAZZEO, 1988, p. 24), ao tempo em que parte da mão de obra europeia imigrante se faz portadora de certas qualificações, administrativas e laborais, necessárias às atividades de algumas indústrias, e que a força de trabalho até então disponível no país não possuía.

Contudo, o mais importante é observar que, a par desses propulsores internos, a industrialização do Brasil se faz articulada e, assim, impulsionada, em seu maior vigor, pela

nova fase na qual adentrava a economia capitalista mundial a partir dos últimos decênios do século XIX.

Com efeito, se, na última metade do século XVIII e principalmente na primeira do século XIX, o capital, como já aludido, transpõe os limites da simples circulação de mercadorias e passa a se fazer presente também na esfera da produção, esse desenvolvimento ocorre mediante uma miríade de capitais isolados, plasmando um sistema produtivo capitalista de tipo concorrencial, isto é, no qual várias firmas de pequeno e médio porte disputam entre si não apenas os mercados para os produtos que engendram, mas também os centros fornecedores dos gêneros que servem de matérias-primas aos seus correspondentes processos de produção. Nessa primeira etapa da desenvolvimento do modo de produção capitalista, designada de capitalismo concorrencial, as economias que se inseriam no sistema capitalista mundial na condição de economias subordinadas aos núcleos dinamizadores do sistema, localizados na Europa, tinham por função, em relação àqueles núcleos dinamizadores, fornecer matérias-primas e gêneros primários e consumir manufaturados, sendo este o caso da economia brasileira, conforme muitas vezes já observado<sup>60</sup>.

Todavia, com o evoluir do capitalismo, a dinâmica dessa primeira etapa concorrencial reverteria em modificações significativas na estrutura do sistema e que foram previstas, em seus delineamentos gerais, por Marx (1988, v.1, t.2, p. 187). De fato, no curso da produção, parte considerável da mais-valia engendrada a cada ciclo produtivo incorpora-se ao capital já existente, efetivando a “acumulação de capital”: contínuo crescimento do capital pela contínua inversão de mais-valia. Esse movimento conduz, evidentemente, a um progressivo incremento do capital, à “sua concentração nas mãos de capitalistas individuais”. Assim, “os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção”. Mas não apenas isso, os diversos capitais individuais, continuamente expandidos, concentrados, concorrem entre si no mercado, com voracidade, e, inevitavelmente, muitos deles soçobram (normalmente os que acumularam e concentraram comparativamente menos) e são incorporados pelos capitais rivais (geralmente os que acumularam e concentraram comparativamente mais). Opera-se, então, no

---

<sup>60</sup> É necessário salientar, conforme se depreende do exposto até o presente, que o sistema capitalista engendra, em seu desenvolvimento histórico, “núcleos dinamizadores” do seu movimento sistêmico e que se situam, em cada quadra histórica, em países ou regiões particulares. É a partir desses núcleos dinamizadores (que cambiam conforme o desenvolvimento histórico do sistema, reitera-se) que o capital se expande, consoante suas necessidades intrínsecas, às demais regiões do globo, tudo subsumindo à sua lógica reprodutiva. Desse modo, no âmbito planetário se constituem – como traço da estrutura global do sistema – “núcleos dinamizadores” ou regiões centrais às quais se contrapõem, de modo subordinado, regiões subalternas ou periféricas.

prosseguimento da acumulação/concentração, com a intensificação da concorrência de mercado, também a centralização do capital: “concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores”. Bem entendido, a centralização do capital difere da concentração “porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento”, não sendo, pois, conscrita “pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação”. Assim, “o capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos”. Tem-se, portanto, “a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração”.

Em decorrência dos processos de concentração e centralização, a situação vigente nos primórdios da produção capitalista, na qual existia uma ampla concorrência entre múltiplos capitais de discreta envergadura, começa a ceder lugar, paulatinamente, a uma nova condição. Nesta, um punhado de capitais afortunados, emergindo exitosos do processo de concorrência que dizima a maioria dos concorrentes de menor vivacidade, principia a controlar os principais ramos da produção. Enceta-se, assim, suplantando a primordial etapa concorrencial, uma nova fase do capitalismo, caracterizada pelo controle do mercado por algumas poucas empresas gigantes.

A condição de domínio dos mercados por essas empresas remanescente gigantes começa a se tornar notória somente após a morte de Marx, mais precisamente na quadra acima indicada como limiar para uma nova etapa da produção capitalista: os decênios finais do século XIX. A partir de então, nos núcleos dinamizadores do sistema (dos quais passam a fazer parte, na quadra em foco, além das nações já referidas atrás, também Japão, Itália e Rússia), não apenas se constituem as grandes empresas já assinaladas, numa situação de oligopólio<sup>61</sup>, mas também começam a se formar nas mãos desses oligopólios grandes excedentes de capital, em decorrência de processos de acumulação cada vez mais robustos, mercê da magnitude desses capitais oligopolistas, de sua elevada produtividade e, por conseguinte, do astronômico montante da mais-valia que engendram<sup>62</sup>. No bojo desse processo, principia a ocorrer também

---

<sup>61</sup> Oligopólio é o “tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado” (SANDRONI, p. 603).

<sup>62</sup> “Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia [...] a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (MARX, 1988, v.1, t.2, p. 187). Por conseguinte, a produtividade e a criação de mais-valia são, a cada ciclo do capital, potencializadas.

uma associação entre o grande capital industrial e o grande capital bancário, engendrando, não por falência e incorporação, mas agora por fusão, novos processos de centralização, que constituirão o que se designará de capital financeiro<sup>63</sup>.

No seguimento dessas transformações, também é alterada a antiga divisão internacional do trabalho, com as economias subordinadas passando a desempenhar um novo papel na conformação do mercado mundial. Muito mais do que fornecedoras de matérias-primas e de gêneros primários e consumidoras de bens manufaturados, caberá agora a essas economias a função de importadoras dos capitais que, em excesso nos países capitalistas mais desenvolvidos, passarão então a buscar colocação lucrativa nos países subordinados, neles principiando a constituir certa infraestrutura econômica e a encetar algumas indústrias, em geral de bens de consumo rústicos para o mercado popular, que, assim, quase não concorriam com os bens de consumo importados dos países centrais, geralmente de qualidade bem superior e destinados ao consumo dos estratos médios e superiores da sociedade. Destarte, o centro do sistema se converte, nessa nova etapa do capitalismo, em fornecedor de capitais, infraestrutura, maquinário, equipamentos e bens de consumo sofisticados. Os países periféricos continuam fornecedores de matéria-prima e produtos primários, bem como consumidores de bens manufaturados, mas agora alguns deles passam também a importar capitais e máquinas, configurando uma incipiente indústria para abastecer de manufaturados mais rústicos certo nicho do próprio mercado interno, aquele referente às demandas menos exigentes da população mais pobre. Mediante essas alterações, ao tempo em que alguns países periféricos adentram num processo de tímida modernização e restrita industrialização, instalar-se-á entre as nações centrais, nas quais o capital financeiro se desenvolvia, uma voraz disputas por áreas de influência econômica e/ou dominação política direta, fazendo renascer em novas bases o antigo colonialismo, desta feita com o propósito fundamental de assegurar mercados consumidores de

---

<sup>63</sup> Hilferding (1985, p. 219) foi o primeiro teórico marxista a tratar da nova forma de capital que surge, no período em foco (décadas finais do século XIX), da associação entre o capital bancário e o capital industrial, e que ele designa de capital financeiro: “chamo de capital financeiro o capital bancário [...], o capital sob a forma de dinheiro que [...] é na realidade transformado em capital industrial”. Por esse processo, “uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam”. Estes “dispõem do capital somente por intermédio do banco”. O banco, por sua vez, “deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais”. Assim, este torna-se, ao mesmo tempo, “em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial”. Em suma, de acordo com Hilferding e fazendo uso das econômicas e claras palavras de Montenegro (2008, p. 117), o capital financeiro é “a parte do capital industrial que, apesar de ser utilizada pelos industriais, a estes não pertence. Esse capital é disponibilizado aos industriais através dos bancos; estes, sim, seus verdadeiros donos. Para Hilferding, o capital financeiro é, pois, o capital bancário que, sob a forma de dinheiro e através do mencionado processo, é transformado em capital produtivo ao ser utilizado pelos capitalistas industriais”.

dinheiro (emprestado à juros), de bens de produção (principalmente maquinaria) e de infraestrutura (transportes, comunicação, energia, serviços urbanos etc.).

Movido por essas alterações, o capitalismo adentrava em nova etapa da sua desenvolvimento, que passará a ser designada de “etapa monopolista”<sup>64</sup>. Conforme os termos de Lenin (2010, p. 88), em escrito que se tornaria referência obrigatória às análises marxistas posteriores sobre o capitalismo monopolista, as principais características dessa nova etapa do capitalismo eram: “a fusão do capital bancário com o capital industrial”, criando a oligarquia financeira internacional; a exponencial “concentração da produção e do capital”, engendrando os monopólios; “a exportação de capitais”, adquirindo, na dinâmica do sistema, “uma importância particularmente grande”; a constituição “de associações internacionais monopolistas”, conformando as primeiras grandes empresas multinacionais; “o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”. Nessa nova etapa do capitalismo, reitera-se, as economias subalternas, ou pelo menos aquelas dentre essas que apresentavam as condições mais favoráveis em termos de disponibilidade de matérias-primas, de força de trabalho, bem como de localização geográfica em relação aos mercados consumidores continentais, como era o caso do Brasil, se convertiam nas principais destinatárias da exportação dos capitais excedentes, capitais esses que, na sua maior parte, eram utilizados, como já indicado, para a implantação de indústrias e/ou a criação de infraestrutura (ferrovias, portos, usinas elétricas, serviços urbanos etc.).

Conseqüentemente, se desenvolveu no Brasil um processo de industrialização amparado principalmente na importação de capitais forâneos, e que não constituía, conforme escreve Dowbor (1982, p. 134), “a raiz de um movimento auto-dinâmico, mas a base de um escalão superior de dependência”, pois fundamentalmente impelido do exterior, pela nova estrutura do capitalismo mundial que se plasmava. Era uma industrialização complementar em relação àquela dos núcleos dinamizadores do sistema, núcleos estes que passavam a ter por eixo de suas economias, nesta nova etapa monopolista do capitalismo, não mais a produção de bens de consumo, mas a produção de bens de produção e o comércio financeiro, e que necessitavam de mercados consumidores (compradores de maquinário e tomadores de empréstimos) pelo mundo afora. Assim, a industrialização que principiou no Brasil republicano era um desenvolvimento “complementar relativamente à economia dominante” e que ocorria mediante a implantação de

---

<sup>64</sup> Embora, na verdade, “oligopolista”, e não “monopolista”, o fato é que a literatura científica consagrará a designação de “capitalismo monopolista” para essa nova etapa do desenvolvimento capitalista.

fábricas em setores de produção de bens de consumo (principalmente têxteis, calçados, alimentos e utensílios de uso profissional e doméstico) que já não constituíam “o eixo motor do capitalismo dominante” e para cuja implantação (das fábricas brasileiras), bem como para a constituição da infraestrutura necessária ao desenrolar de suas atividades (bancos, estradas, portos, serviços urbanos etc.) se fazia necessário emprestar dinheiro e comprar equipamentos e maquinaria junto aos setores agora fundamentais na dinâmica econômica dos países centrais: bancos e indústrias de bens de produção. Em suma, uma industrialização que repunha em novas bases a inserção subordinada da economia brasileira no capitalismo mundial.

Destarte, vultosos capitais foram destinados ao Brasil, procedentes principalmente da Inglaterra, mas também de outras potências capitalistas (dentre estas, destaque para Estados Unidos, França, Alemanha e Itália). Como se tratava de uma economia, a brasileira, na qual a produção primária exportadora era ainda largamente predominante (no caso, principalmente o café, mas também a borracha, o algodão, o cacau e o açúcar), a maioria desses capitais se destinou à investimento em infraestrutura, mormente em ferrovias, mas sem esquecer os portos, as usinas elétricas e os serviços urbanos em geral. Por conseguinte, no alvorecer da industrialização brasileira, os capitais forâneos se concentraram em maior escala – mas não exclusivamente – na instalação da infraestrutura, ao passo que os capitais nacionais, que se acumularam mediante a agricultura de exportação (sobremaneira, a cultura do café) e o comércio de importação, fluíram, boa parte, para a conformação das primeiras indústrias nacionais, motivados que foram não apenas pela infraestrutura necessária à atividade industrial que ia se estabelecendo mediante a importação de capital estrangeiro, mas também pelos desdobramentos e demandas peculiares à agricultura de exportação e ao comércio de importação<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Além das oscilações de mercado (preços nos mercados mundiais, concorrência estrangeira etc.) que, desde o período colonial, ameaçavam a agricultura de exportação brasileira (em especial, para a quadra agora em análise, a superprodução e crise da empresa cafeeira, a partir do início da década de 1920), outros fatores serviram de estímulo à expansão em direção à indústria do capital invertido na lavoura de exportação e no comércio de importação. Dean (1977, p. 268-70) explicita os mais importantes dentre esses fatores. Conforme ele escreve, “os fazendeiros que instalavam fábricas estavam geralmente empenhados na valorização das matérias-primas por eles controladas”: cotonifícios para o algodão, aniagem para a juta, refinarias para o açúcar, equipamentos de beneficiamento para o café etc. De modo semelhante, os importadores que expandiam seus negócios para a indústria (em sua grande maioria, indivíduos imigrantes da Europa e de extração social pequeno burguesa) também foram acicatados por seus negócios de origem: a) para levar a efeito as operações de acabamento final dos bens que tinham importado”, operações essas que “eram demasiado complicadas [...] ou envolviam considerações de custo”; b) em decorrência do discernimento das possibilidades da substituição de importações, visto que lidavam “com ampla variedade de bens de consumo e de produção” e que conheciam “os preços relativos de tudo o que se achava na lista de importação, incluindo tarifas e impostos nacionais”, o que permitia

Não é demais reiterar que essa industrialização, na forma que se desenvolvia no Brasil, restrita às indústrias de bens de consumo, não apenas se desdobrava de modo complementar ao desenvolvimento dos núcleos do capitalismo mundial (cujo maior dinamismo, como já assinalado, se localizava, então, no âmbito das finanças e das indústrias de bens de produção), como tampouco concorria, de forma substancial, com o outrora setor dinamizador do sistema, as indústrias de bens de consumo daquelas regiões nucleares. Na verdade, o que ocorria era uma distribuição de mercados conforme a própria evolução do setor de bens de consumo nas economias centrais, que passava, nessas economias, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria dos padrões de vida da população, a produzir mercadorias de melhor qualidade. Por sua vez, a incipiente indústria brasileira, produzia artigos grosseiros, destinados ao consumo dos segmentos de menor renda da população nacional, ao tempo em que a elite econômica e os estratos superiores da classe média tupiniquim continuavam a importar do exterior a maior parte dos manufaturados que consumiam. Desse modo, a industrialização brasileira acomodava-se consentaneamente à nova divisão internacional do trabalho, pois, se especializando na produção de bens de consumo para o mercado popular, além de necessitar dos capitais e dos bens de produção que eram importados dos países centrais, reservava à produção estrangeira daqueles bens de consumo a fatia do mercado brasileiro de maior sofisticação, constituída pela população de renda mais elevada (DOWBOR, 1982). A indústria nacional, assim, proporcionava mercado ao setor de proa do capitalismo monopolista (a indústria de bens de produção e o comércio financeiro), na forma de demanda por maquinário, por infraestrutura e por dinheiro (este, em grande parte, para a aquisição dos primeiros)<sup>66</sup>, mas sem subtrair mercado considerável às indústrias de bens de consumo dos núcleos dinamizadores do sistema, que continuavam a exportar para o consumo dos setores privilegiados da sociedade brasileira.

A industrialização brasileira se desenvolvia, então, reiterando a posição subordinada da economia brasileira aos núcleos dinâmicos do capitalismo mundial, conforme já assinalado. Desta feita, a sujeição fazia-se principalmente à economia inglesa e, a partir da segunda década do século XX, cada vez mais à economia norte-americana. Todavia, agora, essa sujeição,

---

“saber quando a procura de determinado produto se tornava suficientemente grande para justificar a fabricação no país”; c) pela prerrogativa de crédito junto a “fornecedores ultramarinos” e a “bancos comerciais locais”.

<sup>66</sup> “Articulada à instalação das indústrias se estabeleceram, no começo do século XX, as agências bancárias, como filiais no Brasil de ‘Bung and Born, J. and p. Costs, Clark Shoes, United Shoe Machinery Company Lidgerwood, The Rio Flour Mills and Granaries Ltd., a Société des Sucreries brésiliennes e a Fiat Lux’ [...] Além do capital inglês, observa-se a presença de capitais norte-americanos, alemães franceses, italianos etc.” (SANTOS NETO, 2015, p. 222).

conforme escreveu Santos Neto (2015, p. 227), “se efetuaría mediante a constituição de mecanismos de dominação muito mais eficazes e sofisticados em relação ao processo colonizador pretérito”. Pois, realizava-se “de forma sùtil”, de modo a conservar “a aparente autodeterminação do país”. Por conseguinte, era uma subordinação “pouco visível”, que ocorria não mediante a capitulação política, mas pela atuação, no âmbito econômico, de empresas privadas, fossem estas nacionais, mas dependentes de alguma forma ao capital estrangeiro (através de empréstimos efetivados à bancos forâneos, por exemplo); consorciadas ao capital estrangeiro, em razão de parte dos seus ativos ser adventícia; ou totalmente estrangeiras (firmas criadas no Brasil por capitais ádvenas ou filiais de matrizes que pertenciam ao estrangeiro). Uma subordinação, como diria Fernandes (2005, p. 276), que “não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro”. Na verdade, um novo colonialismo, não mais político, mas econômico e financeiro, como já assinalado atrás. Desse modo, o desenvolvimento da produção capitalista no Brasil, no período em análise, mediante a abolição da escravatura e o definitivo despertar da indústria, servia, novamente nos termos de Santos Neto (2015, p. 228), “muito mais ao processo de reprodução do capital assentado nas economias centrais do que ao processo de constituição duma espécie de capitalismo nacional”. Era um capitalismo “tutelado e induzido” e, assim, “incapaz de alcançar um estágio de superioridade, à altura da concorrência com os grandes grupos econômicos mundiais”. Nessa conjuntura, os preceitos liberais de autonomia e a autodeterminação da economia nacional, que balizavam o discurso oficial desde a independência e sobremaneira na república, nada significavam além da escamoteação da “subordinação dos interesses nacionais aos interesses internacionais”.

O que interessa a este estudo, no entanto, é que o conjunto das supracitadas transformações na sociedade brasileira (provenientes, reitera-se, das modificações na estrutura do Estado, da propagação das relações capitalistas, da extensão/aprimoramento da infraestrutura econômica e das primeiras expressões da industrialização) irão evidentemente redundar em novas demandas para a educação superior no Brasil. Pois, os reclamos inerentes à submissão da produção ao capital, ao início da industrialização e à urbanização da população, que determinaram a emergência da universidade moderna na Europa por volta do início do século XIX, transformando completamente a instituição e lhe retirando da crise na qual hibernava, começavam a se apresentar também (ainda que timidamente a princípio, mas de forma mais intensa a partir 1930) à economia brasileira, posto que esta, apesar do atraso de mais de um século, principiava, na quadra em questão, a vivenciar aqueles mesmos processos, outrora experimentados pela Europa e Estados Unidos. Afluindo agora ao Brasil, tais processos

encetarão, doravante, na estrutura do Estado brasileiro, demanda por um contingente maior de pessoal com formação superior e, no setor produtivo, demanda por alguns tipos de trabalho qualificado, alterando o padrão até então dominante, que era o de simples trabalhadores braçais para a faina agrícola ou mineradora.

Observa-se que nas décadas iniciais da república é a já referida hipertrofia do aparato estatal a principal responsável pelo fluxo urbanizador e pelo incremento da demanda por pessoal de nível superior, nesse momento ainda muito tímidos. À título de ilustração do caráter ainda acanhado desses processos ao longo de praticamente todo o período da primeira república apresenta-se os números pertinentes à urbanização do país, disponibilizados por Santos (2013, p. 22-6). Ao irromper da república, em 1890, a população urbana brasileira constituía 6,8% do total de habitantes do Brasil. Trinta anos depois, em 1920, constituía 10,7%. Portanto, experimentara ao longo de trinta anos um incremento de apenas 3,9 pontos percentuais. Todavia, em 1940, após o último decênio da república e a primeira década de governo Vargas, o percentual urbano da população atinge 31,2%. Uma elevação, pois, de 20,5 pontos percentuais em vinte anos. Estes últimos anos foram os que experimentaram a definitiva decolagem do processo de industrialização, em razão da qual ocorre esse notável incremento do curso da urbanização.

É necessário salientar, contudo, em vista da exata identificação, adiante, dos determinantes do nascimento da universidade no Brasil, que em São Paulo, principalmente, mas também, embora com menor vitalidade, no Rio de Janeiro e em alguns dos Estados próximos aos dois, uma industrialização com certa expressividade se fazia sentir desde o início do século, ensejando um desenvolvimento muito maior da produção industrial, da infraestrutura econômica e do setor de serviços, comparativamente aos demais Estados da federação. Desse modo, essa região se converterá, desde esse tempo primevo da marcha da industrialização brasileira, no polo irradiador da produção e da sociabilidade capitalistas no Brasil. Fato que tem reflexo no percentual de crescimento urbano de São Paulo, ainda de acordo com os dados apresentados por Santos (2013, p. 22-6): enquanto o incremento médio da população urbana no país, entre 1920 e 1940, foi de 20,5 pontos percentuais, como indicado, o de São Paulo, para o mesmo período, foi de mais que o dobro da média nacional, precisamente 43 pontos percentuais.

O ímpeto da industrialização, portanto, se principia, no limiar do século XX, com o início do regime republicano, foi nesse primeiro momento ainda muito tímido, embora, para os Estados de São Paulo, do Rio e outros adjacentes, já possuísse caráter mais saliente. Será apenas

com o final da primeira república que o processo de industrialização do Brasil ganhará maior robustez, mercê da crise que se abatera sobre o setor agroexportador, em decorrência da superprodução e aviltamento dos preços do café (o principal item de exportação do país) e de uma nova correlação de forças na política brasileira, que redundará no golpe de Estado de 1930 e na conseqüente redução do poder político das elites agrário-exportadoras em prol da burguesia industrial e de alguns setores da classe média urbana. Dessarte, ao longo de todo o período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930–1945), o Estado brasileiro elevará à condição de objetivo prioritário a implementação de políticas capazes de estimular, de modos diversos, a industrialização do país, que efetivamente ganhará, nesses anos, uma dinâmica muito superior àquela experimentada nos anos de vigência da primeira república. Digno de nota é o empenho do governo Vargas de fazer prevalecer interesses econômicos endógenos, referentes ao capital nacional, em contraposição à tendência predominante na história econômica do Brasil de existir para o exterior, na perene consumição, copiosamente já assinalada, de suas riquezas e gente<sup>67</sup>.

O nascimento da universidade brasileira nesse contexto não é mera coincidência cronológica. Sua constituição deriva dessa nova etapa na qual adentra a economia nacional, no alvorecer do século XX, e da sua subsequente intensificação, após 1930. Nova etapa essa, reitera-se, induzida em grande medida pela emergência no cenário mundial de uma nova divisão internacional do trabalho que facultava a alguns dos países ex-colônias a produção de bens industrializados de consumo popular para o suprimento de seus respectivos mercados internos (e, quiçá, dos mercados das nações vizinhas) e recrudescida internamente, a partir de 1930, pela crise do café e ascensão ao poder do Estado brasileiro de setores sociais diretamente interessados na industrialização do país.

Emergindo então desse quadro, o desabrochar da universidade brasileira visava, principalmente, ao atendimento de demandas econômicas e sociais semelhantes àquelas surgidas na Europa um século antes e que determinaram a definitiva conversão da universidade à sua forma moderna. No caso brasileiro, tratava-se: da apropriação dos conhecimentos científicos que estavam na base das novas tecnologias de produção, transporte e comunicação empregadas na primeira e na segunda revoluções industriais; da formação de força de trabalho

---

<sup>67</sup> Sobre o golpe de Estado de 1930, afirma Lima (1973, p. 352): “sua maior significação consistiu em ter alijado do poder os fazendeiros do café que o vinham detendo desde a fundação da república, ou melhor, a partir da presidência de Prudente de Moraes, em 1894. Com isso, não foi somente uma camada social representativa de um produto dominante em nossa história que se viu afastada da direção político-administrativa do país, mas era toda uma política econômica que se via condenada por uma aspiração generalizada de renovação. Não representava, portanto, uma simples mudança de homens no poder, porém, uma transformação de orientação nos negócios públicos”.

nativa apta a operar com essas novas tecnologias; da apropriação de um saber lúdimo (porque científico) sobre a sociedade, capaz de legitimar e gerir a nova forma urbana de vida, com suas contradições e conflitos; da constituição do material humano habilitado a operar com as técnicas de intervenção social decorrentes ou amparadas nas novas ciências da sociedade.

Nada é mais indicativo da correção da tese acima apresentada – a determinação do surgimento da universidade brasileira pelas necessidades econômicas e sociais decorrentes do desencadear da industrialização do Brasil – do que a localização geográfica desse nascimento, circunscrita ao núcleo da industrialização brasileira, exceção feita à Universidade de Manaus, a primeira do país, implantada no coração da região amazônica. Conforme indicado (secção 2.1), todas as universidades surgidas nesse primeiro período republicano da história do Brasil e nos quinze anos subsequentes de governo Vargas, com a única exceção da Universidade de Manaus, estão no perímetro pioneiro e irradiador da industrialização. Pois, brotando do solo das necessidades trazidas pelo irromper do processo de industrialização/urbanização, a universidade brasileira não poderia nascer senão na região na qual essas necessidades se faziam sentir na carne, em decorrência do efetivo desdobrar daqueles processos: os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Mesmo aquela que fora a única exceção, a Universidade de Manaus, na região amazônica, não contradiz, pelo contrário, reafirma a referida tese. Pois Manaus passava, naquele período de fundação da sua universidade e apesar da distância e isolamento em relação da região que tomava a dianteira do processo de industrialização, por um processo de crescimento econômico e urbanização similar ao que experimentavam as praças do sudeste-sul e decorrente de um desenvolvimento econômico próprio e independente. Com efeito, conforme será retomado adiante (secção 3.6), a região amazônica vivia, desde os últimos decênios do século XIX, o período áureo da exportação de borracha, determinado pelo grande incremento da procura e dos preços internacionais de um produto que a Amazônia brasileira era a grande produtora: o látex da seringueira, cuja exportação dominou a economia da região no período e ensejou grande prosperidade econômica.

Ademais, a determinação da recém-criada universidade brasileira pelas demandas econômicas e sociais referidas, oriundas do processo de industrialização da economia brasileira que ora iniciava, aparece de modo claro nas finalidades outorgadas à Universidade de São Paulo, uma das primeiras do país, pelo decreto 6.283/34 do governo do Estado, que a instituía. Segundo os termos do decreto, em seu art. 2º, quatro eram as finalidades da USP. Primeiro, “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência”. Segundo, “transmitir, pelo ensino,

conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida”. Terceiro, “formar especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística”. Por fim, “realizar obra social de vulgarização da ciência, das letras e das artes” (apud FAVERO, 2006, p. 24-5). Nessas quatro finalidades aparecem, de modo cristalino, aquelas determinações acima citadas, provenientes do fluxo da industrialização do país e que demandavam pelo desenvolvimento da pesquisa científica, pelo ensino e difusão da ciência e pela qualificação dos trabalhadores em bases científicas.

### **2.3 Determinantes da expansão e reforma da universidade brasileira (1945-1990)**

O fim em 1945 do governo de Vargas e o golpe militar de 1964 provocaram, cada um a seu tempo, inflexões na história política do Brasil, sem abandonar, contudo, a rota da industrialização nacional pleiteada desde o início da gestão de Vargas, embora renunciando às pretensões de autonomia do capitalismo brasileiro (que prevaleceram nos governos de Vargas e de Goulart) e submetendo-o ainda mais aos interesses do capital internacional. O fato é que o desenvolvimento da produção capitalista no Brasil não conseguiu realizar-se de modo autônomo, priorizando os interesses pátrios, pois os segmentos majoritários da classe econômica e politicamente dominante, aos quais se juntaram, nesse período, a alta cúpula militar, permaneceram fiéis à tradição das elites tupiniquins de associação com os poderes estrangeiros a fim de dilapidar as riquezas naturais do país e sangrar o seu povo<sup>68</sup>. Conforme denuncia Brum (1991), “primeiro em 1954”, ano da queda do segundo governo de Vargas, “e, finalmente, em 1964 acaba-se cedendo às pressões externas, ligadas a grupos nacionais comprometidos ou influenciados pelos grupos monopolistas internacionais” (p. 93). Por conseguinte, a economia brasileira se mantém, ao longo do período, estruturada pelo

---

<sup>68</sup> Os números apontados por Chiavenato (1994) permitem visualizar a magnitude da expropriação das riquezas do solo e do trabalho dos brasileiros pela aliança entre capital estrangeiro, elites nacionais e Estado, tônica da política tupiniquim no período ora em análise. Assim, em 1968, empresas multinacionais eram proprietárias de terras ricas em minérios numa extensão de “50 milhões de hectares em Goiás, Minas, Bahia, Maranhão, Pará e Amapá” – terras essas, ainda por cima, adquiridas mediante incentivos fiscais (p. 91). Na indústria de transformação, entre 1966 e 1976, “a fabricante de cigarros Souza Cruz investiu 2,5 milhões de dólares no Brasil e remeteu para o exterior, sob a forma de lucros, 82,3 milhões. A Firestone mandou à matriz 50,2 milhões de dólares, com um investimento de 4,1 milhões” (p. 89). Mais números: “a Esso aplicou 1,8 milhão de dólares e enviou para a matriz 44,5 milhões [...] a Volkswagen colocou 119,5 milhões e mandou 279,1 milhões. E a Rhodia, que entrou com 14,3 milhões, mandou 60,6 milhões de dólares” (p. 92). No âmbito da produção primária, preteriu-se a produção de alimentos para o povo em prol da produção de gêneros para exportação. “Assim, os financiamentos para a agricultura iam para a soja, cana-de-açúcar e laranja, relegando a produção de milho, feijão etc. Entre 1969 e 1979, enquanto a produção de feijão caiu 17,32%, as terras destinadas ao plantio da soja aumentaram de 906 mil para 8,3 milhões de hectares” (p. 96).

estrangeiro, pelos interesses prevalecentes nos países centrais, desta feita com destaque para os interesses “das grandes corporações transnacionais neles sediadas” (p. 106).

Desde o princípio da década de 40, tendo já se estabelecido certo número de indústrias de bens de consumo, o prosseguimento do processo de industrialização do Brasil passava a priorizar a instalação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis. A constituição dessas indústrias no Brasil, na medida em que requeria investimentos muito acima dos cabedais da burguesia nativa, se dará fundamentalmente através de empresas estatais, no que se refere às indústrias de base, especialmente nos momentos de vigência de governos nacionalistas (como os de Vargas e Goulart) e da ditadura militar, e mediante capitais forâneos monopolistas, no que toca às indústrias de bens de consumo duráveis, sobremaneira durante os governos de Juscelino Kubitschek e, também, da ditadura militar.

Assim, o Estado brasileiro cria, dentre as mais importantes: em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), para a produção de ferro e aço; em 1943, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para exploração mineral, e a Companhia Nacional de Álcalis, para produção química; em 1945, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), para geração e transmissão de energia a partir da bacia hidrográfica do rio São Francisco; em 1946, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), para a produção de motores aeronáuticos, caminhões e automóveis; em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para financiamento de projetos capazes de impulsionar o desenvolvimento da economia nacional; em 1953, a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), para exploração e produção de derivados do petróleo; em 1957, a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), para promover e gerir o transporte ferroviário, e a Centrais Elétricas de Furnas (FURNAS), para geração e transmissão de energia, em vista do incremento da demanda provocado pela intensificação dos processos de industrialização e urbanização do país; em 1961, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS), também para o setor elétrico, com função de geração, transmissão e distribuição; em 1969, a empresa brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer), para produção aeronáutica; em 1972, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), para centralizar, padronizar e modernizar as telecomunicações; em 1973, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), para a administração dos aeroportos do país, e a Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS), para promover e gerir os interesses do país em empreendimentos siderúrgicos e afins; em 1974, as Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebras), para prospecção e beneficiamento de urânio e a Computadores e Sistemas Brasileiros (Cobra), para o desenvolvimento de tecnologia na área de informática; em 1975, a

Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), para o desenvolvimento de tecnologia de guerra.

Com o intuito de assinalar a dimensão dos investimentos econômicos estatais no período, a se fazerem, preponderantemente, conforme se indicou, no setor de infraestrutura e de indústrias de base, vale a pena citar os números apresentados por Costa e Miano (2013, p. 153): enquanto entre 1930 e 1950 o Estado brasileiro houvera criado trinta e cinco (35) empresas estatais, deste ano até 1976 o número de empresas estatais criadas fora de quinhentos e trinta e seis (536), a grande maioria durante a vigência do regime militar.

Conforme se verifica, apesar de o regime ditatorial de 1964-1985 ter feito a opção por um modelo de desenvolvimento subalterno, reservava espaço de destaque para as inversões econômicas estatais. Além da necessidade de criar as condições (infraestrutura e produção de insumos) mais apropriadas para a atração do capital estrangeiro, seletivo em seus investimentos consoante as possibilidades de lucro, esse zelo pela intervenção econômica do Estado advinha da perspectiva desenvolvimentista defendida pela Escola Superior de Guerra (ESG) e que era preponderante no seio da alta cúpula militar. Conforme escreve Brum (1991), a perspectiva desenvolvimentista da ESG apregoava o desenvolvimento econômico como elemento fundamental para a segurança nacional, concebendo-o em termos quantitativos, como simples crescimento econômico, não orientado necessariamente para as necessidades e melhoria as condições de vida da maioria da população, mas sim para “o aumento da expressão do Brasil como potência mundial, isto é, o fortalecimento do poder nacional” (p. 175). Dessa perspectiva, o capital estrangeiro e as empresas multinacionais eram muitíssimos bem-vindos, na medida em que efetivamente contribuía para medrar esse desenvolvimento. Contudo, os militares não acreditavam que fosse possível obtê-lo pelo livre-mercado, pela via de um capitalismo liberal “em que as relações são reguladas pela lógica mágica do mercado”. De outro modo, consideravam o liberalismo “uma forma ultrapassada de desenvolvimento econômico capitalista, (...), em especial no contexto de um país em desenvolvimento” (p. 171). Assim, sustentavam a necessidade de um Estado forte, com a participação efetiva na economia: planejamento, regulação, infraestrutura e produção. Tratava-se, pois, de um modelo de desenvolvimento capitalista lastreado na aliança entre capital estatal e capitais privados, nacionais e estrangeiros.

No que tange ao capital estrangeiro, este começa a se fazer presente com maior saliência no Brasil a partir de 1955, especialmente no setor de bens duráveis e supérfluos, em decorrência de fatores diversos, dentre os quais tem maior peso a intensificação do processo de

concentração/centralização do capital após a II Guerra Mundial e que redundará no extraordinário crescimento dos monopólios internacionais. Explica-se. A partir desse incremento da concentração/centralização do capital no pós-guerra, modificou-se substancialmente a forma de esbulho dos países periféricos pelas regiões centrais do sistema. Na primeira fase do capitalismo monopolista, entre o final do século XIX e 1940, conforme se viu (secção 2.2), as regiões periféricas passaram a se constituir, preponderantemente, em regiões para as quais era possível emprestar dinheiro a juros e vender maquinaria industrial e de infraestrutura – sem que tenha sido descurado o seu antigo papel de fornecedoras de matérias-primas para o centro. Agora, com o robustecimento do capital financeiro (lembra-se: capital no qual estão associados os capitais bancário e industrial e que toma a forma de grandes empresas monopolistas multinacionais) e findada a tarefa de reconstrução das bases – esgarçadas pela guerra – das economias europeias, os países periféricos passavam a se converter cada vez mais em espaços para os quais era possível transferir as próprias fábricas, até então restritas aos espaços geográficos das economias centrais. Essa estratégia de transplantação de unidades fabris para os países periféricos atendia a um duplo propósito. Por um lado, visava à obtenção de “custos mais baixos e, ao mesmo tempo, maior controle do mercado interno desses países”. Por outro, buscava a dilatação da vida útil de “maquinarias de produção que haviam se tornado obsoletas em seus países de origem”, mas que ainda eram “modernas” na periferia – e que, efetivamente, passaram a se constituir na maior parte do maquinário industrial das novas fábricas nela, periferia, estabelecidas pelas multinacionais (MAZZEO, 1988, p. 34)<sup>69</sup>.

Além dessa tendência, de âmbito mundial, que instigava as empresas multinacionais a estabelecerem plantas industriais nas regiões periféricas, servirá de estímulo à implantação de muitas delas no Brasil, a partir da data já indicada (1955), os elementos que seguem. Primeiro, as potencialidades do mercado consumidor brasileiro, de amplitude continental e, com o deslançar da industrialização, em processo de ampliação de sua capacidade aquisitiva<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Sobre o parque industrial brasileiro, escrevia Prado Júnior (1988, p. 3540) em 1976: “a indústria brasileira, naquilo que apresenta de mais significativo em termos modernos, não vai qualitativamente além, tanto quanto no passado, e sob certos aspectos anda mais acentuadamente, de uma dispersa constelação de filiais ou dependências periférica, em maior ou menor grau, de grandes empresas internacionais (as chamadas eufemisticamente ‘multinacionais’) que, originariamente exportadora de seus produtos, transferem para as proximidades do mercado local brasileiro, como fazem para a generalidade do mundo desenvolvido a que pertencemos, uma ou outra fase das suas atividades, para com isso aproveitarem mão-de-obra mais barata e menos reivindicadora, contornarem problemas de transporte e obstáculos alfandegários, ou para melhor se adaptarem a situações e circunstâncias específicas do mercado local que exploram”.

<sup>70</sup> Entre 1930 e 1980, a renda *per capita* no Brasil “foi multiplicada por cinco vezes”, alcançando uma média de incremento anual de 3,25%, embora se mantivesse o padrão concentrador do passado (POCHMANN et al, 2005, p. 37).

Segundo, os salários em vigor no Brasil, muito abaixo daqueles que eram praticados nos países centrais. Terceiro, o fato do país já possuir a infraestrutura mínima – e em processo de ampliação/modernização – necessária às operações da grande indústria: portos, estradas, energia, produção de insumos básicos etc. Quarto, as facilidades proporcionadas pela legislação desde a Instrução 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), de janeiro de 1955, que facilitava a importação de máquinas e equipamentos e concedia privilégios às empresas estrangeiras, em prejuízo das nacionais, e a qual se seguem outras peças legais, especialmente durante o regime militar, que estabelecem, dentre outros, isenções fiscais, financiamentos privilegiados e facilidades para a remissão de lucros para as matrizes no estrangeiro<sup>71</sup>.

Assim, somente no primeiro quinquênio após a Instrução 113 da SUMOC (1955-1959), os investimentos estrangeiros no Brasil atingiram o considerável valor de 395.700.000 dólares. Desse, quase metade (48,8%) era capital de procedência norte-americana, seguido de longe pelo capital alemão (17, 8%), o segundo maior investidor no Brasil durante o período. No que se refere a destinação desse montante por setor de atividades, deu-se a seguinte distribuição: máquinas e automóveis, 213,3 milhões (53,90% do total dos investimentos estrangeiros no período); siderurgia e metalurgia, 41,8 milhões (10,56%); química e medicamentos, 41,5 milhões (10,49%); madeira e borracha, 26,6 milhões (6,72%); têxteis, 17,9 milhões (4,52%); mineração, 14,2 milhões (3,59%); alimentos, 11,4 milhões (2,88%); papel, 11 milhões (2,78%); material de construção, 9,1 milhões (2,30%); plásticos, 4,9 milhões (1,24%); outros, 4 milhões (1,02%) (LIMA, 1973, p. 401-2). Conforme se vê, ainda que predominante na produção de bens duráveis e supérfluos, o capital estrangeiro não se restringia a esses setores e investia também em ramos até então dominados pelo capital nacional.

Durante a ditadura militar, especialmente a partir de 1968, a entrada de capital estrangeiro no Brasil não apenas permanece significativa, mas é significativamente incrementada, seja na forma de investimentos diretos, seja na forma de empréstimos e

---

<sup>71</sup> Comenta Brum (1982, p. 104-5), em relação à Instrução 113 da SUMOC: “Não só se concedem vantagens, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, facilitando a formação de monopólios e oligopólios, mas também se permite que elas importem do exterior, de suas matrizes, máquinas e equipamentos obsoletos, valorizando-os como se novos fossem, tudo sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie quanto aos similares de fabricação nacional, ao mesmo tempo em que se nega o mesmo procedimento às empresas brasileiras”. Destarte, “a indústria nacional fica relegada praticamente à sua própria sorte, sofrendo a concorrência dos grupos externos atraídos pelos incentivos e vantagens oficiais” e “o capital estrangeiro assume o comando do processo de industrialização do Brasil”.

financiamentos<sup>72</sup>. De acordo com os dados disponibilizados por Souza (2008), os investimentos diretos de capital estrangeiro no Brasil mais que dobraram no quadriênio 1967-1970 em relação ao quadriênio anterior, 1962-1966: “elevaram-se de uma média anual de US\$ 54,2 milhões em 1962-66 para uma de US\$ 106 em 1967-70”. Já os investimentos sob a forma de empréstimos e financiamentos tiveram um incremento ainda maior: “cresceram de uma média anual de 318,8 milhões no primeiro período para uma de US\$ 714 milhões no segundo” (p. 87). Esse afluxo ascendente das inversões de capital estrangeiro na economia brasileira elevou-se enormemente no triênio subsequente, 1971-1973: média anual de US\$ 543 milhões para investimentos diretos e US\$ 3,6 bilhões para empréstimos e financiamentos (p. 91). É novamente ascendente para o quadriênio subsequente, 1974-1977: média de US\$ 1,07 bilhão para investimentos diretos e US\$ 7,33 bilhões para empréstimos e financiamentos (p. 136-7)<sup>73</sup>.

Com essa incisiva presença do capital estrangeiro na indústria brasileira, duas consequências principais se verificaram. Primeiro, o setor até então tradicional desta, voltado para o consumo popular, começa gradativamente a se associar àquele. Ao fazê-lo, incorpora necessariamente o padrão de produção das firmas multinacionais, sofisticando e encarecendo os seus produtos, que passam, em razão disso, a se destinar cada vez mais aos consumidores dos estratos médios e superiores da sociedade e à exportação. Segundo, aumenta ainda mais a subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional, graças ao “domínio direto do aparato produtivo interno, que resultava dos investimentos diretos” e ao “controle financeiro ‘desde fora’ através de empréstimos e financiamentos” (SOUZA, 2008, p. 92-3). Assim, com o capital estrangeiro a assumir o protagonismo da industrialização brasileira, esta sofre uma inflexão no que diz respeito ao seu alvo de mercado, que deixa de ser o consumo popular interno para se constituir proeminentemente no consumo dos estratos medianos e superiores da sociedade e no mercado externo. Ao mesmo tempo, se intensifica aquele traço principal da economia brasileira, muitas vezes já aludido, e que remonta à própria constituição

---

<sup>72</sup> A relutância, no primeiro momento do golpe, do capital internacional em fazer maiores investimentos no Brasil, apesar da opção das forças golpistas pela associação subalterna ao sistema capitalista mundial, decorreu de certa cautela dos grupos econômicos estrangeiros, que preferem aguardar “uma definição mais clara e segura dos rumos do país”. Essa definição ocorre a partir de 1968, “quando se torna evidente a opção pelo desenvolvimento associado e dependente”. Doravante, ao longo de todo o regime militar, “as multinacionais avançam celeremente dominando os ramos mais dinâmicos e rentáveis da economia, em detrimento das empresas privadas nacionais” (BRUM, 1991, p. 151-2).

<sup>73</sup> Importante observar que na medida em que crescia o endividamento externo do país, parte crescente dos novos empréstimos que se faziam junto ao exterior “retornavam à esfera internacional para pagar os encargos da dívida anterior”. Assim, “em forma crescente, o governo e os empresários brasileiros necessitavam endividar-se para pagar dívidas anteriores” (SOUZA, 2008, p. 137).

do Brasil como uma unidade política, na época da invasão do seu atual território pelos colonizadores portugueses: o fato de existir não para si, para as necessidades e interesses de seu povo, mas fundamentalmente para o estrangeiro, em função da acumulação de riqueza pelos núcleos do poder econômico mundial.

O expressivo recrudescimento da industrialização do país mediante a implantação da sua indústria de base, de bens duráveis e de produtos de luxo intensifica muitíssimo o processo de urbanização da sociedade, já iniciado dantes (ver secção 2.2). No alvorejar da década de 50, 36,16% da população brasileira vivia em cidades. Dez anos depois, em 1960, esse percentual já era de 45,52%, e continua ascendente nos anos subsequentes: 56,80% em 1970; 68,86% em 1980; 77,13% em 1991 (SANTOS, 2013, p. 31-2). Na verdade, a taxa mediante a qual ocorre a urbanização da sociedade brasileira nesse período é uma das mais salientes de toda a história humana: “constatou-se a passagem da demografia rural para a urbana em período rápido, bem menor do que o observado nas demais experiências nacionais de transição para a sociedade urbano-industrial” (POCHMANN, 2010, p. 50-1).

Com a exasperação da urbanização, nessa quadra que se caracteriza, no âmbito mundial, pela emergência do Estado de bem-estar (secção 1.5.2), tem continuidade a dilatação do aparato burocrático-técnico-militar do Estado brasileiro, que, conforme visto (secção 2.2), acontecia desde a proclamação da república. Desta feita, porém, o impulso principal do processo advinha da expressiva ampliação, sobremaneira após 1964, das empresas públicas e das políticas sociais.

Visto que já se indicou acima a expansão das empresas públicas, convém agora registrar o incremento das políticas sociais do Estado brasileiro no período. Para isso, é possível tomar aqueles que talvez sejam os dois setores de maior relevância para as políticas sociais: saúde e educação.

Conforme escreve a Fundação de Economia e Estatística-FEE (1983), até a década de 30, “a atuação estatal na questão social dava-se de forma fragmentada e localizada em problemas prementes” (p. 17). No que tange à saúde, as questões “eram tratadas pelas autoridades locais, não havendo, por parte do Governo Central, um programa de ação no sentido de atende-las”, com as ações do Estado se restringindo “à resolução de questões prementes, como epidemias, que ameaçavam as populações dos centros urbanos maiores” (p. 17). No tocante à educação, existia apenas “uma rede escolar muito reduzida”, além de “acadêmica e elitista”, regulamentada por uma legislação assaz vasta e que “refletia as indecisões do poder público em assumir um projeto mais amplo de educação” (p. 18). No entanto, entre 1930 e

1945, começa a se estruturar uma rede institucional pública de saúde e educação mediante a criação, em novembro de 1930, do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, a quem “competia o estudo e o encaminhamento de todos os assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” (p. 25). A partir de 1953, a saúde ganha um ministério próprio, o Ministério da Saúde, a partir do qual não apenas se intensificaram as campanhas de combate às doenças de massa<sup>74</sup>, mas também começaram a se desenvolver políticas de caráter “curativo e individualizado”, especialmente assistência médico-hospitalar, “com uma intensidade crescente que teria seu ponto máximo na criação do INPS em 1966” (p. 160). Também a educação – com a autonomia do Ministério da Saúde, sob a competência do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – passa a merecer maior atenção do Estado, que, desde a constituição de 1946, assume como incumbência a escolarização da população, contrariando a postura até então prevalente de conceber o ensino “como tarefa da iniciativa individual”, restringindo ao Estado “apenas o papel de contribuir para o seu desenvolvimento” (p. 171). A prioridade das ações educacionais do Estado, na época, recai sobre a ampliação da rede escolar, com destaque, em alguns governos, para o ensino profissionalizante de nível médio e superior, em razão da crescente demanda por força de trabalho qualificada, oriunda do recrudescimento do desenvolvimento urbano-industrial.

Em consequência desse robustecimento das ações estatais em saúde e educação, ampliou-se de modo considerável no país a rede pública médico-hospitalar e escolar, com a consequente hipertrofia do quadro científico-técnico-burocrático correspondente.

Na saúde, até 1966, a assistência médica pública era “segmentada e restrita aos contribuintes urbanos da previdência social”, por intermédio, inicialmente, das designadas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e, depois, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ao final do ano de 1949, entretanto, o Estado brasileiro criou o seu primeiro serviço de assistência médica universal, “ainda que limitado aos casos de urgência”, designado Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU) (CASSENOTE *et al.*, 2017, p. 14). Conforme indicado, em 1966, o serviço público de assistência médica é unificado e estendido não apenas à todos os trabalhadores urbanos com carteira assinada, mas também aos trabalhadores rurais, mediante a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Por ocasião da criação do INPS, já havia na sociedade a reivindicação por um sistema de saúde

---

<sup>74</sup> Na época, o combate à tuberculose e à malária se constituiu na prioridade das políticas do novo ministério, mas também foram foco de atenção, suscitando medidas de combate, a lepra, a esquistossomose, a leishmaniose e o tracoma.

público universal, cujos principais protagonistas eram os movimentos populares, as universidades e os partidos políticos progressistas – estes, na época, diluídos no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (CARVALHO, 2013). A criação em 1974 de um órgão nacional para exclusivamente gerenciar a oferta de serviços de saúde, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), conduziria a uma significativa ampliação dos serviços públicos de assistência médica, especialmente no final da década de 1980, quando aquele órgão “adotou uma série de medidas”, designadas Ações Integradas de saúde (AISs), “que o aproximaram ainda mais de uma cobertura universal da clientela”, e dentre as quais se destacava “o fim da exigência de Carteira de Segurado do INAMPS para o atendimento nos hospitais próprios e conveniados da rede pública” (CASSENOTE *et al.*, 2017, p. 17). Por conseguinte, ainda que a bibliografia compulsada sobre a expansão dos serviços públicos de assistência médico-hospitalar não traga os números exatos dessa expansão, é inquestionável que esse processo de contínua ampliação, praticamente culminando, ao final dos anos 80, com a universalização do acesso, implicou num extraordinário incremento dos hospitais, clínicas, postos de atendimento etc., bem como do corpo científico-técnico-burocrático de funcionários (médicos, enfermeiros, pessoal de administração etc.) necessários à oferta pública desses serviços.

No âmbito da educação, em 1940, contando o Brasil com uma população de 41,23 milhões de habitantes, apenas 3,32 milhões estavam matriculados na escola básica (primária e média), o que significava uma taxa de escolarização de 21,43% da população em idade escolar (isto é, entre 5 e 19 anos de idade). Contudo, em 1950, com a população brasileira se elevando para 51,94 milhões de pessoas, as matrículas escolares perfaziam 4,92 milhões, o que então representava 26,15% da população na faixa etária escolar. Em 1960, com 70,11 milhões de habitantes, a população escolar do Brasil recrudescia para 8,63 milhões, o que já equivalia a 33,37% da população entre 5 e 19 anos. Por fim, em 1970, com a população do país em 94,5 milhões de pessoas, a população escolar era de 18,89 milhões, perfazendo assim o percentual de 53,72% de escolarização na faixa etária escolar (ROMANELLI, 1994). Semelhante ao que ocorre com a bibliografia que trata da expansão do serviço de assistência médico-hospitalar, também a consultada sobre o incremento do serviço público de educação escolar básica não traz outros números desse incremento além desses que foram citados, referentes ao total absoluto das matrículas e do seu percentual em relação à população em idade escolar. Todavia, é evidente que tal desenvolvimento significou, do mesmo modo que no serviço público de assistência médico-hospitalar, uma excepcional expansão das estruturas físicas (no caso, as

escolas) e do corpo científico-técnico-burocrático (professores, pedagogos, administradores etc.) necessários à oferta dos serviços públicos de educação.

Os processos acima citados de robustecimento da ação estatal na atividade econômica (setor de infraestrutura e indústrias de base) e nas políticas sociais, bem como a implantação de plantas industriais diversas pelo capital monopolista internacional (sobretudo nos setores de bens de consumo duráveis e de bens supérfluos), engendraram, então, a hipertrofia e a diferenciação do corpo científico-técnico-burocrático requisitado para tais empreendimentos: engenheiros, economistas, administradores de empresa, químicos, contabilistas, advogados, juristas, médicos, professores, assistentes sociais, etc. Pois, “a indústria de bens duráveis é altamente sofisticada”. Ela “exige volume de capital, tecnologia avançada, mão-de-obra especializada, produção em escala, capacidade gerencial” (BRUM, 1991, p. 89). De modo igual, a indústria de base e o setor de infraestrutura demandam praticamente pelos mesmos elementos. A implementação e gestão de políticas sociais, por fim, também requer, como já assinalado, suporte logístico e amplo pessoal com formação superior.

Desse modo, no período ora em foco, “observou-se não apenas a rápida ampliação das dimensões da classe média brasileira, como também a alteração de sua composição interna”. Até então, ela, classe média brasileira, era essencialmente composta por “camadas médias proprietárias e detentoras de algum meio de produção”. Agora, “a camada média assalariada passou a se constituir majoritária no total da classe média do país”<sup>75</sup>. Entre 1930 e 1955, essa dilatação da classe média assalariada “passou a estar mais vinculada à presença do setor público”. Após 1955, “a classe média assalariada ganhou maior expressão no setor privado”. De um modo geral, no entanto, “houve uma grande expansão nos postos de trabalho de nível superior no interior das grandes empresas privadas e do setor público estatal” (POCHAMANN *et al.* 2006, p. 29-31).

A significativa expansão da universidade brasileira que tivera lugar entre 1945 e o final da década de 80 fora então determinada pela necessidade de constituição desse novo e dilatado corpo científico-técnico-burocrático reclamado tanto pela extensão das atividades industriais como pelo recrudescimento do aparato administrativo-burocrático-militar e das políticas sociais do Estado brasileiro. Evidência incontestável desse fato está no quadro de cursos oferecido pelas

---

<sup>75</sup> Embora ascendente em relação a classe média proprietária desde 1930, a classe média assalariada ainda era minoritária na composição da classe média brasileira em 1960, quando perfazia 41,3% contra 49,7% da classe média proprietária. Em meados da década de 60, contudo, já era majoritária e, em 1980, perfazia 64,6% contra 35,4% da classe média proprietária (POCHAMANN *et al.*, 2006, p. 30).

universidades brasileiras no período, no qual sobressai-se pujantemente os cursos para formação de profissionais na área médica, profissionais da educação, engenheiros, economistas, administradores e advogados (CUNHA, 1983, p. 103-7).

Mas não apenas a qualificação desse contingente científico-técnico-burocrático para as indústrias, os serviços urbanos e a administração pública é a força propulsora da proliferação da universidade brasileira no período. Um outro aspecto se faz presente na determinação da expansão que multiplica em solo nacional o número de universidades, conforme já indicado (secção 2.1), nos quarenta e cinco anos em questão, sobremaneira a partir de 1955. Trata-se da necessidade de ampliação do mercado de consumo para os bens duráveis e supérfluos, cujas fábricas começavam a se instalar no Brasil, conforme se viu, com capital monopolista estrangeiro, bem como para os bens de maior sofisticação, produzidos agora em substituição aos artigos populares, em razão da crescente associação da burguesia nacional com o capital internacional.

Ora, na medida em que se tratavam de artigos de maior valor, eram inacessíveis à maior parte da população brasileira, até então condenada (como, aliás, ainda hoje) a atividades de subsistência ou de ínfima remuneração, quando não a mendicância. Consoante os termos de Brum (1991, p. 89), a indústria de bens duráveis e de luxo “destina-se ao consumo de parcela da população que tem poder aquisitivo relativamente alto, o que no Brasil corresponde a uma escassa minoria”. Por conseguinte, para evitar o estancamento do desenvolvimento industrial brasileiro, imperativo se fazia que o Estado concorresse para o incremento numérico dos cargos científico-técnico-burocráticos, de maior renumeração, de modo que parte proporcionalmente crescente dos recursos públicos colaborasse para a constituição dessa dilatada classe média, possuidora de rendimentos compatíveis com o consumo dos bens que passavam então a ser produzidos no Brasil. Conforme escreve Pochamann *et al.* (2006, p. 32), é indiscutível que “a política social caracterizada pelos programas de habitação e saneamento e de educação [e também de saúde] se mostraram extremamente favoráveis ao avanço geral da classe média assalariada urbana no Brasil”. A expansão das universidades, com os seus respectivos quadros funcionais (burocratas, professores e técnicos), contribuiu, então, ao lado das demais ações de criação de empresas públicas e ampliação da assistência social, para esse propósito de constituição da classe média demandada pelo padrão de desenvolvimento industrial que no Brasil se encetava.

Por essa via, ao tempo em que se desenvolvia a industrialização brasileira, incrementava-se a concentração de renda em solo nacional, com as classes proprietárias e as

camadas médias percebendo parte proporcionalmente maior da riqueza produzida, enquanto os mais pobres percebiam proporcionalmente menos. Conforme informa Brum (1991, p. 191), em 1960 os 80% mais pobres ficavam com apenas 44,8% das riquezas produzidas no país, ao tempo que os 20% mais ricos abocanhavam 55,2%. Em 1970, esses percentuais eram de 38,2% para os 80% mais pobres e 61,8% para os 20% mais ricos. Em 1980, a concentração de riqueza está ainda mais intensificada: 33,7% para os 80% mais pobres e 66,3% para os 20% mais ricos. Chiavenato (1994, p. 86), corroborando com o que está sendo aqui defendido, observa que, com essa concentração de renda, “pagando-se cada vez menos aos trabalhadores e oferecendo-se salários mais altos a uma pequena elite consumidora, ampliou-se o mercado de supérfluos para a ‘classe média alta’”.

Destarte, de modo análogo ao papel que desenvolvia nos países centrais durante o mesmo período, alocando trabalho assalariado expurgado da produção pelos desenvolvimentos tecnológicos e, dessa maneira, contribuindo para que o sistema mantivesse o equilíbrio e não entrasse mais uma vez em colapso por falta de demanda solvente (ver secção 1.5.3), no Brasil, a expansão das universidades oferecia a sua cota de contribuição para a constituição de uma demanda solvente para os produtos da indústria instalada em solo nacional. Divergem ambos os processos apenas no sentido de que, no Brasil, ele não operava de modo a oferecer emprego e remuneração que, de alguma forma, compensasse os expurgos de trabalhadores do setor produtivo, pois o Brasil, diferente dos países centrais, não passava pela mesma modernização tecnológica de um parque industrial tornado obsoleto pelos desenvolvimentos tecnológicos e constrangimentos da concorrência intercapitalista. Distintamente, o Brasil, consoante a dinâmica própria de seu desenvolvimento periférico e subalterno, implementava com atraso o seu parque industrial, numa economia até então eminentemente agrária. Não obstante, em ambos os casos (o dos países centrais e o do Brasil), a expansão da universidade extrapolava as demandas estritamente epistêmicas e educacionais, relativas à sua natureza de instituição com o encargo de produzir e transmitir conhecimentos, para se fazer lastrear em exigências que diziam respeito ao resguardo do ciclo reprodutivo do capital.

É necessário deixar bem claro o que está sendo arguido. A proliferação das universidades brasileiras no período ocorria, em primeiro plano, para atender a uma demanda real por produção/apropriação de conhecimentos/tecnologias e constituição de força de trabalho qualificada, proveniente: a) do desenvolvimento industrial nacional, especialmente quando este alcança o estágio de implantação das indústrias de base e de bens de consumo duráveis; b) da intumescência e complexificação da vida urbana, com a respectiva ampliação e diversificação

da rede de serviços inerente à vida nas cidades; c) da ampliação do aparato científico-técnico-burocrático do Estado e de suas formas de intervenção na sociedade. Mas a expansão numérica da universidade brasileira era tal que superava, significativamente, a extensão dessas necessidades, criando um excesso na oferta de serviços universitários em relação às demandas concretas da industrialização, da vida urbana e do aparelho estatal – aliás, acompanhando a tendência mundial da universidade no período, que também se expande em medida superior às reais necessidades sociais (ver secção 1.5.3). Assim, se a medida dessa expansão se fazia em excesso em relação às demandas sociais efetivas pelos serviços universitários, não se fazia, todavia, em relação à constituição de um mercado consumidor de padrão superior destinado à consumição dos bens de maior sofisticação engendrados pelos setores de ponta da produção capitalista. Logo, na medida em que extrapolava quantitativamente aquelas necessidades sociais, a expansão da universidade não ocorria sem um fim, mas em atendimento a um reclamo do processo de reprodução do capital: a existência de demanda solvente para que a acumulação capitalista continuasse a acontecer. Enfim, transcendendo às reais necessidades de conhecimento, tecnologia e educação da sociabilidade capitalista que, no Brasil, adentrava em sua etapa de constituição de novos setores da produção, o de bens de produção e de consumo duráveis, a expansão das universidades se fazia, em grande medida, para prover de emprego e renda parcela da classe média destinada a absorver o fluxo produtivo das novas indústrias. Fazia-se, portanto, em atendimento a uma necessidade do ciclo reprodutivo do capital.

Outro fator, embora de menor relevância e agindo mais de modo suplementar a esses que acima se indicou, também corroborou com a expansão da universidade brasileira no período em foco, sobremaneira nos anos de governo militar. Trata-se da cultura política preponderante no Brasil desde os tempos mais remotos, mediante a qual a adesão política se faz pela barganha de privilégios, benefícios e favores – produto de uma sociabilidade que nega direitos e condensa poder, ambos decorrentes, por sua vez, da concentração da riqueza em grau máximo. Assim, na medida em que se implantava em determinados Estados da federação, a universidade passava a ser pleiteada pelas oligarquias políticas dos demais não necessariamente em razão das demandas intrínsecas à dinâmica econômica e social desses Estados, mas antes como sinal de distinção política e, principalmente, seara de empregos a ser distribuídos visando à conservação e ampliação das clientelas políticas. Desse modo, no período em voga (especialmente ao longo dos governos militares, reitera-se), muitas universidades federais foram criadas como regalo do governo central às oligarquias estaduais, “que as transformaram em cabides de emprego para clientes e parentes”, razão pela qual foram instituídas, a maioria delas, sem “condições materiais

– bibliotecas, laboratórios, sistema de bolsas e de auxílios – para funcionarem como verdadeiras universidades” (CHAUI, 2001, p. 38).

Mas, conforme já assinalado (secção 2.1), o regime militar instalado pelo golpe de Estado de 1964 não apenas prosseguiria com a expansão numérica das universidades, dando continuidade ao fluxo que as espriava pelo território nacional, muitas vezes convertendo-as em expediente para o robustecimento de lealdades políticas, consoante exposto acima. Ao tempo em que dilatava a universidade brasileira, o regime militar também impetrava uma profunda reforma nas estruturas desta, cujos aspectos mais relevantes já se indicou atrás (secção 2.1). Importa agora salientar que essa reforma objetivava, no fundamental: outorgar um caráter mais técnico, orientado para as demandas do mercado de trabalho, à formação que se oferecia nas universidades públicas brasileiras; incrementar a oferta de vagas e reduzir custos; açular a produção científico-tecnológica. Em suma, tratava-se de adequar o sistema universitário brasileiro à perspectiva desenvolvimentista da ESG, tornando-o mais eficiente e produtivo conforme os parâmetros dessa perspectiva, que identificava, consoante já assinalado, desenvolvimento a simples crescimento da capacidade produtiva nacional.

O projeto do regime militar, no entanto, começa a perder ímpeto a partir da segunda metade da década de 70, mercê, grosso modo, da emergência e agravamento de nova crise econômica que vitimaria o capitalismo mundial, pondo em xeque o Estado de bem-estar, conforme se abordará adiante (secção 3.4). O Brasil, não ficando imune aos efeitos dessa crise, sofrerá, dentre outras consequências, o arrefecimento do processo de expansão da sua universidade pública: dentre as dezesseis universidades federais criadas durante o regime militar, apenas cinco o foram após 1975.

A persistência da crise após o término da ditadura militar fará com que também durante os primeiros anos da designada “Nova República”, a expansão da universidade pública brasileira continue em ritmo lento. Essa realidade apenas começa a se alterar ao fim da década de 80 e início dos anos 90, sobretudo pela constituição de universidades estaduais e, de modo mais incisivo, no decorrer do presente século, desta feita com destaque para a criação e ampliação de universidades federais. É durante este período, principiado ao final da década de 80, que transcorre o processo que é o fulcro desta investigação – a expansão da universidade pública pelo interior da Amazônia brasileira – e cujo assalto definitivo se empreenderá agora, no capítulo que segue (capítulo 3).

### **3 A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA PARA CIDADES DO INTERIOR DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Realizada a análise, nos capítulos precedentes, do surgimento e do desenvolvimento da universidade no mundo e no Brasil, na qual se indicou alguns dos determinantes capitais de ambos os processos, o presente capítulo intenta descrever a expansão da universidade pelo interior da Amazônia e, amparado nas conclusões daqueles dois capítulos, apontar algumas de suas determinações principais. Para fazê-lo, está estruturado em seis secções, conforme segue.

Após esta secção introdutória, a segunda secção descreve a expansão da universidade pública pelo interior da Amazônia brasileira, iniciada na década de 80 e intensificada a partir dos anos 90, procurando apresentar os seus números em termos de *campi*, cursos e alunos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), de modo que a dimensão dessa expansão possa ser vislumbrada com maior precisão. A terceira secção trata dos principais traços da universidade brasileira atual, intentando delinear o “modelo” com o qual ela alcança o interior da região amazônica. A quarta secção considera os desenvolvimentos mundiais da universidade durante o período, buscando revelar algumas das determinações do processo de interiorização da universidade pela Amazônia que emanam da dinâmica universal da universidade. A quinta secção aborda os desenvolvimentos da universidade brasileira durante o mesmo período, tentando indicar alguns dos determinantes da sua expansão pela Amazônia que derivam da particularidade do desenvolvimento da universidade brasileira. A sexta e última secção examina os traços econômicos e sociais específicos da Amazônia, com o propósito de desvelar determinantes regionais do processo de interiorização da universidade pública pela região.

Ao assaltar o problema central da presente investigação, este último capítulo é orientado por uma ideia básica, que ele tenta demonstrar, derivada das reflexões resultante dos dois capítulos precedentes: a expansão da universidade pública brasileira para municípios do interior da região amazônica se fez como expressão singular do recrudescimento do processo de expansão da universidade mundial e brasileira, iniciado em meados do último século (ver secções 1.5 e 2.2), e possui determinações oriundas da universalidade e da particularidade do referido processo. Em outros termos, é uma expansão que se realizou, conforme a expansão da universidade no mundo e no Brasil, para atender à demanda por conhecimento, tecnologia e força de trabalho qualificada oriunda dos desenvolvimentos da economia e sociabilidade capitalistas. No entanto, ocorrendo em números acima do cúmulo dessa demanda, se fez

igualmente por motivos outros, alheios às finalidades epistêmicas e pedagógicas da universidade, concorde aconteceu também com a universidade brasileira e mundial neste período: gerar encomendas, emprego e renda para fortalecer a demanda solvente no mercado; alimentar esperanças de ascensão econômico-social via diploma de formação superior; difundir conhecimentos, atitudes e valores funcionais à reprodução da economia e sociabilidade capitalistas contemporâneas.

Todavia, embora afirmando determinações para a expansão da universidade brasileira pela Amazônia que se constituem nas mesmas que impeliram a sua expansão global e nacional, o presente capítulo não deixa de indicar, em complementação àquelas, determinações singulares, específicas, decorrentes do modo peculiar de desenvolvimento da economia e sociabilidade capitalistas na região amazônica.

### **3.1 O processo de expansão da universidade pública brasileira pelo interior da Amazônia**

A expansão da universidade pública para cidades do interior dos Estados que constituem a Amazônia brasileira ocorreu numa quadra em que o processo de expansão da universidade pública brasileira, iniciado em meados do último século e arrefecido significativamente a partir da segunda metade da década de 70 (ver secção 2.2), principiou a ser retomado, de modo suave, na segunda metade da década de 80, ganhando vigor paulatinamente. Por essa razão, será abordado, aqui, como integrando este processo mais amplo de expansão da universidade pública brasileira, da qual ela, a expansão da universidade pelo interior da Amazônia, toma parte<sup>76</sup>.

Mas antes de tratar estritamente da expansão da universidade pública, é necessário assinalar que ela ocorreu num quadro mais amplo de vertiginosa expansão do ensino superior no país, predominada não pelas universidades públicas, mas por outras modalidades, não universitárias, de Instituição de Ensino Superior (IES), a grande maioria de direito privado<sup>77</sup>,

---

<sup>76</sup> Para tratar dos desenvolvimentos recentes da universidade pública no Brasil, foram consultados, com proveito: Araújo e Correia (2005), Cunha (2000; 2003), Dourado, Oliveira e Catani (2003), Lima (2007), Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2008), Minto (2006), Sampaio, Balbatchesky e Peñazola (1998), Saviani (2010), Silva Júnior e Sguissardi (2009),

<sup>77</sup> O decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, é a peça legislativa atualmente em vigor que dispõe sobre as modalidades de Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no país. Além das universidades, que “caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão” (art. 8º), estabelece os “centros universitários”, que são “instituições de ensino superior pluricurriculares” e “se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico

dando continuidade a uma tendência que se iniciou na década de 60, com a ditadura militar, mas que nesse novo período se intensificou muitíssimo, conforme demonstram os números que seguem. Em 1990, haviam no país 55 universidades públicas (federais, estaduais e municipais), 40 universidades privadas e 823 IES não-universitárias (19 federais, 67 estaduais, 81 municipais e 656 privadas)<sup>78</sup>, números indicadores de que, dentre as 918 IES existentes no país, 5,99% eram universidades públicas, 18,19% eram IES não-universitárias públicas, 4,36% eram universidades privadas e 71,46% eram IES não-universitárias privadas. Em 2002, ano em que se encerra um ciclo de governos federais de localização mais à direita no espectro ideológico-político (Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), os números eram os seguintes: 78 universidades públicas (federais, estaduais e municipais), 84 universidades privadas e 1.475 IES não-universitárias (30 federais, 34 estaduais, 53 municipais e 1.358 privadas)<sup>79</sup>. Percentualmente, significavam, dentro de um universo de 1.637 IES, que 4,76% eram universidades públicas, 7,15% eram IES não-universitárias públicas, 5,13% eram universidades privadas e 82,96% eram IES não-universitárias privadas. Por fim, em 2016, ano em que se encerra um ciclo de governos federais de centro-esquerda (Lula da Silva e Dilma Rousseff), os números são os que seguem: 108 universidades públicas (federais, estaduais e municipais), 89 universidades privadas e 2.210 IES não-universitárias (44 federais, 84 estaduais, 60 municipais e 2.022 privadas)<sup>80</sup>. Esses números assinalavam, dentre as 2.407 IES existentes no país em 2016, que 4,49% eram universidades públicas, 7,81% eram IES não-universitárias públicas, 3,7% eram universidades privadas e 84% eram IES não-universitárias privadas.

No que tange à universidade pública, conforme os números acima já indicam, houve um incremento entre 1990 e 2016 no número de instituições, que passou de 55 para 108 (63 federais, 39 estaduais e 6 municipais), registrando um aumento percentual de 96,36%. Contudo, maior que o incremento do número de universidades públicas do país foi o incremento do número de estudantes atendidos por essas instituições. Em 1990 eram 454.382

---

oferecidas à comunidade escolar” (art. 11º) e as “faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores”, cujos traços especificadores não são satisfatoriamente estabelecidos pelo decreto.

<sup>78</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1999, p. 13).

<sup>79</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2003, p. 15).

<sup>80</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, tabela 1.1).

alunos matriculados nas universidades públicas<sup>81</sup> e, em 2016, esse número se elevava para 1.679.479 matriculados<sup>82</sup>, registrando assim um aumento percentual de 269,62%.

Esse maior crescimento do número de estudantes em relação ao número de instituições se deu, evidentemente, pela criação de novos *campi*, novos cursos e elevação da relação professor/aluno nas universidades públicas já existentes.

Com efeito, a criação de várias universidades estaduais a partir de meados da década de 80, com o propósito, dentre outros, de levar o ensino superior às regiões interioranas não agraciadas pelas universidades federais de muitos Estados da federação, fez com que a maioria dessas universidades fossem estendendo, de início e/ou gradativamente, *campus* à distintas localidades do território de seus respectivos Estados. Assim, em 1996, “de um conjunto formado por 31 (trinta e uma) universidades estaduais, 25 (vinte e cinco) constituíam o subconjunto das universidades *multicampi*” (FIALHO, 2005, p. 43). Subsequentemente, mormente nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, muitas universidades federais também adotaram a configuração *multicampi*.

A criação de novos cursos nos *campi* já instalados foi outro fator responsável pelo incremento das matrículas nas universidades públicas em proporção superior ao incremento de suas unidades. Em 1990, era 1.519 o número dos cursos oferecidos nas universidades públicas do país<sup>83</sup>; em 2016, 8.466<sup>84</sup>. Destarte, enquanto o número de instituições aumentara 96,37%, o número de cursos oferecidos nestas instituições aumentou 457,34%.

Por fim, a elevação da proporção entre o número de professores e o número de alunos também contribuiu para a acentuação das matrículas nas universidades públicas em proporção superior ao crescimento de suas unidades. Em 1990, para os 454.382 discentes matriculados, haviam 62.083 docentes nas universidades públicas do país<sup>85</sup>, resultando numa proporção de 7,32 alunos por cada professor; em 2016, para 1.679.479 discentes existiam 145.610 docentes<sup>86</sup>, implicando numa proporção de 11,53 alunos por professor.

---

<sup>81</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1999, p. 19).

<sup>82</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, tabela 1.2).

<sup>83</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1999, p. 45).

<sup>84</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, tabela 1.2).

<sup>85</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1999, p. 35).

<sup>86</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, tabela 2.1).

Foi no interior desse movimento nacional de ampliação do número de universidades públicas, *campi*, cursos e vagas que se realizou o processo que é o cerne deste estudo: a expansão das universidades públicas para além das respectivas capitais dos Estados que fazem parte da Amazônia brasileira, alcançando também cidades do interior desses Estados.

Esse processo de “interiorização” das universidades públicas na Amazônia tem um importante marco no ano de 1986, com a elaboração do “Projeto Norte de Interiorização”: “uma ação conjunta das universidades Amazônicas” que pretendia implantar *campi* e cursos das universidades federais em cidades do interior da região, como estratégia para semear o “desenvolvimento regional”, e que foi “entregue formalmente no dia 4 de julho ao Ministro da Educação, Jorge Bornhausen” (FONTES, 2007, p. 170).

Em seguida, a Universidade Federal do Pará (UFPA) tornou-se a pioneira na implementação do projeto, estabelecendo, ao final da década de 80, “oito *campi* universitários em funcionamento no interior do Estado” (p. 172-3), nas cidades de Bragança, Abaetetuba, Cametá, Castanhal, Soure, Santarém, Marabá e Altamira, oferecendo cursos de licenciatura plena para professores do ensino básico, de forma modular (aulas durante o período de recesso escolar). Na sequência, em 1992, “houve a implantação dos primeiros cursos permanentes [regulares] em várias localidades”, resultando numa oferta, naquele ano, de 860 vagas permanentes, em cursos regulares, para cidades do interior (NEVES; BEZERRA NETO, 2007, p. 230). Ainda na década de 90, seria instalado mais um *campus*, na cidade de Breves, mediante desmembramento de um núcleo do *campus* de Soure que funcionava naquela cidade. No decorrer do novo século, mais quatro *campi* seriam criados: em 2009, nos municípios de Tucuruí e Capanema; em 2013, em Ananindeua, município da região metropolitana de Belém, e em Salinópolis. Atualmente, a UFPA conta com 11 *campi* em cidades do interior do Pará: esses acima elencados menos os *campi* de Santarém e Marabá, que foram incorporados, o primeiro, em 2009, à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o segundo, em 2013, à Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (UNIFESSPA), conforme será narrado adiante. Nesses 11 *campi* são atualmente oferecidos 163 cursos regulares e 294 cursos especiais de graduação, totalizando 457 cursos de graduação nos quais estão matriculados 21.952 alunos. Além dos cursos de graduação, a UFPA também oferece em seus *campi* do interior 16 cursos

de pós-graduação *stricto sensu* (12 Mestrados e 3 doutorados), nos quais estão matriculados, no presente, 567 alunos (463 Mestrados e 104 doutorandos)<sup>87</sup>.

Todavia, alguns anos antes do Projeto Norte de Interiorização, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), na região centro-oeste do país, já havia tomado a iniciativa de expansão de seus *campi* para o interior. Em 1981, estabeleceu dois *campi*: um em Rondonópolis e outro em Araguaia. Posteriormente, já no novo século, implantaria mais dois *campi* com cursos permanentes: em 2006, na cidade de Sinop, e, em 2013, na cidade de Várzea Grande. Atualmente, nesses *campi*, são oferecidos 51 cursos de graduação, nos quais estão matriculados 9.163 alunos<sup>88</sup>. A UFMT possui também nesses *campi* do interior programas de pós-graduação *stricto sensu*, oferecendo 10 cursos de mestrado, nos quais estão atualmente matriculados 322 alunos<sup>89</sup>.

Ainda na década de 80, em seus anos derradeiros, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) começou o seu processo de interiorização, com cursos permanentes nas cidades de Ji-Paraná, Vilhena e Guajará-Mirim, iniciados no ano de 1988, e em Cacoal, iniciado no ano de 1989. Atualmente, são em número de sete os *campi* da UNIR no interior: além dos já citados municípios de Ji-Paraná, Vilhena, Guajará-Mirim e Cacoal, também em Rolim de Moura, desde 1999, e em Ariquemes e Presidente Médici, ambos desde 2009. Nesses sete *campi*, a UNIR oferece atualmente 31 curso de graduação permanentes, nos quais se encontram matriculados 4.980 alunos<sup>90</sup>. Além desses cursos de graduação<sup>90</sup>, a UNIR oferece também dois cursos permanentes de mestrado no campus de Ji-Paraná e outros dois no campus de Rolim de Moura, totalizando quatro cursos permanentes de mestrado no interior, nos quais estão atualmente matriculados 112 alunos<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> Além do texto de Fontes (2007), as informações históricas e os números sobre a UFPA foram obtidos no sítio da universidade na internet (<<https://portal.ufpa.br>>) e mediante informações fornecidas pela Coordenadoria de Pós-Graduação da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESP), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, 18 de junho de 2018.

<sup>88</sup> Informações obtidas através do Serviço de Informação ao cidadão (SIC) da UFMT, após solicitação, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 25 de abril de 2018. Especificamente sobre o campus de Rondonópolis, foi compulsado, com proveito, o trabalho de Alves (2006).

<sup>89</sup> Informações obtidas através de mensagens pessoais, após requerimento, da Pró-reitoria de Ensino de Pós-graduação (PROPG), recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 21 de junho de 2018.

<sup>90</sup> Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), através de mensagens pessoais, após requerimento, recebidas por <magelaufam70@gmail.com.br> em 28 de junho de 2018 e 13 de julho de 2018.

<sup>91</sup> Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPESQ), através de mensagem pessoais, após requerimento, recebidas por <magelaufam70@gmail.com.br> em 10 de julho de 2018.

Também a Universidade Federal do Acre (UFAC) principiou antes do final da década de 80, mais precisamente no ano de 1989, o seu processo de interiorização, com a implantação de *campus* no município de Cruzeiro do Sul. Atualmente encontra-se também em processo de implantação um *campus* na cidade de Brasiléia, cujas atividades deverão iniciar no ano de 2019. O *campus* de Cruzeiro do Sul, até o momento o único da UFAC no interior, oferece 11 cursos de graduação, nos quais estão matriculados, hodiernamente, 1.816 alunos<sup>92</sup>.

Em 1993, no Estado do Pará, foi criada a Universidade do Estado do Pará (UEPA). Já em sua fundação, além dos *campi* da capital, a UEPA também implantou *campi* no interior, nos municípios de Paragominas, Conceição do Araguaia, Marabá e Altamira. Subsequentemente, estendeu seus *campi* a outros municípios: Igarapé-açu, São Miguel do Guamá e Santarém, em 1998; Tucuruí, em 1999; Moju e Barcarena, em 2000; Vigia de Nazaré, em 2001; Redenção, em 2003; Cametá e Salvaterra, em 2005; Castanhal, em 2010; Atualmente, em seus 15 *campi* do interior, a UEPA oferece 86 cursos de graduação, nos quais estão matriculados 6.775 alunos<sup>93</sup>.

Conforme fizera o Estado do Pará, o Estado do Mato Grosso também criou a sua universidade estadual, designada Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), no ano de 1993. Com sede no município de Cáceres, a UNEMAT foi a primeira universidade pública da região amazônica com sede em cidade do interior. Criada a partir do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), se constituiu como universidade possuindo oito *campi*: além do *Campus* sede, em Cáceres, também nos municípios de Sinop, Pontes e Lacerda, Colíder, Alta Araguaia, Luciara, Nova Xavantina e Alta Floresta. Subsequentemente, implantaria mais cinco *campi*: Barra do Bugres, em 1994; Tangará da Serra, em 1995; Juara, em 2003; Diamantino, em 2013; Nova Mutum, em 2014. No total desses *campi*, a UNEMAT possui 15.500 alunos matriculados em 60 cursos de graduação regulares, fora os matriculados em cursos de oferta esporádica (ou cursos de oferta parcelada, consoante a designação utilizada pela própria universidade)<sup>94</sup>. Além dos cursos de graduação, a UNEMAT também possui 22 cursos de pós-

---

<sup>92</sup> Informações obtidas através de mensagens pessoais, após requerimento, da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), recebida por <magelaufam70@gmail.com.br> em 07 de junho de 2018 e 20 de junho de 2018.

<sup>93</sup> Informações obtidas através do sítio da instituição na internet (<<http://www.uepa.br/>>) e mensagem pessoal, após requerimento, da Diretoria de Controle Acadêmico (DCA), recebida por <magelaufam70@gmail.com.br> em 14 de março de 2018.

<sup>94</sup> Informações obtidas através do sítio da instituição na internet (<http://portal.unemat.br/>) e via mensagem pessoal, após requerimento, da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), recebida por <magelaufam70@gmail.com.br> em 16 de maio de 2018.

graduação *strictu sensu* (14 mestrados e 3 doutorados), no qual estão matriculados 440 alunos (385 mestrados e 55 doutorandos)<sup>95</sup>.

Ainda na década de 1990, o governo do Estado do Tocantins criou a Universidade do Tocantins (UNITINS) e estabeleceu o sistema *multicampi*, implantando centros universitários em diversas cidades do interior. Esses *campi*, contudo, passariam para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), com a criação desta no ano 2000. Após esse processo de federalização de suas unidades acadêmicas no interior, a UNITINS implantou, no ano de 2014, três novos *campi* em cidades do interior: Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis. Nestes são ofertados, atualmente, oito cursos de graduação em caráter regular, nos quais se encontram matriculados 1.174 alunos<sup>96</sup>.

Conforme indicado, no ano 2000 foi criada a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sediada na capital do Estado, Palmas, a UFT, em seu nascimento, incorporou os *campi* da UNITINS localizados em cidades do interior, quais sejam: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis. Atualmente, nesses seis *campi* são ofertado 42 cursos de graduação permanentes, nos quais se encontram matriculados 11.004 estudantes<sup>97</sup>. Mas a UFT oferece também nos *campi* de Araguaína, Gurupi e Porto cursos de pós-graduação *stricto sensu*: 10 mestrados e 3 doutorados. Nestes, encontram-se atualmente matriculados 441 alunos, sendo 314 nos mestrados e 127 nos doutorados<sup>98</sup>.

No ano seguinte, 2001, foi criada pelo governo do Estado do Amazonas a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Já em sua fundação, a UEA constituiu *campi* nos municípios de Parintins e Tefé. No ano seguinte, 2002, estabeleceu na cidade de Tabatinga um novo *campus*. Em 2005, criou outro *campus* no município Itacoatiara. Subsequentemente, implantou na cidade de Lábrea, em 2008, e na cidade de São Gabriel da Cachoeira, em 2010, mais dois *campi*, ambos a partir de núcleos pré-existent. Assim, a UEA possui atualmente seis *campi* em municípios do interior do Amazonas, nos quais são oferecidos, em caráter regular, 23 cursos de

---

<sup>95</sup> Informações obtidas através do sítio da instituição na internet (<http://portal.unemat.br/>).

<sup>96</sup> Informações obtidas, algumas, mediante consulta aos trabalhos de Maia (2011) e Pretto e Pereira (2008) e, outras, fornecidas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <[magelaufam70@gmail.com.br](mailto:magelaufam70@gmail.com.br)>, em 23 de maio de 2018.

<sup>97</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), após requerimento, via mensagens pessoais recebidas por <[magelaufam70@gmail.com.br](mailto:magelaufam70@gmail.com.br)>, em 23 de maio e 20 de julho de 2018, bem como pela consulta à Sobrinho (2016).

<sup>98</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <[magelaufam70@gmail.com.br](mailto:magelaufam70@gmail.com.br)>, em 25 de junho de 2018.

graduação e, em caráter especial (com oferta esporádica e em regime modular), mais 46 cursos. Nesses 69 cursos atualmente ofertados (23 permanentes e 46 especiais), encontram-se matriculados 5.942 alunos. Contudo, além desses *campi* (designados de “Centros de Estudos Superiores”), a UEA possui estrutura física própria, na forma de núcleos, em mais 13 outros municípios do interior do Estado, nos quais há oferta de cursos de graduação na modalidade especial (mediado por tecnologia e/ou modular)<sup>99</sup>. Ainda, no *campus* de Tefé, está instalada, desde de 2016, uma nucleação permanente (com entrada regular de alunos) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), no qual estão atualmente matriculados 22 alunos no curso de mestrado<sup>100</sup>.

No ano subsequente, 2002, é a vez do governo federal criar, a partir da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Sediada em Belém, a UFRA já nasce com um *campus* no interior, na cidade de Parauapebas. Posteriormente, implantou mais quatro *campi* no interior, nos anos que seguem: 2006, em Capitão Poço; 2008, em Paragominas; 2012, em Capanema; 2014, em Tomé Açu. Atualmente, esses cinco *campi* do interior oferecem 26 cursos de graduação, no qual estão matriculados 3.446 alunos. A UFRA também possui um curso de mestrado em Produção Animal na Amazônia, no *campus* de Parauapebas, cuja primeira turma, com oito alunos, teve entrada no corrente ano<sup>101</sup>.

Em 2005, foi o governo do Estado de Roraima que criou a sua universidade, a Universidade Estadual de Roraima (UERR), com três *campi* em cidades do interior do Estado: Rorainópolis, Caracaraí e São João da Baliza. Todavia, atualmente, o *campus* de Caracaraí encontra-se em processo de desativação e o de São João da Baliza não mais possui cursos permanentes. Assim, o ingresso anual de novas turmas se faz, no presente, além da capital, Boa

---

<sup>99</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UEA, após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 16 de março de 2018.

<sup>100</sup> Informações obtidas através de mensagem pessoal, após requerimento, da Secretaria do PPGICH, recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 16 de abril de 2018.

<sup>101</sup> Informações obtidas através do sítio da instituição na internet (<<https://novo.ufra.edu.br>>) e mensagem pessoal, após requerimento, da Pró-reitoria de Ensino (PROEN), recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 5 de março de 2018.

Vista, apenas no *campus* de Rorainópolis. Neste, estão sendo ofertados, de modo regular, seis cursos de graduação, nos quais se encontram matriculados 246 alunos<sup>102</sup>.

Em 2006, foi a vez do governo do Estado do Amapá criar a sua universidade estadual, designada Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Constituída inicialmente apenas com *campi* na capital, Macapá, a UEAP principia, no presente, a se expandir para os municípios de interior. Assim, encontram-se atualmente em estado de implementação *campi* nos municípios de Amapá, homônimo ao Estado, e Oiapoque. O primeiro, em Amapá, tem previsão para o início das atividades acadêmicas de graduação no segundo semestre do corrente ano (2018), mediante os cursos de Licenciatura em Matemática e de Engenharia Agrônômica, com 50 vagas oferecidas para cada curso. No *campus de* Oiapoque também prevê-se o início de atividades para o segundo semestre de 2018, mas apenas na forma de cursos de pós-graduação *lato sensu*<sup>103</sup>.

Em 2006, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) implantou os seus três primeiros *Campi* com cursos permanentes no interior, mais precisamente nas cidades de Coari, Humaitá e Benjamin Constant. Em 2007, foi a vez dos municípios de Itacoatiara e Parintins também serem contemplados com *campus* e cursos permanentes. No presente, nesses cinco *campi* do interior, a UFAM oferece 36 cursos de graduação, nos quais estão matriculados 5.396 alunos<sup>104</sup>. Nos *campi* de Itacoatiara e Humaitá, a UFAM oferece também cursos de cursos de pós-graduação *stricto sensu* permanentes, a nível de mestrado, sendo três ao todo (dois em Humaitá e um em Itacoatiara), nos quais se encontram atualmente matriculados 71 alunos<sup>105</sup>.

Em 2009, o governo federal criou a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a partir do *campus* de Santarém e dos núcleos de Núcleos de Itaituba, Juruti, Oriximiná e Óbidos da UFPA e da Unidade Descentralizada Tapajós da UFRA. A UFOPA foi fundada, então, como a primeira universidade pública federal da região amazônica com sede em cidade do interior. Restrita, inicialmente, à oferta de cursos regulares no município sede, Santarém, a UFOPA

---

<sup>102</sup> Informações obtidas através de mensagens pessoais da Pró-reitoria de Ensino e Graduação e da direção do *campus* de Rorainópolis, após requerimento, recebidas por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 02 de maio de 2018 e 25 de maio de 2018, respectivamente.

<sup>103</sup> Informações fornecidas pela Unidade de Interiorização da instituição (UI/UEAP), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 10 de abril de 2018.

<sup>104</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 08 de junho de 2018, e pela consulta à Brito (2009).

<sup>105</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 25 de junho de 2018.

estabeleceu *campus* em 2017, com oferta de cursos regulares, nos municípios de Itaituba, Juruti, Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre. Atualmente, nesses sete *campi*, a UFOPA oferece 42 cursos de graduação (a grande maioria na sede, Santarém), nos quais estão matriculados 6.261 alunos<sup>106</sup>. A UFOPA oferece também oito cursos de pós-graduação *stricto sensu* (sete mestrados e um doutorado), todos em Santarém, nos quais estão matriculados, no presente, 274 mestrandos e 72 doutorandos<sup>107</sup>.

Fundada pelo governo federal em 1986, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou o seu processo de interiorização no ano 2000, com a criação de *campus* na cidade de Oiapoque. Subsequentemente, foram implantados mais dois *campi*: no município de Santana, em 2006, e no município de Mazagão, em 2009. Atualmente, em seus três *campi* no interior, a UNIFAP oferece 13 cursos de graduação, nos quais estão matriculados 1320 alunos<sup>108</sup>.

Em 2013, a partir do *campus* de Marabá da UFPA, o governo federal criou a terceira universidade pública (e a segunda universidade pública federal) com sede em município do interior da Amazônia: a Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Constituída desde o início como universidade *multicampi*, a UNIFESSPA, além do *campus* sede em Marabá, possui *campi* nos municípios de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. No conjunto dos seus cinco *campi*, a UNIFESSPA oferece, atualmente, 40 cursos permanentes de graduação, nos quais estão matriculados 4.075 estudantes<sup>109</sup>. Mas, além da graduação, a UNIFESSPA possui também quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* permanentes, embora todos ainda em nível de mestrado, nos quais estão atualmente matriculados 97 alunos<sup>110</sup>.

Em suma, a expansão da universidade pública pelo interior da região amazônica iniciou timidamente na década de 80 e foi intensificada nas décadas subsequentes. Significou a

---

<sup>106</sup> Informações fornecidas pela Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), órgão da Pró-reitoria de Ensino de graduação (PROEN) da UFOPA, após solicitação, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 17 de abril de 2018.

<sup>107</sup> Informações fornecidas, após solicitação, pela Diretoria de Pós-graduação (DPG), órgão da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT) da UFOPA, após solicitação, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 19 de abril de 2018.

<sup>108</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), via mensagens pessoal, após requerimento, recebidas por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 19, 20 e 26 de abril de 2018.

<sup>109</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 22 de junho de 2018.

<sup>110</sup> Informações fornecidas pela Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROFIT), após requerimento, via mensagem pessoal recebida por <magelaufam70@gmail.com.br>, em 28 de junho de 2018.

constituição de três universidades com sede no próprio interior e a implantação de 94 *campi* (vinculados às universidades da região, dentre as quais as três com sede no interior), nos quais atualmente são ofertados mais de 600 cursos de graduação permanentes e 76 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 66 cursos de mestrado e de 10 cursos de doutorado. Nestes, atualmente estão matriculados quase 100.000 alunos de graduação, 2.068 alunos de mestrado e 358 alunos de doutorado.

### **3.2 O modelo de universidade da expansão da universidade pública brasileira pela Amazônia**

Profícua é a literatura que trata, sob ângulos diversos, da universidade brasileira contemporânea<sup>111</sup>. Busca-se, abaixo, indicar os principais traços dessa universidade, mediante síntese da contribuição de diferentes autores, a fim de estabelecer o “modelo” de universidade que se expandiu para o interior da Amazônia brasileira. Esses traços, observa-se, estão estreitamente imbricados e sua apresentação da forma que segue tem caráter meramente expositivo.

Primeiro, trata-se de uma universidade com menos autonomia do que tivera no passado, muito suscetível à ingerências do Estado e à influências do mercado. Na verdade, desde o período da ditadura militar, a universidade vem sofrendo ataques à autonomia – já bastante relativa – que ela possuía, inicialmente efetivados por ações do governo federal que buscavam regulamentar o ensino superior e a produção do conhecimento concorde os interesses do projeto desenvolvimentista da ESG, consoante já exposto (secção 2.4). Com o fim da ditadura, contrariando o disposto no texto da Constituição Federal promulgada em 1988 (cujo Artigo 207 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”), os ataques à autonomia da universidade continuaram e foram significativamente intensificados pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Especialmente nesses dois governos, ações do Estado mediante expedientes jurídicos e administrativos reduziram crescentemente a margem de autonomia da universidade, derogando, de fato, o que existia de substancial em termos de liberdade acadêmica. Um padrão

---

<sup>111</sup> Para o presente trabalho, foram compulsados: Araújo e Correia (2005), Bianchetti (2015), Chauí (2001), Dourado, Catani e Oliveira (2003), Lima (2007), Mancebo e Silva Júnior (2012), Mancebo, Silva Júnior e Oliveira (2008), Minto (2006, 2014), Morais (2011), Neves (2004), Orletti (2016), Orso (2007), Sguissardi (2009, 2010), Silva Júnior, Catani e Meneghel (2011), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2013), Sousa Filho (2000), Trindade (1999), Wood Júnior (2012a, 2012b).

de administração tecnocrático fora então se estabelecendo, gerindo a universidade de acordo com “normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual” (CHAUÍ, 1999, p. 220)<sup>112</sup>. Assim, questões como objetos, objetivos, recursos, duração e avaliação da pesquisa científica; objetivos, padrões, áreas de conhecimento e duração dos cursos de graduação e pós-graduação; objetivos e modalidades das atividades de extensão são, atualmente, cada vez mais impostos do exterior à universidade. Essa sujeição da universidade à imperativos estranhos ao ensino e à produção científica se tornou a tal ponto incisiva que Bianchetti e Mattos (2011, p. 79) não hesitam em afirmar que o trabalho intelectual no interior dela (universidade) já se converteu em “uma outra forma de trabalho alienado”<sup>113</sup>.

Em segundo lugar, a universidade brasileira contemporânea é uma universidade “inchada” (mais alunos, mais cursos, demandas burocrático-administrativas ampliadas) e sucateada (menos recursos materiais e humanos). Entre 1990 e 2016, o número de estudantes nas universidades públicas cresceu 269,62%, passando de 454.382 para 1.679.479. Os cursos ofertados tiveram aumento ainda maior, 457,34%, passando de 1.519 para 8.466. Todavia, o número de universidades públicas cresceu apenas 96,36%, passando de 55 unidades para 108. Também o incremento do quadro de funcionários (professores e técnicos-administrativos) foi bem inferior aos do alunado e dos cursos. Em 1990, eram 62.083 docentes trabalhando nas universidades públicas; em 2016, 145.610. Portanto, incremento no número de professores de 134,54%, contra um aumento de 269,62% no número de alunos e de 457,34% no número de cursos. Por sua vez, os técnico-administrativos eram, em 1995<sup>114</sup>, 152.749<sup>115</sup>; em 2016, 172.928<sup>116</sup>, ou seja, incremento de apenas 13,21%. No que se refere aos recursos materiais, a parcimônia do Estado tem sido, senão a mesma, mais incisiva, conforme demonstram as constantes denúncias sobre a deterioração das condições materiais de trabalho nos *campi* mais

---

<sup>112</sup> A categoria “tecnocracia” diz respeito a uma forma de gestão “segundo normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis todas as manifestações sociais”. A administração tecnocrática é fundada em dois pressupostos: primeiro, “de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra”; segundo, “de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras” (CHAUÍ, 1999, p. 218).

<sup>113</sup> A categoria trabalho alienado refere-se ao trabalho no qual aqueles que o executam não estabelecem os seus objetivos, não controlam o seu fluxo e não se apropriam de parcela, geralmente amplamente majoritária, dos produtos engendrados.

<sup>114</sup> Não foi encontrado no material compulsado para esta pesquisa (inclusive as sinopses estáticas dos Censos da Educação Superior realizados pelo INEP) dados referentes ao número de técnico-administrativos nas universidades públicas brasileiras nos anos anteriores a 1995.

<sup>115</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (s/d, tabela 2.2.1).

<sup>116</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017, tabela 2.6).

antigos e sobre as más condições naqueles de criação recente, realizadas pelas entidades representativas dos docentes, dos técnicos-administrativos e dos estudantes, bem como por alguns órgãos da imprensa. Dentre essas denúncias, vale destacar a publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2013), exclusivamente dedicada à denúncia da precarização das condições de trabalho nas universidades federais – que, no conjunto das universidades públicas brasileiras, é necessário enfatizar, são privilegiadas, pois possuem, em geral, condições materiais bem superiores às aquelas vigentes nas universidades estaduais e municipais.

Em terceiro lugar, a universidade brasileira hodierna é “produtivista”, isto é, regulada e avaliada de acordo com um critério usado pelas empresas no âmbito da economia capitalista e cujo sentido para a produção do conhecimento e o ensino é, no mínimo, estapafúrdio: a relação entre a quantidade dos “produtos” e os custos da produção. Peculiar ao mundo dos negócios, a produtividade começou a se tornar também paradigma para a regulação/avaliação das atividades que se desenvolvem no interior das universidades em meados do século passado, nos Estados Unidos, chegando ao Brasil na década de 70 e se impondo oficialmente a partir da segunda metade dos anos 90, quando órgãos oficiais de avaliação e financiamento começaram a adotar critérios produtivistas para a apreciação de instituições, cursos e docentes, bem como para a concessão de financiamentos e de bolsas de estudo (SGUISSARDI, 2010). Desde então, progressivamente, o ambiente acadêmico brasileiro se viu tomado pela mesma compulsão da economia capitalista: engendrar sempre mais, com o menor custo possível; ou seja, mais alunos, mais orientações, mais graduados, mais pós-graduados, mais pesquisas, mais congressos, mais publicações, etc., com o menor dispêndio possível de tempo e de recursos materiais e humanos. O impacto negativo dessa lógica malsã é evidente para qualquer pessoa que, conhecendo os itinerários da formação e da produção científicas, tenha um mínimo de bom senso. Resulta, de um modo geral, na profunda deterioração da qualidade e na completa falta de consideração pelas finalidades sociais do ensino e do conhecimento. Razão, dentre outras, para Chauí (1999, p. 221) afirmar que a universidade brasileira está, contemporaneamente, a operar “para a sua contínua desmoralização pública e degradação interna”.

Em quarto lugar, a atual universidade brasileira é uma universidade que oferece cursos que preterem a formação ampla, o rigor e o zelo necessários à educação verdadeiramente científica, em prol de propostas curriculares minimalistas e balizadas por competências supostamente valorizadas pelo mercado de trabalho e apropriadas ao exercício de um modelo de cidadania legitimador e reproduzidor da estrutura societária em vigor. Muitos são os trabalhos

que denunciam essa característica da presente universidade brasileira. Dentre eles, Neves (apud LIMA, 2008, p. 69), por exemplo, leciona que as recentes reformas educacionais no Brasil, incluso aquelas referentes ao ensino superior, têm por objetivo precípua a constituição, no país, de intelectuais que se apresentem como especialistas e dirigentes de um novo tipo, capazes, no âmbito econômico, de “aumentar a competitividade e produtividade do capital, nos marcos de um capitalismo periférico” e, no âmbito ético e político, de “criar e difundir uma cidadania política, baseada na colaboração de classes”. O mesmo diagnóstico é realizado por Orletti (2016, p. 117-8) ao afirmar que o atual ensino superior no Brasil está estruturado de modo a oferecer “a segmentos significativos das massas trabalhadoras uma formação de natureza meramente pragmática e operacional, que interessa à valorização do capital”, e cujo efeito maior, no campo político, é contribuir para a “estabilização da hegemonia burguesa”, mediante o “apassivamento das lutas sociais”. Chauí (1999, p. 221) assinala que, na atual universidade brasileira, o ensino é compreendido como processo de “transmissão rápida de conhecimentos, em manuais de fácil leitura para os estudantes”, do qual está ausente por completo o sentido profundo da ideia de “formação”, substituída pela transmissão e adestramento banais, com o simples propósito de conformação das habilidades supostamente requeridas para o exercício de determinadas profissões. De modo semelhante, Silva Júnior e Sguissardi (2013, p. 136-7) falam de uma formação concebida como “um meio para um fim pragmático profissional”, em detrimento da “formação humana”. Em suma, uma educação restrita, pragmática, que faz Dias (2005, p. 63) asseverar um processo de verdadeira desertificação do saber e da cultura no ensino superior brasileiro, com o propósito explícito de “destruir a capacidade de construção de pensadores e projetos antagonistas aos dominantes”.

Por fim, e de certa forma em consequência das quatro características anteriores, a universidade brasileira hodierna é uma instituição que, progressivamente, vai deixando de suscitar o pensamento crítico, a reflexão e o debate. Conforme escreve Chauí (1999, p. 222), vulnerável à demandas espúrias, sujeita ao controle e sanções do Estado, administrada consoante princípios advindos do mundo empresarial, vulgarizando a formação e sobrecarregando os seus recursos materiais e humanos, a universidade está perdendo pouco a pouco o que possuía em termos de autonomia e potência intelectual, tornando-se, uma universidade que “não forma e não cria pensamento, [...] destrói a curiosidade e a admiração” e “anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos”. Uma universidade na qual, segundo Sousa Filho (2000), cada vez mais passa a prevalecer, no

âmbito do ensino e da produção científicas, todo tipo de caricatura e de impostura, e que, por isso, está a operar uma “ruptura com o sentido da universidade”.

É importante assinalar que, dentre esses traços do sistema universitário brasileiro atual, alguns se manifestam com vigor mais ou menos igual por todo o sistema, como, por exemplo, a heteronomia e o produtivismo. Outros, porém, como o sucateamento e a derrogação da autonomia intelectual e do senso crítico, embora também se manifestem por todo o sistema, geralmente o fazem com maior intensidade em determinadas unidades, sobretudo naquelas universidades mais jovens ou que aparecem como periféricas, e com menor intensidade em outras, mormente nas universidades mais antigas e/ou de maior reputação dentro do sistema (universidades centrais)<sup>117</sup>. Igualmente importante é observar que naquela primeira categoria, as universidades jovens ou periféricas, se encontra a maioria absoluta, senão todas as universidades da região amazônica.

Esse modelo de universidade, resultante das recentes transformações do ensino superior no Brasil, que está se concretizando de maneira mais acentuada em certas unidades, mais atenuada em outras, e cuja implementação coincide com a quadra em que se efetiva a expansão da universidade pública para as regiões interioranas da Amazônia, tem o seu caráter melhor revelado pelos produtos que ele engendra naquelas que são as duas atividades principais da universidade: a produção do conhecimento e a formação de profissionais de nível superior. Deter-se-á abaixo, ainda que sucintamente, nesses dois produtos do fazer universitário, novamente consoante as observações que aparecem na bibliografia consultada, a fim de burilar os contornos já delineados da universidade pública que chega aos recônditos da região amazônica e cujas determinações fundamentais esta investigação se propõe explicitar.

Quanto ao primeiro produto, o conhecimento engendrado mediante a atividade de pesquisa, tem-se uma situação caracterizada, no essencial, por dois fatores, quase sempre entrelaçados. Primeiro, a prevalência de pesquisas epistemológica e socialmente irrelevantes, mas funcionais à ordem econômico-social estabelecida, na medida em que a legitimam e/ou buscam solucionar, dentro dos marcos desta ordem, distúrbios e problemas. Conforme observa Chauí (1999, p. 202), nesse padrão prevalente de pesquisa, esta é concebida como “um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios

---

<sup>117</sup> Conforme já exposto (secção 1.5.3), a expansão mundial da universidade, sobremaneira a partir de meados do século XX, produziu uma clivagem, no interior de diversos países, entre universidades que desempenham mais ou menos a contento as suas funções de ensino e de produção científica (universidades centrais) e outras que o fazem debilmente. No Brasil, ela se dá, mais ou menos, entre as maiores e mais tradicionais universidades (USP, UNICAMP, UFMG, UFRJ, UFRGS, UFSC etc.), situadas no eixo sul-sudeste, e as demais.

para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais”, ou seja, ela “não é conhecimento de alguma coisa”, mas simples “posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa”. A própria Chauí (2015) oferece um ilustrativo exemplo desse tipo de pesquisa, em conferência na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), quando relata uma tese de doutorado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), na qual o problema da pesquisa era “os trajetos mais racionais para a distribuição de Coca-Cola pelos caminhões da Coca-Cola”. Ainda que represente um caso extremo, afirma Chauí ser esse exemplo ilustrativo da concepção de pesquisa que se difunde, no presente, pelas universidades brasileiras. O segundo elemento caracterizador da atual produção de conhecimento na universidade é a sua degradação teórica. Nos últimos anos, cresceu muitíssimo a produção científica brasileira, se fazendo acompanhar por uma explosão de publicações e de eventos científicos (simpósios, congressos, encontros etc.). A ampla maioria dessa produção, embora exibida como científica, não tem verdadeiramente nenhum caráter científico. Conforme escreve Sousa Filho (2000, p. 57), se constitui de trabalhos que “são imitação do verdadeiro trabalho teórico, imitação da ciência”. Alguns são “total miséria intelectual”. Outros, “um pouco mais refinados”, realizam “a escritura do *je de mots*, da bricolagem de termos e de fragmentos do que está em moda nos círculos acadêmicos – ainda que, em muitos casos, torne-se impossível saber do que se está tratando”. Trata-se de trabalhos destituídos de rigor conceitual e conformidade metodológica, além dos defeitos, ainda mais recorrentes, de ausência de clareza, incoerência das ideias e incorreção gramatical. Trabalhos realizados sem o tempo, o acúmulo teórico e o esmero que a ciência exige, e que não brotam de problemas ou indagações genuínas, mas empreendidos simplesmente para serem publicados e servirem de penduricalho curricular aos seus autores, concorde os imperativos heterônomos, tecnicistas e produtivistas (já indicados) que hoje regem a ambiência universitária brasileira.

No que diz respeito ao segundo produto, o profissional de nível superior formado pela universidade, o que já foi dito acima a respeito do modelo de formação minimalista e pragmático, da precarização das condições de trabalho e da degradação do conhecimento é suficiente para antever o tipo de profissional que, em geral, ela tem formado. Todavia, não custa mais uma vez recorrer às referências bibliográficas indicadas (nota 111), naquelas passagens que tratam diretamente do padrão de profissional exsudado por nossas universidades nos anos recentes. Orletti (2016, p. 75), por exemplo, afirma que na atual universidade brasileira prevalece um ensino superior que “não forma” plenamente o profissional, mas “limita-se a repassar informações fragmentadas e pontuais, atendendo somente ao nível burocrático e

formal”, sendo um “ensino para o mercado, e não para formar pessoas críticas”. Sousa Filho (2000), tratando especificamente do que se passa, em geral, no cotidiano das salas de aula, observa a comuníssima prática de todo tipo de impostura: professores e alunos que não se preparam para as aulas mediante a leitura da bibliografia dos cursos; deturpações as mais absurdas das categorias e teorias científicas; substituição do conteúdo científico pela opinião comum; apologia, patente ou dissimulada, de irracionalismos, noções religiosas, credences, preconceitos, etc. Enfim, “de lugar privilegiado para o estudo e para o debate das ideias”, a sala de aula universitária “tem sido lugar em que se pratica [...] a ritualização de uma farsa: fazer de conta – jogo e pacto, enquanto professores fingem ensinar, alunos fingem aprender” (p. 39-40), razão pela qual, dentre outras, a universidade tem formado um número significativo de maus profissionais. Em concordância com Sousa Filho, Morais (2011, p. 14-5) assinala que os últimos anos têm “degenerando horivelmente e de diversas formas o ensino superior”, comprometendo a qualidade dos profissionais que a universidade produz. Cita, a título de ilustração, entrevista concedida por “um dos mais importantes orientadores de residência médica do nosso país” a uma revista de grande circulação nacional, na qual o referido profissional se queixava de que “lhe chegavam médicos diplomados de espantosa incultura médica, a ponto de não saberem (alguns) localizar os órgãos vitais e secundários na estrutura corporal humana”, citação à qual o autor acrescenta, na sequência, a seguinte advertência: “mas ninguém se iluda imaginando que isso ocorre apenas em determinadas faculdades de medicina”, pois o país está repleto de “advogados que mal sabem escrever o seu idioma ou fazer corretos pronunciamentos em tribunais, sendo esta lástima verdadeira para quase todas as áreas de diplomados por faculdades e universidades”. Por fim, é necessário registrar que essa realidade do aviltamento da formação profissional denunciada pelos autores não se faz presente apenas nos cursos de graduação, mas também na produção de pesquisadores pela pós-graduação, motivo pelo qual tem ocorrido no país, conforme escreve Wood Júnior (2012a), uma verdadeira “multiplicação de mestres e doutores ineptos”.

Das considerações acima não se deve concluir que a universidade brasileira não produz ciência de qualidade e que não forma bons profissionais. Muito pelo contrário, o que existe de melhor no país em termos de produção científica e competência profissional é oriundo da universidade, sobretudo da universidade pública. Portanto, não se está afirmando a desvalia da universidade. Afirma-se, isto sim, a prevalência nela, contemporaneamente, de injunções políticas, preceitos administrativos, critérios de avaliação, modelos de ciência, padrões de formação, práticas e valores que continuamente a degradam, precarizando as condições de

trabalho no seu interior, hostilizando o pensamento crítico e deslustrando a produção e a formação científicas. Assim, o muito de bom que a universidade brasileira ainda produz decorre não da ambiência nela vigente, mas, pelo contrário, da contraposição a essa ambiência; não é fruto do seu clima intelectual, mas da resistência a ele.

### **3.3 Determinantes da expansão da universidade pública brasileira pelo interior da Amazônia que emanam da universalidade do regime de produção capitalista**

A expansão das universidades públicas brasileiras pelo interior da Amazônia, conforme já indicado (secção 3.1), principia, muito timidamente, na década de 80, ganhando mais vigor nos anos 90 e, sobretudo, 2000. Realizou-se, pois, num período histórico caracterizado, no âmbito mundial, pelo desalento do Estado do bem-estar e pela emergência de um novo modelo de Estado: o Estado neoliberal.

O arrefecimento do Estado do bem-estar teve início nos anos 70 e agravou-se nos decênios de 80 e 90, quando as políticas neoliberais passaram a ser hegemônicas na maior parte dos Estados do globo. Com efeito, após a experiência pioneira – ainda na década de 70 – no Chile do general Augusto Pinochet, as políticas neoliberais ganharam destaque no decênio seguinte por intermédio dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, Helmut Kohl, na Alemanha e Poul Schlüter, na Dinamarca. Nas regiões periféricas, após a experiência chilena, os governos de Victor Estenssoro, na Bolívia, Carlos Salinas, no México, Carlos Menem, na Argentina, e Andrés Pérez, na Venezuela, foram os primeiros a implementar práticas neoliberais, ainda na segunda metade dos anos 80. Na década de 90, conforme informa Montes (apud BEHRING, 2003, p. 31), mais de oitenta países no mundo já configuravam suas políticas econômicas consoantes preceitos neoliberais.

As razões do abatimento do Estado de bem-estar localizavam-se, essencialmente, nos três fenômenos que seguem, apresentados abaixo em termos sucintos<sup>118</sup>.

Primeiro, a crise econômica iniciada em meados dos anos 70, que significou o fim da longa quadra de expansão do modo de produção capitalista possibilitada pela conjuntura pós II Guerra Mundial e que concedia suporte fiscal ao crescente leque de políticas do Estado de bem-

---

<sup>118</sup> A análise que segue sobre a crise do Estado de bem-estar e a emergência e características do Estado neoliberal ampara-se, sobremaneira, nos seguintes trabalhos: Anderson (1995), Chesnais (1996), Chossudovsky (1999), Haddad (2008), Harvey (2004, 2013), Lima (2007), Loureiro (2010), Loureiro e Ribeiro, (2011) Mandel (1990), Melo (2005), Netto (2007), Netto e Braz (2008), Sader e Gentili (1995), Souza (2009).

estar. Essa nova crise exprimiou-se mediante retração generalizada da atividade econômica, crescimento difundido e incisivo do desemprego, encolhimento da demanda solvente, inflação permanente, contração do comércio mundial e recrudescimento da miséria nos países periféricos. Conforme sustenta Mandel (1990), ela tinha por determinante principal uma persistente queda da taxa de lucro<sup>119</sup>, desde meados dos anos 60, que se manifestava em decorrência da incidência simultânea da terceira revolução industrial e dos processos de concentração/centralização sobre a composição orgânica do capital, elevando-a, ao tempo em que, paralelamente, e como consequência da situação de relativa abundância de empregos do período, era fortalecido o poder barganha salarial da classe trabalhadora e, por conseguinte, obstado ao capital a possibilidade de compensar o incremento de sua composição orgânica por uma maior elevação da taxa de mais-valia<sup>120</sup>.

Segundo, a crise fiscal do Estado de bem-estar, em grande medida consequência da própria crise na economia. A crise fiscal significava insuficiência de arrecadação perante as crescentes despesas do Estado exatamente num momento em que, devido aos estorvos na economia, era difícil incrementar essa arrecadação mediante acentuação dos impostos. Como assinala Netto (2007, p. 69), “o fundamento mesmo do arranjo sócio-político objetivado no Welfare State [Estado de bem-estar] consistia nos ganhos possíveis no marco da onda larga expansiva”, na prosperidade econômica iniciada no imediato final da II Guerra Mundial; “revertida esta [a onda larga expansiva, a prosperidade econômica], o arranjo se problematiza visceralmente”. Desse modo, com a crise econômica e a compressão orçamentária, o leque de políticas sociais do Estado, permanentemente ampliando ao longo dos anos de bem-estar quanto

---

<sup>119</sup> A taxa de lucro de lucro indica o grau de rentabilidade do capital. É a relação entre o volume da mais-valia e o volume global do capital (capital constante e capital variável). Conforme Marx (1988, v. 3, t. 1, p. 32) escreve, “a mais-valia, qualquer que seja a sua origem, é [...] um excedente sobre o capital global adiantado. Esse excedente está, portanto, numa relação com o capital global, que se expressa na fração  $m/C$ , em que  $C$  representa o capital global [e  $m$  a mais-valia]. Obtemos assim a taxa de lucro  $m/C = m/c + v$ ”, em que  $c$  e  $v$  representam, respectivamente, o capital constante e o capital variável.

<sup>120</sup> A taxa de mais-valia indica o grau de exploração da força de trabalho pelo capital. É a relação entre o valor da mais-valia engendrada e o valor dispendido com capital variável. Ela aponta, pois, consoante os termos de Marx (1988, v. 1, t. 1, p. 167-8), a “grandeza proporcional” da mais-valia, isto é, “a proporção em que se valorizou o capital variável [...], expressando-se como  $m/v$ ”, em que, como explicitado na nota anterior (119),  $m$  representa a mais-valia e  $v$  o capital variável. Como o desenvolvimento das forças produtivas aumenta a proporção do capital constante em relação ao capital variável, determinando uma cada vez maior composição orgânica do capital, e como a mais-valia é engendrada pelo capital variável, se estabelece ao longo do desenvolvimento capitalista uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, ainda que minimizada por diversas “causas contrariantes”, apontadas por Marx (1988, v. 3, t. 1, p. 168-173), dentre as quais o próprio desenvolvimento das forças produtivas, que eleva a proporção de valorização do capital variável, isto é, eleva a taxa de mais-valia.

ao espectro das necessidades sociais que buscava aplacar, passa então a apresentar o movimento reverso, de constrição do âmbito dessas necessidades.

Terceiro, a bancarrota dos regimes socialistas, que pôs fim ao recato ocidental do período pós-guerra em relação às desigualdades sociais. Com efeito, a ocorrência da Revolução Russa e a criação da União Soviética efetivaram historicamente a possibilidade de superação do capitalismo. A partir de então, o socialismo se converteu em alternativa concreta à ordem social do capital. Essa ameaça seria intensificada pela crise dos anos 30 e a eclosão da II Guerra Mundial, que ensejaram a constituição de novos Estados socialistas no mundo: leste europeu e China. Naquele contexto, a emergência do Estado de bem-estar ocorria, em grande medida, motivada pela necessidade de esconjurar do ocidente o fantasma da revolução proletária mediante a realização de uma sociabilidade capaz de minimizar as desigualdades engendradas pela economia capitalista, assegurando a todos, através de direitos vários, padrões mínimos de civilidade. Com a ruína dos regimes socialistas no final dos anos 80 e início do anos 90, acompanhada por intensa propaganda (capitaneada pelos meios de comunicação de massa) sobre as virtudes da “economia de mercado”, os interesses do capital puderam, enfim, estando o socialismo real arruinado e o seu projeto teórico ideologicamente desqualificado, solapar a sustentação política do Estado de bem-estar sem ameaçar o ordenamento societário burguês.

O novo modelo de Estado, neoliberal, cuja efetividade é largamente hegemônica nos dias hodiernos, tem se constituído em aliado fundamental do capital monopolista no combate à crise. Na verdade, como sustentam Netto e Braz (2008), a implementação de um modelo neoliberal de Estado é parte de uma “estratégia política global” do capital monopolista para a elevação da taxa de lucro e realização dos padrões desejados de acumulação. Essa estratégia inclui, articuladamente, além do desmonte do Estado de bem-estar e implantação do Estado neoliberal, transformações no modelo de produção taylorista-fordista (substituído ao longo das últimas décadas por novos padrões, mais flexíveis, de organização da produção) e difusão de valores, conhecimentos e atitudes necessários à configuração, a partir de uma retomada radical dos princípios da propriedade privada, livre mercado e livre iniciativa, de uma nova sociabilidade burguesa, subsumida na máxima extensão possível aos circuitos de valorização do capital<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Conforme indica Lander (2001, p. 50-1), evocando a previsão de Polanyi (1980), essa nova sociabilidade burguesa caracteriza-se pela ascensão do mercado à condição de “princípio organizador” não apenas do “âmbito econômico”, mas do “conjunto da vida coletiva”, efetivando a passagem “de uma economia de mercado a uma sociedade de mercado”.

No que diz respeito ao Estado neoliberal, este tem por suporte teórico formulações que remontam à meados do século XX, e cuja obra seminal, segundo Anderson (1995), fora da lavra de Friedrich Hayek, publicada em 1944: *O caminho da servidão*<sup>122</sup>. O conteúdo dessas formulações constitui, nos termos de Harvey (2013, p. 12), “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais”, numa ambiência sócio-jurídica constituída “por sólidos direitos a propriedade, livres mercados e livre comércio”. Nessa contextura, a função do Estado seria, tão somente, “criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas”, mediante ordenamento jurídico e aparato judicial, policial e militar capazes de garantir os direitos de propriedade, a ordem interna e a defesa das fronteiras.

Em nome desses princípios, os governos neoliberais passaram a desenvolver, ante o legado do capitalismo de bem-estar, as seguintes políticas, que coadunam com os interesses do capital monopolista internacional diante da nova crise mundial do capitalismo: a) liberalização dos territórios nacionais ao livre movimento de mercadorias e capitais, franqueando no limite todo o planeta aos desígnios do capital; b) desregulamentação da economia, especialmente do mercado de trabalho, eliminando obstáculos político-legais posto à acumulação; c) privatização de atividades e empresas até então nas mãos do Estado, abrindo novos campos de investimento à iniciativa privada; d) contenção dos gastos públicos, dentre eles os concernentes às políticas sociais, e elevação dos impostos sobre os rendimentos individuais e o consumo, ambas as medidas visando principalmente garantir o pagamento pelos Estados devedores dos encargos da dívida pública externa e interna; e) disseminação de valores, atitudes e conhecimentos necessários à produção/consumo dos valores mercantis e à legitimação do aparato jurídico-político do novo ordenamento societário burguês, engendrando conformação e passivação coletiva e subjetiva ante a nova configuração societária capitalista.

Embora o pensamento neoliberal prescrevesse um Estado reduzido às funções jurídicas, policiais e militares necessárias ao funcionamento do mercado, à manutenção da ordem e à defesa externa, na prática a ofensiva do capital sobre o Estado de bem-estar não significou o completo desmonte das políticas sociais, tampouco a sua constrição absoluta. Conforme escreve Therbon (1995, p. 46-7), as principais políticas sociais implementadas pelo Estado de bem-estar no pós-guerra, sobremaneira os sistemas públicos de saúde e educação, na maior parte dos

---

<sup>122</sup> Além desse texto, Netto (2007, p. 76) aponta ainda como fundantes do pensamento neoliberal, os seguintes trabalhos: *Os fundamentos da liberdade*, também de Hayek, publicado em 1960; *A sociedade aberta aos seus inimigos* e *A miséria do historicismo*, publicados respectivamente em 1945 e 1957, ambos de autoria de Karl Popper; *Capitalismo e liberdade*, de 1962, escrito por Milton Friedman.

casos, “se mantiveram” e se revelaram “uma instituição sólida em cada sociedade avançada e moderna”. O boicote dessas políticas pelo Estado neoliberal ocorreu, então, apenas na forma da redução dos seus “recursos suficientes”, isto é, da restrição da sua “capacidade necessária para enfrentar os crescentes problemas sociais existentes”<sup>123</sup>. Uma constrição, portanto, apenas relativa, que diz respeito à redução da capacidade do Estado de fazer frente à ampliação da demanda pelos serviços públicos por parte de uma população mundial em crescimento e com problemas econômicos e sociais cada dia mais acerbos, e não uma constrição absoluta, que implicasse numa redução quantitativa efetiva dos serviços prestados pelo Estado.

De um modo mais preciso, o desenvolvimento de políticas sociais pelo Estado neoliberal tendeu a se desenvolver mediante uma estratégia de “gestão racional-econômica”, “terceirização” e “focalização”. Trata-se de conduzir as políticas sociais de modo que estas venham a assumir “o mínimo necessário de encargos” e, ao mesmo tempo, saibam “utilizar os recursos disponíveis com a máxima eficiência possível” (LOUREIRO; RIBEIRO, 2011), p. 296). Para a obtenção desses efeitos, realiza-se a efetiva supressão do caráter universal dessas políticas, mediante a precarização de sua oferta, realizada sob os parâmetros do menor gasto financeiro e do maior alcance de cidadãos possível, o que lhes compromete inevitável e fundamente a qualidade, impelindo os segmentos sociais de maior poder econômico a buscar no mercado por serviços particulares, por conseguinte, direcionando a oferta pública para os mais empobrecidos, incapazes de pagar por tais serviços. Além disso, desenvolve-se também, mormente sob governos mais ligados ao neoliberalismo da “terceira via”, políticas focalizadas, isto é, exclusivamente dirigidas a segmentos da população que se encontram, por motivos econômicos, sociais e/ou culturais diversos, em situação social de vulnerabilidade<sup>124</sup>. Assim, as políticas sociais do Estado neoliberal se constituem em políticas dirigidas para um número conscrito de pessoas – essencialmente os mais pobres e/ou vulneráveis – e que se caracterizam pela minimização das necessidades destas e dos recursos públicos destinados a atendê-las, mas

---

<sup>123</sup> Na verdade, Therbon, no texto citado (THERBON, 1995), não faz referência direta às políticas sociais, mas ao próprio Estado de bem-estar. Todavia, se depreende claramente que ele está se referindo, primordialmente, à herança social do Estado de bem-estar.

<sup>124</sup> O neoliberalismo da terceira via emergiu na segunda metade da década de 90 e início dos anos 2000, num contexto global de desgaste do projeto neoliberal, em razão da necessidade de renovar a legitimidade deste. A sistematização do seu programa é empreendida por Giddens (1996, 1999, 2001). Conforme sintetiza Martins (2009, p. 65), Giddens, na primeira obra (1996), “congrega os fundamentos políticos mais gerais incorporados ao programa da Terceira Via”; na segunda (1999), apresenta “os princípios e estratégias da Terceira Via”; na última (2001), esclarece “as teses centrais do programa a partir das primeiras críticas dirigidas a ele”. Saul (2003) apresenta uma perspectiva sintética do programa político da terceira via e da sua articulação com a teoria social de Giddens. Como a problemática da terceira via não representa uma questão central para o presente estudo, efetuou-se apenas, para as finalidades deste trabalho, a leitura de Giddens (1999) e de Saul (2003).

que são mantidas e, não raro, reitera-se, ampliadas em números absolutos, ainda que insuficientes em face das demandas efetivas.

Além do fato, observado por Therbon (1995, p. 46), da centralidade das políticas sociais “na vida cotidiana de grande parte da população”, ou seja, do concurso que tais serviços prestam à conservação da estabilidade política por intermédio da amenização das demandas oriundas dos setores mais empobrecidos da população, a explicação para esse fenômeno da manutenção, ainda que insuficiente, de serviços sociais por parte de Estados que esposam o credo neoliberal já fora indicada atrás (secção 1.5.2). Reside, principalmente, na relevância que assumiram os gastos sociais do Estado para a criação de demanda solvente para os circuitos do capital, mediante: a) o engendramento de emprego e renda à parcela da população trabalhadora excluída das atividades produtivas pela crescente composição orgânica do capital; b) o consumo de produtos de indústrias diversas (edificações, mobiliário, equipamentos, material de expediente, material escolar, fármacos etc.), que se fazem necessários à prestação, pelo Estado, desses serviços sociais.

Assim, embora menoscabadas em sua funcionalidade à reprodução do sistema do capital pelo pensamento neoliberal, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado capitalista no contexto do pós-guerra se tornaram, de fato, permanentemente iniludíveis como dispositivos de estabilização política e de geração de demanda solvente. O desiderato neoliberal de conscrição das políticas sociais do Estado encontrando, pois, certos limites intransponíveis, a partir dos quais as instituições de amparo social do Estado de bem-estar necessitam ser preservadas ou mesmo ampliadas.

### 3.3.1 Políticas de educação do Estado neoliberal

No âmbito da educação, o Estado neoliberal sintoniza com a “estratégia política global” do capital monopolista de dois modos básicos<sup>125</sup>. Primeiro, pelo franqueamento, sempre que possível, das diversas modalidades de educação, mormente a secundária e a superior, à iniciativa privada, demolindo parcialmente a condição de “direito” outorgada à educação pelo Estado de bem-estar e convertendo-a em campo para a exploração mercantil. Segundo, pelo

---

<sup>125</sup> Para a explicitação da política do Estado neoliberal em relação à educação superior, ofereceram contribuição relevante os seguintes trabalhos: Bianchetti (2010), Bianchetti e Mattos (2011), Dale (2004), Gentile (2001), Haddad (2008), Lima (2007), Loureiro (2010), Loureiro e Ribeiro (2010), Melo (2005), Morhy (2004), Orletti (2016), Sguissardi (2005) e Trindade (1999).

estabelecimento de parâmetros educacionais para o ensino oficial que, além da economia de tempo e recursos, visam, fundamentalmente: a integração dos cidadãos ao mercado de trabalho consoante os novos modelos de produção; a capacitação para formas de consumo compatíveis com a ampla mercantilização da vida social; a aquiescência às instituições jurídico-políticas da nova sociabilidade burguesa.

Esses dois eixos centrais da proposta do Estado neoliberal para a educação são objeto de ampla imposição, incentivo e propaganda por parte dos organismos internacionais, sobremaneira o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do comércio (OMC), mediante condicionalidades às nações para obtenção de crédito externo e integração ao mercado mundial, conferências, programas e documentos vários, conforme indicado, dentre outros, pelos trabalhos de Melo (2005), Lima (2007), Haddad (2008) e Rodríguez e Martins (2011).

No que diz respeito especificamente à educação superior, aqueles eixos se desdobraram em reformas universitárias, programas, leis, decretos, portarias etc., implementadas pelos diversos Estados do mundo, que efetivamente estão a alterar o perfil da universidade, consoante os aspectos que seguem. Primeiro, grande crescimento das universidades privadas, comparativamente às públicas. Segundo, redução da participação estatal no financiamento das universidades públicas. Terceiro, implantação de sistemas nacionais de avaliação e, por consequência, de certa padronização. Quarto, adoção de padrões empresariais de gestão. Quinto, incremento de cursos e vagas sem a correspondente elevação dos recursos materiais e humanos, resultando em deterioração da qualidade. Sexto, crescente subordinação do ensino e da pesquisa às demandas do capital, em detrimentos das demandas sociais e dos interesses genuinamente científicos. Sétimo, desenvolvimento de políticas para a produção de tecnologias próprias concentrado nos países centrais, cabendo aos países periféricos, na maior parte dos casos, apenas a qualificação para a manipulação dessas tecnologias. Oitavo, propagação, mormente nas áreas das Ciências Humanas e da Educação, do pensamento e de propostas curriculares de cariz pós-moderno, assentes numa concepção de conhecimento que rejeita os princípios constitutivos da ciência moderna e que obsta qualquer crítica social de maior envergadura<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> Nos últimos anos, ao lado do pensamento pós-moderno, tem se difundido bastante no campo das ciências humanas e da educação uma outra perspectiva epistêmica igualmente arredia à ciência moderna e igualmente imprestável à crítica consequente dos fundamentos da sociabilidade burguesa: o pensamento complexo, cujo principal expoente é o filósofo francês Edgar Morin. Para uma visão panorâmica do pensamento deste autor, é proveitoso a leitura de Morin (2010a, 2010b, 2001, s/d). À título de esboço de uma avaliação da proposta

Sobre a última dentre as transformações acima indicadas, a proliferação do pensamento e de matrizes curriculares de inspiração pós-moderna, algumas considerações adicionais, ainda que sumárias, precisam ser feitas, de modo a explicitar a articulação do pensamento pós-moderno com a política neoliberal e com a estratégia global do capital monopolista para o enfretamento da crise.

O pensamento pós-moderno “surgiu na década de 1970 nos países capitalistas industrializados” e, desde então, se difundiu planetariamente. Segundo a postulação de seus teóricos, ele seria a expressão de transformações que ocorreram a partir da segunda metade do século XX e que estariam realizando “mudanças estruturais [...] no conjunto da sociedade, da economia, da política e da cultura”. Sob o influxo dessas transformações e exprimindo-as, o pensamento pós-moderno “ora aparece tratando da estética (na arquitetura, na literatura ou na pintura), outras vezes se refere aos fenômenos abrangentes da esfera cultural (incluindo as inflexões temáticas e epistemológicas da ciência e da filosofia)” (EVANGELISTA, 2007, p. 75-6). No âmbito epistêmico, dois dos seus traços característicos são: primeiro, a equivalência dos saberes, recusando à ciência qualquer estatuto privilegiado e considerando-a “um discurso como qualquer outro” (SANTOS FILHO, 2000, p. 45-6); segundo, a negação da possibilidade humana de apreensão totalizadora da realidade, em decorrência da própria ausência, nesta, de uma estruturação racional susceptível de ser apreendida pelo homem – “se o mundo carece de coerência, uma representação unificada do mundo é, portanto, impossível” (MORAES, 2000, p. 221).

Evidentemente, ao fazer essas postulações, o pensamento pós-moderno desqualifica a ciência e denega a possibilidade de apreensão da estrutura e dos fundamentos da realidade, infirmando, por extensão, toda e qualquer crítica de maior consequência ao projeto societário do capital. Concorre, assim, para a atual estratégia política do capital monopolista mediante um projeto epistêmico totalmente inofensivo, pois destituído dos princípios para uma crítica global, a partir dos fundamentos, do padrão de sociabilidade visado por aquela estratégia. Portanto, ao tempo em que o neoliberalismo molda a forma e a ação do Estado consoante os interesses do capital, o pós-modernismo configura a ciência, mormente as Ciências Humanas e a Educação, concorde esses mesmos interesses.

---

epistêmica do pensamento complexo à luz da perspectiva epistêmica marxiana, Daniel Júnior e Coelho (2017) se constitui num trabalho útil e, talvez, pioneiro.

Em decorrência, então, dessas alterações no perfil da universidade produzidas quase que simultaneamente em diversas regiões do mundo pelas políticas neoliberais para o ensino superior, efetivamente está a se configurar um processo global de homogeneização da instituição. Trata-se de uma universidade cujos interesses hodiernos do capital monopolista internacional se fazem presentes, de modo incisivo, na sua estruturação, no seu modo de funcionamento e nos conhecimentos produzidos e ensinados: uma universidade voltada para o mercado, com pouca autonomia, comedida em seus custos, aligeirada/pragmática na formação que oferece (mais curta, mais barata e, quase sempre, superficial), adotando padrões de organização e critérios de avaliação isomórficos aos que operam no mundo empresarial, privilegiando na ciência o seu aspecto de insumo econômico e, particularmente nas ciências humanas e na educação, promovendo paradigmas teóricos de pouca densidade analítica e potencial crítico. Em suma, uma “universidade mundial [...] que está sendo feita à imagem e semelhança dos interesses do atual estágio de acumulação do capital” (SGUISSARDI, 2005, p. 8)<sup>127</sup>.

É evidente que esse modelo de universidade agrava ainda mais o processo de degradação pelo qual passa a instituição desde meados do século, quando sua expansão global, intensificada, passou a se fazer, no contexto político do Estrado de bem-estar, em grande medida sob o clamor de demandas econômicas à reprodução do capital que nenhuma relação possuíam com as finalidades epistêmicas e pedagógicas dela, universidade (ver secção 1.5.3), e que, assim, permitiram que ela se expandisse com grande indiferença em relação à consecução diligente dessas mesmas finalidades.

Destarte, conforme se vê, alguns dos traços mais salientes (apresentados na secção anterior, 3.3) do modelo de universidade que se expandiu para as cidades do interior dos Estados amazônicos (reitera-se: a heteronomia, a tecnocracia, a precariedade de recursos, o dasapuro do conhecimento e a brevidade/superficialidade da formação) não se constituem em singularidades dela. Longe disso, trata-se de um modelo universal de universidade, decorrente: a) da estratégia política global do capital monopolista para o enfrentamento da crise que se manifesta desde meados da década de 70 na economia mundial; b) das recomendações dos organizamos

---

<sup>127</sup> Em discurso nem um pouco crítico, mas, na verdade, apologético das transformações em curso na universidade, Gomez (2011, p. 22), avaliando essas transformações como “emancipadoras”, não deixa, contudo, de indicar, com acerto, a que se presta o atual modelo global de universidade: “sua função emancipadora associa-se à reestruturação produtiva da sociedade em curso, à globalização capitalista, e também às questões da informação, assim como ao modo como se passou a viver a vida. São esses fatores e processos que estão modificando profundamente as sociedades contemporâneas, seus valores e suas instituições” – dentre as quais, como percebe bem a autora, a universidade.

internacionais, em consonância com aquela estratégia, para a reformulação dos sistemas nacionais de educação, incluso a educação superior.

Instado a se acomodar, também, a esse novo modelo acadêmico, o Brasil tem-no feito, com zelo, desde a década de 90, honrando a sua tradição de pronto servilismo aos desideratos do capitalismo internacional.

### **3.4 Determinantes da expansão da universidade pública brasileira pelo interior da Amazônia que emanam da particularidade da inserção da economia brasileira no mercado mundial**

A adoção de políticas neoliberais por diversos Estados do mundo, conforme já visto (secção 3.3), parte fundamental da estratégia política global do capital monopolista para o enfrentamento da crise, foi algo que se realizou, em vários casos, mediante o concurso de organismos internacionais como o Fundo Monetário internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – praticamente os mesmos que propagandearam, estimularam e impuseram as reformas educacionais, incluso as do ensino superior (ver item 3.3.1). Esses organismos possuem, dentro do sistema capitalista contemporâneo, função reguladora, de acordo com os “interesses econômicos e financeiros dominantes”<sup>128</sup>, não obstante o discurso oficial, de corte neoliberal, que conclama o livre-mercado (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 12). O que efetivamente buscam, por intermédio das políticas que propagam, é: a) a criação de novas áreas de investimento e a expansão e consolidação de mercados para as empresas monopolistas; b) o recebimento pelo capital financeiro dos juros e das amortizações de empréstimos realizados; c) o barateamento da força de trabalho mundial; d) o controle sobre as políticas econômicas dos Estados nacionais. Trata-se, pois, de modificar a estrutura das economias nacionais de modo a adequá-las “às ‘realidades’ dum mundo em processo de globalização, sob o domínio de bancos e empresas transnacionais” (ARRUDA, 1999, p. 102).

A atuação dos organismos internacionais na perseguição deste objetivo de adequação das economias nacionais aos interesses dominantes do capitalismo monopolista globalizado tem se dado, fundamentalmente, da forma que segue. Com base no pensamento neoliberal,

---

<sup>128</sup> Esses interesses atualmente dominantes têm como fulcro “umas 200 megacorporações”, que atuam como autênticos “leviatãs modernos do mercado” e que “têm um poderio econômico equivalente ao de 182 países” (BORON, 2005, p. 112).

diagnosticam a crise como um produto da excessiva e ineficiente intromissão do Estado na economia e na sociedade, através de barreiras alfandegárias, empresas públicas, oferta de serviços (educação, saúde, previdência etc.), regulamentação excessiva do comércio e da movimentação de capitais etc. Feito esse diagnóstico, prescrevem aos governos, como única solução, as medidas atrás já indicadas (secção 3.3): liberalização do comércio, desregulamentação da movimentação financeira, desregulamentação do mercado de trabalho, reforma fiscal, austeridade orçamentária e privatizações. Essas medidas não apenas são sugeridas, mas, na maioria dos casos, impostas às nações via condicionalidades para a obtenção de empréstimos externos e para a participação em setores diversos do comércio mundial.

As consequências mundiais da implementação das políticas neoliberais tem sido fundamentalmente as mesmas: desalinhamento das economias nacionais e dos seus parques produtivos, espoliação de ativos estatais e comunitários, falência de médias e pequenas empresas, crescimento do desemprego e da precarização/informalização do trabalho, redução dos níveis salariais, contenção das políticas sociais e elevação do custo de vida. Ainda mais, no âmbito político, os Estados nacionais “perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal”, sendo submetidos a uma verdadeira “tutela econômica”, na qual “um ‘governo paralelo’ que passa por cima da sociedade civil é estabelecido”. Nessas circunstâncias, as tradicionais instituições da democracia liberal representativa (pluripartidarismo, eleições diretas, liberdade de expressão etc.), apesar de afirmadas, se convertem, de fato, em “instituições falsas” e, por conseguinte, numa “democracia parlamentar fictícia”, cujo principal propósito é a legitimação dos novos arranjos econômicos e sociais. Em suma, o que se estabelece, por efeito dos ajustes neoliberais, é uma “nova forma de dominação econômica e política”, que “subordina o povo e os governos por meio da interação aparentemente ‘neutra’ das forças do mercado” e na qual parcela crescente da riqueza de todo o planeta é canalizada, por artifícios vários, ao capital monopolista global (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28-9).

É necessário observar que, concebidas como parte da estratégia para a superação da crise capitalista que se abatera sobre a economia mundial desde meados da década de 70, as políticas neoliberais carregam consigo uma contradição imanente, que repõe a crise em novo patamar: “reduzindo a capacidade de consumo da sociedade, as reformas macroeconômicas aplicadas em todo o mundo obstruem, por fim, a expansão do capital” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 12). A fragilização das economias nacionais, a ruína das pequenas e médias empresas, a contenção dos gastos estatais, a redução dos salários, o incremento de trabalhadores

supérfluos etc., tudo isso (consequências da aplicação das políticas neoliberais) comprime a demanda solvente e, assim, estorva a realização da mais-valia e a acumulação capitalista.

É nesse contexto que ocorre então a contraditória manutenção e, as vezes, ampliação de políticas sociais por parte de Estados que, em quase tudo, se orientam por princípios neoliberais. Consoante já argumentado (item 1.5.2 e secção 3.4), essas políticas sociais, além da função de estabilização política mediante a redução dos riscos de sublevações, prestam um grande serviço à reprodução do capital na medida em que significam “injeções” de demanda e de renda em mercados nacionais tendentes a constrição. Por isso é que, repete-se, apesar da dogmática neoliberal, as políticas sociais tendem a se conservar ou mesmo ampliar, ainda que em números insuficientes para atender a totalidade crescente das demandas provenientes de sociedades cada dia mais vilipendiadas pela crise capitalista e pela consequente ofensiva política do capital. Apenas à título de ilustração, e tomando o caso que efetivamente interessa ao presente estudo, o Estado brasileiro, este realiza, ao longo das últimas décadas, uma elevação contínua de seus gastos sociais, mesmo a partir dos anos 90, quando efetivamente principia a se implementar em solo pátrio as medidas neoliberais. Assim, conforme os números apresentados por Pochmann (2010, p. 100), “os avanços do total dos gastos sociais” do Estado brasileiro “em relação ao PIB” foi, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, respectivamente, de 36,6%, de 2,6% e de 15,9%. Portanto, um investimento em despesas sociais continuamente crescente, apesar de abrandecido, mormente no decênio 1990.

A implementação do receituário neoliberal no Brasil<sup>129</sup>, a partir da década de 90, consoante assinalado acima, se realizou por intermédio de sucessivas vitórias eleitorais das forças políticas internas que comungavam com os interesses do capitalismo internacional e com a sua programática neoliberal: Fernando Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. Em harmonia com a estratégia global do capital monopolista (ver secção 3.4), as reformas neoliberais no Brasil se fizeram acompanhar: a) por alterações nos modelos de produção, através da incorporação de avanços tecnológicos e de novas formas de organização do trabalho, e; b) por expedientes de produção do consenso, isto é, de difusão dos valores, conhecimentos e atitudes requeridos pelo novo padrão, neoliberal, de sociabilidade, mediante

---

<sup>129</sup> Para tratar dos anos de implementação e consolidação da programática neoliberal no Brasil, foram compulsadas, com proveito, as seguintes obras: Antunes (2005), Arcary (2011), Behring (2003), Filgueiras e Gonçalves (2007), Lacerda et al(2018), Lesbaupin (1999), Martins (2009), Mello e Novais (1988), Pochmann (2010), Pochmann *et al.* (2005, 2006, 2007, 2009), Souza (2008), Tauile (2001).

instrumentos vários, dentre os quais os meios de comunicação de massa, o sistema escolar e processos extraescolares de educação <sup>130</sup>.

No que diz respeito à última das estratégias acima elencadas, a de produção do consenso, ela obteve tamanho êxito na sociedade brasileira que mesmo as posteriores e consecutivas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), de localização mais à esquerda no espectro político-partidário brasileiro (Lula da Silva, em 2002 e 2006, e Dilma Rousseff, em 2010 e 2014), não redundaram em modificação das balizas neoliberais da economia nacional. Pelo contrário, mantiveram-nas, embora acrescidas de um leque maior de políticas sociais direcionadas para os mais pobres e/ou vulneráveis (muito diminutas nos governos do primeiro ciclo) e concorde o neoliberalismo da terceira via, que se tornava proeminente a partir da vitória, na Inglaterra, em 1997, do Partido Trabalhista – embora suas primeiras experiências remontassem à primeira metade dessa década, pelo governo de Bill Clinton nos Estados Unidos<sup>131</sup>.

Antes do seu prosseguimento nos governos petistas, o projeto neoliberal fora, porém, implementado no Brasil praticamente em sua totalidade pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – razão pela qual Souza (2008, p. 200) fala do intervalo entre 1990 e 2002 como constituído um único período da história brasileira, que ele designa como a “longa década de 90”, por nele se iniciar e se consumir a adequação do país a estratégia global do capital monopolista<sup>132</sup>. Desse modo, os subsequentes governos do PT, entre 2003 e 2016, trataram

---

<sup>130</sup> Sobre os pressupostos, fundamentos e estratégias do pensamento neoliberal para a educação da sociabilidade brasileira, Martins (2009) oferece um valioso estudo.

<sup>131</sup> Segundo pretende Giddens (1999, p. 36), um dos seus principais teóricos, a terceira via seria “uma tentativa de transcender tanto a social-democracia [o Estado de bem-estar] do velho estilo quanto ao neoliberalismo”. Em termos mais precisos, tratar-se-ia de “uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas”. Todavia, embora se apresente como uma renovação da socialdemocracia, a terceira via, na medida em que conserva, no essencial, a engenharia econômica do neoliberalismo (abertura comercial, austeridade orçamentária, privatizações, desregulamentação do mercado financeiro e do mercado de trabalho etc.), acrescentando-lhe tão somente tímidas políticas estatais com vistas a amenização das desigualdades sociais; a terceira via, repete-se, na medida em que conserva essas instituições econômicas basilares do neoliberalismo, não passa, de fato, de uma reformulação do pensamento neoliberal. Frente à crise e à acerba perda de legitimidade do projeto neoliberal, a partir da segunda metade da década de 90, tornava-se necessário, para preservá-lo, conceder a ele nova roupagem. Destarte, se foi buscar em parte da esquerda mundial, conforme escreve Antunes (2005, p. 105), “as condições de continuidade da política vigente na fase do neoliberalismo”. Mediante as “mudanças superficiais” promovidas pela terceira via, logrou-se conservar “o essencial da pragmática neoliberal”.

<sup>132</sup> Embora seja normalmente identificado também ao neoliberalismo da terceira via, o governo de Fernando Henrique Cardoso, em razão de suas práticas concretas, se aproximou muito mais, na avaliação do autor deste trabalho, do neoliberalismo ortodoxo do que do neoliberalismo da terceira via.

apenas de preservar, quase sem reformas, como denuncia Arcary (2011), os perfis de economia e sociedade herdados dos governos antecessores, cuidando apenas de renovar a legitimidade política do projeto que os instituiu, demolida por suas nefastas consequências econômicas e sociais, que se avolumaram nos anos finais do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Destarte, no evoluir da “longa década de 90”, mormente nos derradeiros mandatos presidenciais do período, a implementação do neoliberalismo no Brasil se fez, no fundamental, por intermédio das seguintes medidas. Primeiro, redução aguda das tarifas fiscais sobre as importações, sob o pretexto de combate à inflação. Segundo, elevação das taxas de juros a níveis altíssimos, com o propósito de imantação de capitais estrangeiros. Terceiro, privatização de empresas públicas, algumas dentre as maiores do mundo e muito lucrativas (por exemplo, a Usiminas e a Companhia Vale do Rio Doce), sob o argumento da ineficiência e de prejuízos aos cofres públicos<sup>133</sup>. Quarto, desregulamentação da movimentação financeira e do mercado de trabalho, sob justificativa de atrair investimentos e gerar empregos. Quinto, corte nos gastos públicos, reforma fiscal e reforma previdenciária, com o objetivo principal de gerar superávit nas contas do governo<sup>134</sup>. Sexto, contenção salarial, visando a ampliação da rentabilidade das empresas e o fortalecimento da sua competitividade externa.

Evidentemente, essas medidas provocaram, como era o seu intento, uma ampla reorganização da economia do país. Esta foi assumindo, ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000, nova conformação, cujos traços mais relevantes podem ser sumarizados conforme segue. Primeiro, maior centralização e desnacionalização do capital, em decorrência das privatizações de empresas estatais e das falências e/ou absorções de pequenas e médias empresas privadas nacionais pelos grandes grupos monopolistas estrangeiros, reforçando-se “as condições de fortíssimo oligopólio em que já vivia a economia brasileira” (POCHMANN, 2009, p. 65). Segundo, crescimento relativo das atividades agropecuárias e de extração mineral e vegetal em relação às atividades industriais, ensejando um processo de “reprimarização” da economia, cujo aspecto mais visível foi o crescimento das *commodities*<sup>135</sup> no conjunto das exportações<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup> Sobre o processo de privatização das empresas estatais brasileiras ao longo do período em foco, Biondi (1999, 2000) faz uma rica análise.

<sup>134</sup> Conforme os termos de Sandroni (2008, p. 805), “em orçamentos públicos, o superávit significa uma receita superior à despesa decorrente de um aumento da arrecadação ou um decréscimo dos gastos”.

<sup>135</sup> Quando usado no contexto de relações comerciais internacionais, *commodity*, cujo plural é *commodities*, “designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc.” (SANDRONI, 2008, p. 165).

<sup>136</sup> O projeto neoliberal pressupõe uma economia mundial globalizada na qual as economias nacionais perdem a autossuficiência em nome da especialização em setores de atividade nos quais elas supostamente possuem

Terceiro, no setor industrial, menor peso relativo das indústrias de alta intensidade tecnológica e consequente recrudescimento das indústrias intensivas em recursos naturais de grande disponibilidade interna. Quarto, transferência crescente de investimentos do setor produtivo para o setor financeiro (financeirização do capital), sob o estímulo dos juros elevados, com danos principalmente para o desenvolvimento das atividades industriais. Quinto, incremento do envio de recursos para o exterior (na forma de lucros, dividendos, juros e amortizações) pelo capital estrangeiro aplicado no país, em razão do grande crescimento interno desse capital e do recrudescimento da taxa de juros no mercado nacional. Sexto, aumento do desemprego, do trabalho precarizado e do trabalho informal, acompanhados da redução da remuneração média dos trabalhadores, contraindo sensivelmente a demanda solvente no mercado interno. Sétimo, elevação significativa da carga tributária, especialmente sobre os rendimentos de pessoa física e sobre o consumo, com impacto igualmente negativo sobre a demanda solvente no mercado interno. Oitavo, transformação do papel do Estado, que perde a relevância que antes possuía no setor produtivo e passa a se concentrar nas suas funções administrativas, judiciárias e policiais, dentre as quais, de forma especial, na captação, via tributação, de excedentes econômicos e subsequente encaminhamento dos mesmos ao capital financeiro, através dos custos da dívida pública<sup>137</sup>. Nono, lento crescimento global, por efeito da ação combinada do conjunto das características anteriores<sup>138</sup>.

Importante indicar como essas alterações transformaram a forma de inserção da economia brasileira no mercado mundial e o modo do esbulho da nação pelo capitalismo internacional.

---

vantagens comparativas, produzindo, então, precipuamente nesses setores vantajosos, para prover o mercado mundial, e importando os demais itens dos quais necessitam, engendrados de forma mais vantajosa em outros espaços nacionais. Para os países periféricos, essa divisão internacional do trabalho “geralmente significa concentrar-se na exploração dos recursos minerais e agrícolas naturais e na atividade manufatureira de baixo valor agregado, em setores que o ganho vem dos baixos salários e de uma mão de obra pouco organizada” (ARRUDA, 1999, p. 103).

<sup>137</sup> A dívida pública é o débito total contraído pelo governo ou por empresas estatais junto a pessoas físicas ou jurídicas, sejam residentes em território nacional ou no exterior. A história e algum detalhamento da dívida pública brasileira, em linguagem acessível ao pesquisador sem formação em economia, podem ser obtidos, para o longo período desde a proclamação da independência até o final dos anos 90, através dos trabalhos de Gonçalves e Pomar (2000; 2002).

<sup>138</sup> Conforme informa Souza (2008, p. 284), “o crescimento médio do PIB de 1995 a 2002 foi de apenas 2,3% ao ano”, diante de um crescimento médio populacional e da força de trabalho, para o mesmo período, de 1,36% e 2,4%, respectivamente, o que significa um crescimento médio anual da renda *per capita* de apenas 0,95% e praticamente um estancamento da produção por trabalhador.

No período anterior da história econômica do país, de constituição da indústria de base e de bens de consumo duráveis, o Brasil se inseria no mercado mundial como nação para a qual era vantajoso transferir fábricas até então instaladas nos próprios países centrais, em decorrência da possibilidade de prolongamento da vida útil de maquinários já obsoletos naqueles países, paralelamente à exploração de menores salários, de incentivos fiscais e de mercado consumidor em franca expansão (ver secção 2.4). O Brasil oferecia, então, ao capital monopolista internacional, principalmente espaço geopolítico para a conservação de investimentos já realizados em capital fixo<sup>139</sup>, força de trabalho módica e mercado consumidor de grande potencial. Portanto, o processo de acumulação capitalista que se realizava no país ocorria, sobretudo, a partir da produção de artigos industrializados e na dependência da demanda solvente.

No período atual, com os ajustes neoliberais e as consequentes “reprimarização” da atividade produtiva, prevalência dos investimentos financeiros e desregulamentação e precarização do mercado de trabalho, o Brasil passa a se inserir no mercado mundial cada vez mais como matriz de recursos naturais abundantes, fornecedor de *commodities*, reserva de força de trabalho ainda mais barata e, principalmente, seara para as atividades financeiras. Destarte, o processo de acumulação capitalista passa a se dar no país, conforme observa Pochmann (2009, p. 62), de modo “crescentemente financeiro e menos produtivo”, e, na atividade produtiva (reitera-se: progressivamente preterida em prol da especulação financeira), cada vez mais mediante artigos primários e menos mediante produtos industrializados<sup>140</sup>. Com esse padrão de acumulação, “os ganhos dos proprietários do capital são sustentados não somente pela demanda efetiva” e extraindo vantagens da extensão continental do mercado, da abundância de recursos naturais e dos baixos salários, “mas sobretudo pelos volumosos juros pagos pelo erário aos

---

<sup>139</sup> O capital fixo, de acordo com Marx (1988, v.2, p. 108), é aquela parte do capital constante que toma a forma de meio de trabalho e “que conserva a forma útil determinada com que entra no processo de produção, em face dos produtos para cuja criação contribui”, executando “durante um período mais curto ou mais longo, em processos de trabalho sempre repetidos, as mesmas funções”, e transferindo para os produtos que ajuda a constituir apenas “parte do seu valor”, enquanto que a outra parte, ao longo do tempo em que funciona como meio de trabalho, “fica sempre nele fixada”. Nessa condição se encontram, por exemplo, as edificações, as máquinas e as ferramentas. O capital fixo contrapõe-se ao capital circulante, constituído pelos “demais elementos do capital adiantado no processo de produção” e que transferem prontamente os seus respectivos valores para os produtos que ajudam a engendrar, como ocorre com as matérias-primas, com as matérias auxiliares e com a força de trabalho.

<sup>140</sup> Os números que seguem, referente à participação do setor industrial no PIB nacional, ilustra a dimensão do processo de desindustrialização da economia brasileira que resultou da adoção das políticas neoliberais: no final do regime militar, em 1985, a participação da produção industrial nacional no PIB era de 34,2% (POCHMANN, 2010, p. 91); em 2002, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, havia caído para 18%; e, em 2010, no final do governo Lula da Silva, caíra ainda mais, sendo apenas de 16% (GONÇALVES, 2014, p. 91).

donos da dívida pública”. Por conseguinte, a espoliação da nação, que no período anterior se fazia, prioritariamente, pela produção industrial com força de trabalho barata e contando, para sua realização, com mercado solvente em expansão, agora, sem abandonar o proveito de uma força de trabalho ainda mais aviltada e de um mercado consumidor extenso, ainda que retraído em sua capacidade solvente, passa a se fazer, precipuamente, pela apropriação de parte dos recursos naturais, dos ativos públicos e, mormente, do fundo de consumo do trabalho (salários e rendimentos do trabalho informal), este último através da mediação do Estado, que “passa a ser um grande arrecadador e repassador de recursos captados pela carga tributária em toda a sociedade e redirecionados, principalmente, aos proprietários”<sup>141</sup>.

Destarte, se consolida no Brasil um modelo de inserção no capitalismo mundial que Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 22) designam de “liberal e periférico”, caracterizado pela: “liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro”. Esses atributos conformam aquele modelo, liberal-periférico, pelas seguintes razões. Primeiro, “porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira”, bem como a partir da “implementação de reformas no âmbito do Estado [...] e da privatização de empresas estatais”, além da “desregulação do mercado de trabalho” – traços que realizam um novo padrão, liberal, de relação entre o Estado, de um lado, e a economia e a sociedade, de outro. Segundo, “porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional” e que, assim, “não tem influência na arena internacional e se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural”, possuindo uma dinâmica macroeconômica subordinada em alto grau “à predominância do capital financeiro e da lógica financeira” internacionais – traços que modelam uma forma de inserção subalterna no capitalismo mundial,

---

<sup>141</sup> Na história do capitalismo, conforme argumentam Luxemburg (1988), Frank (1977) e Harvey (2005, 2013), processos assentados em relações não capitalistas de produção e/ou rapinagem sempre vingaram, ao lado da realização da mais-valia, na desenvolvimento da acumulação capitalista. Mesmo após consolidado o modo de produção capitalista no século XIX, esses processos continuaram subsidiando a acumulação. A partir da década 80 do último século, no entanto, encontrando bastante consagrada a acumulação pela incorporação de mais-valia em razão da nova depressão, incisiva, da taxa de lucro (ver seção 3.4), e contando cada vez mais com o suporte político do Estado neoliberal, o processo de acumulação de capital vê-se impelido a um robustecimento, igualmente incisivo, dos processos colaterais de acumulação. Como observa Frank (1977, p. 50), esse é um padrão habitual da desenvolvimento capitalista, que, confronto as crises, realiza “um ajustamento no processo de acumulação do capital”, recrudescendo as formas de acumulação paralelas: “em cada crise econômica importante, o processo de acumulação volta a depender significativa e criticamente de um grande aumento da superexploração e da chamada acumulação primitiva”.

característica dos países periféricos, e que sempre foi a forma de inserção do Brasil, agora mais uma vez reiterada, desta feita sob a batuta da programática neoliberal.

Em concomitância a essas transformações e à nova forma de inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, ocorre o prosseguimento do processo de urbanização do país, em linhas gerais concorde e intensificando o já referido padrão mundial de urbanização do período (ver secção 1.5.1), caracterizado, essencialmente: a) por um movimento de renovação urbana mediante a constituição de áreas de classe alta e média bem localizadas e bem servidas de infraestrutura e de serviços básicos, contrastando com as zonas proletárias, em geral distanciadas dos centros de maior dinamismo e precárias em sua infraestrutura básica e na oferta de serviços; b) por uma abrangente reengenharia dos espaços e dos fluxos de produção, circulação e consumo, com vistas à subordinação integral da vida urbana à mais ampla e célere acumulação de capital possível. No caso brasileiro, esse padrão se fez complementar, evidentemente, pelas particularidades da urbe nacional, que dizem respeito, fundamentalmente, ao agravamento de seus problemas históricos, “os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde” (SANTOS, 2013, p. 105), aos quais se agrega, nesse novo período, o crescimento vertiginoso da violência, conformando uma verdadeira “guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico” (ANTUNES, 2005, p. 46).

Assim, será no caldo dessas transformações econômicas e sociais, e fazendo parte delas, que se realizará a expansão da universidade pública brasileira na quadra agora em análise. Ela se dará, no primeiro ciclo de governos federais mais alinhados com o neoliberalismo ortodoxo (década de 90 e início dos anos 2000), muito mais pela iniciativa dos Estados da federação, que iam constituindo e expandindo suas universidades estaduais, e menos pela iniciativa do governo federal (ver números na secção 3.2), absorvido quase por completo pelas tarefas de implementação e legitimação do ajuste neoliberal. No ciclo subsequente, de governos de centro-esquerda, principalmente pela iniciativa do governo federal, que cria novas universidades federais e, principalmente, expande o número de *campi* e de cursos naquelas já existentes (ver números na secção 3.2). Era uma expansão que se fazia, em seguimento à expansão do período anterior (1945-1990), para atender a demanda por conhecimentos, tecnologias e força de trabalho qualificada provenientes do desenvolvimento das indústrias/serviços e da urbanização, conforme já assinalado (secção 2.4). Além disso, na medida em que excedia o cúmulo daquelas necessidades, ela se realizava, sobretudo, para gerar encomendas, emprego e renda para alimentar a demanda solvente no mercado interno brasileiro e, assim, contribuir para a

continuidade do processo de acumulação capitalista em solo pátrio, do mesmo como também já acontecia naquele período pretérito (repete-se: 1945-1990). Desta feita, porém, não mais visando, prioritariamente, a constituição de um mercado consumidor para a indústria de base e de bens de consumo duráveis instaladas em território nacional, como se dera durante aquela quadra passada, mas almejando compensar parte da contração do emprego e da redução dos salários provocadas pelo novo modelo econômico nacional, plasmado pelos ajustes neoliberais, e que gerava desemprego e comprimia, de um modo geral, o poder de consumo dos segmentos mais pobres e da baixa e média classe média, retraindo, por conseguinte, a demanda solvente no mercado interno.

Os números que seguem não deixam dúvidas quanto às dimensões do desemprego e da queda dos rendimentos que afligem a classe trabalhadora brasileira desde os primórdios da implantação do modelo liberal periférico. Inicialmente, o desemprego: enquanto em 1989 a taxa de desemprego foi de 8,7% da população brasileira economicamente ativa, em 1994 era de 14,2 0% e, no ano de 1999, de 19,5% (MATTOSO, 2001, p. 12). Esses números faziam com que no limiar do século XXI o Brasil alcançasse a nada desejável posição de “quarto país em desemprego absoluto mundial” (ANTUNES, 2005, p. 44). Durante o ciclo de governos petistas, as taxas de desemprego chegaram a cair, mas retornaram, ao final do ciclo, basicamente aos mesmos patamares dos anos derradeiros do governo de Fernando Henrique Cardoso. Assim, tomando a título de ilustração a região metropolitana de São Paulo, locomotiva econômica do país: em 2003, a taxa de desemprego era de 19,9%, baixando para 13,8% em 2009 e 10,8% em 2014, quando atingiu o menor nível, voltando em seguida a subir para 13,2% em 2015 e 16,8% em 2016 (LACERDA et al, 2018, p. 245). No que diz respeito à queda dos rendimentos dos trabalhadores, os autores consultados não apresentaram dados para o conjunto do Brasil, mas apenas para a região metropolitana de São Paulo: em 1995, o rendimento médio dos trabalhadores da indústria e do setor de serviços era de aproximadamente R\$ 1.700,00; o dos trabalhadores da construção civil era aproximadamente R\$ 1.500,00 e o dos trabalhadores do comércio aproximadamente R\$ 1.400,00. Em 2002, essa média havia caído para menos de R\$ 1.300,00 para a indústria e os serviços, pouco mais de R\$ 1.100,00 para a construção civil e pouco mais de R\$ 800,00 para o comércio (POCHMANN et al, 2007, p. 64). Portanto, ao longo das últimas décadas, em decorrência do modelo econômico liberal-periférico que se configurou a partir dos ajustes neoliberais no Brasil, boa parte da classe trabalhadora tupiniquim “não consegue nem mesmo viver do seu trabalho”, passando a sobreviver “da miséria da economia informal”, e “aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de

subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades” (ANTUNES, 2005, p. 17-8) – fatos que redundam, evidentemente, em decréscimo da demanda solvente interna.

Mas, além dessa função de alimentar a demanda solvente no mercado interno mediante o abrandamento dos efeitos em termos de contração do emprego e dos salários provocados pelo novo modelo econômico liberal-periférico, a expansão da universidade brasileira continua também a desempenhar a função político-ideológica de apaziguamento das insatisfações sociais pelo cultivo da esperança de ascensão social mediante o diploma de nível superior, conforme fazia desde meados do século, e agora, em razão da grande ampliação do acesso, estendendo essa esperança a um número maior de indivíduos e famílias. Porém, não apenas isso. Em razão do modelo de universidade que se implantou por força do projeto político global do capital monopolista, difundido e imposto pelos organismos internacionais, desempenha esta função político-ideológica com maior êxito, mediante processos de formação, conforme já se indicou (ver item 3.4.1), aligeirados, superficiais e pragmáticos, com aspectos cognitivos e axiológicos que conduzem à aquiescência ao trabalho alienado, submissão às instituições jurídico-políticas liberais, autoproclamadas democráticas, e anuência a completa mercantilização da vida social.

### **3.5 Determinantes da expansão da universidade pública brasileira pelo interior da Amazônia que emanam da singularidade da região amazônica**

Conforme ocorrera nas demais regiões do Brasil, também a criação e a subsequente expansão da universidade na Amazônia se dão em decorrência da intensificação da urbanização e da desenvolvimento da produção capitalista. O seu caráter tardio em relação à já tardia constituição e expansão da universidade brasileira – já que a região têm suas primeiras universidades implantadas, paulatinamente, ao longo do período de pouco mais de um quarto de século compreendido entre 1960 e 1986 – deve-se, justamente, ao tardio desenvolvimento na Amazônia, em relação ao restante do país, dos processos acima elencados<sup>142</sup>.

Com efeito, a ocupação e efetiva integração da Amazônia ao mercado nacional e aos imperativos da economia mundial ocorreram sempre com atrasamento em relação às demais regiões do país. Inicialmente, a colonização da região só se inicia no século XVII, quando a

---

<sup>142</sup> Sobre a história da Amazônia e o desenvolvimento capitalista na região foram compulsados os seguintes textos: Becker (2013), Cardoso e Müller (1978), Corrêa (1987), Hall (1991), Hemming (2011), Homma (2003), Loureiro (2009, 2015), Oliveira (1983), Oliveira (1989), Picoli (2006), Santos (2002), Santos (1980), Souza (2009).

colonização do país já era centenária, motivada pelo interesse da coroa portuguesa de consolidar o seu domínio político sobre a totalidade do atual território brasileiro, embora logo passasse também a divisar, a partir de meados daquele século, a possibilidade de exploração comercial das designadas “drogas do sertão” (cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, sementes oleaginosas, resinas aromáticas, madeiras etc.), que permitiram que “a Amazônia substituisse o Oriente como fonte de especiarias” e vincularam, embora muito marginalmente, a economia colonial amazônica ao processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa, que, naquele momento, conforme visto (item 1.3.1), se encontrava ainda no estágio da acumulação primitiva<sup>143</sup> (PICOLI, 2006, p. 22-3). Nessa condição de integração marginal ao mercado mundial, a região viveu até meados do último século, embora conhecendo ciclos mais recentes de maior ímpeto predatório e potencial integrador (como, por exemplo, os ciclos da borracha e do manganês), mas sempre fugazes. Ela, região amazônica, atravessou, portanto, os longos anos de efetiva consolidação do modo de produção capitalista na Europa e, em seguida, a partir do final do século XIX, também de emergência do capitalismo monopolista e de seu imperialismo global, na sua discretíssima condição de área marginal, pré-capitalista, fornecedora de alguns poucos produtos naturais ao mercado nacional e, principalmente, mundial.

Apenas a partir da segunda metade do século XX, em razão de processos que serão explicitados adiante, é que efetivamente a região principia a experimentar uma marcha mais intensa de urbanização, de integração espacial e econômica com o restante do país e de desenvolvimento de relações de produção capitalistas.

Por consequência, embora vinculada desde o século XVII, ainda que marginalmente, ao mercado mundial pela exportação de produtos extrativista, bem como pela importação, para o consumo de suas elites e alta classe média, de manufaturados e de produtos de luxo, mas sem conhecer internamente movimentos robustos de urbanização e quase sem desenvolver relações de produção capitalistas, a Amazônia não constituiria antes da segunda metade do século XX uma sociabilidade para a qual a universidade se tornava funcional. Relativamente isolada do restante do país, a região tinha como base da sua economia a produção de subsistência e a exportação de produtos primários, oriundos de atividades extrativistas empreendidas, na sua maioria, mediante relações de produção não capitalistas, sobremaneira o designado

---

<sup>143</sup> Sobre a vinculação da economia da Amazônia colonial com a acumulação capitalista na Europa, encontra-se observações relevantes em Cardoso e Müller (1978) e Daniel Júnior e Almeida (2016).

“aviamento”<sup>144</sup>. Destarte, era uma sociedade predominantemente “interiorana”<sup>145</sup>, vivendo da extração das riquezas da floresta, com a maioria da população esparramada pelo leito dos rios, paranás, furos, igarapés etc., fazendo pouco uso do dinheiro<sup>146</sup> e na qual existiam poucas cidades. Apenas nelas, cidades (parcamente habitadas, repete-se)<sup>147</sup>, é que havia uma parcela expressiva de trabalhadores assalariados (empregados em fábricas, oficinas, construção civil e naval, comércios, serviços públicos e privados etc.), e que, por conseguinte, adquiria alguma proeminência o uso do dinheiro. Contudo, as camadas endinheiradas que nessas cidades geralmente viviam (proprietários de grandes estabelecimentos de comércio exportador e/ou importador, grandes aviadores, agentes de bancos e de empresas nacionais ou estrangeiras etc.), acostumadas com o lucro fácil proveniente das diversas formas de exploração dos produtos da floresta e do trabalho extrativista, em geral não buscavam reinvestir produtivamente os ganhos que obtinham, destinando-os quase sempre ao consumo conspícuo e, desse modo, não impulsionando, a não ser timidamente, pela iniciativa de algumas poucas exceções, o desenvolvimento local de relações de produção capitalistas.

---

<sup>144</sup> O aviamento era “utilizado na Amazônia desde o período colonial”. No entanto, se fortaleceu, “tornando-se mais sofisticado e complexo”, no momento em que, pelo *boom* da borracha, a região se viu mais intensamente vinculada ao capitalismo internacional (OLIVEIRA, 1983, p. 236-7). Consiste “numa rede de fornecimentos que começava com os bancos financiadores; estes forneciam crédito para as casas exportadoras; as casas exportadoras financiavam os donos de grandes armazéns que, por sua vez, forneciam gêneros para os donos dos barracões [isto é, de armazéns menores, situados próximo das zonas de atividades extrativas]. Estes últimos forneciam gêneros aos seringueiros” e demais trabalhadores da floresta. Seringueiros e demais trabalhadores da floresta, por fim, revertiam o fluxo das mercadorias e “pagavam os gêneros tirados do barracão” com os produtos da sua atividade extrativa. Da mesma forma, os donos de barracão pagavam o elo imediatamente superior da cadeia com os produtos recebidos dos trabalhadores e assim sucessivamente, até a exportação dos produtos pelas casas exportadoras (LOUREIRO, 2015, p. 23). Nesse sistema de relações mercantis, o dinheiro era utilizado, necessariamente, apenas nos elos superiores da cadeia e, eventualmente, nos elos inferiores, para compensar diferenças, quando ocorriam, entre os preços correntes das mercadorias intercambiadas.

<sup>145</sup> Conforme escreve Loureiro (2015, p. 69), “quando se trata da população rural da Amazônia”, em oposição à população urbana, “é preferível usar o termo ‘do interior’ ou população interiorana”, devido ao fato de que, nesta região, não existe “a mesma tradição rural que outras regiões”, pois nela vivia-se “do extrativismo e não da agricultura”.

<sup>146</sup> Consoante informa Loureiro (2015, p. 71), “no interior da Amazônia as relações de produção se baseavam muito no ‘encontro das contas’ do valor em dinheiro dos produtos da floresta, como o látex da seringueira; por produtos industrializados, como remédio e querosene, por exemplo [...] E como havia poucas pessoas recebendo salários, toda a economia vivia com pouco dinheiro corrente e escasso crédito bancário”. Corrêa (1987, p. 55-6) fornece dados que ilustram “a natureza pouco monetizada da economia regional [amazônica]”. Em 1940, a região possuía apenas “14 unidades bancárias” (oito em Belém, quatro em Manaus e duas em Rio Branco), que representavam pouco mais de 1% do total de “1.360 unidades existentes no país”.

<sup>147</sup> A título de ilustração, em 1940, a população urbana da Amazônia representava apenas 27,74% da população total da região. Dentre esta diminuta população urbana, quase a metade, 43,31%, se concentrava na cidade de Belém (CORRÊA, 1987, p. 55).

Uma das consequências do padrão de sociabilidade que existia na Amazônia no período em questão, reitera-se, uma sociedade predominantemente interiorana, de população esparsamente distribuída ao longo do leito das águas, com economia baseada no extrativismo e na produção de subsistência, na qual a circulação de dinheiro era secundária; uma das consequências desse padrão de sociabilidade era o ínfimo grau de escolarização da maioria da população. Loureiro (2015) informa que, em 1950, 63,17% da população acima de 10 anos da região norte era analfabeta (p. 94); uma década depois, em 1960, essa taxa era menor, mas permanecia elevada: 50,48% (p. 95). A autora detalha ainda o nexo de causalidade entre aquele padrão de sociabilidade e estes números: primeiro, “a forma de sobrevivência dos grupos sociais na região, estando fundada no extrativismo, dispensava a educação escolar para o exercício da maior parte das atividades produtivas”; segundo, a dispersão demográfica da população (exceto, evidentemente, da minoria que morava nas cidades) criava a dificuldade da frequência às escolas situadas “numa vila ou cidade longe do seu lugar de origem” (p. 99).

A região da Amazônia brasileira, portanto, não possuindo – como já observado – uma economia em que predominasse relações capitalistas de produção até aproximadamente a metade do último século, mas se constituindo numa área marginal, produzindo para a exploração do capitalismo mundial fundamentalmente à base de relações não capitalistas, e consistindo numa sociedade prevalentemente interiorana e desescolarizada, não poderia reclamar pela universidade antes daquele marco temporal. Pois, conforme tem sido demonstrado ao longo de todo este trabalho, a universidade é uma instituição derivada do evoluir das relações capitalistas e da inexorável urbanização da sociedade que estas ensejam.

Neste ponto, é necessário reiterar que a experiência pioneira de criação, em 1909, da Universidade de Manaus, de vida passageira, encerrando suas atividades no ano de 1926, não contradiz, conforme assinalado (seção 2.3), a tese da articulação entre a emergência da universidade brasileira e o despertar, no país, das relações de produção capitalistas, tampouco esta que agora se apresenta, em concórdia com aquela, sobre a ausência de demanda pela universidade nas condições socioeconômicas vigentes na Amazônia brasileira até a metade do derradeiro século; muito pelo contrário, as endossa. Pois, a região amazônica viveu entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX uma “fase de investida capitalista”, na qual “as exportações da borracha atingiram o nível mais alto” e, por consequência, as cidades de Belém e de Manaus “transformam-se em dois grandes centros do comércio exterior do Brasil” (PICOLI, 2006, p. 27-8). Nessas duas capitais, nas quais passaram a se realizar significativas obras de infraestrutura e a se estabelecer grandes bancos, grandes casas

exportadoras, empresas de transporte e de serviços diversos, etc., floresceram também, sob o acicate desse frenesi econômico que as convertia, “de súbito”, em núcleos de “uma das regiões mais rentáveis do mundo”, (LOUREIRO, 2009, p. 40), certo número de pequenos e médios empreendimentos capitalistas (sobretudo, mas não apenas, no setor de serviços): fábricas, olarias, serrarias, hotéis, restaurantes, bares, lojas de departamentos, oficinas tipográficas, livrarias, escolas secundárias, barbearias etc. Toda essa prosperidade econômica se fez acompanhar, evidentemente, por um significativo adensamento populacional e das relações monetárias. Todavia, esse surto de crescimento capitalista no interior da Amazônia, possibilitado pelo período áureo do ciclo da borracha, interrompe-se e regride com a decadência daquele ciclo, provocada pela concorrência, a partir do segundo decênio do século XX, da produção de seringueiras da Ásia, cultivadas mediante contrabando de sementes das seringueiras brasileiras<sup>148</sup>. Portanto, aquele período somente vê nascer na Amazônia a primeira universidade brasileira em razão de uma quadra intensa, mas efêmera, de desenvolvimento capitalista. Refluindo esta, a universidade perde sua razão de ser e perece, conservando apenas, na forma de faculdades isoladas, alguns de seus cursos. Não fora, pois, aquele período mais do que um interlúdio de desenvolvimento capitalista na região e, assim, condenou a universidade que emergira da vitalidade socioeconômica por ele suscitada a um viço igualmente breve, que se encerraria com ele.

Feita essa observação é necessário também dizer que, ao longo de todo o ciclo da borracha, Belém continuou a ser, como já era, a maior, mais rica e mais importante cidade da Amazônia. Seria, pois, sensato esperar, com base na correlação que se está estabelecendo entre, de um lado, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a urbanização, de outro, a emergência da universidade, que Belém, maior e mais desenvolvida economicamente, e não Manaus, atrás daquela, fosse o solo do nascimento da universidade na Amazônia. Adverte-se, contudo, que a relação entre desenvolvimento capitalista/urbanização e universidade, aqui advogada, não é uma relação de determinação simples, mecânica, do tipo uma coisa produz impreterivelmente a outra. De outro modo, o adiantamento de relações capitalistas e do processo de urbanização numa região apenas cria a ambiência social na qual a universidade passa a ser funcional, mas não a impõe. A sua efetiva eclosão depende de mediações outras, que somente podem ser desveladas pelo exame de cada caso concreto – o que foge ao escopo

---

<sup>148</sup> Na verdade, expansão seguida de retração, entre as décadas derradeiras do século XIX e meados do século XX, foi uma dinâmica recorrente na história econômica da Amazônia: “comerciantes, firmas e mesmo pequenas manufaturas emergiram nos momentos de surto e submergiram com o seu declínio” (BECKER, 2013, p. 38). O ciclo da borracha se constituindo, apenas, na manifestação extrema, paroxística, dessa tendência.

desta investigação. Todavia, vale observar que Manaus, embora não suplantando Belém, cresce durante o ciclo da borracha relativamente muito mais do que esta: “foi a cidade de Manaus [...] que, em termos relativos, mais beneficiou-se da expansão da borracha”. Esse maior crescimento de Manaus terminaria por suscitar “um processo de competição comercial com Belém”, levado a cabo mediante “um conjunto de medidas encetadas pelo estado amazonense, exprimindo os interesses dos comerciantes de Manaus”, em detrimento dos interesses de Belém. Por exemplo, a criação, em 1900, de uma legislação “que obrigava a que todos os produtos que saíssem do território amazonense fossem desembarcados, beneficiados, despachados e exportados pelo porto de Manaus” (CORRÊA, 1987, p. 50). Com base nesses fatos, é legítimo especular que, dentre as distintas razões que explicam o nascimento, durante esse período, de uma universidade em Manaus, e não em Belém, talvez esteja o grande afã daquela cidade em emular a esta.

Encerradas essas considerações, pode-se tratar agora do período em que a região começa a experimentar um curso mais estável, definitivo, de desenvolvimento das relações de produção capitalistas e de urbanização – o que ocorre, como já dito, a partir de meados do século XX. Inicialmente, em razão transferência para Brasília, na região centro-oeste, da capital da federação e da sua vinculação por terra com a região norte, mediante a construção, iniciada em 1956, e inauguração, em 1961, da rodovia Belém-Brasília. Em seguida, a partir da segunda metade da década de 1960, pelas ações do governo federal visando à promoção do desenvolvimento capitalista e a maior integração da região amazônica ao restante do país.

A construção da rodovia Belém-Brasília deu-se num contexto em que se intensificava o processo de industrialização do país, mormente pela implantação no eixo sul-sudeste das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis (ver secção 2.4). “Originalmente concebida em 1947, e com o traçado finalmente mapeado em 1956, a estrada de terra foi concluída em 1960 [...] e pavimentada em 1973” (HALL, 1991, p. 25). Ela visava, acima de tudo, estabelecer uma via terrestre de comunicação entre o norte e o sul-sudeste, de modo a facilitar o fluxo de mercadorias: bens industrializados do sul-sudeste para o norte e produtos primários do norte para o sul-sudeste. Sua consumação engendrou uma significativa migração “às novas terras que iam sendo rasgadas ao longo da estrada” e encetou certo processo de urbanização: “em 1950, apenas 31,5% da população da Região Norte viviam nos centros urbanos [...] em 1960 já se elevava para 37,7% o percentual da população urbana em relação ao total” (LOUREIRO, 2015, p. 130-1) e, em 1970, atingira 43% (LOUREIRO, 2015, p. 303). Além disso, com ela, rodovia Belém-Brasília, teve início um novo padrão de ocupação da

Amazônia: “de populações concentradas na beira dos rios passou-se, aos poucos, a uma localização nas áreas laterais da rodovia, no interior” (OLIVEIRA, 1983, p. 269).

Em seguida, a partir de meados dos anos 60, as ações do governo federal para promover o desenvolvimento capitalista e a maior integração nacional da Amazônia consistiram, fundamentalmente, no que segue. Primeiro, na criação de órgãos para planejar, estimular e financiar o desenvolvimento na Amazônia, como, por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA). Segundo, na concessão de benefícios fiscais e creditícios a empresas privadas, de capital nacional ou estrangeiro, que realizassem inversões na Amazônia, mormente para os empreendimentos agropecuários, madeireiros, mineradores e siderúrgicos, atividades para as quais o governo considerava estar excelentemente vocacionada a Amazônia brasileira. Terceiro, na venda a baixo valor de copiosas extensões de terras públicas para grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Quarto, na criação da Zona Franca de Manaus, na qual se estabelece um significativo parque industrial (especialmente indústrias do setor eletroeletrônico), e de um órgão federal para supervisioná-la, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Quinto, na abertura de novas estradas, fazendo a interligação interna entre diversas regiões da Amazônia e desta com diversas outras do país. Sexto, na realização de demais obras de infraestrutura: hidroelétricas, portos, pontes, aeroportos, pavimentação e abastecimento de água e esgotos urbanos etc. Sétimo, no estímulo à imigração de força de trabalho de outras regiões do país, especialmente do Nordeste. Oitavo, na ampliação da rede escolar básica (na época, de 1º e 2º graus), implementação de centros de formação profissional e distribuição de materiais didáticos.

Em consequência direta dessas ações, a economia e a sociedade da Amazônia transmutaram rapidamente, sobremaneira nos aspectos que são elencados pelos parágrafos abaixo.

Primeiro, acelerado desenvolvimento das relações de produção capitalistas. A região amazônica brasileira – conforme já assinalado – foi até meados do século uma região que vivia em grande medida à margem das relações de produção capitalistas – embora, desde o século XVII, estivesse vinculada ao mercado mundial como fornecedora de bens primários. Todavia, mediante a construção de rodovias, portos, aeroportos, usinas elétricas etc., bem como pela oferta de incentivos fiscais e creditícios ao capital nacional e internacional que se implantasse na região, as relações capitalistas foram, celeremente, penetrando e se fazendo prevalente nos territórios da Amazônia. Por consequência, “no início da década de 70”, a Amazônia era “não

mais uma região de economia extrativa, mas basicamente uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia” capitalistas (SOUZA, 2009, p. 329), passando plenamente “a fazer parte do mercado mundial, dentro das perspectivas capitalistas de reprodução para a acumulação” (PICOLI, 2006, p. 51).

Segundo, intensificação da espoliação das riquezas naturais e da força de trabalho da região pelo capital estrangeiro e por empresas nacionais com sede em outras regiões do país, mormente o sul-sudeste. Na verdade, o que aconteceu nas últimas décadas foi uma verdadeira “internacionalização” da Amazônia, cujas riquezas (terras, madeiras, minérios, matérias-primas extraídas da floresta e, mais recentemente, sua produção de grãos e de carne etc.) foram efetivamente postas à disposição do capitalismo internacional, não obstante ela continuar a fazer parte do território brasileiro. Conforme escreve Picoli (2006), “as estratégias e as formas utilizadas na expansão [capitalista na Amazônia] consolidam os objetivos propostos pela lógica sistêmica e tornam a região área de livre acesso ao capital mundial”, ao tempo em que limitam as possibilidades de acesso aos trabalhadores brasileiros (p. 43). Assim, “criaram-se grandes monopólios e se desencadeou uma nova fase da história da expropriação nos recursos naturais da região” (p. 47), com a Amazônia se integrando completamente à lógica expansionista do capitalismo mundial.

Terceiro, estabelecimento de elevado grau de concentração fundiária, ensejando a transformação da dinâmica de ocupação da Amazônia, na qual, até então, prevalecia a “exploração de pequenas áreas de terras devolutas por produtores sem terra que haviam migrado para a Amazônia com a força de trabalho composta por sua unidade familiar” (OLIVEIRA, 1983, p. 270). Esse padrão foi velozmente transformado. Assim, se “entre 1950 e 1960, 86,46% das terras da Amazônia eram ocupadas por estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares”, nos dez anos seguintes, “entre 1960 e 1970, apenas 35,3% das terras pertenciam aos estabelecimentos com menos de 100 hectares” e, em 1975, “99,8% das áreas passaram às mãos de estabelecimentos com mais de 100 hectares”, das quais a maioria, cerca de 75%, “com áreas acima de 1 mil hectares”. Destarte, os programas de desenvolvimento econômico da Amazônia implementados pelo Estado brasileiro provocaram “a concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como o não acesso aos que chegaram em busca da terra e do trabalho”, criando na região o contingente de trabalhadores “livres”, completamente expropriados dos meios de produção, necessário à plena vigência das relações de produção capitalistas (PICOLI, 2006, p. 38).

Quarto, acelerado processo de desmatamento e de degradação ambiental, “gerando a reação em cadeia que levaria ao inexorável processo de aquecimento global e mudanças climáticas catastróficas no planeta” (SOUZA, 2009, p. 340). Até 2001, na Amazônia brasileira, “11% da cobertura vegetal da região” tinha sido “destruída irremediavelmente” (SOUZA, 2009, p. 352). Com o avançar do novo século, a situação tornou-se ainda mais grave. Entre o ano 2000 e 2008, uma média de 19.058 quilômetros quadrados de floresta eram desmatadas anualmente (LOUREIRO, 2009, p. 88). Por consequência, ao final da primeira década do século, “640 mil quilômetros quadrados de floresta – 13% do total – desapareceram”, o que representa “uma área de floresta do tamanho do Texas e maior do que a França” (HEMMING, 2011, p. 396-7), sendo que outras estimativas, de “ONGs ligadas à questão ambiental”, apresentam números ainda mais preocupantes: “cerca de 17,3% das terras amazônicas já estariam devastadas” ao final de 2009 (LOUREIRO, 2009, p. 88). Evidentemente, essa devastação teve início com a abertura das estradas e a subsequente ação dos colonos, madeireiras, mineradoras e fazendas para criação de gado e plantio de soja que se instalam em seus arredores. Todavia, não é uma consequência inevitável das atividades produtivas humanas, conforme supõem muitos autores, mas antes consequência da forma pela qual elas são empreendidas mediante relações de produção capitalistas.

Quinto, migração interna acelerada para as cidades das populações interioranas, expulsas pelos empreendimentos capitalistas, pelos latifúndios, pelos garimpeiros, pela deterioração das condições de vida e pelas ilusões de melhores dias nas cidades, intensificando os problemas e os conflitos urbanos e incrementando a demanda pelos serviços sociais do Estado: educação, saúde, segurança pública, previdência social etc. Como já indicado, em 1960, “apenas 37% da população da região vivia em cidades ou pequenas vilas de moradores, sendo o restante constituído por habitantes das zonas interioranas” (LOUREIRO, 2009, p. 42). Esse percentual cresce, contudo, de forma acelerada e contínua: em 1970, conforme também já assinalado, era de 43%; em 1991, 58%; em 2010, 74%. (LOUREIRO, 2015, p. 303). Essa urbanização, embora ocorrendo sobretudo nas capitais dos Estados<sup>149</sup>, atingiu muitas outras cidades, especialmente as de porte médio, ao tempo em que também constituiu outras novas. Ela transformou as principais cidades amazônicas em “depósitos” de força de trabalho barata, decorrente não apenas dos trabalhadores tangidos do interior, em razão dos fatores já elencados, mas também de imigrantes oriundos de outras regiões do país, em busca de novas

---

<sup>149</sup> Manaus, por exemplo, após a criação da Zona Franca, “de aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes em 1968, a cidade pulou de seiscentos mil em 1975” (SOUZA, 2009, p. 337).

oportunidades<sup>150</sup>. Ambos, imigrantes internos e externos, a maioria não encontrando nas localidades para as quais migravam as ocasiões com as quais contavam, passaram a habitar, em situação de extrema carência, nos subúrbios urbanos, geralmente em palafitas e favelas, constituindo as zonas de miséria, majoritárias, que circundam as pequenas áreas centro-comerciais e de classe média das cidades amazônicas. Esses bolsões de pobreza quase sempre se constituem espontaneamente, sem a infraestrutura necessária, forjando ambientes insalubres, nos quais os serviços públicos são ausentes ou precários, e servem de foco de doenças, vícios, violência e criminalidade, ameaçando a ordem social e obrigando o Estado a administrar os seus efeitos desagregadores mediante uma maior presença, neles, através da repressão policial e de um mínimo de serviços: saneamento, escolas, assistência médico-hospitalar, assistência social etc.

Esses desenvolvimentos, acontecendo desde meados do século, são, a partir do decênio de 1990, intensificados ainda mais pelas políticas neoliberais e pela exasperação do processo de mundialização do capital. Desde então, as dinâmicas ensejadas pelas relações capitalistas na região passaram a ter por principal propulsor o mercado internacional e se distenderam, com veemência, para todos os rincões. A antiga fronteira amazônica à economia/sociabilidade do capital tornou-se, assim, vastamente permeável e recuou sensivelmente: saiu “das bordas da floresta” e adentrou “por ela, sem respeito a rios, nascentes, encostas, florestas e, sobretudo, indiferente às gentes” (LOUREIRO, 2009, p. 86). Seja pelos rios, pelos ares, pelas estradas e, ainda, pelas telecomunicações via satélite, as categorias do mundo do capital, com as atitudes e valores a elas associadas, alcançaram os mais inacessíveis lugarejos da Amazônia brasileira e a incorporaram, definitiva e quase totalmente, à órbita da economia/sociabilidade mundial capitalista – de fora ficando apenas algumas poucas nações indígenas que ainda conseguem preservar os seus territórios e a sua cultura da ingerência do homem branco.

A expansão da universidade pública pelos municípios do interior da Amazônia brasileira ocorrendo, portanto, a partir da década de 80 e se intensificando na década de 90 e, sobretudo, nos anos 2000, se fez então no rastro desse desenvolvimento capitalista. Visava a produção de conhecimentos e tecnologias e a qualificação da força de trabalho requeridos pelas novas atividades econômicas e relações capitalistas, bem como pela grande densidade e problemas da vida urbana – demandas essas que, embora se manifestando tardiamente, em comparação com

---

<sup>150</sup> Em decorrência principalmente das migrações externas a população total da Amazônia cresce de 1.844.655 habitantes, em 1950, para 15.744.002, em 2010 (LOUREIRO, 2015, p. 305-6). Destes, conforme já indicado, 74%, ou seja, 11.650.561 pessoas residiam naquele ano em cidades

as outras regiões do país, finalmente principiavam a se tornar uma realidade para os municípios da Amazônia. Além disso, na medida em que excedia quantitativamente essas necessidades, a expansão da universidade pelo interior da Amazônia se fazia mormente para fortalecer a demanda solvente no mercado interno da região, visando a promoção da produção e dos serviços capitalistas, mediante o engendramento de encomendas, emprego e renda, conforme ocorria com a expansão da universidade brasileira desde aproximadamente 1950. Também servia como instrumento de estabilização política frente aos enormes problemas (concentração da propriedade, degradação ambiental, caos urbano, desemprego, miséria, criminalidade etc.) despertados pelo desenvolvimento capitalista, do mesmo modo como fazia no restante do país: pela gestação de expectativas de ascensão social, nos marcos da sociabilidade vigente, via diploma de nível superior. Esta função político-ideológica tornava-se, na região, ainda mais enfática, em decorrência do modelo de universidade que se estabelecia no país quando a interiorização da universidade finalmente tomou corpo na Amazônia. Tratava-se, desde algumas décadas, conforme se viu (secções 3.3 e 3.4), do modelo plasmado pelos interesses do capital monopolista e difundido pelos organismos internacionais: heterônimo, tecnocrático, contando com recursos materiais e humanos insuficientes, engendrando conhecimentos de pouca densidade analítica e oferecendo uma formação ligeira, pragmática e superficial. Em suma, um modelo destilador de anuência, acomodação e servilismo à ordem econômico, social e política do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tomou como objeto de estudo o processo de expansão da universidade pública brasileira para o interior da região amazônica. A partir de pressupostos ontológicos e de diretrizes metodológicas extraídas do pensamento marxiano, o seu objetivo principal era desvelar alguns dos determinantes fundamentais dessa expansão, mormente aqueles diretamente derivados do modo material de produção da sociabilidade contemporânea. Os resultados aos quais chegou podem ser sumariados da forma que segue.

A universidade surgiu na Europa ocidental, entre os séculos XI e XIII, como uma instituição destinada à transmissão do saber clássico (Artes Liberais, Direito, Medicina e Teologia) em núcleos urbanos que começavam a prosperar em decorrência do desenvolvimento do comércio e da indústria artesanal. O desabrochar da universidade nessa região e período deveu-se, fundamentalmente, a demandas postas à reprodução da nova forma de sociabilidade que estava sendo urdida naqueles núcleos urbanos prósperos, na qual os produtos do trabalho adquiriam cada vez mais a forma mercadoria, e o capital, em sua expressão comercial (mercantil e portador de jurus), conhecia significativa expansão. Dentre essas demandas, as mais relevantes para a constituição da universidade foram: a grande serventia do saber letrado e contábil para a administração diligente das transações comerciais e a necessidade de edificação e legitimação de um ordenamento político-jurídico compatível com a maior densidade social da vida urbana e com a grande vitalidade das atividades industriais/comerciais que se desenvolviam no seu interior.

Subsequentemente, a universidade passou por um processo de difusão que a fez, entre os séculos XIV e XIX, sair da Europa ocidental e alcançar todos os continentes e, em seguida, a partir de meados do século XX, fê-la também cada vez mais acessível à um percentual progressivamente maior da população, de diferentes classes sociais. Nesse longo período, além de se esparramar pelo globo e de se tornar mais democrática, a universidade sofreu transformações internas, que lhe outorgaram uma diversidade de modelos, trouxeram para o seu interior uma nova forma de saber (a ciência empírica moderna) e fizeram-na assumir como nova incumbência, ao lado do ensino, a produção de conhecimentos, via pesquisa científica. Esses desenvolvimentos foram se realizando gradativamente, à medida em que se propalava pelo orbe a forma mercadoria dos produtos do trabalho, e se intensificaram sobretudo quando o capital, transbordando o âmbito da circulação de mercadorias, passou a controlar também os

processos de produção, assumindo a forma de capital industrial (que se tornou a forma dominante de capital) e fazendo emergir um novo modo de produção, capitalista. Foram desenvolvimentos que tiveram por determinantes fundamentais exigências peculiares à reprodução da nova forma de sociabilidade que ia se consolidando e ampliando a partir da circulação e da produção capitalistas, necessidades dentre as quais foram indicadas: a) a manutenção da dominação, inclusive cultural, de áreas do globo periféricas àquela (Europa Ocidental) na qual se desenvolvia a sociabilidade capitalista e que desempenhavam junto a esta as funções de fornecedoras de matérias-primas baratas e consumidoras de manufaturados; b) a produção de formas de saber que incidissem sobre os fenômenos da natureza e da sociedade e que fossem, de algum modo, úteis aos processos de produção/circulação de mercadorias e de gestão/legitimação da ordem social; c) a formação de força de trabalho qualificada para as atividades da produção e dos serviços, sobremaneira à medida em que as forças produtivas se desenvolviam pela incorporação de tecnologias derivadas dos novos conhecimentos engendrados pela ciência moderna; d) a constituição do quadro técnico-burocrático para as atividades de gestão e legitimação dos novos processos econômicos, sociais e políticos, cada dia mais complexos, que se edificavam sob a dominância das relações capitalistas.

Todavia, a partir da segunda metade do século XX, a expansão da universidade intensificou-se em dimensões acima das demandas sociais efetivas que, até aquele momento, ela atendia: produção de conhecimentos, de tecnologias e de profissionais de nível superior. Não aconteceu, porém, sem motivos, mas em razão de novas funções que ela passou a desempenhar na reprodução da sociabilidade capitalista, na medida em que as contradições desta exasperavam. Diante do progressivo desemprego estrutural, do recrudescimento das desigualdades e da crescente dificuldade para a realização das mercadorias, a universidade fora chamada a se dilatar principalmente para: a) criar postos de trabalho para compensar, em parte, a escalada do desemprego provocada pela utilização, sob relações de produção capitalistas, das tecnologias engendradas pela terceira revolução industrial; b) estimular a produção industrial através de encomendas aos diversos setores (construção civil, material escolar, material de escritório, mobiliário, editoras etc.) cujos produtos são imprescindíveis às atividades desenvolvidas no interior da universidade; c) amenizar as pressões sobre o mercado de trabalho mediante o prolongamento dos anos de educação de percentual crescente das gerações mais jovens; d) complementar rendimentos através de programas de subsídio estudantil (alimentação, bolsas de estudo, bolsas de iniciação científica, auxílio manutenção etc.); e) minimizar a insatisfação social mediante o cultivo de expectativas de ascensão, no interior da

estrutura de sociedade vigente, através do diploma universitário. Evidência incontestável dessas novas funções que passou a desempenhar a universidade foi o progressivo envilecimento das suas atividades fins, a produção de conhecimentos e o ensino, que ocorreu paralelamente à sua extraordinária expansão e que fora denunciado por estudiosos de países diversos. Em prosseguimento ao que já havia acontecido antes com a escola básica, na medida em que a universidade passava a desempenhar, na reprodução da sociabilidade do capital, incumbências outras e estranhas às suas finalidades legítimas, estas passaram a ser desleixadas em proveito daquelas novas funções.

No Brasil, a constituição da universidade foi bastante tardia, ocorrendo apenas no último século. Fora precedida por um longo prenúncio, de quase quatro centúrias, no qual o ensino superior ficara a cargo de faculdades isoladas. Uma das razões capitais desse florescimento serôdio residiu no caráter da colonização portuguesa, que se fez pela dominação de sociedades primitivas, socialmente indiferenciadas e sem cultura letrada. Não exercendo a sua dominação sob povos de maior sofisticação cultural, o Estado português não necessitou mobilizar, para a aculturação desses povos, a sua alta cultura – ao contrário do que tivera que fazer o Estado Espanhol, que se deparou em suas possessões com civilizações de grande desenvolvimento cultural (maias, astecas e incas) e, assim, tivera que constituir nelas, desde as mais remotas iniciativas colonizadoras, universidades, destarte usando a alta cultura letrada europeia como recurso para a dominação cultural. Uma outra razão ainda, complementar à primeira, fora o fato de Portugal não contar com a abundância de universidades e de pessoal com formação superior que possuía a Espanha e, assim, não poder dispensar, sem prejuízos internos, pessoal qualificado para o ensino na colônia.

Porém, mesmo com o fim da colonização e a subsequente libertação política de Portugal, nas décadas iniciais do século XIX, o Brasil permaneceu ainda, por aproximadamente um século, sem constituir universidade. Tal fato ocorreu, em grande medida, em razão do pouco desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Brasil, que continuou, apesar de independente de Portugal, um país escravista e rural, inserindo-se no mercado mundial da mesma forma como o fizera ao longo do período colonial: como área pré-capitalista exportadora de produtos primários e importadora de bens industrializados. Assim, possuindo o Brasil este perfil e estando a universidade, no âmbito mundial, a passar pelo processo que a transformaria de núcleo de ensino do saber clássico em centro de produção e de transmissão das ciências empíricas modernas (forma de saber mais apropriada às demandas da sociabilidade capitalista industrial), o ensino superior no país persistiu ministrado, conforme convinha, em faculdades

isoladas, visando simplesmente à ilustração de suas elites e à constituição dos profissionais liberais e dos quadros administrativos e militares demandados por sua estrutura econômica, social e política.

Apenas no século XX, na vigência do regime republicano, é que começaram a se constituir as primeiras universidades brasileiras. Essas primeiras universidades surgiram no eixo sul-sudeste e nele se concentraram em maior quantidade, mas logo passaram a se alastrar também para Estados da federação localizados em outras regiões do país. Dentre os determinantes capitais para essa nascença e expansão estavam: a) a hipertrofia do Estado brasileiro e do seu corpo técnico-burocrático, provocada pela proclamação da república; b) o acentuado processo de urbanização da sociedade; c) a proliferação interna das relações de produção capitalistas, acicatadas, externamente, pela nova estrutura mundial do capitalismo em sua etapa monopolista e, internamente, pelo fim da escravidão, alguma acumulação de capitais, estabelecimento de certa infraestrutura econômica e desenvolvimento da indústria de bens de consumo. Obviamente, esses desenvolvimentos redundavam em novos traços para a sociedade brasileira, semelhantes àqueles que se desenvolveram na Europa e nos Estados Unidos por volta do início do século XIX, e traziam para o solo pátrio os imperativos de: a) apropriação dos conhecimentos científicos que serviam de fundamento para as tecnologias de produção, transporte e comunicação empregadas na primeira e na segunda revoluções industriais; b) qualificação da força de trabalho conforme essas novas tecnologias; c) apropriação dos conhecimentos científicos, na área das ciências humanas, necessários para a gestão e legitimação da forma de sociabilidade engendrada pelas relações de produção capitalistas; d) constituição do material humano habilitado a operar com as técnicas de legitimação e de intervenção social decorrentes das ciências humanas.

A partir de meados do século, o processo de industrialização do Brasil adentrou em nova fase, a de implantação da indústria de base e de bens de consumo duráveis, através de capitais estatais e estrangeiros. Nesta nova fase, o Brasil constituiu o seu parque de indústrias de base e de bens duráveis, entre meados da década de 50 e final da década de 70, e dilatou muitíssimo a demanda por pessoal científico-técnico para a indústria. Esse desenvolvimento da industrialização redundou na continuidade e intensificação do processo de urbanização, com o conseqüente crescimento dos serviços privados e públicos e do pessoal científico-técnico-burocrático para fazê-los funcionar. Por conseqüência, elevou-se bastante a demanda à universidade por conhecimentos, tecnologias e pessoal de nível superior, o que recrudescer o processo de sua expansão no Brasil, iniciado na quadra anterior, e que agora, nesse novo

período, fê-la chegar a todos os Estados da federação e, nos mais desenvolvidos dentre eles, alcançar também alguns municípios do interior.

Todavia, outro fator além da demanda por conhecimento e força de trabalho qualificada para as indústrias, os serviços urbanos e a administração pública se fazia igualmente determinante da grande expansão da universidade brasileira observada no período. Tratava-se da necessidade de ampliação do mercado de consumo para os bens duráveis e supérfluos engendrados pelas fábricas que se implantavam no Brasil. Como se tratavam de bens de maior valor e como até então o Brasil se constituía num país que possuía uma pequena classe média, era necessário ampliar os segmentos intermediários da população, que, ao lado das elites econômicas, compunham o mercado consumidor desses novos bens, de modo que o processo de desenvolvimento do capitalismo nacional, via industrialização, não paralisasse por falta de demanda. A expansão da universidade, com o seu corpo funcional de professores, técnicos e burocratas, ocorreu então também para contribuir, ao lado das demais iniciativas do Estado no campo da produção e dos serviços públicos, para a constituição da classe média que o desenrolar da industrialização no país requeria. Assim, realizou-se, concorde o padrão mundial de expansão da universidade no período, muito mais em amparo ao ciclo reprodutivo do capital do que em resposta às necessidades cognitivas e técnicas da produção, comércio, serviços e administração da vida em sociedade, e teve como principal consequência a incúria para com as finalidades epistêmicas e pedagógicas da instituição.

Por fim, a expansão da universidade brasileira para municípios do interior da Amazônia principia, de modo bem tímido, na década de 80, intensifica-se na década de 90 e, ainda mais, nos anos 2000. Com o decorrer desse período, o interior da região amazônica, que até então não contava com nenhuma oferta pública – e, quase sempre, também privada – de ensino superior, passa a ter três universidades nele sediadas e um número significativo de *campi* (94 *campi*), de cursos e estudantes de graduação (mais de 600 cursos de graduação permanentes, nos quais estão matriculados quase 100.000 alunos) e de cursos e estudantes de pós-graduação (contabilizando apenas a pós-graduação *stricto sensu*: 66 cursos de mestrado e 10 cursos de doutorado permanentes, nos quais estão matriculados 2.068 mestrandos e 358 doutorandos).

Essa extraordinária propagação da universidade pelo interior da Amazônia se desenrolou no fluxo da nova etapa, neoliberal, de expansão mundial e nacional da universidade, como uma manifestação singular-concreta desta.

A partir das décadas de 80 e 90, o processo de expansão mundial da universidade que se iniciara em meados do século torna-se mais intenso e ainda impellido, dentre outros, pela necessidade de acicatar a reprodução capitalista pelo aquecimento da demanda solvente. Neste novo período, contudo, ele se realiza a partir de um novo modelo de universidade, difundido internacionalmente por organizações como a Banco Mundial, a UNESCO e a OMC e constituído concorde os interesses do capital monopolista face a nova situação econômica de crise. Trata-se de um modelo que se caracteriza, sumariamente, pela heteronomia, tecnocracia, escassez de recursos, desleixação do saber e aligeiramento/superficialidade da formação. Um modelo que acerba ainda mais o envilecimento pelo qual já passava a universidade desde meados do século e que visa, além das funções já outorgadas a ela pelo Estado de bem-estar, otimizar recursos e difundir conhecimentos, comportamentos e valores capazes de corroborar o novo projeto sócio-político erigido a partir da derrogação do Estado de bem-estar.

No Brasil, a assunção desse modelo de universidade realizou-se consoante a histórica subserviência das elites dirigentes do país aos desideratos do capitalismo mundial e numa conjuntura nacional em que a intensificação da expansão da universidade passava a se fazer, conforme ocorria no mundo, em grande medida para suavizar o encolhimento do emprego e dos salários (que a partir do final da década de 80 passara a vitimar agudamente o mercado brasileiro), gerar expectativas de ascensão social via diploma (agora estendidas a um número percentualmente maior da população pela ampliação do acesso) e estimular a coesão social mediante uma formação (aligeirada, rasteira e pragmática) que tende a exsudar alienação, acomodação e subserviência.

Mas, além desses determinantes globais e nacionais, a expansão da universidade brasileira para o interior da Amazônia se fez igualmente sob determinações locais. A região amazônica brasileira passava desde a década de 60 do século XX por um processo de rápido desenvolvimento das relações de produção capitalistas, que encetou certa infraestrutura econômica, estabeleceu empreendimentos capitalistas na indústria e nos serviços, concentrou a propriedade, determinou a urbanização da sociedade e provocou muitos e graves problemas sociais e ambientais. Nesse contexto, a interiorização da universidade se fazia em virtude das demandas suscitadas por esses desenvolvimentos, à saber: conhecimentos, tecnologias, qualificação da força de trabalho, fortalecimento da demanda solvente interna e gestão político-ideológica dos problemas e insatisfações sociais.

Este estudo, portanto, indicou determinantes para a interiorização da universidade na Amazônia que vão além da perspectiva compartilhada pela maioria dos cidadãos, comunidade

universitária e governantes: o desenvolvimento econômico-social da região e a ampliação das oportunidades educacionais. Conforme foi demonstrado, isso não é verdadeiro. Ou, melhor dizendo, não é toda a verdade. Trata-se apenas da apreensão imediata, pela consciência espontânea, dos efeitos epidérmicos do fenômeno. Além dessas funções, a universidade se esparramou pelo interior da Amazônia como seguimento da penetração das relações de produção capitalistas e da inevitável urbanização que as acompanha, e com propósitos que não se restringem à produção dos conhecimentos, tecnologias e trabalhadores de nível superior necessários às relações capitalistas e ao modo de vida urbana, mas também para auxiliar na constituição da demanda solvente necessária aos circuitos do capital, bem como para corroborar a difusão de formas ideológicas geradoras de anuência ao atual modelo de sociabilidade. Tarefas cujo cumprimento dispensa a diligência no exercício da produção do conhecimento e do ensino.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro; Graal, 1985.
- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- ALVES, Laci Maria Araújo (Org.). *Campus de Rondonópolis-UFMT: três décadas de história (1976-2006)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.
- ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 30, n. 2, p. 351-71, mai./ago. 2014. Disponível em:  
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680/33095>>
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal do Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- ARAÚJO, Josimeire de Omena; CORREIA, Maria Valéria Costa. *Reforma universitária: a universidade pública em questão*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2011.
- ARRUDA, Marcos. *Divida e(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Petrópolis, RJ: Vozes 1999.
- ASIMOV, Isaac. *Cronologia das ciências e das descobertas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BEAUD, Michel. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BECKER, Bertha. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanet. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

BIANCHETTI, Lucídio. O processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. *Educação & Sociedade*. Campinas, SP. v. 31, n. 110, p. 263-285, jan.-mar. 2010.

\_\_\_\_\_. *O fim dos intelectuais acadêmicos? induções da CAPES e desafios às associações científicas*. Campinas: Autores Associados, 2015.

BIANCHETTI, Lucídio; MATTOS, Valéria. A expansão da educação superior na Europa: análise de impactos do tratado de Bolonha. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; MENEGHEL, Stela Maria. *A cultura da universidade pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa*. São Paulo: Xamã, 2011.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

BITAR, Sérgio. Chile: características e desafios do sistema de educação superior. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BLANCO, José. México: a reforma pendente na educação superior. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior 2016 – Principais resultados*. Brasília.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRITO, Rosa Mendonça de. *100 anos UFAM*. Manaus: EDUA, 2009.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 78, p. 07-26, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68675>>

CASSENOTE, Alex Jones Flores *et al.* *A saúde pública no Brasil: da origem aos dias atuais*. São Paulo: Medcel, 2017.

CASTRO, Cloves Alexandre. O processo de urbanização e o surgimento das primeiras universidades. *Geografia Ensino & pesquisa*, v. 18, n.1, p. 39 – 54, jan./abr. 2014. Disponível em: < <http://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/19255>>.

CASTRO, José Sebastião Ribeiro de. Universidade, suas origens medievais. In TUBINO, Manoel José Gomes. *A universidade ontem e hoje*. São Paulo: IBRASA, 1984.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (orgs.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CHARLE, Cristophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: UNESP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélgio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

\_\_\_\_\_. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Contra a universidade operacional*. São Paulo, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 18 mar. 2015. Conferência de abertura do ano letivo de 2018 da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Gravação disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNQg95QIvsQ>>.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

CHILDE, V. Gordon. *O que aconteceu na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

COE, Michael; SNOW, Dean; BENSON, Elizabeth. *Américas antigas: mosaico de culturas*. Madrid: Edições del Prado, 1997, vs. 1-2.

COGGIOLA, Osvaldo. *Universidade e ciência na crise global*. São Paulo: Xamã, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Claudio. *Neoliberalismo ou crise do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 1995.

COMISSÃO GULBENKIAN PARA A REESTRUTURAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, Jonh. *Roma: legado de um império*. Madrid: Edições Del Prado, 1996, v. 2.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro: IBGE n. 49, v.3, p. 39-68, 1987. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1987\\_v49\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf)>

COSTA, Frederico Lustosa da; MIANO, Vítor Yoshihara. Estatização e desestatização no Brasil: o papel das empresas estatais nos ciclos da intervenção governamental no domínio econômico. In: *Revista de Gestão Pública*, v. II, n. 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: <[http://www.revistadegestionpublica.cl/Vol\\_II\\_No\\_1/Lustosa\\_y\\_Miano.pdf](http://www.revistadegestionpublica.cl/Vol_II_No_1/Lustosa_y_Miano.pdf)>.

CRIPPA, Adolpho. *A universidade*. São Paulo: Convívio, 1980.

CUNHA, Luis Antônio Constant Rodrigues da. A cátedra universitária no Brasil: persistência, mudança e desaparecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18, 1994, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers/18-encontro-anual-da-anpocs/gt-17/gt05-15/7418-luizcunha-catedra/file>>.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. O ensino superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*. V. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro de (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de “uma cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DANIEL JUNIOR, Geraldo Magela. Alienação, fetichismo, reificação e escola brasileira contemporânea. *Caderno sala de aula*, v. 2, n. 4, p. 63-116, 2013.

DANIEL JÚNIOR, Geraldo Magela; ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade. A transmutação das formas de trabalho na Amazônia brasileira (1616 a 1750) e a acumulação do capital na Europa. In: ALBUQUERQUE, Renan (Org.). *Fronteiras de saberes*. Manaus: EDUA, 2016.

DANIEL JÚNIOR, Geraldo Magela e SILVA, Heloísa Helena Corrêa da. Breves considerações sobre o nascimento da ciência moderna: determinantes e consequências sociais. In: BARBOSA, Waldir de Albuquerque; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; SOARES, Artemis de Araújo (Orgs). *Interdisciplinaridade, complexidade e produção do conhecimento*. Curitiba: CRV, 2016.

DANIEL JÚNIOR, Geraldo Magela; COELHO, Helciane da Silva. Complexidade e totalidade: breve comparação entre o conceito de complexidade em Morin e a categoria totalidade em Marx. In 4º Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe,

2017, Boa Vista, RO. *Anais*. Disponível em: <<http://www.epppac.com.br/anais-eletronicos-epppac/anais-4o-epppac.html>>

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, Kingsley et al. *Cidades: urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DEAN, Warren. A industrialização durante a república velha. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, O Brasil republicano, V. 1, Estrutura de poder e economia.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia e reforma. In: ARAÚJO, Josimeire de Omena; CORREIA, Maria Valéria Costa (Orgs.). *Reforma universitária: a universidade pública em questão*. Maceió: EDFAL, 2005.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.) *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiania: Alternativa, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUARTE, Newton. *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DUHAMEL, Christian. França: universidade do 3º milênio\_U3M. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ELBE, Ingo. *Marx im Westen: Die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965*. Berlin: academie, 2010.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Arte Médicas, 1989

\_\_\_\_\_. La transformación de la universidad española. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional*. Campinas:SP: Mercados das Letras, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, n. 24, São Paulo: Marco Zero/Cedec, set. 1991.

ESTABLET, Roger; BAUDELLOT, Christian. *L'école capitaliste em France*. Paris: Maspero, 1971.

EVANGELISTA, João Emanuel. *Teoria social pós-moderna: introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FARIA, Júlio Cezar de. *Da fundação das universidades ao ensino na colônia: apontamentos sobre a tese oficial apresentada ao IV Congresso de História Nacional, 21-28 de abril de 1949*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

FAINGOLD, Reuven. A renovação do saber na Europa medieval. In: *Coleção memórias da pedagogia*, n.2: Liev Semionovich Vygotsky. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, p. 89-97.

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FASSAEI, Mansour Rastegar. Irã: desafios e perspectivas da educação superior. In: MORHY, Lauro. *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Dossiê - Política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária, Curitiba, n 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo 2005.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. *Sintaxe para a educação básica*. São Paulo: Contexto, 2012.

FERRARI, Terezinha. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIALHO, Nadia Hage. *Universidade multicampi*. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FILGUEIRAS, Luis Antônio Matos; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira (Org.). *UFPA 50 anos de história: histórias e memórias*. Bemém: EDUFPA, 2007a.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. Os anos 80 e a redemocratização da UFPA. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira (Org.). *UFPA 50 anos de história: histórias e memórias*. Bemém: EDUFPA, 2007b.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE. *A política social brasileira 1930-1965: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1983.

GENTILE, Pablo. *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 2001.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. Rio de Janeiro: Record, 1996.

\_\_\_\_\_. *A terceira via: reflexões sobre o impasse política atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

GOMES, Izabel Cristina Colares. *O Processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA*. Belém: UFPA, 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.

GOMES, Rosa Rosa de Souza Rosa. *A teoria da acumulação de Rosa Luxemburg e o SPD: “da Reforma Social ou Revolução” ao “Socialismo ou Barbárie” (1898-1913)*. São Paulo: USP, 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como a nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GRANOU, Andre. *Capitalismo e modo de vida*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

HADDAD, Sérgio (org.). *Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto das políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Anthony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem? – desmatamento e conflito social no programa grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *Para entender O Capital II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HEMMING, Jonh. *Árvore de rios: a história da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

HUBERMAN, Léo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IGLÉSIAS, Francisco. *A revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Evolução do ensino superior: 1980-1998*. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao\\_1980-1998.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Censo da Educação Superior: sinopse estatística – 1995*. Brasília: INEP, s/d. Disponível em:

\_\_\_\_\_. *Censo da Educação Superior: sinopse estatística – 2002*. Brasília: INEP, 2003. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486488](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486488)>

\_\_\_\_\_. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2016*. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>

KEYNES, Jonh Maynard. *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LAMARRA, Norberto Fernández. Argentina: balanço e perspectivas da educação superior. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

LANDER, Edgardo. Conhecimento para quê? Conhecimento para quem? Reflexões acerca da geopolítica dos saberes hegemônicos. In: GENTILE, Pablo. *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LESSA, Sérgio. *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Mônica. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

LIMA, Kátia. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. Reformas e políticas de educação superior no Brasil. MANCIBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

LOUREIRO, Bráulio Roberto C. O contexto neoliberal: recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital. *Verinotio*, n. 11, Ano VI, p. 14-22, Abr. 2010. Disponível em: < [www.verinotio.org/revistas.php?revista=11](http://www.verinotio.org/revistas.php?revista=11) >

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro; RIBEIRO, Danielle Cristine. Política social neoliberal: expressão de necessária relação Estado/capital em tempos de crise estrutural do capital. *Mediações*, v. 16, n. 1, p. 292-308, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9661>>

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *História das universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, s/d.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório dos Livros, 2009.

\_\_\_\_\_. *História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais*. Belém, Cultura Brasil, 2015.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 1-2.

MAFRA, Johnny José. *Ler e tomar notas: primeiros passos da pesquisa bibliográfica*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007.

MAGDOFF, Hanrry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MAIA, M. Zoreide Brito. *Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins – Unitins*. Goiania: UFG, 2011. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1999.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade estadual de Campinas, 1990.

MARQUES, Paulo. *A tecnologia no cotidiano*. São Paulo: Diagrama e Texto, 1986.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2009.

MATTOSO, Jorge. *Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos no anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: abril cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, t. I, v. 1-2; t. II; t. III, v. 1-2.

\_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1989.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1818-1883: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTHEW, Donald. *Europa medieval: rumo ao mundo moderno*. Madrid: Edições Del Prado, 1997, v. 1.

MELO, Adriana Almeida Sales de. A mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela. *Trabalho, educação e saúde*, v. 3, n. 2, p. 397-408, 2005. Disponível em: <[www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r115.pdf](http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r115.pdf)>

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. A que ponto chegamos. *Praga: revista de estudos marxistas*. n. 6, p. 9-14, set.1998.

MELLO, José Roberto. *As cruzadas*. São Paulo: Ática, 1989.

MENON, M. M.; GARG, Vijayendra K. Índia: educação superior como diálogo entre passado, presente e futuro. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MONTEIRO, Hamilton M. *O feudalismo: economia e sociedade*. São Paulo: Ática, 1991.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira. *A teoria de um regime de acumulação predominantemente financeira e suas implicações teórico-metodológicas e práticas*. Maceió: UFAL, 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, 2008.

MORAES, Silvia E. Currículo, transversalidade e pós-modernidade. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; MORAES, Silvia E. *Escola e universidade na pós-modernidade*. Campinas, SP: mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

MORAIS, Regis de. *Um abominável mundo novo: o ensino superior atual*. São Paulo: Paulus, 2011.

MORIN, Edgar. *Meu caminho: entrevista com Djénane Kareh Tager*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

\_\_\_\_\_. Por uma Reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Problemas de uma epistemologia complexa. In: *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-Américo, s/d.

MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas; BEZERRA NETO, José Maria. UFPA: 1988 a 1997 Democratização, crise e mudança. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira (Org.). *UFPA 50 anos de história: histórias e memórias*. Bemém: EDUFPA, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOVAIS, Fernando; MOTA, Carlos Guilherme. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

NUNES, Rui Afonso da Costa. *História da educação na Idade Média*. Disponível em: <<http://docslide.com.br/education/historia-da-educacao-na-idade-media-ruy-afonso-nunes.html>> Acesso em: 23 jun. 2016.

OKEBUKOLA, Peter. Nigéria: expansão e busca do equilíbrio do sistema universitário. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

ORLETTI, Elisabeth. *Universidade pública e sociedade brasileira: projetos em disputa*. Curitiba: CRV, 2016.

ORSO, Paulino. *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Cortez, 1982.

PARAIN, Charles. A evolução do sistema feudal europeu. In: SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

PARKER, Geoffrey (ed.). *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1995.

PEIXOTO, João. Alguns dados sobre o Ensino Superior em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 27/28, Jun/1989. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/27 - 28/ Joao Peixoto - Alguns dados sobre o Ensino Superior em Portugal.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/27-28/Joao%20Peixoto%20-%20Alguns%20dados%20sobre%20o%20Ensino%20Superior%20em%20Portugal.pdf)>

PEÑA, Davis Aguilar. Espanha – o desafio da qualidade e o da convergência europeia. In: MORHY, Lauro (org.). *Universidade no mundo – universidade em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

PERNOUD, Régine. *As origens da burguesia*. Lisboa: Europa-América, s/d.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1973.

POCHMANN, Márcio et al. *Atlas da exclusão social no Brasil*, volume 3: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Atlas da nova estratificação social no Brasil*, volume 1: classe média, desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Atlas da nova estratificação social no Brasil*, volume 2: trabalhadores urbanos, ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Atlas da nova estratificação social no Brasil*, volume 3: proprietários, concentração e continuidade. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRETTO, Nelson de Luca; PEREIRA, Isabel C. Auler. Ensino superior no Brasil: a implantação da UNITINS e o uso da EaD como estratégia expansionista de uma universidade pública. *Perspectiva*. v. 26, n. 2, p. 663-691, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicosufsc.br/indez.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n2p663/11438>>.

PROTA, Leonardo. *Um novo modelo de universidade*. São Paulo: Convívio, 1987.

REIMER, Everett. *A escola está morta: alternativas em educação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas:SP: Autores Associados, 1998.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. Ensino superior na América Latina e a globalização da racionalidade capitalista. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1975*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro de (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

ROSSATO, Ricardo. *Universidade: reflexões críticas*. Santa Maria-RS: Edições UFMS, 1989.

\_\_\_\_\_. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1998.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SAMPAIO, Helena; BALBACHESKY, Elisabeth; PEÑAZOLA, Verônica. *Universidade estaduais do Brasil: características institucionais*. São Paulo: NUPES/USP, 1998. (Documento de Trabalho, n. 4).

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Theotônio dos. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes 1983.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. *Universidade, modernidade e pós-modernidade*. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; MORAES, Silvia E. *Escola e universidade na pós-modernidade*. Campinas, SP: mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SAUL, Renato P. Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno. *Sociologias, Teoria sociológica*, Porto Alegre, Ano 5, n. 9, p. 142-173, jan./jun. 2003.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidade. *Poiesis Pedagógica*, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <  
<https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>

SÉE, Henri. *As origens do capitalismo moderno*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

SGUISSARDI, Waldemar. Rumo à universidade mundial – E a universidade será feita à sua imagem e semelhança. In: SGUISSARDI, Waldemar; FRANCO, Maria Estela Dal Pai;

MOROSINI, Marília Costa. *Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão*. Brasília: INEP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em < <http://www.gestrado.net.br/pdf/336.pdf>>

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no século XXI: educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. *Espacios en Blanco – Serie indagaciones*, n. 23, p. 119-156, junho 2013. Disponível em: <[www.scielo.org.ar/pdf/eb/v23n1/v23n1a07.pdf](http://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v23n1/v23n1a07.pdf)>

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). *A cultura da universidade pública brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa*. São Paulo: Xamã, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Precarização das condições de trabalho*. Brasília: ANDES-SN, 2013.

SINGER, Paul. À guisa de introdução: urbanização e classes sociais. In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, Kingsley et al. *Cidades: urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SOBRINHO, Alexsandro Mota. *Os limites e as possibilidades do Programa REUNI: um estudo de caso da experiência da UFT*. Palmas: UFT, 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), *campus* universitário de Palmas, 2016.

SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

SOUSA FILHO, Alípio de. *Responsabilidade intelectual e ensino universitário: carta aberta aos que amam a ciência*. Natal: EDUFRRN, 2000.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. *Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*. São Paulo: Atlas, 2009.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2014.

SWEEZY, Paul M. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

TAUILE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TEFERRA, Damtew. O triplo enigma da África: expansão, consolidação e (sub)emprego. In: *Revista Ensino Superior*. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/o-triplo-enigma-da-africa-expansao-consolidacao-e-subemprego>>

THERBON, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TRINDADE, André; MAZZARI JÚNIOR, Edval Luiz. Autonomia universitária e direito educacional. In: TRINDADE, André (coord.). *Direito universitário: educação contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

TRINDADE, Hélgio (org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

\_\_\_\_\_. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra”. In: GENTILE, Pablo. *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 2001.

USHER, Abbott Payson. *Uma história das invenções mecânicas*. Campinas-SP: Papyrus, 1993.

VILAR, Pierre. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

WANDERLEY, Luiz Eduardo V. *O que é universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. Inferno na torre... de marfim. *Carta Capital*, São Paulo, 22 jan. 2012a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/inferno-na-torre-de-marfim/>>.

\_\_\_\_\_. Slow Science. *Carta Capital*, São Paulo, 25 mai. 2012b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/slow-science>>